

A HISTÓRIA EM MIGALHAS

DOS ANNALES À NOVA HISTÓRIA

François Dosse

Editora ensaio

Editora da Unicamp

Movimento de idéias/ idéias em movimento

PREFÁCIO – Elias Thomé Salina

TRADUÇÃO – Dulce A. Silva Ramos

TÍTULO ORIGINAL : L'Histoire en Miettes – Des Annales a la Nouvelle Histoire.

1994 – 2ª reimpressão

ÍNDICE

PREFÁCIO7

INTRODUÇÃO13

I. CLIO REVISITADA

1. A PRÉ-HISTÓRIA DOS ANNALES

O RETORNO ÀS FONTES.....21

A ERA LAVISSE36

O DUO DE ESTRASBURGO43

2. O TEMPO DE MARC BLOCH E LUCIEN FEBVRE

OS HISTORIADORES DO PRESENTE61

OS INOVADORES.....71

OS HISTORIADORES DO MENTAL84

A HERANÇA94

II. OS ANOS BRAUDEL

1. A OFENSIVA

A EXPLOSÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS101

A PLURALIDADE DOS TEMPOS111

BRAUDEL, O CONSTRUTOR123

2. O PARADIGMA

A GEO-HISTÓRIA133

"HISTORIADOR ECONOMISTA"

OU "ECONOMISTA HISTORIADOR"?143

O HOMEM INTERMEDIÁRIO156

III. UMA HISTÓRIA EM MIGALHAS

1. A ANTROPOLOGIA HISTÓRICA167

2. A HISTÓRIA SERIAL181

3. A NOVA GRADE DO TEMPO

A HISTÓRIA ATRAVÉS DE MALTHUS195

O MENTAL FORA DO SOCIAL?201

4. A META-HISTÓRIA DO GULAG

UM DISCURSO SOCIOLIBERAL213

A NEGAÇÃO DO ASPECTO POLÍTICO225

5. A HISTÓRIA IMÓVEL

A ABORDAGEM ESTRUTURAL231

A REVOLUÇÃO FRANCESA ESTÁ TERMINADA235

CONCLUSÃO249

ÍNDICE DE NOMES261

PREFÁCIO

Clio, musa reverenciada na França por um público cada vez mais sequeioso de história, parece ter adquirido nos últimos anos uma cidadania universal. Pelo menos no mundo editorial. A publicação no Brasil, num ritmo cada vez mais intenso, das principais obras da historiografia na última década, cresceu ao embalo da "Nova História" - rótulo transformado numa autêntica credencial para tudo aquilo que significasse a última palavra na produção histórica.

Todo esse movimento não foi acompanhado de informações mais detalhadas e substantivas que permitissem fomentar aquele mínimo de reflexão crítica, indispensável na produção cultural. Numa publicação de 1978, e intitulada *Nova História*, escrita em forma de dicionário, eles próprios, os "novos historiadores", indicavam as fontes mais remotas das quais seriam os tributários e felizes herdeiros: os propósitos de renovação dos estudos históricos expostos na revista *Annales*, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre.

É inegável que a simples menção a esta herança, real ou ilusória, aumentava as credenciais e fornecia uma difusa legitimidade à "Nova História". Porque, mesmo entre nós, sempre foi mais ou menos tácito o reconhecimento da chamada "Escola dos *Annales*" nas transformações e inovações mais significativas da produção historiográfica nos últimos cinquenta anos. Mais correto, então, será falar em "movimento" dos *Annales* em vez de "escola". Entre os historiadores também é raro encontrar alguém que não reconheça a importância do "movimento". Iniciado por Bloch e Febvre, não apenas para os estudos históricos mas também para a sua própria formação profissional, embora haja discordâncias sobre o grau e o alcance dessa contribuição.

Este livro discute precisamente se a "Nova História" é ou não herdeira do movimento dos *Annales*. Esse é, a nosso ver, o tema central de *A História em Migalhas* que, publicado originalmente na França em 1987, vem agora preencher uma séria lacuna no quadro das publicações referentes à história e às ciências sociais no Brasil. Inclusive no sentido de suprir aquela ausência de informações mais substantivas, subsidiando aquele mínimo de reflexão crítica, cada vez mais urgente nesta avalanche de publicações.

É certo que outros analistas já se dedicaram ao mesmo empreendimento, mas receberam pouquíssima divulgação*. O ensaio de Peter Burke, *A Escola dos Annales; a Revolução Francesa na Historiografia* - publicado no ano passado, colocou de forma pertinente e concisa os impasses, dilemas e contribuições das três gerações de historiadores ligados ao movimento dos *Annales*, no período 1929-1989. Este livro, do historiador francês François Dosse, vem, de certa forma, ampliar, completar e aprofundar (de forma polêmica) o ensaio do historiador inglês, pois o que temos aqui é uma detalhada história da produção historiográfica francesa desde os anos 20. Como este discurso historiográfico dos "Annalistas" respondeu, sucessivamente, às inquietações e desafios políticos do presente? Como ocorreram as mudanças metodológicas mais significativas no interior da disciplina histórica? Quais as relações dessas mudanças com os dilemas concretos, institucionais ou profissionais, do historiador?

Se o livro não responde inteiramente a todas estas complexas questões, fornece-nos, pelo menos, indicações bastante precisas, informações surpreendentes e sugestões sempre instigantes e polêmicas. Para não cair na redundância de repetir o livro, apontemos apenas alguns exemplos polêmicos e ins

* Joseph Fontana sugere, em artigo publicado em 1979, que o desejo Inconfessável da Escola dos *Annales* era encontrar uma espécie de substitutivo do marxismo naqueles anos de 'guerra fria', mantendo a ansiedade do materialismo histórico por encontrar uma explicação global da sociedade ("Ascensão e decadência da Escola dos *Annales*". In *História & Idéias*, (3:4), Porto, Afrontamento, 1979, pp. 65-79). A mesma perspectiva crítica e retomada pelo autor em *Historia: analisis dei posado y proyoccto social*. Barcelona, Editorial Critica-Grijalbo, 1982. Stuart Clark tentou encontrar alguns eixos epistemológicos, mas chegou na verdade a resultados inconclusivos (In Skinner, Quentin org., *The Return of Great Theory In the Human Sciences*. Cambridge Univ. Press, 1985). Guy Bourdê e Herve Martin elaboram uma reflexão na mesma linha de F. Dosse, concluindo pela dispersão da herança de Bloch e Febvre na 'Nova História' (*Les Écoles Historiques*. Paris, Editions du Seuil, 1983). Herve Coutau-Begarie concentra-se na análise da "estratégia" da "Nova História", detendo-se demasiadamente nas disputas por poderes institucionais e até mercadológicos (Coutau-Begarie, H. te *Phénoméne Nouvelle Historie; Stratégie et Ideologie des Nouveaux Historiens*, Paris, ed. Econômica, 1983). Uma explanação de caráter mais descritivo pode ser encontrada em Georg G. Iggers, *News Directlons In European Historiography*, ed. rev., Londres, Methuen, 1985.

tlgantes das colocações do autor.

A "Nova História" - herdeira do movimento dos *Annales*? Dosse responde negativamente a essa questão crucial, mostrando como o anseio pela reconstrução da totalidade no interior do passado e a preservação da peculiaridade da história no interior das ciências sociais - elementos básicos do projeto de renovação de Bloch e Febvre - foram abandonados pelos adeptos da "Nova História".

Os historiadores ligados à revista *Annales* nunca tiveram, explícita ou implicitamente, um eixo teórico claro. A partir dos inumeráveis dados fornecidos por Dosse, é possível constatar ainda as diferenças (muito acentuadas) entre os próprios "fundadores", Marc Bloch e Lucien Febvre. O que os unia, em 1929, era "baterem-se contra uma história 'evenementielle'" (factual), contra a história historicizante, que cultivava um "fetichismo dos fatos", chagando, no máximo, a uma reconstrução genética (ou teleológica) da história. Febvre e Bloch pretendiam romper com o ranço positivista de conceitos como os de

racionalidade, progresso e ordem, que ainda perduravam na historiografia. Propunham, assim, naquele clima de "ânsia pela totalidade", uma *história-problema*, que se resumia no uso de hipóteses explícitas pelo historiador, hipóteses "abertas" que serviriam de fio condutor para a pesquisa, articulando todos os seus passos analíticos. Propunham ainda uma "abertura" do historiador às práticas das outras ciências sociais, o que era mais óbvio, uma alteração de ênfase temática, expressa no próprio título Inicial da revista, *Anais de História Econômica e Social*.

Mas, por outro lado, o autor é suficientemente lúcido para perceber também as *continuidades*. A principal delas é uma espécie de sutil "recusa do político", característica tanto dos tempos dos "pais fundadores" quanto dos historiadores nos anos 80. A longa duração, pilar fundamental do monumental edifício que é a obra de Braudel, sempre foi uma longa duração "despolitizada"; sintoma de uma recusa ou, pelo menos, de uma entranhada diluição do aspecto político que Dosse diagnostica como "repulsa a este monstro moderno, o estado, fonte da opressão e do mal". Se na época de Febvre e Bloch essa recusa era compreensível, em parte pelo asfíxiante clima mental dos anos 30 (será ele hoje menos asfíxiante?) -, nos anos 80 a coisa é diferente: "na falta de capacidade para abatê-lo, ele (o estado) é contornado", conclui, lacônico, o autor.

Uma das análises centrais na explicação destas continuidades e rupturas é aquilo que o autor designa como o "efeito Braudel". A análise da obra de Fernand Braudel constitui a peça-chave na explicação da passagem do projeto *Annales*, fortemente anti-historicista e antipositivista, para uma "Nova História" fragmentada. Invertebrada e difusamente neopositivista. Apóstolo da história de longa duração, das forças profundas, dos ritmos lentos, Braudel rejeitava as explicações historiográficas voluntaristas que faziam tudo datar da Revolução Francesa. "Amo a França com a mesma paixão exigente e complicada que a de Jules Michelet", escreveu Braudel. Mas, diluir o tempo revolucionário na temporalidade lenta da geo-história não resolveu as ambigüidades metodológicas da historiografia braudeliiana - o que fez dos seus livros, desde o clássico *O Mediterrâneo*, aos olhos de historiadores mais exigentes no campo teórico, espécies de grandes florestas sem caminhos.

Dosse é certo do diagnóstico do "efeito Braudel" sobre a "Nova História": a ausência de um eixo teórico mínimo capaz de dar suporte e clareza à metodologia histórica. Mesmo na sua última e inconclusa obra, *A Identidade da França*, Braudel ainda nos fala de uma "história total", mas a explicita apenas com uma sibilina resposta de Michelet: "Em história tudo é solidário com tudo, tudo está mesclado com tudo". Os historiadores da "Nova História", com raras exceções como Jacques Le Goff ou Georges Duby (que Dosse preserva da sua fúria classificatória), para compensar a falta de um eixo teórico intersubjetivo mínimo utilizam-se, parece, de uma *estratégia do deslocamento*: da história social passamos às "mentalidades", das "mentalidades" ao "imaginário"... O obsoletismo rápido, flutuando, não raro, ao sabor dos modismos, não contabiliza nenhum avanço interdisciplinar aproveitável.

Dosse parece-nos muito percuciente no inventário dos aspectos mais salientes desta autêntica floresta sem caminhos que é a obra de Braudel. Mas carrega demasiado nas tintas e parece tomado de um compulsivo desconforto quando, por exemplo, compara Braudel a De Gaulle, afirmando, com base em dados quase anedóticos, que o historiador do Mediterrâneo ansiava por "encarnar a história da mesma maneira que o General de Gaulle se encarnava na França". O próprio Le Goff reconheceu, no prefácio à nova edição do dicionário *Nova História*, de 1988, o quanto todas essas críticas ressentidas foram hipertrofiadas pela amplificação da mídia, desabafando: "Se é preciso chamar de novo o que é novo, o que posso fazer?"

Mas, apesar dos exageros, naturais numa síntese tão vasta, o livro é extremamente oportuno e desmistificador, recolocando a linhagem dos *Annales* e da "Nova História" em veredas menos cerradas e menos impenetráveis.

Se a "Nova História" não coloca mais o homem no horizonte primeiro da cena social do passado, se almeja reconstituir uma história "quase imóvel", renunciando à sua vocação de síntese; se vem abandonando toda a relação dialética passado/presente/futuro e a perspectiva globalizante em proveito de uma "história em migalhas" - talvez seja a hora de recolocar, nestes tempos tão sombrios, aquela indagação antiga a respeito da legitimidade de todo o conhecimento histórico: conhecimento objetivo das sociedades ou alavanca de transformação do mundo?

ELIAS THOMÉ SALIBA

INTRODUÇÃO

'Aquele que tem o controle do passado
tem o controle do futuro.'

George Orwell

Clio torna-se a musa inspiradora de um público cada vez maior e mais ávido por saber sobre seu passado. Todos se apressam para escutar o discurso do historiador. Os palcos da televisão e os estúdios de rádio acolhem os pesquisadores que outrora teriam permanecido no anonimato de seu trabalho penoso de arquivista, confinados em um tentáculo restrito de universitários. Por ocasião dos programas eleitorais noturnos, René Remond traz as luzes do historiador. Georges Duby é nomeado presidente do canal 7 de televisão. A rádio France-Inter apresenta programas diferentes ao multiplicar as transmissões históricas, em que figuram, lado a lado, historiadores de ofício como Pierre Miquel ou Henri Amouroux; no entanto, a melhor parcela do horário é reservada a uma contadora de histórias que persegue o sonho e a fuga da realidade, a matinal Eve Ruggieri, que em sua novela quotidiana faz Mazarin, Castiglione, Cleópatra, Josefina de Beauharnais desfilar para um público muito fiel, estimado entre 975.000 e 1.200.000 ouvintes. Não se pode contestar o sucesso de Alain Decaux na televisão. Todos os meios de comunicação fizeram investidas, portanto, sobre o território do historiador. Respondem a uma sede incontestável de história, respondem a uma necessidade imperiosa do público ao fazer prosperar o mercado do livro e da revista de vulgarização de história, o qual, nestes tempos de crise, cresce 10% ao ano. Uma revista de qualidade como L'Histoire atinge até 80.000 exemplares. O apelo à história é geral. Após a orquestração organizada por ocasião do ano do patrimônio (1980), muitos se perderam em divagações na sua árvore genealógica ou se lembraram que um velho que morre representa uma biblioteca que queima. Retomaram o gravador para registrar as antigas gerações e conservar as tramas de vidas que desaparecem... A história que se consome tornou-se recurso terapêutico para preencher os vazios, para romper o isolamento dos subúrbios de passado sem memória. O historiador desempenha então o papel de conservador: ele tranqüiliza. Assim, chamam-no com maior frequência à cabeceira de uma sociedade ferida. Na falta de um presente que entusiasme e perante um futuro inquietante, subsiste o passado, lugar de investimento de uma identidade imaginária através dessas épocas, no entanto próximas, que perdemos para sempre. Essa busca torna-se mais e mais individual, mais local, na falta de um destino coletivo mobilizador. Todos abandonam os tempos extraordinários em troca da memória do quotidiano das pessoas comuns. Uma topografia estética nova instala-se, conforme se fale de uma aldeia, das mulheres, dos Imigrantes, dos marginais... Sobre este campo de investigação novo, a etnologia interna alimenta-se da crise da noção de progresso e desabrocha em um "presente imóvel". Passamos insensivelmente da grande biografia dos heróis da história, de Luís XI a Napoleão, sem esquecer Carlos V, para as biografias dos heróis obscuros do quotidiano. Por outro lado, nos meios de comunicação de massa, a informação renova-se a cada dia, e um conjunto de acontecimentos ao mesmo tempo rápido e urgente desenvolve-se sobre a vasta cena mundial; isso nos oferece a imagem de uma história que se acelera ao mesmo tempo que nos escapa, Nós mais a sofremos do que a vivemos. Nossa afetividade aí se encontra comprometida, mas esse conjunto de acontecimentos nem por isso confere sentido à vida; daí a procura, para desafiar nossa angústia, de nossa identidade na direção das águas mais calmas de épocas longínquas, principalmente medievais. Toda uma sociedade assim se recusa a ser órfã e se esforça para buscar sua origem em sua história. Uma recente pesquisa de opinião² revela esse gosto bem pronunciado dos franceses pela história: 50,2% das pessoas interrogadas possuem livros consagrados à história e, para 9,6% delas, esses livros são os preferidos de suas leituras. A história faz muito sucesso, mas que história?

Clio, na França, por trás do parasitismo de uma história puramente comercial, por trás da história-mercadoria, encarna-se, sobretudo, na escola que conquistou posição hegemônica: a escola dos Annales. Os membros dessa escola apoderaram-se de todos os lugares estratégicos de uma sociedade dominada pelos meios de comunicação de massa. O historiador novo tornou-se comerciante ao mesmo tempo que sábio, intermediário, publicitário e administrador para controlar todos os níveis das redes de difusão dos trabalhos históricos. Os responsáveis pelas coleções históricas da maior parte das editoras são membros dos Annales. Assim, ocupam uma posição de poder essencial, o de selecionar as obras consideradas dignas de ser editadas e de deixar de lado as outras. Hegemônica, essa escola investiu simultaneamente sobre os órgãos da imprensa, nos quais propaga as próprias publicações a fim de assegurar-lhes o brilho necessário para ganhar um público maior. Dos laboratórios de pesquisa até os circuitos de distribuição, a produção histórica francesa tornou-se quase que um monopólio dos Annales³.

Seu sucesso é resultado de uma estratégia de captação dos procedimentos, das linguagens das ciências sociais vizinhas, de uma capacidade notável de apoderar-se das roupagens dos outros, para revestir uma velha dama indigna que se tornou antropofágica. Essa conquista é uma constante nessa escola, visto que pode melhor conduzir sua ofensiva, ao desenvolver uma estratégia nascida da lição aprendida com as três tentativas fracassadas de se realizar uma ciência social unificada no começo deste século: a tentativa da escola geográfica vldaliana, a da escola durkheimiana e a da obra de síntese de Henri Berr. Apresenta-se imediatamente como uma escola militante, à margem, que clama por socorro às ciências sociais para desestabilizar a história historicizante hegemônica; e apresenta-se como escola-mártir, vítima

do ostracismo para não espantar seus parceiros eventuais. Essa escola recusa todo dogma, toda filosofia ou teoria da história, daí a grande plasticidade e mobilidade e a capacidade de integração no maior campo de pesquisas possível. A conjunção da estratégia sólida de alianças com o ecumenismo epistemológico permite à escola dos Annales eliminar seus

1. J.-P. RIOUX, *Le monde du dimanche*. 7 de outubro de 1975.
2. *Pratiques culturelles des français*, ministere de la Culture. Dalloz. 1982. Pesquisa com 4.000 pessoas de Idade acima de 15 anos. realizada entre dezembro de 1981 e janeiro de 1982.
3. F. DOSSE. "Maln basse sur la ville", Llle Braudel. La Découverte, no prelo.

rivais. Construiu vasto império graças a uma guerra de movimento, na qual os termos da estratégia militar (fronteiras, territórios...) fazem parte do jogo até a conquista total. Para compreender esse triunfo, temos necessidade de localizar novamente as etapas. Marc Ferro sugere que essa escola possa ser o advento de uma ciência experimental desembaraçada das Ideologias e das visões de mundo. Tornar-se-ia uma disciplina autônoma, acima de qualquer suspeita e de qualquer influência. Tal concepção permite o não-questionamento dos fatores do sucesso dessa escola, das relações que ela manteve com o espírito de seu tempo e da função atribuída ao historiador. Ora, a história depende estritamente do lugar e da época em que é concebida. Como escreve Michel de Certeau: "A prática histórica é totalmente relativa à estrutura da sociedade"⁴.

Essa escola, mais que cinquentenária, já tem uma história e como dizia Lucien Febvre em 1946, "visto que o mundo se agita, os Annales se agitam também". É necessário, portanto, perguntarmo-nos em que esse novo discurso histórico respondeu à demanda social, sem realizar um estudo mecânico limitado a um jogo de espelhos entre a sociedade global e o discurso do historiador. Esse último tem autonomia e lógica disciplinar próprias no campo das ciências humanas. É esse segundo parâmetro que esclarece, de fato, as rupturas essenciais, as inflexões dos paradigmas dos Annales entre 1929 e hoje. Se a escrita histórica for filha de seu tempo e, desse ponto de vista, "não houver em lugar algum historiadores inocentes" (Jean Bouvier) e se ela estiver novamente situada no campo das ciências sociais, deverá também ser confrontada com um terceiro ponto de vista, ou seja, o da própria disciplina histórica, como disciplina autônoma possuidora de lógica própria enquanto profissão; e deverá ser confrontada com os problemas de lugar, de inovação e conservação e desse modo deverá perceber, a partir de uma sócio-história dos meios históricos e de um ponto de vista morfológico, o avanço do saber relacionado à sua Institucionalização. Somente a partir desses três olhares localizados na diacronia, é que podemos descobrir alguns núcleos racionais em ação, no discurso dos Annales.

Quem queira interrogar-se sobre a função do historiador e da história não pode evitar a reflexão sobre a história dos Annales, O que está em jogo é de importância, pois se trata

4. M. de CERTEAU. "Vopération historique". *Faire de l'histoire*. Gallimard, 1974, t. I, pp. 3-41. (Edição brasileira: -A operação histórica¹. História: novos problemas, Rio de Janeiro] Francisco Alves. 1976. p. 11.)

da própria existência da história, da sua capacidade de evitar a dupla tentação suicida, primeiro, a da fuga diante da diluição entre as outras ciências sociais e segundo, a do recuo à velha história positivista do século XIX. A condição de inquietude só pode provir da superação do empirismo e do rearmamento científico. A história permanece uma ciência em construção, à Imagem da nossa sociedade, da qual é Indissociável. Também continua o combate pela história .

OS ANNALES: COMITÊ DE DIREÇÃO

BLOCH

FEBVRE

BRAUDEL

MORAZÉ

FRIEDMANN

LE GOFF

LE ROY-LADURIE

FERRO

Secr.ou ass.de redação

LEUILLIOT

Secretário de comitê

MANDROU	Secr.ou ass.redação
BURGUIÈRE	Secr.comitê e sec.ass.redação
MAHN-LOT	Secr.do comitê
REVEL	Sec. Ass.de redação
VALENSI	Secr. do comitê
TRABUC	Sec.ass.de redação

Fonte: Herve COUTAU-BEGARIE, te Phénomène Nouvelle Histoire, Econômica, 1983, p. 257, quadro.

I CLIO REVISITADA

1. A PRÉ-HISTÓRIA DOS ANNALES

RETORNO ÀS FONTES

É necessário perceber o terreno em que cresceu a escola dos Annales, para compreender o porquê de sua posição hegemônica, sem que isso signifique uma concessão ao rito da tribo histórica, que Marc Bloch qualifica, após François Simiand¹, de ídolo das origens.

A criação da revista dos Annales resulta da dupla mutação que perturbou tanto a situação mundial no pós-1914-1918 quanto o campo das ciências sociais. Aliás, encontraremos essa dupla influência na origem de cada inflexão notável ocorrida na evolução do discurso dos Annales. Como disse Benedetto Croce: "Toda história é história contemporânea".

Jacques Lê Goff simplifica bem quanto escreve: "Não é por acaso que os Annales nascem em 1929, o ano da grande crise"²⁰ projeto de Marc Bloch e Lucien Febvre não se reduz a uma resposta pontual dos historiadores diante da crise que explode de maneira manifesta depois da quebra de Wall Street em outubro de 1929, já que a revista é lançada em janeiro do mesmo ano e, como projeto, remonta ao imediato pós-guerra. Entretanto, Jacques Le Goff não se enganou,

1. F. SIMIAND (1873-1935). sociólogo e economista durkheimiano. Professor do Collège de France de 1932 a 1935.

2. J. LE GOFF. *La nouvelle Nstolre*. Retz. 1978. p.214. (Edição em português: *História nova*, São Paulo, Martins Fontes, 1990. p. 30.)

pois a crise, posterior à criação da revista, estava muito relacionada ao sucesso dela. As quebras dramáticas da economia capitalista em escala mundial, alcançando de um só golpe a América e a Europa, questionam a idéia do progresso contínuo da humanidade em direção ao acúmulo de bens materiais. Essa crise está relacionada às questões novas que valorizam os aspectos econômicos e sociais, por sua vez mergulhados na deflação, na recessão e no desemprego. Nesse contexto, em que é forte a demanda para compreender e agir, é que a revista dos *Annales*, que leva o título de *Annales d'histoire économique et sociale*, responde inteiramente às questões de uma época que desloca o olhar dos aspectos políticos para os econômicos. Aliás, o aspecto econômico não esperou 1929 para invadir o horizonte político. Os anos 20 são dominados, aqui e ali, por grandes debates e por grandes decisões de ordem econômica. É em 1921 que Lênin afirma, ao engajar a Rússia na NEP, que o socialismo se define pelos soviétes mais a eletrificação, e é durante esses mesmos anos que as relações Internacionais são dominadas (e minadas) pela questão das reparações de guerra. Os políticos são cada vez mais julgados na medida de seus sucessos ou fracassos econômicos, e o cartel das esquerdas, na França, é Julgado por ter sucumbido diante do muro de dinheiro sobre o qual se alça Raymond Poincaré, que, ao restabelecer em 1928 o padrão-ouro para o franco, obtém um triunfo cujos frutos ele, em seguida, capitalizará no plano eleitoral. Diante da crise, os programas dos governos definem-se a partir de medidas econômicas escolhidas. Franklin D. Roosevelt deve sua eleição em 1932 ao programa do New Deal; a vitória da Frente Popular deveu-se em parte à reação contra a política deflacionária conduzida pela direita de Gaston Doumergue ou de Pierre Laval. A economia torna-se o aspecto pelo qual a sociedade dos anos 20 e 30 se pensa, e é nesse ambiente que a revista de história econômica e social de Marc Bloch e Lucien Febvre vai evoluir como peixe dentro d'água. Há certamente a intuição manifesta de dois grandes historiadores, mas também o discurso específico que nada mais faz que se adaptar ao mundo social no qual é enunciado. A

crise lança um desafio, cria a necessidade de quantificar as variáveis econômicas e principalmente a evolução dos preços. Nesse domínio, a historiografia assiste, durante esse período, ao lançamento de três obras-primas: as de François Simiand, Henri Hauser e Ernest Labrousse³. De fato, é a partir desses estudos que se desenvolve uma história econômica mais científica, reviravolta essencial a partir da qual Pierre Chaunu delimita a arqueologia dessa forma de história: "Tudo começa no horizonte de 1929-1930"⁴. "A medida entrou na história através dos preços. O choque aconteceu no dia seguinte ao da crise de 1929."⁵

Na origem desse novo discurso histórico codificado pela revista dos *Annales*, encontramos também o traumatismo e os efeitos da guerra de 1914-1918. Os milhões de mortos desta longa guerra levantam-se como no filme de Abel Gance, *J'accuse*, para lembrar aos vivos suas responsabilidades. Para o historiador. Isto significa a falência da história-batalha que não soube impedir a barbárie. A vontade deliberadamente pacifista do pós — guerra (a "der des der") e, por vezes, pacifista demais (Munique), incita à superação do relato da história puramente nacionalista, chauvinista, que foi o credo de toda uma Juventude desde a derrota de 1870. Ao contrário, todos desejam reaproximar as humanidades, os povos, e uma nova finalidade aparece, portanto, no discurso do historiador, o qual é então considerado como instrumento possível da paz, após ter sido arma da guerra. Célestin Bouglé fez, em 1935, o balanço dos esforços de organizações, de congressos históricos internacionais que convergiam nesse sentido⁶. A guerra anuncia o fim da Belle Époque para uma Europa em que se percebe as primícias do declínio ou da decadência⁷. Antes da guerra, tudo se decidia na Europa. O discurso eurocêntrico dos historiadores correspondia bem a um mundo unificado pelo capitalismo e dominado por Londres e Paris. Ao sair da guerra, a Europa está enfraquecida pela sangria humana que se eleva a vários milhões de mortos, pela destruição material, mas sobretudo pela ascensão de novas potências bem mais dinâmicas, como o Japão e principalmente os Estados Unidos. A imbricação mundial dos problemas, o estado de dependência para com o Novo Mundo relativizam a mensagem universal dos europeus e mudam a direção também do discurso do historiador, no sentido de superar o eurocentrismo, no sentido de levar em consideração os destinos no plural e as civilizações múltiplas. É nesse contexto de

3. F. SIMIAND. *Recherches anclennes et nouvelles sur te mouvement general des prlx du W/e cru XIXe siècle* (1932).

H. HAUSER (1866-1946). pioneiro da história econômica do século XIV ao estudar as origens do capitalismo moderno na França. *Recherchas ef documents sur l'histolre des prix en Franco de 1500 à 1800* (1936). E. LABROUSSE (nascido em 1895). professor da Sorbonne e da EPHE (VI seção), *Esqulsse du mouvement des prlx et des revenus en Franca ou XVIIIe s/èc/e* (1933).

4. P. CHAUNU. *Hlstralre et sclence soclale*. SEDES. 1974. p. 56.

5. P. CHAUNU. "L'histolre serlelle: bilan et perspectives", *Revue hlstortque*. 1970. p. 302.

6. C. BOUGLÉ. *Bilan de la sociologia française contemporolne*. 1935. p. 29.

7. A. DEMANGEON. *Le Déclln de fEurope. 1920*. O. SPENGLER. *Déclln deVOccldent, 1920*.

questionamento das certezas anteriores à guerra que podemos compreender o discurso dos *Annales*, e não somente na evolução própria do discurso do historiador desvinculado da realidade. Como afirma Lucien Febvre: "A crise da história não foi uma doença específica que atingisse unicamente a história. Foi e é um dos aspectos, o aspecto propriamente histórico, de uma grande crise do espírito humano"⁸.

Essa crise global, ou crise de civilização, não afetou somente os historiadores; perturbou as certezas de todos os meios intelectuais, em plena efervescência nos anos 30, como demonstraram Jean Touchard e Pierre Andreu⁹. Encontramos numerosos pontos em comum entre o discurso dos *Annales* e este "espírito dos anos 30", que anima muitos movimentos de jovens intelectuais de oposição: "A revolta exaltava a maior parte da juventude Intelectual"¹⁰. Revistas novas são lançadas nos anos 30: *Plans*, dirigida por Philippe Lamour; *Esprít*, de Emmanuel Mounier; ou ainda *Combat*, *L'Homme nouveau*, *Les Cahlers*, de Jean Pierre Maxence, *RéacVion*, de Jean de Fabrègues, *Critique sociale* e sobretudo *L'Ordre nouveau*, de Raymond Aron e Arnaud Dandleu, que publicaram juntos em 1931 *La Décadence de la nation française* e *Le Câncer amérlicain*. Deixando de lado as diferenças entre os diversos meios intelectuais, pode-se falar de uma geração e de uma temática comum: "A solidariedade do perigo cria entre nós uma unidade que nem mestres nem doutrinas souberam criar, unidade de recusa diante da miséria desoladora de uma época em que tudo que o homem pode amar e querer encontra-se desvinculado de sua origem viva, se encontra estigmatizado, desnaturado, Invertido e aplainado"¹¹. Aí se encontram os diferentes combates pela história, de Lucien Febvre e Marc Bloch. Em primeiro lugar, "os grandes temas dos anos 30 são os temas anti"¹². Ora, o ponto de fixação do discurso dos *Annales* origina-se na oposição sistemática, na rejeição total da historiografia dominante, dita positivista. A identidade dos *Annales* constrói-se, de fato, com base na contestação da geração dos mais velhos, a de Lavissee, Seignobos, Langlois. O segundo traço marcante desses intelectuais dos anos 30 é a rejeição da política. O jogo político, a

8. L. FEBVRE. *CombatspourlNstolre*. A. Colin, 1963, p.26. (Edição «m português: *Combatas pela história*. 2° ed. Lisboa. Presença, 1985, p.35.

9. J. TOUCHARD, "L^asprít des années 1930", *Tendances polltiques dans la vi» française depuls 1789*, Colóquio, 1960; e P. ANDREU, "Los ldees polltiques de la jeunesse intellectuelle de 1927 à la Guerre", *Revue des travaux de l'Academia de Sciences Morales et Polltiques*. 1957. pp. 17-35.

10. P. ANDREU. *Ibid*.

11. D. de ROUGEMONT. "Cahiers de revendications", *NRF*. 20. 1932. p. 51.

12. J. TOUCHARD, *Ibid*. p. 101.

vida parlamentar, os partidos políticos são postos de lado por esses Intelectuais. O estado é suspeito e

rejeitado como exterior à sociedade, como corpo alógeno, e suscita um fenômeno de rejeição violenta: "Sejam eles moderados, radicais, socialistas ou comunistas, todos os tenores da política, cujos nomes brilham no sucesso das tribunas ou nas manchetes dos jornais, carregam a marca da infâmia: uma espécie de cumplicidade sórdida, de convivência imunda, bem evidentes nos corredores e no bares"¹³. A revista *L'Ordre nouveau* faz o apelo para não se votar em abril-maio de 1936: "É proibido votar como é proibido cuspir no chão"¹⁴. No entanto, *L'Ordre nouveau*, viveiro de idéias novas, tencionava "abolir a condição proletária" e lançava as bases da "Icária do século XX"¹⁵. A rejeição do aspecto político é também manifesta em Marc Bloch e Lucien Febvre. Traçam um percurso centrado nos aspectos econômicos e sociais, abandonando completamente o campo político, que para eles se torna supérfluo, anexo, ponto morto no horizonte deles. Esse espírito dos anos 30 é também uma reflexão sobre o declínio, a decadência, a ineficácia das Ideologias, sobre o sobressalto necessário, que venha dar lugar ao homem percebido enquanto personalidade, enquanto singularidade: "Trata-se /.../ de recriar, em uma palavra, a civilização humana"¹⁶. Essa reflexão levou à rejeição das duas realidades existentes: o capitalismo, com suas contradições e crises que resultam em milhões de desempregados, e os regimes totalitários, tais como o fascismo e o nazismo, mas também rejeita a solução da revolução coletivista e, portanto, do modelo soviético: "*L'Ordre nouveau* prepara a revolução da ordem contra a desordem capitalista e a opressão bolchevique /.../"¹⁷. É a busca de uma terceira via. Nos temas inauguradores do discurso dos *Annales*, reencontra-se essa aspiração por um futuro humano novo, moderno e liberado do estado. Marc Bloch se Interroga sobre essa Europa ameaçada pelo viés da história medieval em *A Sociedade feudal*. Ao mesmo tempo em que preconiza uma história comparativa, também pertence plenamente a uma geração que multiplica as instituições capazes de promover os diálogos eruditos internacionais¹⁸. Marc Bloch e Lucien Febvre participam plenamente desse

13. D. ROPS, *L' Ordre nouveau*. outubro de 1933. citado por J. TOUCHARD. *Ibid.*, p. 102.

14. *V Ordre nouveau*. abril de 1936. citado por J. TOUCHARD. *Ibid.* p. 102.

15. P. ANDREU. *Ibid.*.

16. *Plans*. n.º1. p.9.

17. Prospecto do lançamento de *L' Ordre nouveau*.

18. 1930: Institut d' études comparées em Oslo. 1935: Fondation J. Bodin em Bruxelas. Debates entre alemães e poloneses sobre a Silésia.

espírito dos anos 30 ao lado desses "não-conformistas", dentre os quais, inclusive, alguns terminarão a carreira na Academia Francesa (Thierry Maulnier, Daniel Rops, Robert Aron e Georges Izard), assim como os contestadores de Estrasburgo acabarão por impor sua concepção de história a toda a comunidade de historiadores.

O outro impulso que o meio historiador conhece, fator de crise, depois de vitalidade, provém do campo das ciências sociais. O questionamento do evolucionismo, da idéia de progresso, desloca a reflexão da história para outros terrenos, exteriores ao seu próprio território. Esse período é marcado pelas novas ciências sociais, como a lingüística, a psicanálise, a antropologia e, sobretudo, por esta ciência que tem por objeto a sociedade: a sociologia, com a escola durkheimiana: "A racionalidade burguesa abandonou a história e refugiou-se na economia política, em parte também na sociologia". Émile Durkheim foi encarregado do primeiro curso de sociologia, enquanto tal, na Faculdade de Letras de Bordéus, em 1887. Criou uma escola e, como mostrou V. Karady²⁰, teve êxito na conquista de posição hegemônica nessa disciplina. Mas a sociologia tinha ainda muito caminho a percorrer para se impor diante das disciplinas clássicas da universidade. A estratégia da escola durkheimiana consistiu em ganhar terreno em uma guerra de movimento, de conquista no território das ciências humanas vizinhas, propondo-lhes relações de interdependência e a oferta de serviços. A jovem sociologia durkheimiana tem explicitamente a ambição de realizar a unificação, sob seu comando, do conjunto das ciências humanas, por trás do conceito de causalidade social. Desse modo, ataca a fortaleza da história, disciplina fortemente implantada nas instituições universitárias. Passa a ter, desde 1897, um órgão para defender suas teses: *L'Année sociologique*²¹. Émile Durkheim não nega o valor da história, que considera essencial, mas modifica-lhe o estatuto. O historiador deve contentar-se em apanhar, coletar os materiais com os quais o sociólogo fará o mel: "A história só pode ser considerada uma ciência desde que se eleve acima do individual - e é verdade que, então, deixa de ser ela mesma para tornar-se um ramo da sociologia"²². O historiador que se propusesse a comparar, interpretar, tornar-se-ia sociólogo, e

19. A. GUERREAU. *Le Féodalisme: un horizon théorique*. Le Sycomore. 1980. p. 142. (Edição em português: *O Feudalismo. Um horizonte teórico*, Lisboa, Edições 70. s/d. p. 174.)

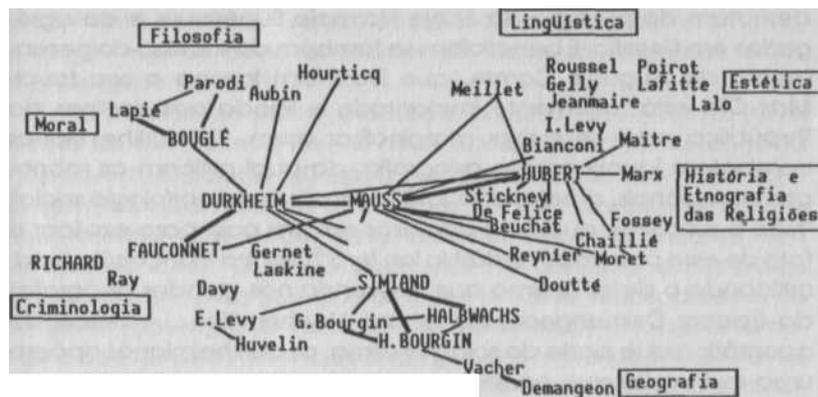
20. V. KARADY, "Durkheim, les Sciences sociales et l'universite: bilan d'un demi-echec", *Revue française de sociologie*, abril de 1976.

21. Ver quadro.

22. E. DURKHEIM. *L'Année sociologique* (6). 1903. pp. 124-125.

ENSAIO DE DIAGRAMA DA ÉPOCA: RELAÇÕES E ESPECIALIZAÇÃO

Direito



PolitticalEconomia

As Linhas que ligam as pessoas simbolizam as relações (de colaboração, de ensino, de amizade, etc) consideradas importantes. As linhas mais espessas indicam relações mais intensas. Os nomes dos principais colaboradores de *L'Année sociologique* 1^o série estão em letras maiúsculas.

Fonte: Ph. BESNARD, "La formation de l'équipe de *L'Année sociologique*, *Revue Française de Sociologie*, janeiro-março de 1974, XX.

a história nada mais seria do que uma disciplina auxiliar para o mestre sociólogo. Na perspectiva da conquista de uma posição central e dominante, esse grupo de durkheimianos dá provas de grande coesão, ligada a certa rigidez dogmática que fará fracassar seu projeto. Luta em duas frentes²³, tanto contra o organicismo católico de Le Play quanto contra o socialismo. À "divisão social do trabalho" de Karl Marx, ele opõe a "divisão do trabalho social". Preconiza um pensamento consensual enfeitado pela modernidade do discurso cientificista, alimentado, nesse fim do século XIX, pelo sucesso do positivismo filosófico, esfera do saber da qual nasceu a sociologia: "É preciso que nossa sociedade retome a consciência de sua unidade orgânica /.../. Muito bem, senhores, creio que a sociologia está, mais do que qualquer outra ciência, em condições de restaurar essas idéias"²⁴. Aos historiadores, os durkheimianos oferecem nova área de pesquisa, a sociologia da religião, encarada como linguagem comum, passível de uma renovação que rompa com a tradição dos estudos escolásticos desvinculados do social. Além disso, beneficiam-se da conjuntura universitária favorável²⁵. Num sistema universitário

23. Ver D. LINDENBERG. *Le marxisme Introuvable*. Calmann-Lévy, 1975.

24. E. DURKHEIM, "Leçon d'ouverture du cours de science sociale", *Revue Internationale de Renseignement*, XV, 1888, p. 48.

25. V. KARADY. "Stratégies de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens", *Revue française de sociologie*, 1/1979 (XX), pp. 49-82.

em renovação, podem pretender ocupar um lugar, visto que já desfrutaram do prestígio da École Normale Supérieure e da *agrégation* em filosofia. E beneficiam-se também do sucesso do pensamento de Auguste Comte, que Durkheim invoca a seu favor. Mas Clio está fortemente implantada e ligada aos destinos da República para se deixar marginalizar assim. Os durkheimianos combatem igualmente a geografia, da qual criticam as monografias regionais, desejando substituí-las por uma morfologia social: "Não é suficiente que haja carneiros em um país, para explicar o fato de esse país possuir indústria lanífera"²⁰, ironiza François Simiand, criticando o determinismo que desvenda nos grandes geógrafos da época: Demangeon, Blanchard, Vacher, Sion... À descrição geográfica que parte do solo, do clima, os durkheimianos opõem uma reviravolta que privilegia a pesquisa das causalidades, cujo lugar está na sociedade. A geografia deve, portanto, desaparecer como disciplina distinta. Aqui também, os sociólogos se arrebatam sobre uma rocha particularmente sólida, a da escola geográfica italiana no apogeu da glória. Os durkheimianos devem contentar-se, no entre — guerras em Paris, com quatro cátedras na Sorbonne e uma cadeira no Collège de France com Marcel Mauss. Essa situação não reflete, no entanto, o brilho dessa escola, da qual Célestin Bouglé resumia a situação, em 1927, ao dizer que o centro não estava em parte alguma e a circunferência por toda parte²⁷. Ao fracassar nas margens das grandes instituições universitárias, os sociólogos precisaram isolar-se na École Pratique des Hautes Études e criar, em 1924, o Instituto Francês de Sociologia, no qual se destacam, entre os quarenta membros, todos os pais fundadores da equipe do *L'Année sociologique*²⁶. Esses fracassos ou sucessos parciais da escola durkheimiana estavam relacionados ao nascimento dos *Annales*, em 1929. Lucien Febvre e Marc Bloch retomaram o programa dos sociólogos e, sobretudo, a estratégia de tudo absorver. O bloqueio das carreiras na universidade contribuiu, no entre — guerras, para o abandono das jovens disciplinas ainda não instaladas, como a sociologia, e deslocou as inovações para o lado das disciplinas mais antigas²⁹. A renovação bem sucedida veio, de fato e paradoxalmente, da velha disciplina histórica: "*L'Année sociologique*, imagino eu, foi para Marc Bloch quase o mesmo que foram os *Annales* para a minha geração"³⁰. Um dos padrinhos da escritura dos

26. F. SIMIAND. *L'Année sociologique*. t. XI 1906-1909, p. 729.
 27. C. BOUGLÉ "Corriment étudief la sociologie à Pa*?". *Annales da l'université de Paris*, 1927, pp. 313-324.
 28. Bouglé, fauconner. Davy. Halbwechs. Mau» Simiand.
 29. J. HEILBRON. "Les métamorphoses du durkheimme: 1920-1940". *Revue française» da sociologia*, abril/junho de 1985. p. 226.
 30. G. Duby. prefácio à *L'Apologie do l'histoire* de Marc Bloch. A. Cola 1974. p. 8.

Annales acabou por ser Émile Durkheim, de quem Marc Bloch se reconhecia deverdor: "Ensinou-nos a analisar mais profundamente, a cingir mais de perto os problemas, a pensar, digamos assim, menos ligeiramente"³¹.

Uma bomba de efeito retardado explode, em 1903, na nova revista de Henri Berr: a *Revue de synthèse historique*; foi lançada pelo Jovem sociólogo (30 anos) François Simiand. Seu Incendiário artigo, "Método Histórico e Ciências Sociais", constitui o desafio mais radical que a disciplina histórica havia conhecido, um verdadeiro OPA. O artigo integra-se no conjunto da ofensiva global dirigida pela sociologia, que intima os historiadores a se renderem aos argumentos dela, a se submeterem à sua problemática e a se tornarem coletores empíricos dos materiais Interpretáveis pela única ciência social com vocação homológica, a sociologia. Ao se ater essencialmente à obra metodológica de Charles Seignobos, lançada em 1901, *Méthode historique applliquée aux Sciences sociales*, François Simiand joga uma pedra devastadora no charco. Ele apela para os historiadores se desembaraçarem de seus ouropéis a fim de se renovarem, e retoma a metáfora de Bacon sobre os "ídelos da tribo dos historiadores". Estes são em número de três, todos Inúteis. Em primeiro lugar temos "o ídolo político, ou seja, o estudo dominante, ou pelo menos a preocupação perpétua da história política"³²; aí se acrescentam "o ídolo individual ou o hábito inveterado de conceber a história como história dos indivíduos" e, enfim, "o ídolo cronológico, ou seja, o hábito de se perder nos estudos das origens"³³. Questiona frontalmente a capacidade dessa velha disciplina Implantada, que é a história, de se constituir como melo de conhecimento positivo. A jovem sociologia, pelo contrário, propõe-se a ser "o *corpus* das ciências sociais"³⁴. Convida os historiadores a passar do fenômeno singular para o regular, para as relações estáveis que permitem perceber as leis e os sistemas de causalidade. Convida-os a deslocarem, enfim, sua observação do individual para o social. Nesse começo de século XX, a escritura da história confina-se, de fato, à esfera política, à qual se consagram mais da metade das teses e mais de três quartos dos DES [*Diplomesdétudes superieums*] e das questões do concurso de Ingresso à carreira universitária. Quanto ao ídolo individual, o dos estudos biográficos, conta ainda com mais de 30% das teses até 1904, mas desde

31. M. BLOCH. *Apologie pour l'histoire*. A. Colin. 1974. p. 27. (Edição em português: *Introdução à l'histoire*, Lisboa. Europa-América. s/d, p.20
 32. F. SIMIAND. "Methode historique et science sociale". *Revue o» synthèse historique*, 1903. reeditado nos *Annales*, 1960. p. 117.
 33. *Ibid*.
 34. R. CHARTIER, J. REVEL. "L. Febvre et les Sciences sociales". *Historiens et géographes*, 2/1979. p. 430.

o pós-guerra regride sensivelmente para representar apenas 17% das teses no período 1919-1938³⁵. Essa intervenção de François Simiand constitui uma parte do conjunto de debates e controvérsias que atinge todas as ciências humanas e mais especialmente historiadores e sociólogos, os quais disputam entre si o controle do mesmo campo de saber. Desde 1894, Pierre Lacombe publica a primeira edição da *L'Histoire considerée comme science*. Atribui à história a perspectiva sociológica e a pesquisa das leis. Ele já convida, antes de Simiand, os historiadores a se afastarem dos acontecimentos, a se afastarem de tudo que fosse do domínio do único, do singular, pois uma ciência deve estabelecer os paralelos e as constantes. O diretor da *Revue historique* parece sensibilizar-se com as críticas formuladas e manifesta a esperança de uma história renovada, que se abra para os movimentos lentos e para as condições econômicas e sociais mais propícias à elaboração de leis. Mas não é essa a evolução que segue o *establishment* histórico; ao contrário, ele se agrupa em torno do livro manifesto que pretende ser uma demonstração de força ante a ofensiva dos sociólogos, *Méthode historique appliquée aux Sciences sociales*, de Charles Seig-nobos, publicado em 1901. Seignobos *nega à sociologia* o primeiro lugar no seio das ciências sociais e considera os historiadores como os únicos federalistas. Com esse livro, a guerra é declarada. É nesse contexto que François Simiand vai à luta e duela em um combate que parece ser, em um primeiro momento, um "erro tático"³⁶ em razão de a escola durkheimiana adotar, de preferência, a estratégia da promoção de relações de complementaridade. Essa ofensiva logo resultou no fechamento da corporação histórica sobre si mesma. Por outro lado, Simiand priva-se da aliança virtual com os historiadores Inovadores, como Paul Mantoux, Gabriel Monod...³⁷, no que se refere ao outro eixo da polêmica, que o opõe a uma economia conceituai desvinculada dos fatos. A intervenção de François Simiand inscreve-se, de fato, tanto contra o ideografismo dos historiadores quanto contra o nomo-tetismo dos economistas. Esse artigo conhecerá sucesso notório na medida em que a escola dos *Annales* retomará, termo a termo, o programa dele para combater a história historicizante e promover a história nova. Dessa diatribe de 1903, os

35. O. DUMOULIN. *Profasslon historien: 1919-1939*. tese de 3«ciclo. EHESS. 1984, pp. 233-236.
 36. Ph. BESNARD. "Impérialisme sociologique face à l'histoire". *Journées annuelles de la Societé française de sociologia*, Lille. 6/1984.
 37. P. MANTOUX (1877-1956), tese de 1906, *La Révolution Industrielle au XVIII e siècle en Inglaterra*. G. MONOD (1844-1912), professor do Collège de France em 1905, fundador em 1876 da *Revue historique*.

Annales extrairão o essencial do seu aspecto inovador, da hlstórla-problema à promoção de pesquisas coletivas, sem esquecer da construção de modelos, mas desta vez em benefício de uma história federalista e não da sociologia.

Este texto "aparecia como uma espécie de matriz teórica"³⁸. Marcará profundamente a geração de Marc Bloch e Lucien Febvre, o qual reconhecia, fato raríssimo, "a Influência paralela" que François Simiand exercera sobre ele³⁹. Marc Bloch e Lucien Febvre reagirão contra essa marginalização da disciplina histórica preconizada por Simiand, não se isolando por detrás de posições até ali ocupadas por sua disciplina, mas transportando a história para o próprio campo das ciências sociais. A réplica de 1929 ao desafio durkheimiano consistirá, portanto, em realizar o programa de Simiand. Para mostrar bem que a lição foi assimilada, que os ídolos sobreviveram, a revista dos *Annales* publica novamente em 1960 o artigo de Simiand.

Há outro pólo Impulsionador de vitalidade particular nesse começo de século; provém de uma disciplina tradicionalmente próxima, na França, dos historiadores: a geografia. Pierre Vidal de La Blache, no Início historiador, volta-se a partir de 1872, depois da derrota francesa, para a geografia, a fim de responder ao desafio da Alemanha, mais voltada do que a França para o estudo do mundo contemporâneo. Sua sistematização do objeto geográfico vai servir de modelo à futura escola dos *Annales*. A geografia, que nasce por volta dos anos de 1880, na França, se consagra, como mais tarde os *Annales*, na reação contra o positivismo da escola historiográfica. Pretende eliminar o acontecimento, o político, e fixar-se no tempo atual e interessa-se por tudo que se mantém no presente, pelas permanências que formam a trama de nossas paisagens, a trama dos torrões do fim do século XIX e do início do século XX. Essa orientação valoriza certo número de noções que caracterizam a geografia vidaliana, ou seja, o "melo", o "modo de vida", "o cotidiano". Essa geografia aspira ser, antes de tudo, a ciência do concreto, do observável. Encontramos aqui as fontes profundas da inspiração dos *Annales*. Há, no entanto, alguma contradição por parte dos historiadores ao utilizarem uma ciência que privilegia "aquilo que é fixo e permanente"⁴⁰. Certamente, Vidal de La Blache não estabeleceu um elo mecânico entre

38. J. REVEL. "Histoire et Sciences sociales: les paradigmes de Annales, *Annales*. 11-12/1979. p. 1362.

39. L. FEBVRE, *Pour une histoire à part entière* (1940), 1963, SEVPEN. p. 311.

40. VIDAL DE LA BLACHE. *Tableau géographique de la France*. 1911, p. 385.

o melo natural e a sociedade humana, pois esta dispõe de diversas soluções para se adaptar ao meio. Entretanto, os limites atribuídos ao homem são estreitos e "o homem apenas triunfa sobre a natureza pela estratégia que ela lhe impõe e com as armas que ela lhe fornece"⁴¹. O objeto da geografia vidaliana apenas incidentalmente é o homem: ela é, antes de tudo, a ciência dos lugares, das paisagens, dos efeitos visíveis sobre a superfície terrestre, dos diversos fenômenos naturais e humanos. O homem humaniza a natureza ao mesmo tempo em que se dá a naturalização do homem. A geografia vidaliana aspira ser, antes de tudo, descritiva. A dupla visível/invisível aqui funciona reificada em uma imagem perceptível no melo da cartografia, da fotografia ou da simples excursão ao campo⁴². A ordem do discurso vidaliano corresponde à ordem das coisas no processo de identidade. Compreender, para Vidal de La Blache, é apenas localizar e comparar. A geografia vidaliana se afirma, então, como disciplina do presente contra a história historicizante⁴³. A geografia vidaliana inspira-se em conceitos biológicos, os quais utiliza para redefinir novos recortes e construir a geografia humana. Nos aspectos econômicos do discurso vidaliano, a comunidade é assimilada à célula, o país rural ou urbano é assimilado ao tecido celular, a região é assimilada a um órgão e a nação ao organismo⁴⁴. Só pode haver aí relação de complementaridade naquilo que se percebe como organismo, no qual todos os componentes asseguram o bom percurso do ser vivo. Da mesma maneira que as partes são solidárias no organismo, no corpo social os diversos elementos concorrem para o desenvolvimento harmonioso do conjunto. A reprodução do mesmo pertence à normalidade, porém escamoteia as superações dialéticas. Privilegiar as permanências leva ao desenvolvimento da geomorfologia, que permite valorizar as estruturas estáveis das paisagens. Aliás, acrescenta-se a essa escolha metodológica a influência de De Martonne, genro e sucessor de Vidal na Sorbonne em 1909. No mesmo espírito, os vidalianos privilegiam a história rural e partem em busca dos traços permanentes. Privilegiando mais os espaços rurais do que os urbanos, preferem a terra às fábricas, os campos recortados às cidades tentaculares, as imobilidades pastoris às transformações Industriais. Outro traço marcante do percurso vidaliano, que encontraremos nos *Annales*, é a descon-

41. VIDAL DE LA BLACHE. "La géographie politique". *Annales de géographie*, 1898. p. 102.

42. J. M. BESSE, "Ideologie pour une géographie", *Espace-Temps*. n° 12, 1979.

43. C. GRATLOUP. "Après l'empire. le beau temps", *Espaces-Temps*. n° 30, 1985, p. 53.

44. Ph. BACHIMON, "Physiologie d'un langage", *Espaces-Temps*. n° 13. 1979.

fiança em relação a toda construção teórica muito rígida e a preferência pela descrição e pela observação. Multiplicam-se, então, as monografias regionais que contribuíram para a sua glória⁴⁵. Elas vão semear a escritura dos *Annales*, vão abrir o território dos historiadores para as paisagens, para as permanências e vão permitir ao especialista da história sair dos arquivos, dos mercuriais, dos cartulários, para se libertarem. Lucien Febvre reconhecia essa paternidade; "Poder-se-ia dizer que, em certa medida, foi a geografia vidaliana que engendrou a história que é a nossa"⁴⁶. Destaca, aliás, desde os primeiros artigos na *Revue de synthèse historique*, a contribuição dessas monografias regionais. A escola geográfica, bem unida, tinha uma vantagem sobre a escola durkheimiana, a da melhor penetração universitária. De Martonne foi o organizador desse enquadramento vidaliano, ao multiplicar as cabeças-de-ponte da geografia nova não somente em Paris como também na província. Os geógrafos, além de dotados de uma revista que se torna órgão oficial, os *Annales de géographie*, desde 1891, também multiplicam, nos

anos 20 e 30, as revistas de geografia regional para prolongar seus estudos monográficos. Por outro lado, De Martonne funda a Associação dos Geógrafos Franceses, consegue a abertura do Instituto de Geografia de Paris em 1923, preside em 1921 a criação do Comité Nacional de Geografia e lhe confiam a organização do Congresso Internacional de Paris em 1931 pela União Geográfica Internacional, "ponto culminante da escola geográfica francesa"⁴⁷. O itinerário de um historiador dos *Annales*, Pierre Vilar, é sintomático da ampla influência que a escola vdlaliana exerceu. Ele foi, antes de tudo, geógrafo. Foi M. Sorre que o aconselhou a estudar a região que veio a se tornar sua especialidade, a Catalunha. Inscreveu-se para a elaboração de tese sob a orientação de Albert Demangeon, que lhe apresentará Marc Bloch. O último ponto forte da geografia que os *Annales* retomam é a ligação com o poder, a reflexão sobre a crise⁴⁸. Albert Demangeon participava de numerosos comitês envolvidos em projetos de investimentos a longo prazo. Esse elo entre os eruditos e o poder era o trabalho de campo e beneficiava uma geografia que respondia à demanda social, enquanto que a história

45. 1905: *A Picardia*, de A. DEMANGEON. 1906: *A Flandres*, de R. BLANCHARD. 1907: *A Baixa Normandia*, de FEL ICE. 1908: *O Berr*, de VACHER e O *Poltau*, de PASSERAT. 1909: *Os Camponeses da Normandia oriental*, de J. SION. 1913: *A Noção de paisagem nos Pirineus mediterrânicos*, de M. SORRE.

46. L. FEBVRE. *Annales*. 1953, p. 374, nota.

47. N. BROU. *Au berceau des Annales*. Presses de l'université de Toulouse. 1983. p. 248.

48. A. DEMANGEON. *Le Déclin de l'Europe*. 1945.

nesses anos estava totalmente desvinculada do presente.

Compreende-se a força do desafio lançado pelos geógrafos aos historiadores, visto que a história não se sentia muito bem. Embora seja preciso esperar ainda um pouco para ver a consagração dos esforços dos geógrafos, com a criação do concurso de ingresso à carreira universitária de geografia em 1941, a progressão em termos de cátedras universitárias é logo notável. Se, em 1914, calculava-se um professor de geografia na universidade para cinco professores de história, a proporção será de um para três em 1938. Esse revigoração realiza-se no interior da crise do ofício de historiador, do bloqueio das carreiras, da estagnação do número de cátedras. Se, como destaca Charles-Olivier Carbonell⁴⁹, o número de cátedras de história aumentou bastante no fim do século XIX (mais de 50% entre 1875 e 1905), a média de idade dos historiadores universitários era, então, muito baixa (a metade dentre eles tinha menos de 42 anos em 1900) e os cargos eram ocupados por muito tempo. Em relação a essa idade de ouro, o entre-guerras parece ser o período de crise grave do ofício de historiador⁵⁰. Enquanto que entre 1919 e 1939 o número de cátedras da Faculdade de Letras de Paris passa de 39 a 59, o número de cátedras de história permanece o mesmo (doze), apesar do afluxo crescente de estudantes nessa disciplina. A carreira universitária dos historiadores torna-se uma porta estreita, arriscada a fechar-se diante deles, e observa-se o envelhecimento geral do corpo docente (a média de idade na Sorbonne em 1934 é então de 62 anos). A carreira dos historiadores que, no entanto, havia conquistado bem depressa posição de destaque, acaba se ressentindo disso. Fernand Braudel, concursado em 1923, precisou esperar até 1938 para que uma instituição marginal, embora dotada de legitimidade intelectual, a IV seção da EPHE [*École pratique des hautes études*], o acolhesse, após a passagem pelo Liceu da Argélia e pela Universidade de São Paulo. Georges Lefebvre, apesar da notoriedade que lhe conferiu sua tese, precisou tentar três vezes para entrar na Sorbonne e só conseguiu a cadeira de História da Revolução Francesa em 1937, com 63 anos⁵¹! No topo da hierarquia encontra-se o Collège de France e desse ponto de vista os fracassos conhecidos pelos dois promotores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre, são altamente significativos do bloqueio das carreiras. Lucien Febvre é eleito para o Collège de France em 13 de dezembro de 1932, após dois insucessos com o apoio da tradição do ensino de história moderna, o que pode parecer paradoxal vindo de um inovador como ele, mas o essencial era ocupar a cadeira. Quanto a Marc Bloch, mais infeliz. Jamais chegará ao Collège de France, apesar de duas candidaturas⁵². Suas opções inovadoras, no mercado saturado, não lhe permitem aspirar a uma situação institucional do mais alto nível.

É necessário acrescentar outra fonte que alimentou os historiadores dessa época: a própria revolução do espírito científico. "Nossa atmosfera mental já não é a mesma. A teoria cinética dos gases, a mecânica einsteiniana, a teoria dos quanta, alteraram profundamente a Idéla que ainda ontem todas as pessoas formavam da ciência"⁵³. Em que essa revolução científica pode modificar a perspectiva do historiador? Lucien Febvre e Marc Bloch utilizam-na como argumento contra a história historicizante que fetichiza o documento escrito a ponto de fazer dele a explicação histórica. Eles vêem na teoria das probabilidades, na teoria da relatividade da medida temporal e espacial, a possibilidade de a história aspirar, da mesma maneira que as ciências ditas exatas, ao estatuto de ciência, contanto que critique os testemunhos do passado, elabore fichas de leitura, teste as hipóteses, passe do dado ao criado através de um percurso mais aberto e ativo: "A pesquisa histórica, como tantas outras disciplinas do espírito, cruza o seu caminho com a grande via real da teoria das probabilidades"⁵⁴. A pesquisa histórica pode tomar emprestada a via das pesquisas causais a partir da crítica dos documentos, mesmo se aos olhos dos promotores dos *Annales* ela deva se precaver contra toda metafísica, contra todo monismo de causalidade. Outro referencial científico que desempenhou papel de modelo para os *Annales* foi a obra *Introduction à la médecine expérimentale*. Com Claude Bernard, o deslocamento opera-se no domínio médico do visível para o não visível: "A história seguiu, de certo modo, o mesmo Itinerário"⁵⁵. Lucien Febvre e Marc Bloch tentam substituir a história geral tradicional por uma história experimental, que não tenha por objeto o conhecimento imediato, mas o

49. Ch. O. CARBONELL. *Au berceau des Annales*. Presses de l'université de Toulouse. 1983. pp. 89-104.
 50. O. DUMOULIN. *Profession historien: 1919-1939*. pp. *cit.*
 51. *Ibid.*, p. 89.
 52. M. Bloch candidatou-se duas vezes: 20 de janeiro de 1929 e 13 de janeiro de 1935. Ao contrário de L. Febvre. Bloch é pioneiro ao promover uma história comparativa, e depois se voltar para a história económica.
 53. M. BLOCH. *Apologie pour l'histoire*. op. cit., p. 29 (p.22 da ed. portuguesa).
 54. M. BLOCH. *Ibid.*, p. 107.
 55. M. FERRO. *L'Histoire sous surveillance*, Calmann - Lévy. 1985, p. 135. (Edição em português: *A História vigiada*. São Paulo. Martins Fontes, 1989, p. 95.)

conhecimento mediado por muitos estudos de caso.

A ERA LAVISSE

A definição de história, no momento da criação dos *Annales*, não havia conhecido modificação substancial desde Tucídides. Em 1694, o dicionário da Academia Francesa definia a história: "A narração das ações e das coisas dignas de memória". A oitava edição, em 1935, apresentava o mesmo significado: "O relato de ações, de acontecimentos, de coisas dignas de memória", A história-relato ainda reina nos anos 30. Os historiadores distanciam-se das outras ciências e delimitam um território restrito mas específico para seus trabalhos. Perante as ciências que pesquisam a construção de leis, cujo objeto é a repetição, a regularidade dos fenômenos, a história coloca-se como disciplina ideográfica, que pesquisa o particular, o singular, aquilo que não se reproduz, deixando às ciências nomotéticas a tarefa de descobrir as leis da natureza. Essa concepção de história fez progredir a pesquisa ao conferir atenção particular à crítica das fontes, à classificação das mesmas, desenvolvendo assim a erudição. Este progresso da erudição na escola historiográfica francesa apoiou-se bastante, no século XIX, no aparelho do estado. Há muito tempo que o historiador estava a serviço do poder real, ao qual conferia uma imagem lisonjeira. No século XIX, o estado facilita as pesquisas ao financiar numerosas instituições históricas. Assim, aumenta o número de historiadores remunerados, funcionários do estado. "O próprio estado torna-se historiador"⁵⁶. Guizot criou o Comité dos Trabalhos Históricos, a Comissão dos Monumentos Históricos; funda, em 1846, a Escola Francesa de Atenas etc. A pesquisa histórica organiza-se e racionaliza-se. É uma revolução metodológica incontestável que se realiza no interior do estado no qual ela permanece enfeudada: "Como não havia de ser, desde logo, o discurso dos historiadores um discurso sobre o estado?"⁵⁷ A Europa era atravessada, então, pela Idéia nacional, que domina as análises. Na primeira metade do século XIX, o historiador francês deve reconciliar a nação, superar as clivagens nascidas da Revolução de 1789 para legitimá-la e instituí-la como fundadora de tempos novos, aliás, tempos esses em que as contradições, os conflitos desaparecem por detrás da concretização das aspirações do povo reunificado. É assim que os historiadores Thiers, Mignet e Guizot legitimam a revolução de 1830 e o poder de Luís Filipe frente aos ultras, mas ao mesmo tempo advertem sobre explosões eventuais, pois *não* existe mais luta de classes. No centro dessa legitimação do poder, uma reflexão sobre a revolução. *Histoire de la Révolution Française*, de Mignet (1824), torna-se o breviário das revoluções liberais, e será traduzida em vinte idiomas. Mignet participa dos Trois Glorieuses, revolução que julgava inelutável. O novo poder gratifica-o com a função de secretário perpétuo da Academia das Ciências Morais e Políticas. Mas a revolução de 1848, que abala a monarquia para transformar a França em república, assustou Mignet, que renunciou à visão determinista e global da história e voltou-se para a descrição puramente factual dos acontecimentos, para o relato de biografias despojadas de toda concepção filosófica da história. Quanto a Guizot, coloca no centro da evolução social a luta de classes, "o mais fecundo princípio de desenvolvimento da civilização europeia"⁵⁸. Para Guizot, a modernidade nasceu dos antagonismos de classes, fontes de progresso e de superação. Mas, após haver fundamentado a legitimidade do poder de Luís Filipe e seu próprio poder à testa do governo, Guizot quer assentá-lo definitivamente e proclama, então, que essa luta de classes tornou-se anacrônica e não tem mais razão de ser: "Todos os grandes interesses estão satisfeitos /.../. Não há mais luta de classes"⁵⁹. A história escreve o poder, é seu horizonte, seu espelho, seu sentido, ela lhe é consubstancial. O estado afirma sua força no século XIX que é, como constata Gabriel Monod, "o século da história"⁶⁰. Constitui-se uma escola nova, filha de Sedan e da vontade de reconquistar a Alsácia-Lorena: a escola metódica. É ela que se qualifica, de maneira imprópria, como "positivista". Ela se agrupa em torno da *Revue Historique* lançada por Gabriel Monod em 1876. Pretende fundar uma "ciência positiva"⁶¹ para escapar ao subjetivismo. O historiador deve

56. Ch. O. CARBONELL, *L'Historiographie*. QSJ. PUF, p. 94.

57. *Ibid.*, p. 95.

58. GUIZOT, *Histoire de la civilisation en Europe*. 7^o lição. 1828.

59. GUIZOT, 1847, citado por G. MAIRET. *Le Discours et l'Historique*. Repores, 1974, p. 29.

60. G. MONOD, *Revue Historique*, n^o 1, 1976.

61. *Ibid.*, p. 36.

submeter as fontes ao aparelho crítico, para estabelecer a veracidade dos fatos relatados, e ao mesmo tempo permanecer bem fechado a toda teoria filosófica. Mas, de fato, esses historiadores se oferecem ao poder republicano patriótico, no qual consolidam as bases diante da contestação monarquista que tem, no domínio da história, um órgão de expressão com a *Revue des questions historiques*, composta de ultra-realistas, legitimistas, como o marquês de Beaucourt, o conde H. de L'Épinois ou o conde Hyacinthe de Charencey. A *Revue historique*, ao contrário, engaja-se a favor da república moderada e anticlerical, agrupando um meio laico, republicano, homogêneo nas aspirações políticas e científicas⁶². Próxima do poder, a escola metódica domina o mundo dos historiadores e para além dele. Contribui ativamente para a obra didática de Jules Ferry, para a reforma do ensino superior; seus membros ocupam as cadeiras universitárias, dirigem as grandes coleções de história (*Histoire de France*: Ernest Lavisse; *Histoire générale*: A. Rambaut; *Peuples et civilisations*: Halphen e Sagnac) e modelam a história ensinada desde o curso primário. O "Petit Lavisse", publicado em 1884, no ano seguinte está na 75ª edição! Todos esses historiadores têm o mesmo objetivo que o poder de estado: reunir os franceses em torno da pátria, que se tornou a base do consenso nacional, portadora da estabilidade e da eficácia diante dos alemães. Tal é o sentido que Gabriel Monod atribui à história ao lançar a *Revue historique*: "Os acontecimentos que mutilaram a unidade nacional, lentamente criada através dos séculos, nos obrigam a despertar na alma da nação a consciência de si própria através da consciência profunda de sua história"⁶³. Sob a grande quantidade de arquivos do historiador, a bandeira tricolor. A história do fim do século XIX e do início do século XX serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. No entanto, se a história aparece como Instrumento do poder e concentra a atenção nos fenômenos político-militares, Gabriel Monod aspira ao alargamento do campo do historiador: "Estamos habituados demais, em história, a nos dedicarmos às manifestações brilhantes, retumbantes e efêmeras da atividade humana, grandes acontecimentos ou grandes homens, em vez de insistirmos nos grandes e lentos movimentos das instituições, das condições econômicas e sociais"⁶⁴. Essas palavras parecem antecipar a futura

62. Encontram-se no comité da redação da *Revue historique* em 1876: V. Duruy, Renan, Taine, Boutaric, Fustel de Coulanges, G. Monod, Lavisse, Guiraud, Bemond, Rambaut.

63. G. MONOD. *Revue historique*, n° 1, p. 38.

64. G. MONOD, *Revue historique*, 7-8/1896, p. 325.

ruptura epistemológico dos *Annales*. Mas as Intenções de Gabriel Monod permaneceram, neste nível, letra morta, sacrificadas no altar da pátria. Até 1926, ou seja, durante cinquenta anos, a orientação da revista permaneceu fundamentalmente tradicionalista, lugar de passagem obrigatória para o *establishment*. Ela consagra a elite da corporação. Apesar das proclamações a favor do trabalho coletivo, apesar da vontade renovadora da abertura do leque de pesquisas históricas, a *Revue historique* permanece fechada tanto à influência, e aos numerosos questionamentos do *Année sociologique* e da *Revue de synthèse historique* de Henri Berr quanto da geografia vldaliana. A fascinação pela descrição factual do político foi mais forte, como demonstra a pesquisa sobre a *Revue historique* realizada por Alain Corbin⁶⁵. Parece que a *Revue historique* não evoluiu sensivelmente até 1926, pois conservou uma abordagem tradicional da história. Entre 1921 e 1926, dois terços dos artigos são consagrados ao domínio biográfico, político ou militar. "O franco-centrismo da *Revue historique* é evidente, já que em média 54,14% dos artigos tratam da história da França"⁶⁶. Quanto à economia e à sociedade, elas apenas desempenham papel irrisório na revista e o período privilegiado é deliberadamente desvinculado da sociedade contemporânea e concentrado no período dito moderno (séculos XVI-XVIII): "Gostaria até mesmo que se parasse a nossa história interna em 1875, no estabelecimento da constituição republicana; que se deixasse de fora dos liceus as vergonhas do Panamá e do boulangismo"⁶⁷. Certo que a *Revue historique* conhecerá profunda renovação a partir dos anos 30, sobretudo com a substituição de Christian Pfister e o acesso à direção da revista, em 1932, de Charles-André Julien e de Maurice Crouzet⁶⁸. Mas até então, ela representa de maneira caricatural o culto dos ídolos que François Simiand questiona. A escola metódica define também seus métodos, suas ambições com a *Introdução aos estudos históricos*, redigida por Charles Langlois e Charles Seignobos, em 1898, para os estudantes de história. Esse guia é, de qualquer modo, o

65. A. CORBIN. pesquisa realizada por ocasião do centenário da *Revue historique*, 1976. "Lundis de l'histoire, *France Cultura*. 21 de dezembro de 1976. e A. COURBIN. *Au berceau des Annales*, op. cit. pp. 105-107.

66. *Ibid.*, p. 119.

67. G. MONOD, *Revue historique*, 1900, p. 30°.

68. C. PFISTER (1857-1933), medievalista e especialista da Lotena; deão e depois reitor da Universidade de Estrasburgo, 1919-1931. Ch. A. JULIEN (nascido em 1891), historiador socialista. Participou do Congresso de Tours (1920). Deão da faculdade de Letras de Rabat. *Histoire de l'Afrique du Nord* (1931) *Histoire de l'Algérie* (1964). M. CROUZET: inspetor-geral da Educação Nacional.

texto — manifesto da escola metódica. A história apresenta-se sobretudo como instrução cívica: "Os acontecimentos são bons instrumentos da educação cívica, instrumentos mais eficazes do que o estudo das instituições"⁶⁹. Unidos na ação, os dois historiadores quiseram submeter as exigências da ciência à da pedagogia cívica. Os dois autores definiam quatro etapas da pesquisa histórica. Em primeiro lugar, o historiador deve reunir os documentos e classificá-los. No segundo momento, procede à crítica interna dos mesmos. Depois, *por* dedução, analogia, esforça-se para encadear os fatos, para preencher as lacunas, enfim organiza os fatos em uma construção lógica. Esse percurso restringe as ambições do

historiador ao domínio do visível, do dado; torna-o escravo do documento escrito: "A história nada mais é do que o trabalho dos documentos"⁷⁰. Os dois autores desse manual insistem na prioridade a ser dada ao fenômeno singular, individual: "No sentido real, todo fato é único"⁷¹. O historiador não deve procurar a causalidade dos fenômenos que descreve: "Toda a história dos acontecimentos é o encadeamento evidente e Incontestável de acidentes"⁷². O acaso não admite a necessidade, o contingente não possui leis. É assim que a morte de Henrique II se deve ao golpe de lança de Montgomery, o que tornou possível a ascensão dos Guises e assim por diante... Nessa forma de codificação do trabalho histórico, o território do historiador limita-se à trama factual política e militar sem relação de causalidade. Assim, para Charles Seignobos as revoluções do século XIX são apenas acidentes. Carlos X foi imprudente e assim o foram os "clarões de julho", Luís Filipe foi teimoso, um tiro disparou, ao acaso, no *boulevard* des Capucines, e a monarquia caiu. A crise mundial de 1914, na perspectiva de Charles Seignobos, reduz — se ao clima conjuntural da época, o que o obriga a "reconhecer até que ponto os fenômenos superficiais da crise política dominam os fenômenos profundos da vida econômica, intelectual e social"⁷³. Uma das grandes figuras desta escola historicizante, autor do breviário de várias gerações de alunos, é Ernest Lavisse. Ele é o artesão da união sagrada de todos os franceses para recuperar a Alsácia-Lorena. Em primeiro lugar, desejou realizar essa união em torno da idéia imperial, sob Napoleão III, O ministro da Instrução Pública, Victor Duruy, o escolhe para

69. Ch. SEIGNOBOS diante da Société Française de Philosophie. 1908. citado por A. GERARD. *Au berceau des Annales*, op. cit., pp. 84-65.

70. Ch. LANGLOIS e Ch. SEIGNOBOS, *Introduction aux études historiques*, 1898. p. 275.

71. *Ibid.*, p. 204.

72. *Ibid.*, p. 253.

73. Ch. SEIGNOBOS. *Histoire politique de l'Europe contemporaine*. 1924.

chefe de gabinete. Ele ascende até o topo do estado ao tornar-se o preceptor do príncipe imperial. Sua ligação com o regime republicano será, de fato, tardia. Espera durante muito tempo a restauração bonapartista. Não defenderá o regime republicano quando da crise boulangista e permanecerá na expectativa no momento do caso Dreyfus. Suas cartas ao príncipe imperial entre 1870 e 1877 testemunham suas reticências diante da República renascente: "O radicalismo é uma velha máscara por trás da qual só há paixões ' baixas. A centro-esquerda não tem sexo. O que fazer com tudo Isto? /.../ É somente em torno de vós que se pode fazer o conagraçamento"⁷⁴. Seu discurso muda de direção, por força das circunstâncias, ao levar em consideração a solidez das instituições republicanas. Ernest Lavisse torna-se, então, o servidor da III República que ele, no entanto, executou, mas o que lhe interessa sobretudo é a revanche que todos os franceses unidos devem assumir diante dos alemães. Seu manual de história exalta as etapas magníficas da construção do estado nacional, no qual cada momento é encarnado por um homem-herói, verdadeiro semideus: "Este manual de história tem o aspecto de uma galeria de quadros"⁷⁵. A história, segundo Ernest Lavisse, é um apelo, um antegozo da mobilização geral. O soldado de Verdun se sentirá digno herdeiro do combate de Vercingetórix. A história deve fortalecer um estado de espírito guerreiro, resgatar alguns simples traços constitutivos do superego nacional: "Se o aluno não carregar consigo a lembrança viva de nossas glórias nacionais, se não souber que seus ancestrais combateram em mil campos de batalha por causas nobres; se não aprender que custou sangue e esforços fazer a unidade de nossa pátria e em seguida resgatar do caos de nossas instituições envelhecidas, as leis que nos fizeram livres; se ele não se tornar o cidadão comprometido de seus deveres e o soldado que ama seu fuzil, o professor primário terá perdido seu tempo"⁷⁶. O outro grande artesão do consenso nacional da época, Fustel de Coulanges, foi também marcado pela derrota de 1870, que quase terminou sua carreira resplandecente durante o império, já que Victor Duruy o encarregara de um curso de história na École Normale e o convidara a pronunciar conferências diante da imperatriz Eugênia. O desastre de Sedan levou Fustel a dissociar a história da França das origens ger-

74. E. LAVISSE, carta ao príncipe imperial, 18 de fevereiro de 1877, citada por P. NORA na *Revue historique*. 6/1962, p. 79.

75. G. BOURDÉ. H. MARTIN. *Les Écoles historiques*. Le Seuil. 1983, pp. 158-159.

76. E. LAVISSE, prefácio da última edição de seu manual, 1912.

mânlicas e a deslocar as raízes para o mundo romano. Afirma, então, o valor científico do discurso historiográfico quando este corresponde aos cânones de funcionamento da escola metódica. A história "não é arte, ela é ciência pura"⁷⁷, mas uma ciência a reboque dos documentos que pretende eliminar toda forma de subjetivismo: "O melhor dos historiadores é aquele que se mantém mais próximo dos textos, que os interpreta com a maior precisão, que não escreve e nem mesmo pensa a não ser a partir deles"⁷⁸. Por trás desse biombo de cientificidade, há uma obra - como a de Ernest Lavisse -que tem por objeto unir a comunidade nacional contra a população alemã, o inimigo hereditário. Apresentou-se o povo germânico como povo invasor. Para resistir, os franceses devem superar suas querelas e devem permanecer fiéis à herança comum tanto da obra do Antigo Regime quanto da obra da Revolução. Os franceses são chamados por Fustel a respeitar o passado pré-revolucionário, as tradições, a fim de consolidar a força nacional, a fim de superar as divisões internas: "O verdadeiro patriotismo não é o amor à terra natal, é o amor ao passado, o respeito às gerações que nos precederam"⁷⁹. A partir dessa reconciliação nacional, a história pode, então, desempenhar um papel eficaz e guardar "as fronteiras de nossa consciência nacional e as cercanias de nosso patriotismo"⁸⁰. Nesse momento, embora a história dificilmente se dissocie do poder do estado, ela se identifica também com a idéia de nação.

O historicismo francês alimenta-se, em grande parte, na escola historiográfica alemã, nas teses de Leopold von Ranke da metade do século XIX. Elas influenciaram bastante os historiadores franceses, que delas extraíram as bases teóricas. Encontra-se em Ranke a maior parte dos pressupostos de Langlois, Lavissee, Seignobos, Fustel: a recusa de toda reflexão teórica, a redução do papel da história à coleta de fatos, a afirmação da passividade do historiador diante do material com que trabalha. A escola historicista francesa parece ter captado bem a doutrina cientificista de Ranke para obter a eficácia alemã, manifesta no desastre da França em 1870.

77. FUSTEL DE COULANGES. *La Monarchie française*. 1888. pp. 32-33.

78. *Ibid.*

79. FUSTEL DE COULANGES. *Questions Historiques*. 1893. pp. 3-16.

80. *Ibid.*

O DUO DE ESTRASBURGO

A guerra se distanciando, a escola metódica de Ernest Lavissee confrontou-se com a contestação que provinha de vários horizontes. De um lado, os durkheimianos, com a revista *L'Année sociologique*, de outro lado também os geógrafos vidalianos que tencionavam ultrapassar a opção contingente de acidente e estudar a relação do homem com o meio. Além disso, temos também o progresso da abordagem socialista da história que valoriza os conflitos sociais, as flutuações econômicas, para neles perceber os efeitos políticos com a *Histoire socialiste de la Révolution française* (1901-1908), dirigida por Jean Jaurès. A história econômica penetra no templo universitário da Sorbonne com a cadeira de história econômica de Henri Hauser, e com a tese de Paul Mantoux: *La Révolution Industrielle au siècle XVIII* (1906)... Todos esses fenômenos já evocam a amostra de um deslocamento dos lugares de observação dos historiadores. Já são igualmente os sinais precursores da ruptura de 1929. No entanto, vinte e nove anos antes da criação dos *Annales*, outra revista pretende oferecer uma resposta aos inovadores e agrupa-os em torno de si, a partir da crítica radical da história historicizante. Trata-se da *Revue de synthèse historique*, lançada por Henri Berr, em 1900. No sentido amplo, a história dos *Annales* começa aqui, a partir da aurora do século XX⁸¹. Henri Berr que, paradoxalmente, não tem formação histórica mas, sim, literária e filosófica, professor de literatura no Henri IV, defende em 1898 uma tese de doutorado de natureza filosófica⁸². Esse franco-atirador, oriundo de outras áreas, está mais à vontade para se posicionar à margem das normas institucionais e corporativas, para reclamar que as barreiras caíam e que se realize uma síntese entre todos os esforços científicos. Considera a história como a ciência das ciências cuja essência é de natureza psicológica. A história é, na sua perspectiva, o próprio Instrumento da síntese - que defende - mas uma história nova, tal como a concebiam os durkheimianos. A *Revue de synthèse historique* combate o fetichismo do fato e o reducionismo da escola metódica. Henri Berr preconiza a história-síntese, a história global que levaria em consideração todas as dimensões da realidade, dos aspectos

81. Georg G. IGGER, *New Directions In European Historiography*. Wesleyan University Press. 1975. p. 51.

82. H. BERR, *L'Avenir de la philosophie: esquisse d'une synthèse de la connaissance historique*, 1899.

econômicos às mentalidades, em uma perspectiva científica. Nesse caso, retoma as ambições durkheimianos de pesquisa das leis e das causalidades. É assim que a *Revue de synthèse historique* será experimentada pelos historiadores como "o cavalo de Tróia dos sociólogos"⁸³. No entanto, Henri Berr separa-se dos durkheimianos a propósito do privilégio excessivo dado aos fatos sociais. É o que exprime em *A Síntese em História*, ensaio crítico e teórico lançado em 1911: "Quando eles querem [os durkheimianos] introduzir todos os fenômenos da história num mesmo quadro, tudo interpretar a partir do mesmo viés, eles não fazem mais ciência, eles tendem a constituir uma nova filosofia da história"⁸⁴. Henri Berr recusa toda forma de dogma, de quadro teórico muito rígido, e sua revista torna-se, até a Primeira Guerra Mundial, o instrumento do debate muito ecumênico entre todas as ciências humanas. Por outro lado, quer renovar o elo desfeito pela escola metódica entre o presente e os estudos históricos, pois as preocupações contemporâneas devem orientar os trabalhos de pesquisa. Todas estas orientações anunciam diretamente o discurso dos *Annales*. Por outro lado, Lucien Febvre, ainda jovem normalista, colabora muito cedo na revista, desde 1905, data do primeiro artigo, e torna-se rapidamente membro da redação, encarregado da parte "As regiões da França". Essa experiência fará dele o herdeiro incontestável de Henri Berr. Encontram-se, nos dois homens, o mesmo ativismo científico, a busca de apoios políticos e o gosto enciclopédico. Em 1914, Henri Berr anuncia sua intenção de lançar uma história científica e universal; cria em 1925 o Centro Internacional de Síntese. Seu herdeiro, Lucien Febvre, dirigirá mais tarde uma Enciclopédia Francesa proposta por De Monzie. Encontram-se nos dois homens o prazer do combate, do debate polêmico, a importância atribuída às resenhas, à história-problema, à área psicológica, a mesma ambição de síntese e, por fim, a pesquisa da história total do pensamento infra-racional preconizado como demonstração de poder diante do marxismo. Marc Bloch estréia na *Revue de synthèse historique*, em 1912, com o longo artigo sobre a Ile-de-France: "A ótica do jovem historiador Bloch, sua terminologia própria, eram notavelmente similares às de Henri Berr"⁸⁵. O paralelo com Marc

Bloch é também notável até nos maus resultados e fracassos comuns em relação às sucessivas candidaturas de ambos ao Collège de France. Henri Berr apresenta-se, de fato, a primeira vez em 1905 e o eleito é Gabriel Monod. Apresenta-se novamente em 1912, defendendo um ensino centrado no método em história e fracassa mais uma vez: os guardiães do templo barram o caminho desse agitador transdisciplinar.

Por que, então, o lançamento dos *Annales* em 1929, se uma revista similar já existia? Isso se deve essencialmente a certas insuficiências na obra de transformação de Henri Berr, da qual Lucien Febvre e Marc Bloch aprenderão as lições. Em primeiro lugar, Henri Berr não quis constituir uma escola ao seu redor, ao contrário dos sociólogos agrupados em torno de Durkheim. Essa recusa confinava seu discurso na periferia, a partir do momento em que não era sustentado por uma estratégia de conquista de espaços e de ocupação das cátedras universitárias. A revolução das idéias estava feita, mas faltava o essencial, o apoio institucional para sua difusão. Por outro lado, a guerra de 1914-1918 provocou em Henri Berr a reação antigermânica e triunfalista, que o fez andar para trás em relação às suas primeiras ambições. Fala⁸⁶ de "despertar francês", deseja, então, "uma ciência viril". Proclama a superioridade da nação de Descartes, a vitória de 1918 torna-se a vitória do espírito francês⁸⁷. Este refluxo na vontade de renovação torna possível a obra dos *Annales*, a partir do pós-guerra. E é a partir desse momento que o projeto foi concebido por Lucien Febvre. Nada, no entanto, destinava à história o papel de federalista das ciências sociais. Bem ao contrário, a renovação mais parecia provir da parte dos sociólogos: "A originalidade do movimento, do qual Marc Bloch e Lucien Febvre são os iniciadores, resulta mais da maneira de afirmar seu programa do que do programa em si"⁸⁸. De fato, a ambição de realizar uma síntese pluridisciplinar é, desde então, reivindicada ao mesmo tempo pela escola durkheimiana, pela escola geográfica e pela *Revue de synthèse historique*. Lucien Febvre e Marc Bloch vão retomar, por sua conta, a estratégia ofensiva dos durkheimianos, que estavam enfraquecidos pelo desaparecimento de seu mestre, mas procurando evitar o dogmatismo responsável pela derrota deles. Vão acrescentar a essa estratégia de conquista o ecumenismo de Henri Berr, para ganhar para si os diversos componentes das ciências sociais e agrupá-los por trás da

83. M. SIEGEL. *Au berceau des Annales, op. cit.*, p. 206.

84. H. BERR. to *Synthèse en histoire*. 1911, p. 43. (Edição em português: A Sintax» em história. São Paulo, Renascença, 1946, pp. 24-46.)

85. M. SIEGEL, *Au berceau des Annales, op. cit.* p. 208.

86. H. BERR, Prefácio da reedição da revista. 1919.

87. H. BERR. ie *Germanisme contre l'esprit français*, 1919.

88. A. BURGUIÈRE. 'Histoire d'une histoire: la naissance des *Annales*, *Annales*, 11/1979, p. 1350.

bandeira de uma história renovada e federalista. Ao valorizar as monografias regionais, obtiveram êxito na anexação dos geógrafos. Os dois diretores dos *Annales* compreenderam que, para ganhar a partida, um acordo amistoso com as outras ciências sociais não era suficiente, e para triunfar seria necessário realizar o *Anschluss*. Encontramos ainda esse aspecto fundamental em cada etapa do discurso dos *Annales*, esta faculdade de absorver tudo, desde a abertura, a recuperação até a captação. Para não esmagar os partidários e melhor absorvê-los, seria necessário ainda não lhes causar muito medo. Ao contrário de Durkheim, que conduziu um combate frontal, e logo ocupou posição dominante na área da sociologia, os *Annales* vão cultivar aquilo que faz parte de sua lenda, de seu mito fundador, a marginalidade e o antidogmatismo. Lucien Febvre e Marc Bloch vão apresentar-se como anões confrontados a um gigante, a escola historicista, e pedir ajuda para suplantá-la. O projeto dos *Annales* é, portanto, indissociável de sua dimensão estratégica: "Todo projeto científico é inseparável de um projeto de poder /.../. Vontade de convencer e vontade de poder estão unidas como a luz e a sombra"⁸⁹. É necessário ainda que a conjunção seja propícia a tal visão anexionista. O momento apresenta-se nos anos 30, quando a economia está bloqueada nas faculdades de direito, a escola durkheimiana está dispersa e sempre dividida entre as faculdades de direito e de letras. Quanto à escola geográfica, ela parece ofegante: "O lugar estava vago, os *Annales* o tomaram"⁹⁰. A vontade hegemônica dos *Annales* remete-nos ao aspecto ideológico, aos temas maiores desse período, ao espírito dos anos 30, pois "uma história que pretende ser dominante não pode ir contra a ideologia dominante"⁹¹.

Os dois fundadores da história dos *Annales*, assim como seus herdeiros, não são, como eles gostam de se apresentar, marginais. Ambos foram professores na Universidade de Estrasburgo, novamente francesa desde 1920, com a reconquista da Alsácia, que se tornou uma universidade-modelo. Ela deve mostrar aos alemães do que são capazes os pesquisadores franceses⁹². Estrasburgo é, então, a segunda universidade, depois de Paris, pela importância de seus professores. Encontra-se ali uma série de pesquisadores científicos de diferentes disciplinas, que colaborarão mais tarde nos *Annales*: o geógrafo Baullg, os sociólogos Maurice Halbwachs e Gabriel Le Brás, o psicólogo Charles Blondel, os historiadores André Piganiol, Charles-Edmond Perrin e Georges Lefebvre e, certamente, Lucien Febvre e Marc Bloch que ocupam, portanto, posição estratégica no selo desse rico centro intelectual. Ao lado das disciplinas tradicionais, cadeiras novas, mais modernas são criadas. O espírito novo que sopra em Estrasburgo se assemelha àquele da *Revue de synthèse historique*, a vontade de ultrapassar os limites e de abertura que pertence a Henri Berr desde 1921. Os encontros aos sábados permitem a reunião de filósofos, sociólogos, historiadores, geógrafos, juristas e matemáticos, que instituem assim o diálogo regular e institucionalizado em torno de três temas (filosofia e orientalismo; história das religiões; história social). Essa universidade é um enclave parisiense, aliás desvinculado das realidades alsacianas locais, cujos

membros apenas aspiram sucesso na ascensão à capital: "É necessária a nossa resignação, teremos a glória de ser a antecâmara da Sorbonne", concorda seu deão, Christian Pfister, em 1925⁹³. Além disso, a Universidade de Estrasburgo dispõe de uma biblioteca-modelo, instrumento incomparável de trabalho, pelo menos em relação às outras universidades de província. Beneficia-se também de financiamentos superiores graças ao fundo de pesquisas científicas que subvenciona as publicações da Faculdade de Letras de Estrasburgo. Outra particularidade estimulante de Estrasburgo é a Faculdade de Direito, que concentra também a elite dos Juristas franceses, ansiosos por conduzir estudos pluridisciplinares e comparatistas e que tem o título original de Faculdade de Direito e Ciências Políticas. O jurista sociólogo Gabriel Le Brás permite contatos frutuosos com os literatos e com a Faculdade de Teologia, ao iniciar pesquisas comuns sobre direito canônico e sociologia da religião. "Não é por acaso que o brilho de gênio dos *Annales* jorrou em Estrasburgo, antes de tudo abraçar."⁹⁴ Marc Bloch e Lucien Febvre, apesar de temperamentos diferentes, estavam particularmente ligados desde Estrasburgo. Os dois Institutos, o de História Medieval e o de História Moderna, eram contíguos e a porta separando os dois estava sempre aberta. De um lado, o erudito mais à vontade na expressão escrita do que na expressão oral: "Bloch, com seu discurso entrecortado, parecia muito frio, distante mesmo, suas afirmações eram cheias de reservas e de hesitações, as quais desconcertavam alguns

89. *Ibid.*, p. 1353.

90. *Ibid.*

91. H. COUTAU-BÉGARIE, *Le Phénomène nouvelle histoire*. Econômica, 1983, p. 126.

92. Fazer melhor que a Kaiser Wilhelms Universität (1872-1918).

93. PFISTER, 1925, citado por F. G. DREYFUS, *Au berceau des Annales*, op. cit., pp. 11-19.

94. M. THOMANN. *Au berceau des Annales*, op. cit., pp. 33-36.

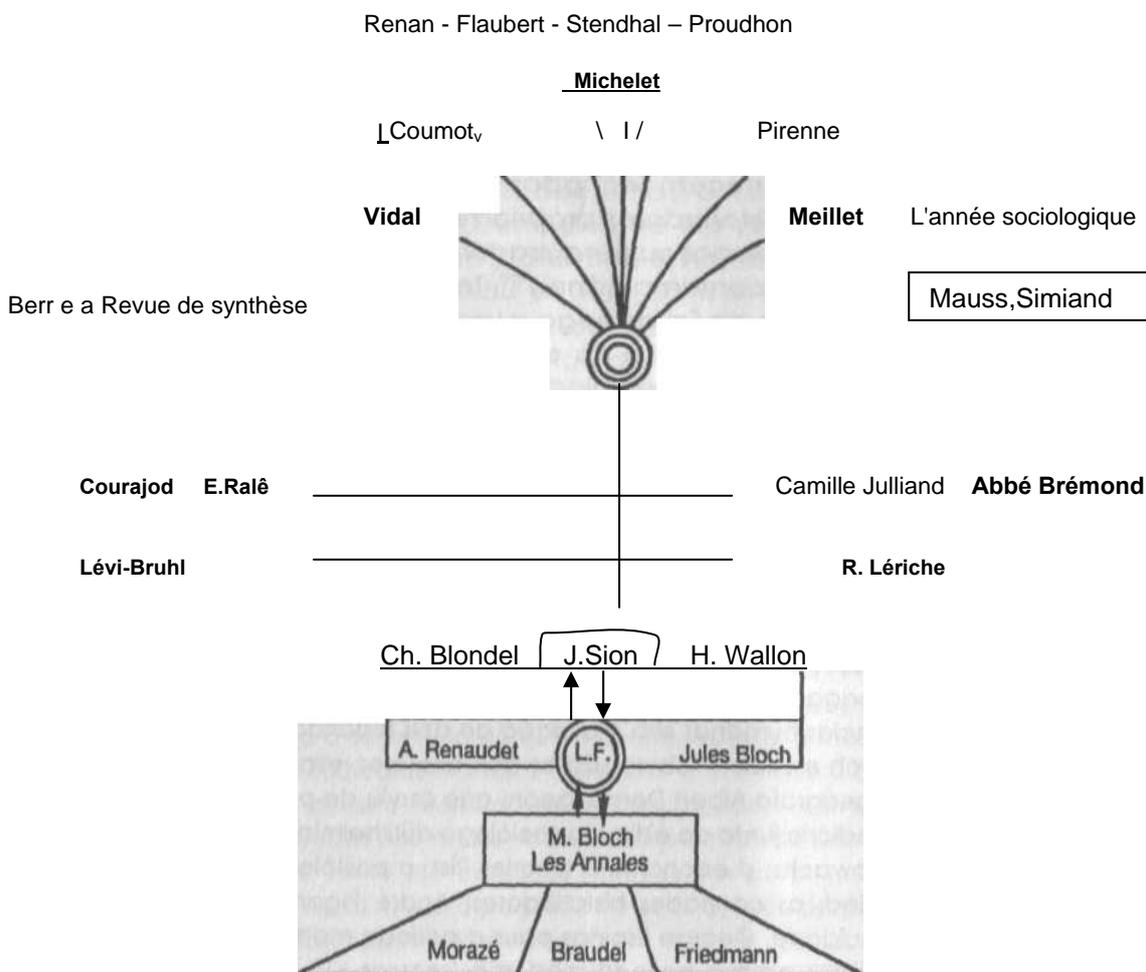
poucos novatos ávidos de certezas⁹⁵. Do outro lado, o pedagogo, o orador cáustico e talentoso: "Febvre tocava, desde o primeiro momento, seus ouvintes por seu temperamento fogoso e por seu talento pedagógico que não tinha medo de recorrer a procedimentos quase físicos"⁹⁶. Marc Bloch e Lucien Febvre já tinham, em 1929, notoriedade reconhecida, eis que participavam da *Revue de synthèse historique*. Lucien Febvre já havia escrito dois livros notáveis, a tese *Philippe II et la Franche-Comté* (1911) e a obra sobre *Martin Luther* (1928); era também membro do comitê de direção da *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. Quanto a Marc Bloch, oito anos mais jovem, filho de um dos melhores especialistas de história romana, Gustave Bloch, autor de uma tese defendida em 1920, *Róis et serfs*, já era autor de um livro muito inovador e badalado: *Les Róis thaumaturges* (1924). Seu curso universitário estava longe de estar na marginalidade e, aliás, pouco depois do lançamento da revista, tomaram sucessivamente o caminho de Paris; o da consagração para Lucien Febvre em 1 933, data de sua entrada no Collège de France, o da semiconsagração para Marc Bloch, que se tornou em 1936 professor de história econômica da Sorbonne sucedendo a Henri Hauser. Entronizado nos meios políticos, Lucien Febvre receberá do Ministro da Educação Nacional (1932-1934), De Monzie, o projeto de uma Enciclopédia Francesa, no qual será o secretário-geral e o diretor, ou seja, o mestre dirigente de 600 colaboradores científicos e 200 universitários. Graças ao quadro realizado pelo próprio Lucien Febvre sobre suas relações nos meios intelectuais percebe-se bem as filiações que tanto ele como os *Annales* em geral invocam a seu favor (cf. quadro pag. 50). Vê-se aí os círculos mais ou menos distanciados de um centro em que ele se situa. Três grupos gravitam em torno dele: a *Revue de synthèse*. *L'Année sociologique* e os *Annales*. Seus colegas da École Normale, Jules Sion, Henri Wallon, J. Bloch, Augustin Renaudet e Charles Blondel estão em proximidade imediata, depois encontramos outras influências como a escola geográfica de Vidal de La Blache, a lingüística de Antoine Meillet e, certamente, Henri Pirenne, a quem ele apela para dirigir a empresa dos *Annales*. Lucien Febvre tinha o projeto de lançar uma revista inovadora desde o pós-guerra: "Logo após a guerra, pouco depois da desmobilização, eu havia concebido a idéia de uma grande revista de história econômica internacional"⁹⁷. Desde logo manifesta-se o aspecto essencialmente econômico dessa nova história. Comprova-se isso na carta que Lucien Febvre envia a Armand Colin, no início de 1928, na qual propõe como título da futura revista: "A evolução econômica; revista crítica de história econômica e social"⁹⁸. No projeto da revista, afirma-se a vontade de acabar com as divisões entre as disciplinas, de realizar uma ciência social unificada, desta vez, pela história e o anseio de responder às interpelações do presente. A revista a ser lançada deve "estabelecer uma relação permanente entre os grupos de trabalhadores que, com maior freqüência, se ignoram e permanecem fechados no domínio restrito de sua especialidade: historiadores propriamente ditos, economistas, geógrafos, sociólogos ou pesquisadores preocupados sobretudo com o mundo contemporâneo"⁹⁹. Tenta-se, de certo modo, transpor o modelo de Estrasburgo a uma escala nacional. Sem dúvida Marc Bloch está na origem da orientação da revista para o estudo social, "sociologizante" e não somente econômico como no projeto de Lucien Febvre do pós-guerra: "Somos devedores da palavra social. Destaco (o estudo da organização da sociedade, das classes etc.) ao lado da palavra econômico", escreve Marc Bloch a André Siegfried¹⁰⁰. A revista foi enfim lançada em 15/01/1929 sob o título de *Annales d'histoire économique et sociale* e o comitê de redação faz propaganda de seu papel de elo de ligação entre todas as ciências humanas sob a direção de dois historiadores. Marc Bloch e Lucien Febvre são os dois diretores, sendo membros o geógrafo Albert Demangeon, que serviu de precioso intermediário junto ao editor, o sociólogo durkheimiano Maurice Halbwachs, o economista Charles Rist, o politólogo André Siegfried, os confrades historiadores: André Piganiol para a Antiguidade, George Espinas para o período medieval, Henri Hauser para o período moderno (séculos XVI ao XVIII), aos quais é preciso acrescentar a eminência parda da operação: o historiador belga Henri Pirenne¹⁰¹. Esquecemos

95. Ph. DOLLINGER. *Au berceau des Annales*, op. cit., pp. 65-67.
 96. *Ibid.*, p. 65.
 97. L. FEBVRE, anúncio do lançamento dos *Annales*, 11/1 928, em *Combats pour l'histoire*.
 A. Colin. 1953, p. 398. (No Brasil: "Lembranças do uma grand« história: Marc Bloch e Estrasburgo" InC.G. MOTA (org). *Lucien Febvre: História*. São Paulo. Ática. 1978. p. 163.)
 98. L. FEBVRE, rascunho de uma carta a A. Colin do 29 do (fevereiro do 1928, *Catalogue de l'exposition sur L. Febvre*, Bibliothèque nationale, 11/1978. p. 39.
 99. *Ibid.*
 100. M. BLOCH, carta a A. SIEGFRIED de 29 do (janeiro de 1928. citada no artigo de P. LEUILLIOT. "Aux origines des *Annales d'histoire économique et sociale*". 1928. In *Mélanges en l'honneur de F. Braudel*, Privat, 1972.
 101. A. DEMANGEON (1872-1940). geógrafo vidaliano, professor em title e depois na Sorbonne (1911), *Le Déclin de Leurope* (1920): tese em 1905: *La Picardie et les régions volsines: Artols-Cambrésis, Beauvaisis*.
 M. HALBWACHS (1877-1945), sociólogo durkheimiano, professor em Paris a partir do 1935. *Les Causes du suicide* (1930); *Morphologie sociale* (1938); *Esquisse d'une psychologie des classes sociales* (1939). Ch. RIST (1874-1955). economista, vice-diretor do Banque de la France (1926-1929),

QUADRO DAS RELAÇÕES INTELECTUAIS DE LUCIEN FEBVRE

Meus autores

Meus pais e companheiros



Fonte: Arquivos Sra. Febvre, Exposição Biblioteca Nacional, 1978.

- Histoire des doctrines économiques. depuis las physiocrates Jusqu'à nos Jours* (1909);
Histoire das doctrines rotativas ou crédito et 6 la monnaie depuis John Lawjusqu'à nos Jours (1938).
 A. SIEGFRIED (1875-1959). um dos fundadoras da sociologia política, professor do Collège de France, *Tableau politique de la France de l'ouest*(1913): *Tableau des partis en France* (1930).
 A. PIGANIOL (1833-1968), historiador, especialista da Roma antiga, professor do Collège de France (1942-1954). *Essai sur les origines de Rome* (1917): *La Conquete romaine* (1928); *Histoire de l'ome*(1939).
 6. ESPINAS (1869-1948), historiador medievalista. especialista em história urbana, *Les origines du capitalisme* (1933-1949), *La Vie urbaine à Douai au Moyen Age*(1913).
 H. HAUSER; Ver nota 3.
 H. PIRENNE (1862-1935), historiador belga, professor em Gand. *Histoire de la Belgique*

(1899-1932).

um pouco o papel e a importância desse último. Desde o fim da primeira guerra, no momento em que Lucien Febvre tem o desejo de lançar uma grande revista de história econômica Internacional tem também a intenção de dar a direção da mesma a Henri Pirenne, "cuja autoridade mostrava-se incomparável"¹⁰². Muito tempo antes, Henri Pirenne já criticava a escola historicizante e suas insuficiências. Desde 1898 defende, contra Charles Langlois e Charles Seignobos, o caráter mutável da ciência histórica, tributária da época e do espírito do momento. Após mais de dois anos de prisão na Alemanha, durante os quais escreve a *Histoire de la Belgique*, conhece grande notoriedade. Encontra, então, Marc Bloch e Lucien Febvre no dia 1º de maio de 1920: "A recusa da especialização, a originalidade de suas visões em história econômica e social, a insistência em defender a necessidade de uma história comparada Impressionaram seus Jovens colegas de Estrasburgo"¹⁰³. O diálogo e a colaboração Jamais se alterarão entre os três, tanto nos congressos internacionais, quanto no seio da revista dos *Annales*, e na Universidade de Gand. A morte de Henri Pirenne foi a ocasião do reconhecimento da dívida diante desse padrinho por trás dos bastidores: "Ele foi para nós, muito mais do que um conselheiro e um apoio, a divindade tutelar que nos dava, nas horas difíceis, a força e a audácia de perseverar e que nos devolvia, nas horas de hesitação, a fé"¹⁰⁴.

A ruptura entre o discurso historicista e o discurso dos *Annales* é imediata e pode ser constatada no confronto da natureza dos artigos da revista dos *Annales* com os da *Revue historique*. Foi o que fez o historiador holandês Jean-Louis Oosterhoff⁰⁸. Seu estudo quantitativo da distribuição dos artigos nas duas revistas durante o primeiro período: 1929-1945 (ver quadros), a dos *Annales* de Lucien Febvre e Marc Bloch, demonstra a queda espectacular da história política, que não representa mais do que 2,8% dos artigos nesse período, enquanto que, ao mesmo tempo, constitui 49,9% dos artigos da *Revue historique*. A orientação econômica dos *Annales* é confirmada: os artigos que tratam desse setor representam 57,5% do total contra 17,5% para a *Revue historique*. Quanto à história cultural, seu peso é ainda modesto, já que é inferior ao da *Revue historique*: 10,4% nos *Annales* contra 16,9% na *Revue historique*. Os temas dos *Annales* conquistam essa revista, no entanto, situada nos antípodas de seus postulados teóricos. As

102. L. FEBVRE *Combali pour... op. dt.* p. 398. f Lenntorancas de uma grande história: Marc Bloch e Estrasburgo", *op. dt.*, p. 163.)

103 R DEMOULM. *Au berceau des Annckis. op dt.* p. 274.

104. L. FEBVRE "H. PIRENNE: 1802-1935". *Années d'histoire économique et sociale*. 1935.

!M'J'L⁵²OOSrERHOFF. parte substancial do artigo do H. L WESSELING, "The *Annals* school and the writing of contemporary history-, fievew. I inverno-primavera. 1978.

rubricas tradicionais que fizeram o sucesso da *Revue historique* declinam lentamente em benefício de uma história mais aberta à economia e à sociedade. A história biográfica declina inexoravelmente. Menos espetacular, a história política conhece um processo de erosão permanecendo apenas nos títulos das rubricas.

FIGURA 2 - PORCENTAGENS DO NÚMERO DE ARTIGOS CONSAGRADOS

A PERÍODOS DIFERENTES NOS ANNALES,

NA RH.ÍNA RHMC (1929-1976)

FIGURA 1 - PORCENTAGENS DO NÚMERO DE PÁGINAS DOS ARTIGOS,

CONSAGRADOS A DIFERENTES PERÍODOS, NOS ANNALES, NA RH E NA RHMC (1929-1976)

HISTÓRIA ANTIGA

IDADE MÉDIA

ANTIGO REGIME

REVOLUÇÃO E IMPÉRIO

SÉCULOS XIX E XX

HISTÓRIA IMEDIATA

DIVERSOS

SEM

1929-45:1

PERÍODOS

Por trás desses números, registra-se o sucesso dos *Annales* diante da história-batalhas. O historicismo acumulava, no entanto, cargos e honras. É na luta contra ele que os *Annales* encontram seu impulso. Cada número da revista dos *Annales* é uma peça nova de artilharia para disparar sobre a escola historicista. As resenhas, a rubrica "Debates e Combates" são igualmente trampolins para travar a polêmica em uma revista que se dá assim ares de militante. Aquilo que mantém Juntos sociólogos, geógrafos, psicólogos e historiadores dos *Annales*, aquilo que fundamenta sua unidade, é a rejeição comum do historicismo. A configuração do adversário reforça a coesão do grupo. Os ataques formulados contra a história historicizante, à primeira vista, responsabilizam o aspecto estritamente político de suas análises. Os *Annales* vão definir-se, em primeiro lugar, como hostis ao discurso e à análise políticos. Daí temos como resultado o desmoronamento da história política. Os *Annales* propõem o alargamento do campo da história, e ao desertar o terreno político, esta acaba por orientar o Interesse dos historiadores para outros horizontes: a natureza, a paisagem, a população e a demografia, as trocas, os costumes...: "Assim se constitui a antropologia da cultura material e se define o conceito de materialidade histórica"¹⁰⁰. Com esse conceito, agora central, temos como resultado o deslocamento das fontes do historiador, que

não pode mais se contentar em fazer a exegese dos documentos escritos oriundos da esfera política. Deve ampliar as fontes e os métodos, os quais devem incluir a estatística, a demografia, a linguística, a psicologia, a numismática e a arqueologia...: "Os textos, evidentemente; mas não apenas os textos"¹⁰⁷. Nesse alargamento em direção às outras ciências humanas, já podemos perceber a aliança que lhes foi proposta contra o historicismo, mas que as transformou em servas da história. Em seus trabalhos ou resenhas, Marc Bloch e Lucien Febvre denunciam as insuficiências dos antigos mestres da escola histórica francesa. Na obra, *A Sociedade Feudal*, Marc Bloch tem por objetivo demonstrar que não se pode reduzir essa última a uma simples definição política ou jurídica: "Na sua utilização atual, o feudalismo e sociedade feudal abrangem um conjunto intrincado de imagens em que o feudo propriamente dito deixou de figurar em primeiro plano"¹⁰⁸. A história assim preconizada aban-

106. B. BARRET-KRIEGLER. 'Histoire et politique', *Annales*. 11 de dezembro de 1973.

107. L. FEBVRE, 'Leçon d'ouverture au Collège de France', 13 de dezembro de 1933. *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 13.

108. M. BLOCH, *La Société féodale*, 1941. A. Michel, 1968, p. 13. (Edição em português: *A Sociedade Feudal*. 1941. Lisboa, Edições 70, 1982, p. 12.

dona os campos de batalha, a preparação dos espíritos para a guerra e procura, ao contrário, reconciliar os antagonismos e superar a germanofobia da geração precedente: "A tese da fronteira predestinada não se sustenta, de fato, nem no estudo do passado nem na observação do presente. A França nem sempre demonstrou a tendência premente para a conquista do rio, assim como a Alemanha, já que esta ignorou a mística do Reno, essa criação recente do sentimento e do espírito. A França, a Bélgica, os Países Baixos, a Alemanha, a Suíça: todos esses países são mutuamente compreendidos, penetrados e fecundados pelo Reno"¹⁰⁹. Subjacente à rejeição do político. Já se registra a opção de minorar o factual em benefício da longa duração, que melhor corresponde ao ritmo de evolução da materialidade histórica. Ao resenhar a terceira parte da tese de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, em 1950, aquela parte que tem por objeto os acontecimentos, a política e os homens, Lucien Febvre, e aliás, o autor também, qualifica essa história "de espuma", de "cristas de ondas que vêm animar superficialmente o forte movimento respiratório da massa oceânica"¹¹⁰. O tom é, muitas vezes, bem polêmico contra o adversário indicado: Seignobos, Langlois, Lavis, Fustel ou Halphen tornaram-se os alvos nos quais se aguçam a combatividade e os argumentos dos *Annales*. Podemos ter uma idéia disso com essa resenha destrutiva de Lucien Febvre sobre o livro de Charles Seignobos, Ch. Elsenmann e P. Milioukov sobre a *Histoire de la Russie*, lançado em 1932: "Abro a *Histoire de la Russie*: czares grotescos, escapados do *Ubu Rei*; tragédias de palácio; ministros concussionários; burocratas tagarelas; ucasses e pricasses à discrição /.../. A história é o que não encontro nesta *Histoire de la Russie*, que por isso nasce morta"¹¹¹. O próprio Seignobos, no ano precedente, 1933, havia sido criticado na mesma *Revue de synthèse* por Lucien Febvre a respeito da *Histoire sincère de la nation française*. Muito mais do que um livro de história, Lucien Febvre diz ter em suas mãos um manual didático: "Para além desse livro, não é contra um historiador, mas contra uma determinada concepção de história que eu combato, uma concepção que eu repudio com todo meu ser"¹¹². Estigmatiza a abordagem estática da história que faz da

109. L. FEBVRE. *Le Rhin. problème d'histoire et d'économie*, A. Colin, 1935, pp. 291-292.

110. L. FEBVRE, *Pour une histoire à part entière (1950)*. SEVPEN. 1963. pp. 167-179.

111. L. FEBVRE. C. R. *Revue de synthèse*. VII. 1934, reeditada em *Combats pour l'histoire*. pp. 70-74.

112. L. FEBVRE, *Revue de synthèse*, V. 1933, reeditada em *Combats pour l'histoire*, op. cit., pp. 80-98.

França um dado pronto a consumir, um postulado, uma invariante atemporal preservada dos tormentos da história. Essa polêmica com a história historicizante será uma constante dos *Annales*. Em 1946, Lucien Febvre ataca ainda "a história diplomática em si" a respeito do livro de A. Roubaud, *La Paix armée: 1871-1914*: "Esse livro situa-se, com demasiada exatidão, nos antípodas do que, para nós dos *Annales*, constitui o bom livro de história contemporânea /.../. geografia nada /.../. economia nada"¹¹³.

Segundo alvo de ataque, os *Annales* criticam o fetichismo do fato entre os historiadores tradicionais, a pretensa passividade do historiador diante dos acontecimentos, o qual apenas teria por tarefa transcrevê-los, sem outro objetivo: "Por outras palavras, o sábio, o historiador, são convidados a apagar-se perante os fatos"¹¹⁴. Marc Bloch e Lucien Febvre defendem, ao contrário, a necessária intervenção ativa do historiador perante os documentos e os arquivos. Como afirma Gaston Bachelard, essa é a fórmula que se encontra em termos similares, no discurso dos *Annales*: "Nada caminha por si mesmo. Nada é dado. Tudo é construído"¹¹⁵. O historiador, segundo os *Annales*, constrói seu material: os documentos, em séries inteligíveis, que ele integra em um quadro teórico prévio e adapta à sua pesquisa. Sem esse percurso com formulação de problemáticas, o historiador é certamente um fraco, um datilógrafo, um arquiteto, mas não um pesquisador científico. Ao citar a fórmula do fisiologista Dastre, Lucien Febvre afirma: "Quando não se sabe o que se procura, não se sabe o que se encontra"¹¹⁶. O percurso do historiador tradicional caracteriza-se, portanto, pela impotência, pela "ingenuidade" e pela "indolência", esses são os qualificativos que marcam o tom da polêmica. Lucien Febvre insiste sobre o papel maior do historiador, sobre sua subjetividade necessária: "Dado? Não, criado pelo historiador"¹¹⁷. "Não há passado que engendre o historiador. Há o historiador que faz nascer a história."¹¹⁸ Ao cientificismo objetivista de Ranke ou Seignobos, Marc Bloch e Lucien Febvre opõem o relativismo subjetivo da prática em

113. L. FEBVRE, *Annales, économies, sociétés, civilisations*. 1946. reeditado em *Combats pour L'Histoire, op. cit.*, pp. 61-69.
 114. M. BLOCH, *Apologie pour l'histoire, op. cit.*, p. 117. (Edição em português: *Introdução à história* (1941). Lisboa. Europa-América, s/d., p. 121.)
 115. G. BACHELARD, *La Formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Vrin. 1970, p. 14.
 116. L. FEBVRE, *Combats pour l'histoire, op. cit.*, p. 59.
 117. L. FEBVRE, "Leçon d'ouverture au Collège de France", *Combats pour l'histoire, op. cit.*, p. 7.
 118. L. FEBVRE, prefácio aos *Trois essais sur histoire et culture*, de CH. MORAZÉ, *Cahiers des Annales*, A. Colin, 1948, p. 8.

que o historiador escolhe, em função das preocupações presentes, os fatos a serem interrogados, os submete a certo número de hipóteses sem as quais o conhecimento histórico é palavra vã. O historiador não deve fazer tábua rasa de sua individualidade para professar a dúvida: deve, ao contrário, confrontar suas hipóteses com os documentos coletados. Para queimar a história tradicional, os *Annales* vão disparar contra todos. A integração na equipe de sociólogos, psicólogos, geógrafos nada mais é do que o alibi do modernismo para prosseguir a carreira de uma história semelhante a si mesma. Os *Annales* vão alimentar-se dos conceitos, métodos e hipóteses de outras ciências sociais. A empresa estratégica de Marc Bloch e Lucien Febvre passa pela recuperação de todas essas linguagens e códigos novos, meio indispensável para ganhar a batalha do poder. Esta começa pelo apelo à derrubada das fronteiras: saiam de vossos compartimentos, é um pacto de confraternização que é proposto às outras ciências humanas: "Os muros são tão altos que muito frequentemente impedem a visão /.../. É contra esses cismas duvidosos que queremos nos elevar"¹¹⁹. Realiza-se o reagrupamento contra qualquer coisa, no caso, a velha escola historicizante. Para ser bem-sucedida, a revista emprega as noções mais propícias para limpar bem a área, evita cuidadosamente aparecer como órgão de dogma novo, pois assim poderia ferir seus aliados: "Uma palavra tão vaga como social /.../ parecia ter sido criada para servir de bandeira a uma revista que não pretendia se cercar de muralhas"¹²⁰. Os *Annales* não se contentam somente com a aliança com outros especialistas, integram também seus métodos e conceitos. Lucien Febvre inspira-se diretamente no linguista Antoine Meillet, que colabora no *Année sociologique*, quando coloca à frente sua noção de utensilagem mental que, como a língua, designa "teclados de possibilidades"¹²¹ postos pela sociedade à disposição do indivíduo. Quando Lucien Febvre lança as bases da psicologia histórica, utiliza os trabalhos dos psicólogos Henri Wallon ou Jean Piaget, e apresenta, então, ao historiador nova perspectiva: a do estudo da sensibilidade, da vida afe-tiva na história, perspectiva sem amanhã imediato mas que será mais tarde retomada com muito sucesso. Marc Bloch coloca no centro de suas análises sobre *A Sociedade feudal* as categorias sociológicas, as quais também coloca a ser-

119. L. FEBVRE, *Annales d'histoire économique et sociale*, 192°.

120. M. BLOCH e L. FEBVRE, 'A nos lecteurs', *Annales d'histoire économique et sociale*, 1929, pp. 1-2.

121. H. D. MANN, L. Febvre: *la pensée vivante d'un historien*. *Cahiers des Annales*, A. Colin, 1971, p. 131.

viço da história. *Les Caracteres originaux de l'histoire rurale* (1931) de Marc Bloch constituem a ruptura historiográfica através da qual se expressa o conceito durkheimiano de fato social, como ferramenta do percurso histórico. Lucien Febvre torna-se o advogado de Vidal de la Blache contra a escola geopolítica alemã de Ratzel e integra o percurso geográfico no horizonte histórico: *La Terre et l'évolution humaine* (1922). Proclama mesmo, em 1953, que a geografia vidaliana engendrou a história dos *Annales*. Mas esses elogios dissimulam a vontade de subjugar a geografia como ciência auxiliar da história. O melo de reduzi-la consistiu em integrá-la na história e em limitar seu território: "O solo, não o estado: eis o que deve levar em consideração a geografia /.../. Quanto ao resto, todos têm a liberdade de se apoiar nos trabalhos dos geógrafos... para fins que não são geográficos"¹²². Os geógrafos sentiram-se ameaçados pela empresa de Lucien Febvre e reagiram vivamente, a tal ponto que Lucien Febvre precisou se explicar: "Nesses últimos tempos quiseram revelar, de todos os lados, a minha intenção particularmente tenebrosa de estrangular a geografia. E, circunstância agravante, a intenção de estrangulá-la ao lhe tomar emprestado a corda fatal"¹²³. Mas a partida já estava ganha antes de começar, pois a escola geográfica já estava em declínio.

Mais do que um cartel, os *Annales* foram bem-sucedidos no agrupar as ciências humanas por detrás de sua bandeira. Nesse combate contra o historicismo, temos como resultado o núcleo permanente do discurso dos *Annales*, para além de suas flutuações: a relativização ou, pelo menos, a recusa do relato factual e do relato político. É a partir dessa recusa que os *Annales* se definem como escola, superando a diversidade de seus componentes. O adversário é sempre o mesmo: a história dita positivista. Isso permite assegurar a continuidade e a coesão do movimento: "Vantagem suplementar: não se trata de um adversário perigoso, pois ele está morto"¹²⁴. As duas recusas do primeiro período, da história factual e da história política, são ainda reivindicadas pelos *Annales* de hoje. Verifica-se essa condenação sem apelo como constante, na análise do conteúdo feita, por Jean-Louis Oostendorp, sobre a revista dos *Annales* nos diversos períodos. A história política representava somente 2,8% dos artigos entre 1929 e 1945, 5,4% entre 1946 e 1956, 4,1% entre 1957 e 1969 para cair novamente para 2,1% entre 1969 e 1976. Nesse domínio, os *Annales* de hoje continuam bem os herdeiros dos *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre de 1929. Essa continuidade constitui o fundamento da sobrevivência de uma escola para além da diversidade de seus componentes.

122. L. FEBVRE, to *Torço of Révolution humano* (1922), A. Michel. 1970. p. 78.

123. L. FEBVRE, *Pour une histoire à part entière*. *op. cit.*, a. 163.

124. H. COUTAU-BEGARIE. *Le Phénomène nouvelle histoire, op. cit.*, p. 296.

2 - O TEMPO DE MARC BLOCH E LUCIEN FEBVRE

OS HISTORIADORES DO PRESENTE

Os historiadores franceses têm, por tradição, fobia à filosofia. Encontramos essa rejeição de toda filosofia da história, na escola dos *Annales*: "Sem metodologia abstrata à moda alemã /.../. As Idéias de um historiador são extraídas da própria história"¹. Mas, apesar deles, Marc Bloch e Lucien Febvre são portadores de uma concepção de história, portanto de uma filosofia, legível nos conceitos fundadores de sua abordagem histórica. Se o essencial de seus escritos dão destaque à metodologia histórica, abandonando toda a teoria da história, não escapam à regra e o empirismo que defendem já é uma escolha e uma concepção particular da história. Mais do que outras escolas históricas, os *Annales* sofreram as sugestões, as intimações da sociedade contemporânea, já que seus fundadores restabeleceram o elo que une passado e presente. Essa escola não pode, portanto, se abstrair dos valores dominantes da sociedade técnica e moderna que se instala no começo do século XX na Europa. É nessa relação entre a modernidade e os *Annales* que se pode perceber a coerência de seu projeto. Para melhor compreender o espírito "Frente popular"², é conveniente seguir o itinerário dos primeiros membros dos *Annales*.

1. L. FEBVRE. *Annales*. 1956. p. 501.

2. R. BONNAUD, conversa com o autor. 16/01/1986.

No início da vida intelectual, Lucien Febvre era socialista fervoroso; escreve, entre 1907 e 1909, no *Le Socialista comtols*, órgão semanal da federação do Doubs da SFIO. No dia 21 de março de 1909, redige mais da metade da primeira página do Jornal com quatro artigos: "Viva a Vidal Abaixo a autoridade"; "Até quando?"; "A propaganda nos campos"; "A manifestação Floquet". Seu estilo e seu objetivo causam espanto quando relacionados às suas posições futuras. Quando mais tarde frequentar as alamedas do poder, enquanto professor do Collège de France, conservará bem a veemência do tom polêmico, mas seu combate será, então, limitado à história, abandonando assim o combate político. Não é esse o caso em 1909, como se pode avaliar por esse artigo: "Ah querido velho Proudhon ! E há pessoas que dizem que você está morto ! Vai, esteja tranquilo: a personalidade humana se empertigará, enfim, ela que há tantos séculos vinha se corrompendo. Imutável nessa degradação. Ela solta, com uma voz ainda fraca, mas que não é mais tímida, o grito libertador que você mesmo soltava: Nenhuma autoridade!" Se Lucien Febvre, no momento da criação dos *Annales*, não está mais engajado no plano político, o mesmo não acontece com certo número de colaboradores da revista. Georges Friedmann, admirador das realizações soviéticas, multiplica os artigos, que contribuem para a glória dos benefícios do stalinismo; Frantz Borkeu pertence à escola de Frankfurt; Georges Bourgin, historiador da Comuna, é amigo de Lucien Herr e de Leon Blum; o sociólogo Halbwachs morrerá em Buchenwald, em 1945.

Quanto a Marc Bloch, a homenagem que lhe prestou recentemente Borislav Geremek, historiador e conselheiro de Lech Walesa, terminava por "Pode-se morrer por Dantzig"³, lembrando assim que nem ele nem Marc Bloch fugiram da história quando ela se lhes apresentou, quer seja diante do general Jaruzilski, ou contra o ocupante nazista. Unindo reflexão e ação, esse engajamento total de Marc Bloch lhe custou a vida em 1944. Afirma pertencer a uma geração, a da ponta extrema do caso Dreyfus. É favorável à Frente Popular em 1936 e hostil ao Pacto de Munique em 1938. Quando a guerra o surpreende, aos 53 anos, parte como capitão daquilo que julgou conveniente chamar de guerra bizarra, e que qualificará de *Étrange Défalte*. Evita por pouco a prisão e junta-se a sua família na Creuse de Guéret. A diferença de trajetória manifesta-se, então, entre os dois diretores dos *Annales*. Marc

3. B. GEREMEK. 8º Conferência M.Bloch, 17/06/1986. texto lido por J. Le Goff (B. Geremek ficou retido na Polónia pela policia). Bloch é contrário à continuação da publicação da revista, que só poderia ocorrer nas condições das autoridades nazistas de ocupação, ou seja, com a direção da revista por franceses sem ascendência israelita: "Não creio que devemos admitir qualquer aparência de acertar o passo"⁴. Tal não era a opinião de Lucien Febvre, que lhe responde: "É necessário que os *Annales* continuem, é necessário"⁵. A revista continua, portanto, e muda de nome, torna-se: *Mélanges d'histoire sociale* e aparecerá assim até 1944, com dois diretores não israelitas na capa: Lucien Febvre e Pierre Leuilllot. No entanto, Marc Bloch colabora na revista sob o pseudônimo de Marc Fougères. Não pára por aí e se engaja totalmente: "Digo francamente: eu desejo, seja como for, que tenhamos ainda sangue a derramar: mesmo que seja daqueles seres que me são caros"⁶. Recusa-se a partir, como muitos intelectuais, para a *New School* americana que o convida a fugir do nazismo: pelo contrário, em 1943 se engaja na Resistência ativa à ocupação na região lionesa. Torna-se militante dos *Franco-Atiradores*: "Esse professor eminente vinha com modéstia e simplicidade colocar-se sob nossas ordens"⁷. Torna-se membro do Comitê Diretor do MUR (Movimento Unido de Resistência) da região lionesa sob o pseudônimo de Narbonne: "Logo toda a resistência o conheceu. Bastante, pois ele via, queria ver muita gente"⁸. Na primavera de 1944, a Gestapo prende boa parte do diretório lionês do MUR. Marc Bloch é preso, encarcerado e torturado em Montluc.

Os aliados desembarcam e, como vingança, os nazistas pegam os prisioneiros da prisão de Montluc para execução. Entre esses sacrificados, Marc Bloch. Perto dele: "Um rapaz de 16 anos que tremia: 'Isso vai doer...'. Marc Bloch pega-o afetuosamente pelo braço e lhe diz: 'Não, meu rapaz, não vai doer' e o primeiro caiu gritando: Viva a França!"⁹ Marc Bloch deixa um testamento espiritual datado de março de 1941, no qual afirma sua identidade antes de tudo francesa: "Estranho a todo formalismo confessional, como a toda solidariedade pretensamente racial, eu me senti, durante minha vida inteira, antes de tudo e muito simplesmente francês /.../ eu morro, como vivi, como bom francês"¹⁰. No entanto, apesar desse

4. M. BLOCH, carta a L. Febvre. *Annales d'histoire économique et sociale*. 1945, t. 1. p. 22.

5. L. FEBVRE, carta a M. Bloch, *Ibid.*, p.23.

6. M. BLOCH, *L'Étrange défaite* (1940). ed. Francs-Tireurs. 1946. p. 191.

7. J. P. LÉVY, Colóquio M. Bloch, 17/06/1986.

8. G. ALTMAN. *Annales d'histoire économique et sociale*. 1945, t. 1 pp. 11-14.

9. L. FEBVRE, *Combats pour D'Histoire*, op. cit., p. 407.

10. M. BLOCH. Testamento espiritual, Clermont-Ferrand, 18/03/1941, *Annales d'histoire économique et sociale*, I, 1945.

ato heróico, essa sensibilidade socializante dos *Annales* dos anos 30 tem pouco peso na medida em que o grupo baseia sua existência na rejeição do político: "Sempre pergunto a mim mesmo como poderia o verdadeiro historiador fazê-la"¹¹. A adesão republicana da escola historicista foi operacional, pois serviu ao discurso do poder. Ao recusar o discurso político, os *Annales* deixam de cumprir sua missão de revista de história, que deve esclarecer e ajudar a compreender os fenômenos contemporâneos. Certamente, o *goulag* não era conhecido, mas o fenômeno estalinista o era e Trotsky, vítima célebre no mundo inteiro desde 1927. Os *Annales* continuam, contudo, a elogiar o estado totalitário stalinista, pois eles se limitam aos progressos das forças produtivas, ao crescimento da indústria pesada, visão pelo menos parcial da realidade soviética. Georges Friedmann faz o elogio do stakhanovismo: "É essa dádiva calorosa da sua experiência e dos seus conhecimentos de que os stakhanovistas dão mostras", e presta homenagem a Stalin: "Entre os discursos de políticos, os de Molotov e os de Stalin são os mais substanciais e sólidos"¹². Os *Annales* passam ao largo, o que é ainda mais grave, do fenômeno fascista e nazista. Essa lacuna no discurso dos *Annales*, por parte de uma revista que pretende ser progressista, é particularmente significativa e está ainda ligada à negação do político. Essas ausências relacionadas aos postulados errôneos da escola dos *Annales* são, mas tarde demais, amargamente lamentadas por Marc Bloch em seu belo livro, escrito em 1940 e editado em 1946, *L'Étrange défaite*: "Nós não ousamos ser, na praça pública, a voz que grita, a primeira vista no deserto /.../ preferimos nosso confinamento na quietude temerosa de nossos escritórios. Possam nossos cadetes perdoar-nos o sangue que está sobre nossas mãos"¹³. Das palavras de Marc Bloch sobressai certa autocrítica das posições do grupo dos *Annales*: "Nós temos, na maioria, o direito de dizer que fomos bons operários, fomos sempre bons cidadãos?"¹⁴ Questiona nesse momento o fatalismo do discurso dos *Annales* que, ao privilegiar o jogo de forças maciças e negar o papel dos indivíduos e dos engajamentos, acaba se afastando da ação tanto individual quanto coletivo: "Era interpretar de forma errada a história"¹⁵. Pode-se dizer que esse texto já é, em si mesmo, uma crítica muito lúcida das

11.1. FEBVRE, op. cit., p. 402.

12. G. FRIEDMANN, *Annales d'histoire économique et sociale*, citado por A. GUERREAU. *Le Féodalisme...*, op. cit., p. 122. (Ed. portuguesa, cit., p. 147.)

13. M. BLOCH, *L'Étrange défaite*, op. cit., p. 188.

14. *Ibid.*, p. 189. 1 5. *Ibid.*

insuficiências, dos ocultamentos do discurso histórico dos *Annales*. Tem muito mais valor porque foi escrito por um dos mestres incontestáveis dessa escola, no momento trágico em que a história bateu à porta do laboratório de especialistas, e eles passaram ao largo, sem a ver.

Se a sensibilidade de esquerda era predominante no período do entre-guerras, no grupo dos *Annales*, isso não significou, como alguns acreditaram, um núcleo de intelectuais marxistas. Certamente, as orientações da revista poderiam algumas vezes fazer acreditar, como a valorização dos aspectos econômicos e sociais, na materialidade histórica e no primado das estruturas subjacentes. Muitos conceitos estão assim tão próximos do marxismo, mas como bem observou T. Stoianowich, a historiografia marxista "é ao mesmo tempo rival e precursora do paradigma dos *Annales*"¹⁶. Até os anos 30, o marxismo é pouco conhecido, ele é, bem entendido, reivindicado nos partidos operários, mas essencialmente como prática. Nos meios universitários, a partir dos anos 30, ele começa a conhecer certa difusão, sobretudo graças ao Círculo da Rússia Nova, fundado em 1932 e dirigido por Daniel Challonge, Charles Parrain e Jean Baby; colabora com esse grupo, entre outros, o historiador dos *Annales*, Georges Friedmann. Esse círculo toma a iniciativa de organizar inúmeras conferências que permitem a publicação, em 1937 e 1938, de vários volumes que determinam as coordenadas da contribuição do materialismo histórico: *A la lumière du marxisme*. O grupo dos *Annales* extraiu numerosas orientações de um marxismo difuso, mal conhecido de seus iniciadores, para melhor resistir à eficiência do materialismo histórico, uma vez que este último aspirava a ser uma história global. Na sua vontade de ampliação, os *Annales* arriscaram a adesão pura e simples ao marxismo. O grupo lança, pois, as bases de um discurso específico, ao mesmo tempo muralha e máquina de guerra. As resenhas de obras marxistas nos *Annales*, escritas por Lucien Febvre, denunciam o "plano em gavetas", o estudo privilegiado dos movimentos populares e dos líderes revolucionários. Febvre vê no discurso marxista ao mesmo tempo uma concepção tão voluntarista e factual quanto a da história tradicional e também uma forma de espiritualismo econômico. A resenha do livro de Daniel Guérin sobre a Revolução Francesa revela aquilo que Lucien Febvre reprova principal-

mente no marxismo: uma história dos bons e dos maus e a pretensão ao julgamento. Sob o título: "Um livro impaciente

16. T. STOIANOWICH. *French Historical method: the Annales paradigm*. Ithaca Londres, Cornell University Press. 1976. p. 237.

sobre a Revolução", denuncia "esta união de Michelet e de Marx, um incesto", e repete: "O historiador não é um juiz"¹⁷. Quando em 1930 aparece a tradução da obra *A Guerra dos camponeses*, de Engels, Lucien Febvre lhe nega toda contribuição histórica. Sob o título "Um livro sem valor", escreve: "Para conhecer Engels, sim. Para conhecer a guerra dos camponeses, é uma piada"¹⁸. No entanto, Marx e Engels estão longe do opróbrio atual e são objeto de uma admiração não dissimulada: "Tenho pessoalmente por Karl Marx a mais viva admiração /.../. Entretanto, isso será suficiente para que suas lições sirvam eternamente de modelo a toda doutrina?"¹⁹ Além disso, os jovens historiadores marxistas desses anos, Pierre Vilar, Jean Bruhat... acolhem com muita simpatia essa nova revista que lhes parece tão próxima de suas preocupações. Em 1934, numa revista católica - *Foi et Vie* -, Lucien Febvre elogia os méritos de Marx: "O grande e poderoso problema das relações do capitalismo com a Reforma /.../ quem o colocou primeiro? Não hesitemos em responder: Foi Karl Marx"²⁰. Critica, no entanto, o caráter profético da tese de Marx, sua vontade de demonstrar a verdade a todo custo e de usar somente o material histórico como prova para sustentar sua demonstração, ou seja, a da Reforma sendo engendrada pelo capitalismo. Febvre substitui esse percurso causal pela noção de interdependência dos fenômenos. Mas o que Marc Bloch e Lucien Febvre têm em comum com o pensamento de Marx é a vontade totalizadora e globalizante de abraçar o real. Nessa perspectiva, ninguém se espantará ao ler da pena de Lucien Febvre: "Leiam Marx, diria eu de bom grado /.../. Leiam também Lenin, e aqueles que prolongaram o esforço de Marx sobre alguns pontos decisivos"²¹. Tendo à direita o discurso historicista e à esquerda o discurso marxista, o grupo dos *Annales* oferece uma terceira via, ocupa uma posição central, ideal para sua estratégia de poder. Resta-lhe construir um paradigma original, o saber específico que legitime suas pretensões à hegemonia. Desse ponto de vista, o discurso dos *Annales* é um discurso de ruptura com a história tradicional, pois inova e constitui, a

17. L. FEBVRE. *Annales d'histoire économique et sociale*, VII, 1945. reeditado em *Combats pela História*, op. cit., p. 167.

18. L. FEBVRE. *Annales d'histoire économique et sociale*, p. 437-436. 1930. reeditado em *Pour une histoire à part entière*, Publications EHESS. 1982. pp. 464-455.

19. M. BLOCH. *UÉtrange défalte*. op. cit.

20. L. FEBVRE. *Foi et Vie*. LVII. 1934. pp. 119-138, reeditado em *Pour une Nstolre à part entlière*. op. cit.. pp. 350-366.

21. L. FEBVRE, *Annales*. 1935. p. 615-623. reeditado em *Pour une histoire à part entlière*. op. cit.. pp. 665-678.

partir desse fato, uma revolução historiográfica. Uma das Inovações, essencial, dos *Annales* da época é o rompimento com a concepção puramente passadista do discurso histórico, a correlação passado e presente na construção de uma história que tenha por campo de estudo não somente o passado mas também a sociedade contemporânea. Enquanto a escola historicista considerava a prática historiográfica, em um percurso científico, desvinculada do presente, Lucien Febvre convida o historiador a inspirar-se nos problemas colocados pelo tempo presente, no qual ele vive, pensa e escreve. A interrogação do passado a partir do presente tem para os *Annales* valor heurístico. A história é "uma resposta a perguntas que o homem de hoje necessariamente se põe"²². O presente ajuda a pesquisa do passado e permite valorizar uma história-problema e enriquecer o conhecimento do passado. A partir desse valor heurístico do presente, os *Annales* defendem uma concepção relativista do discurso histórico, pois devido ao fato de a história estar mergulhada em seu tempo e imersa nos problemas do presente, temos como resultado uma construção do tempo histórico, dos clarões, dos recortes cujos limites são aqueles mesmos que permitiram as pesquisas. Trata-se, portanto, de uma construção a ser cada vez descoberta no momento e no lugar em que ela foi enunciada. Cada época constrói sua representação do passado conforme suas preocupações. A história "como necessidade de procurar e valorizar, no passado, os fatos, os acontecimentos, as tendências que preparam o tempo presente, que permitem compreendê-lo e que ajudam a vivê-lo /.../ faz-se o passado do qual ela necessita"²³. Se o historiador deve, então, reescrever a história em função das interpelações do presente, isso não entra em contradição, para os *Annales*, com o caráter científico que a empresa histórica deve adquirir. Se o presente contribui para o melhor conhecimento do passado, a relação passado-presente funciona também em um outro sentido. O desconhecimento do passado não permite uma boa compreensão e, portanto, uma ação eficaz sobre o presente. Marc Bloch recusa a definição reducionista da história como ciência do passado: "É erro dizê-lo, a meu ver"²⁴. O valor heurístico do presente no conhecimento do passado é levado mais longe por Marc Bloch, que preconiza o percurso recorrente do historiador e a abordagem retrospectiva. O historiador parte do presente para

22. L. FEBVRE. *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 42.

23. *Ibid.*, p. 117.

24. M. BLOCH, *Apologie pour....* op. cit.. p. 32. (Edição portuguesa, op. cit., p. 25.)

remontar o fio do tempo até as sociedades do passado. Propõe uma leitura às avessas "porque o percurso natural de qualquer pesquisa se faz do melhor ou do menos mal conhecido para o mais obscuro"²⁸. Aplica às próprias pesquisas essa abordagem recorrente. Quando opõe os campos do norte da França aos da Inglaterra²⁶, começa a constatar o contraste entre os campos plantados demasiadamente alongados da Picardia e a terra dos prados ingleses, fragmentada, cortada por cercas ou barreiras. É a partir desta realidade tangível que ele Interroga o passado para explicar essa dualidade

em regiões, no entanto, tão próximas. Tendo por objeto de estudo os regimes agrários, Marc Bloch parte das paisagens contemporâneas para remontar até o período medieval. Para os *Annales*, o passado é, portanto, consubstancial ao presente, e Marc Bloch opõe o trabalho de antiquário fechado no culto do passado ao do historiador que tem o gosto de olhar em torno de si²⁷. A importância dedicada ao presente é muito sensível na revista dos *Annales*, que está, neste primeiro período, essencialmente voltada para o estudo da sociedade contemporânea. Essa orientação diferencia fundamentalmente os *Annales* das outras revistas e sobretudo da *Revue Historique*. A pesquisa realizada por A. Corbin sobre a *Revue Historique* entre 1929 e 1939 revela o peso dominante do período dos séculos XIV-XVIII: 33,8% dos artigos; o período contemporâneo no sentido amplo, começando em 1789, ocupa apenas um quarto dos artigos: 26,6%. A pesquisa realizada por Olivier Dumoulin sobre a revista dos *Annales*²⁹ demonstra que, durante o mesmo período, os artigos de história contemporânea representam 42,4% dos artigos da revista. Se tomarmos como medida a história ainda mais contemporânea, começando em 1871, a comparação no mesmo período 1929-1938, evidencia: 36% dos artigos dos *Annales*, 8% daqueles da *Revue d'histoire économique et sociale* e 7,5% da *Revue Historique*. A preocupação com os problemas contemporâneos está onipresente na revista dos *Annales*, como o revelam alguns títulos do período 1929-1939: "O problema da população na URSS" (1929); "A crise bancária na Alemanha" (1932); "A crise bancária na Europa Central" (1932); "As causas e as origens da crise mundial do trigo" (1936); "A experiência Roosevelt" (1936); "A crise bancária e a grande crise nos Estados Unidos" (1936); "A coletivização agrícola na

25. *Ibid.*, pp. 48-49.

26. M. BLOCH. "Seligneurie française et manoir anglais". *Cahiers des Annales*. 1967 (curso na Sorbonne, 1936).

27. M. BLOCH. *Apologie pour l'histoire*, op. cit., p. 48.

28. O. DUMOULIN. Comunicação, Seminário da EHESS. 1980.

URSS" (1938). Esses títulos nos revelam a presença das questões da atualidade, a ausência do aspecto político e a preocupação mundial do discurso dos *Annales*. O esclarecimento do historiador pode ser utilizado pelo economista, ele pode se prevalecer da função de conselheiro da gestão. A utilização do tempo verbal futuro e do condicional nos artigos da revista revelam-nos essa vontade de ser portadora de um saber operacional, útil aos responsáveis pela sociedade: "Se tivéssemos melhor conhecimento da história econômica, a situação econômica e a situação contemporânea teriam sido mais rapidamente elucidadas"²⁹. O elo passado-presente é, portanto, sem cessar reafirmado pelos dois diretores da revista, eles fazem desse elo o próprio sentido do percurso histórico: "Por que falar do passado e do presente? A realidade é una. Convencer todos com provas palpáveis dessa unidade será, amanhã como ontem, o objetivo dos *Annales*"³⁰. "Entre o presente e o passado. Nada de compartimento estanque, essa é a antífona dos *Annales*"³¹. Os dois diretores dos *Annales* reivindicam, ainda mais, o elo orgânico entre passado e presente, ao qual aderem com uma lógica gerencial do sistema capitalista. Contam adaptar sua abordagem histórica à era técnica, na qual esperam desempenhar papel útil. É nesse espírito que eles se rodeiam dos responsáveis tanto do meio administrativo como do mundo dos negócios. A revista atrai os especialistas cuja tarefa essencial é agir sobre os aspectos econômicos e sociais. Ela os chama à reflexão sobre suas práticas, ao mesmo tempo em que os chama para o aprendizado, no contato com os historiadores, da perenidade maior ou menor dos instrumentos que manejam no cotidiano: "Dois tipos de trabalhadores feitos para se compreenderem e que geralmente estão lado a lado, sem se conhecerem"³². Banqueiros e financistas escrevem nos *Annales*, portanto, e reforçam assim a tendência tecnocrata da revista. A participação deles no discurso dos *Annales* torna desprezível a análise segundo a qual a revista seria a expressão de um discurso marxista. Os *Annales* respondem à necessidade do poder que não pode mais se contentar, no pós-guerra, com a legitimação parlamentar mas tem necessidade de técnicos, de especialistas para assentar mais solidamente e mais cientificamente uma política na realidade das coisas: "As leis da estatística substituíram o espí-

29. Os diretores. "Au bout d'un an" *Annales*. 1930. p. 2.

30. *Ibid.*, p. 3.

31. L. FEBVRE. *Annales*, 1932, p. 281.

32. Os diretores. *Annales*. 1929, t. 1. pp. 1-2.

rito das leis"³³. Para responder a essa demanda social, é evidente que as Jovens ciências sociais estão melhor colocadas do que a história, e é a esse desafio que os *Annales* respondem ao tentar conectar novamente os interesses dos historiadores com os dos gestores. Apela-se ao presidente da direção geral do Banco Mundial Suíço, de Zurique, G. Back-man; ao diretor do Banco Mundial para o Comércio e Indústria, A. Pose; ao diretor do Banco dos Países da Europa Central, J. Chappey. O modelo americano é fonte de forte inspiração para os *Annales*: "Ver-se-á um dia /.../ tomar assento nos *bureaux* de estudos especializados de nossas principais casas, ao lado do chefe de serviço estatístico, um historiador especializado?"³⁴ Os colaboradores são também recrutados nos organismos Internacionais da SDN, sobretudo do BIT, dirigido agora por Albert Thomas. Este último faz parte da mesma turma (1899) da École Normale de Lucien Febvre. Velhos amigos, Lucien Febvre dirige-se em seguida a Albert Thomas quando lança a revista dos *Annales*: "Venha a Genebra, escreva-me, todos os negócios parados /.../ eu te ajudarei com todas as minhas forças"³⁵. Nesse projeto de criação da revista submetido ao editor, Marc Bloch aproveita suas relações no mundo dos negócios, entre outros, Raymond Bloch, diretor adjunto da exploração das estradas de ferro de Orléans. Pretendia também fazer colaborar os administradores colo-

niais. Os *Annales* adotam, portanto, uma abertura muito original em direção ao *establishment*. Esse encontro com a tecnocracia ascendente vai incitá-los a privilegiar os mecanismos, independentemente da natureza do regime. Os artigos de Georges Friedmann sobre o stakhanovismo ou as crônicas de Gerard Méquet que louvam a União Soviética, são bem sinais dessa leitura economicista da sociedade. Entretanto, esse eixo estiola-se no fim dos anos 30. Em 1938, Lucien Febvre não cessa de repetir a Marc Bloch como censura: "Medieval demais, universitários demais"³⁶.

33. M. FERRO. *L'Histoire, soux...* op. cit. p. Q 125. (Ed. brasileira, op. c/f., p. 88.)

34. M. BLOCH. *Annales*. 1931, pp. 1-3.

35. L FEBVRE. *Annales*, IV, 1939. reeditado em *Combats pour l'histoire*, op. cit., pp. 348-352.

36. L. FEBVRE, carta a M. Bloch, abril de 1938, citada por O. DUMOULIN, *Profession historien: 1919-1939*. 1984, rp- 326.

OS INOVADORES

Os *Annales* renovam, portanto, radicalmente o discurso . histórico. Em primeiro lugar, como o título da revista deixa entrever, privilegiam os fenômenos econômicos e sociais até ali abandonados. A pesquisa conduzida por Jean Louis Oosterhoff demonstra, nesse domínio, a oposição fundamental entre a revista dos *Annales*, que dedica, no período 1929-1945, 84% de seus artigos à história econômica e social contra 21,9% da *Revue historique* e 26,5% da *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. O abandono da história política beneficia, portanto, o estudo da história econômica e social. Essa evolução integra-se no contexto favorável, como nós vimos, e os *Annales* beneficiam-se da contribuição de dois desbravadores nessa área: Henri Hauser e François Simiand. Henri Hauser obteve, em 1927, a criação da primeira cadeira de história econômica na Faculdade de Letras da Sorbonne. Desempenha, portanto, o papel de pioneiro na institucionalização da história econômica no interior de Faculdades de Letras, da qual Marc Bloch se beneficiará ao suceder-lhe em 1933. O ensino de economia é recente e ao mesmo tempo domiciliado entre os Juristas da Faculdade de Direito, na qual foram introduzidas, em 1878, as ciências econômicas e sociais. Daí resulta um certo isolamento da economia, desvinculada da sociologia, da história social e da geografia humana. Membro tanto da *Revue d'histoire économique et sociale* como também do comitê dos *Annales*, Henri Hauser desconfia das curvas estatísticas preconizadas por François Simiand. Permanece, desse ponto de vista, o "último defensor de uma história econômica pré-serial"³⁷. O verdadeiro inspirador da área de história econômica não é um historiador, é, ao contrário, aquele que conduziu a diátribe mais acirrada contra a história, o sociólogo durkheimiano François Simiand. Ele é o verdadeiro precursor de uma história econômica baseada em um aparelho estatístico, que permite delimitar os ciclos regulares em ação nos movimentos de conjunto que envolvem toda a sociedade. Permite estabelecer uma ponte entre os estudos monetários, os estudos sociais sobre os níveis de vida, mas também com aquilo que ele próprio chama de psicologia coletivo, diferencial conforme os grupos sociais. Desde 1930, Lucien Febvre convida os historiadores a superar seu orgulho ferido em 1903 e a ler François Simiand: "Para os

37. O. DUMOULIN, *Dictionnaire des Sciences historiques*. PUF. 1986. p. 327.

historiadores um livro de cabeceira: o curso de economia política de Simiand"³⁸. Lucien Febvre não considera, no entanto, que se deva transpor o método de François Simiand à história, mas que deva se servir dele como fonte de Inspiração e como tentativa experimental. A verdadeira revolução historiográfica nesse domínio, na linha de contribuição de François Simiand, mas efetuando adaptações à história, provém do historiador Ernest Labrousse³⁹. O itinerário de Ernest Labrousse é sinal das dificuldades da Inserção da história econômica nas Universidades de Letras. Estudante de história na Sorbonne, na qual é aluno de Aulard, prepara, em 1913, uma DES de história revolucionária: "O comitê das investigações da Comuna de Paris". Interessado pela economia política. Inscreve-se, em 1919, na Faculdade de Direito. Aí frequenta, portanto, os estudos de direito e de licenciatura. Prepara, em seguida, uma pesquisa para sua tese de doutorado sobre a legislação social de assistência de 1 789 até o ano III, mas em 1926 reorienta seu trabalho, voltando-se à história propriamente econômica e publica a tese: *Esquisse du mouvement des prix e des revenus en France au XVIIIe siècle*, em 1932. Essa reviravolta teve forte Inspiração dos trabalhos de François Simiand e de Albert Aftallon, do qual se torna assistente na Faculdade de Direito. É preciso esperar 1943, com *La Crise de l'économie française*, para ver Ernest Labrousse consagrado como doutor em Letras e vê-lo tornar-se, em 1945, professor conferencista e depois professor na Sorbonne. Esse percurso de combatente é muito evocador das voltas e reviravoltas necessárias para fazer uma história econômica científica na época. Ernest Labrousse, leitor entusiasta dos *Annales* desde o começo, permaneceu, no entanto, à margem da história da revista. Não escreverá nela antes de 1945. No entanto, deve sua nomeação em 1938 como diretor de estudos da IV sessão da EPHE a Marc Bloch, que sustentou sua candidatura. A partir daí, é reivindicado como um dos grandes apóstolos da Nova História. Foi bem sucedido ao integrar o termo longo, o estudo das estruturas na sua evolução e o estudo factual no mesmo conjunto, sendo seu objetivo explicar a Revolução Francesa de 1 789. Graças a suas pesquisas sobre os preços e os lucros, torna manifesta a promoção da classe burguesa sobre a base de prosperidade do século XVIII, classe em ascensão, candidata ao poder, mas não esconde, por isso, o

estudo conjuntural das turbulências, das crises de subsistência que se revelam essenciais para a compreensão das mobilizações sociais. Ao correlacionar a queda da Bastilha em meados de julho com o "maximum" dos preços do pão, ultrapassa o relato factual clássico da história metódica sem abandonar, por isso, a consideração dos acontecimentos. Se Ernest Labrousse não ocupa na época uma posição central no dispositivo dos *Annales*, é porque localiza o aspecto político como horizonte de sua abordagem econômica e privilegia o estudo dos antagonismos de classe, enquanto que os *Annales*, tendo o aspecto social como objeto, aspiram a uma sociedade de consenso: "A minha história dirige-se principalmente para os aspectos socioeconômicos e sociopolíticos"⁴⁰. Ernest Labrousse não se distancia muito da história tradicional, aos olhos de Marc Bloch e Lucien Febvre, devido ao fato de não romper com o factual. Permanece essencialmente muito engajado a favor dos *Annales*. Após haver fundado em Barbezieux, em 1910, um "clube de jacobinos", movimento autônomo de jovens socialistas e lançado um jornal, *L'avenir*, constitui, em 1911, o Grupo de Estudos Sociais de Barbezieux, cuja declaração de princípios apresenta-se por temas de luta: "A emancipação integral do proletariado", "A abolição da miséria", "A república social e universal"⁴¹. Em plena guerra, em 1916, adere ao partido socialista. Em 1919, é redator de *L'Humanité*, depois do *Populaire*, depois, enfim, do *L'Internationale*. Mas a bolchevização da SFIO expulsa-o de *L'Humanité* em 1924 e pede demissão do partido em 1925. Ao contrário de muitos que conhecem, como Lucien Febvre, o movimento de deriva para a aceitação dos poderes estabelecidos, e em direção ao desengajamento, Ernest Labrousse retorna ao PS em 1938 e dirige a *Revue socialiste* desde sua fundação (1946) até a sua demissão em 1954, por causa da recusa pela SFIO de apoiar a defesa europeia (CED). Ao valorizar os antagonismos sociais, permanece muito próximo da historiografia marxista, à qual não adere e se torna assim marginalizado. "Nessa história sociocultural, a história da consciência de classe não deve figurar em primeiro plano? /.../ Uma das grandes tarefas do estudo das mentalidades coletivas é justamente o estudo social comparado da tomada de consciência nas diversas classes, de seus encaminhamentos de formas múltiplas, de seu grau de extensão nos limites da classe"⁴². No entanto, ele é muito reivindicado e quase embalsamado vivo por uma escola que o vê como o Iniciador de uma história econômica baseada na estatística, na quantificação e no estudo dos ciclos de durações longas e curtas. Os *Annales* contribuem para a promoção dessa história econômica, não para acrescentar simplesmente um novo compartimento no trem da história, mas para integrar mais elementos de explicação ao estudo de sociedades do passado e do presente, pois a abordagem econômica se integra em um projeto maior do que a estrita disciplina histórica e em um esforço de racionalização do sistema social. Quando Marc Bloch apresenta-se ao Collège de France, começa por defender a história comparativa quando da sua primeira candidatura, mas na segunda, em 1935, muda a linha de seu projeto de ensino no sentido da economia; é como historiador econômico que Marc Bloch pretende ser percebido quando escreve em seu programa: "Ao lado das idéias e dos sentimentos, as necessidades /.../. Com o substrato econômico estudado segundo os métodos em plena conformidade com seu próprio caráter, enriquecer a interpretação, em profundidade, da vida social em seu conjunto"⁴³. Ao fracassar no Collège de France, sucede Henri Hauser em 1936 na Sorbonne, na qual se encarrega da primeira cadeira de história econômica na Faculdade de Letras. Desde a chegada a Paris, cria com Maurice Halbwachs o Instituto de História Econômica e Social na Sorbonne. A história dos preços torna-se uma preocupação privilegiada da revista. Lucien Febvre saúda os trabalhos de Earl Hamilton sobre o afluxo de metais preciosos da América e suas incidências sobre os preços. É o começo de uma história serial mas integrada no conjunto social global. A alta dos preços muito precoce "é imputada inteiramente, diretamente e unicamente ao afluxo de metais da América? Evidentemente que não /.../. Há causas gerais /.../"⁴⁴. Não se fala ainda de séries, mas os *Annales* retomam, por sua conta, aquilo que François Simiand chama "fenomenoscopia contínua", ou seja, a observação contínua no tempo de um mesmo fenômeno em uma perspectiva diacrônica. O historiador pode, então, se apropriar do território da estatística. Se a revista permanece o órgão essencial desta captação, os diretores dos *Annales* compreendem logo que não haverá reviravolta

38. L. FEBVRE. *Annales d'histoire économique et sociale*. 1930. pp. 581-590.

39. E. LABROUSSE, *Esquisses du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle* (1932) e *Crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution* (1943).

40. E. LABROUSSE. conversa. *Actes de la recherche en Sciences sociales*, abril de 1980. p. 115.

41. *Ibid.*, p. 115.

plas, de seu grau de extensão nos limites da classe"⁴². No entanto, ele é muito reivindicado e quase embalsamado vivo por uma escola que o vê como o Iniciador de uma história econômica baseada na estatística, na quantificação e no estudo dos ciclos de durações longas e curtas. Os *Annales* contribuem para a promoção dessa história econômica, não para acrescentar simplesmente um novo compartimento no trem da história, mas para integrar mais elementos de explicação ao estudo de sociedades do passado e do presente, pois a abordagem econômica se integra em um projeto maior do que a estrita disciplina histórica e em um esforço de racionalização do sistema social. Quando Marc Bloch apresenta-se ao Collège de France, começa por defender a história comparativa quando da sua primeira candidatura, mas na segunda, em 1935, muda a linha de seu projeto de ensino no sentido da economia; é como historiador econômico que Marc Bloch pretende ser percebido quando escreve em seu programa: "Ao lado das idéias e dos sentimentos, as necessidades /.../. Com o substrato econômico estudado segundo os métodos em plena conformidade com seu próprio caráter, enriquecer a interpretação, em profundidade, da vida social em seu conjunto"⁴³. Ao fracassar no Collège de France, sucede Henri Hauser em 1936 na Sorbonne, na qual se encarrega da primeira cadeira de história econômica na Faculdade de Letras. Desde a chegada a Paris, cria com Maurice Halbwachs o Instituto de História Econômica e Social na Sorbonne. A história dos preços torna-se uma preocupação privilegiada da revista. Lucien Febvre saúda os trabalhos de Earl Hamilton sobre o afluxo de metais preciosos da América e suas incidências sobre os preços. É o começo de uma história serial mas integrada no conjunto social global. A alta dos preços muito precoce "é imputada inteiramente, diretamente e unicamente ao afluxo de metais da América? Evidentemente que não /.../. Há causas gerais /.../"⁴⁴. Não se fala ainda de séries, mas os *Annales* retomam, por sua conta, aquilo que François Simiand chama "fenomenoscopia contínua", ou seja, a observação contínua no tempo de um mesmo fenômeno em uma perspectiva diacrônica. O historiador pode, então, se apropriar do território da estatística. Se a revista permanece o órgão essencial desta captação, os diretores dos *Annales* compreendem logo que não haverá reviravolta

42. *Ibid.*, p. 114.

43. M. BLOCH, "Projet d'enseignement pour la Collège de France". 1934. citado por G. DUBY. prefácio à *Apologie pour l'histoire*, de M. BLOCH. 1974. p. 11.

44. L. FEBVRE. "Le Problème historique des prix", *Annales*. 1930. pp. 67-80, reeditado em *Pour une histoire à part entière*. op. cit., p. 304.

Irreversível da escritura dos historiadores, sem uma mudança radical dos critérios exigidos na disciplina histórica no plano seleção universitária. O segredo a ser modificado é o concurso de ingresso à carreira de professor universitário de história. Em 1935 ainda, uma presidente do concurso universitário feminino de história indigna-se da indiferença dos candidatos pelo gênero biográfico e da sua tendência em seguir "moda" da história dos grupos sociais⁴⁵. Desde 1932, uma carta aberta aparecia no *Bulletin de l'association des professeurs d'histoire, géographie* sobre as provas do referido Concurso; questionava os resultados do concurso, cujos critérios de seleção são os da escola historicizante. A carta é assinada por Lucien Febvre, Marc Bloch, Georges Lefebvre, Charles-Edmond Perrin e dois geógrafos: Albert Demangeon e A. Cholley; ou seja, quatro estrasburgueses e todos colaboradores dos *Annales*⁴⁶. Por duas

vezes, os diretores dos *Annales* retomam o problema do concurso universitário. Em 1934, Lucien Febvre evoca a urgência de repensar os regulamentos, a prática e o espírito do concurso, e fala nisso como de um problema angustiante de todos. Uma nova requisição é redigida em conjunto em 1937, mas os *Annales* não terão êxito nesse domínio ao tentar mudar a direção da instituição universitária, que permanece reticente à aplicação do programa deles. Nenhuma voz influente retomará as proposições de Marc Bloch e Lucien Febvre; Isso evidencia o contraste Impressionante com a maneira pela qual a escola metódica havia obtido êxito ao se moldar à instituição escolar e universitária para dela se apropriar. Mas os quadros encontram-se aqui em diante ocupados, inabaláveis desde o fim do século XIX por um longo tempo, ainda mais que o período de crise, dos anos 30, não era propício a grandes confusões. Ao fazer da fraqueza a força mobilizadora, os *Annales* vão cultivar, a partir desse fracasso, a idéia de párias, de proscritos da universidade, tese de pouca credibilidade mas que permite agrupar mais facilmente as ciências sociais em torno dos historiadores, sem que elas tenham medo de serem absorvidas pelo vizinho mais forte.

Esse deslizamento do aspecto político para o econômico pressupõe o alargamento das fontes, a mudança radical no próprio ofício do historiador, que não pode se contentar com as fontes escritas para ter acesso aos fundamentos da sociedade. Marc Bloch foi o primeiro a escrever uma história agrária.

45. Bulletin de l'association des professeurs d'histoire, géographie, 1935, p. 130.

46. O. DUMOULIN, *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, hors série, "100 ans d'enseignement d'histoire", 1984, p. 24.

na qual ultrapassa os quadros Jurídicos e delimita as propriedades. Não se limitou apenas a trabalhar os cartulários à maneira de Henri Sée, mas integrou em seus estudos a história das transformações da paisagem rural, diferenciando nas plantas parcelares os campos alongados e estreitos e os grandes quadrados compactos. Integrando também o estudo das populações, da demografia, dos Instrumentos de trabalho, da composição dos solos, das variações de produções, das indicações sobre os fluxos monetários e dos laços familiares... Toda a contribuição da escola geográfica e da economia integra-se, portanto, no novo *corpus* do historiador. Em cada número dos *Annales* do entre-guerras, uma rubrica consagrada às pesquisas tem por objetivo sensibilizar para a história econômica e social e para os novos materiais do historiador, que são muitos documentos involuntários e diferentes dos arquivos tradicionais. Esse alargamento dos centros de interesse do historiador não deve, por isso, provocar, nesse estágio, uma descentralização do homem em benefício de um determinismo qualquer, seja técnico ou geográfico. Marc Bloch mostra assim ao mesmo tempo a importância da Inovação técnica e a sua dependência em relação à demanda social. A Integração da contribuição das ciências sociais não se paga em caso algum com a desintegração da história. Outro aspecto Inovador dessa escola dos *Annales* localiza-se na valorização da história-problema. O historiador, para Marc Bloch e Lucien Febvre, não pode se contentar em escrever sob o ditado dos documentos, deve questioná-los, Inserir-los em uma problemática. Contra a história-relato de Langlois e Seignobos, preconizam a história-problema, matriz teórica da conceituação futura da história estrutural. O recorte histórico não se articula mais segundo os períodos clássicos, mas segundo os problemas postos em evidência e dos quais se busca a solução. A afirmação de uma história-problema é o elemento essencial do paradigma dos *Annales* desde 1929, já que, hoje ainda, a uma questão de Bernard Pivot, no *Apostrophes*, pedindo a definição em uma palavra da Nova História, Jacques Le Goff responde: "A Nova História é uma história-problema". No entanto, a escola dos *Annales* descobriu verdadeiramente que um relato se organiza a partir de um quadro conceitual preestabelecido? Certamente que não, houve muitos antecessores. Por que a bandeira de história-problema continua a ser operatória e a unir o grupo? "À primeira vista por sua utilidade estratégica: permite-lhes afirmar que eles fazem uma história nova."⁴⁷ Quando Lucien Febvre chega ao Collège de France, na aula inaugural de 13 de dezembro de 1933, Insiste essencialmente nesse olhar novo do historiador que rompe com a passividade da escola historicizante: "Elaborar um fato é construir". "Toda a história é escolha."⁴⁸ Ilustração dessa abordagem, senão nova, em todo caso em oposição à história-relato dos historiadores da época, a própria tese de Lucien Febvre defendida em 1911, *Philippe II et la Franche-Comté*. A hipótese central permanece aqui política, seu orientador de tese é Gabriel Monod, trata-se pois de uma obra pré-Annales, antes da rejeição do aspecto político. Mas quando Lucien Febvre aborda o estudo dessa província em um momento de transição difícil, após a sucessão de Carlos V, além de acrescentar uma monografia suplementar ao estudo dos conflitos políticos locais, fixa-se nos conflitos sociais subjacentes e na resistência que se opõe, nessa província, ao progresso do absolutismo: "Trata-se da luta, do combate acirrado de duas classes sociais: nobreza e burguesia. Luta pelo poder, pela influência, pela dominação política"⁴⁹. Por trás desse conflito maior que inflama a região durante a segunda metade do século XVI, há também, em Lucien Febvre, a busca das realidades quotidianas, das transformações obscuras e até então abandonadas da vida popular. Daí resulta a recuperação de todo o jogo dialético: o das diversas peripécias em que se confrontam o antagonismo provincial e o poder central. Nesse estudo, Lucien Febvre não esconde a Instância política, ele a recoloca simplesmente no coração dos conflitos. O aspecto político não é mais, portanto, o domínio exclusivo das outras tramas da realidade social, mas não deixa de ser central. Descreve esse entrelaçamento de tensões locais e políticas que explodem no momento em que se rompe o equilíbrio estabelecido por Carlos V, e vê o condado a contragosto engajado na política cada vez mais espanhola de Filipe II. Essa história mostra-nos, por trás dos combates dos chefes, a miséria de uma região, bem povoada, a alta dos preços, as devastações provocadas pela passagem cada vez mais frequente das tropas reais, sem contar as calamidades naturais e a peste dos anos 1584-1586, mais violenta do que nunca. Lucien Febvre não esquece a decorrência do duplo

movimento do declínio da nobreza feudal e da pro-

47. H. COUTAU-BÉGARIE, *Le Phénomène nouvelle histoire, op. cit.*, p. 52.

48. L. FEBVRE. "leçon d'ouverture au Collège de France". 13/12/1933, reeditado sm *Combats pour l'Nstolra. op. cit.* pp. 7-8.

49. L. FEBVRE. *Philippe II et la Franche-Comté* (1912). Flammarion. 1970. p. 9.

gressão da burguesia que enriquece graças ao desenvolvimento do comércio e da usura: "Com tal esforço, a vítima era o camponês. Ele que Já fazia viver o nobre, criava ainda a riqueza do burguês"⁵⁰. É todo um quadro da sociedade do Franco-Condado que Lucien Febvre nos apresenta, de forma problemática e dinâmica, na medida em que essa sociedade é melhor percebida a partir de um conflito de dimensões sociais e políticas, conflito esse que provoca mutações Irreversíveis ao termo das quais a própria natureza dessa sociedade mudou.

Se a história-problema constitui a matriz teórica da futura história estrutural, Isso é ainda mais verdadeiro em Marc Bloch, que quer recuperar a estrutura da sociedade feudal: "O que nos propomos tentar aqui é a análise e a explicação de uma estrutura social, com as suas conexões"⁵¹. Já em *Les Caracteres originaux*. Marc Bloch se levantou contra a superestimação dos efeitos econômicos das epidemias na explicação da crise dos séculos XIV-XV; ao contrário, põe em evidência o peso da baixa dos rendimentos senhoriais, dando assim o primado às bases estruturais de um sistema social. Mais tarde, na obra *A Sociedade feudal*, percebe uma realidade total que engloba, em uma mesma coerência, o aspecto econômico, o social e o mental: "A evolução da economia desencadeava uma verdadeira revisão dos valores sociais"⁵². Anunciando todos os trabalhos futuros sobre os laços de parentesco, Marc Bloch pensa a ligação entre os laços de sangue e o feudalismo: "Às vastas parentelas de há pouco, vêem-se lentamente suceder grupos muito mais semelhantes às nossas pequenas famílias de hoje /.../". Mas: "Não devemos Imaginar, desde o longínquo tempo das tribos, uma emancipação regular do indivíduo"⁵³. Mostra assim que o vassalo perante o senhor, e reciprocamente, tece de fato laços similares aos laços de parentesco com ele e Isso significa direitos mas também deveres. Nesse sistema feudal, a possessão do feudo não se transmite automaticamente na morte do detentor e, no entanto, a lei hereditária teria razão de ser, pois a realidade social acaba sempre por se impor à realidade Jurídica, da mesma maneira que o historiador do social recupera uma realidade muito mais complexa e rica do que o historiador que se limita ao domínio do direito escrito. A delimitação dos quadros estruturais de uma sociedade não signi-

50. *Ibid.*, p. 149.

51. M. BLOCH. *La Societé féodale, op. cit.* p. 16. (Edição em português, *op. cit.*, p. 15.)

52. *Ibid.*, p. 114.

63. *Ibid.*, pp. 203-206.

fica, para Marc Bloch, a morte do movimento histórico, da evolução e das transformações. Percebe bem a linha de fissura, de ruptura a partir daquilo que ele chama de segunda era feudal. Desenvolve-se, então, um mecanismo Inverso ao do primeiro período, que era de centralização, de concentração, de Instalação de organismos com ralos de ação mais amplos. Toda a estrutura da sociedade foi perturbada, animada pelo fim das Invasões, pelo crescimento demográfico, pelo aumento dos arroteamentos, pelo desenvolvimento urbano, pela generalização da circulação monetária... Daí, temos como resultado o desaparecimento daquilo que fundamentava Justamente a feudalidade, ou seja, o enfraquecimento do estado. Todavia, o senhorio sobrevive à feudalidade. Marc Bloch Inscreve, portanto, seu estudo estrutural em uma profunda dinâmica histórica que a modifica tanto no interior como no exterior.

Outro campo, na época, particularmente fértil, sofre uma verdadeira captação em benefício do território do historiador. Trata-se da geografia, transformada em geo-história, novo paradigma muito fecundo que servirá de quadro obrigatório para todos os estudos monográficos do período pós-Segunda Guerra Mundial. Essa geo-história nasceu do reencontro entre a proposta de Vidal de La Blache e a dos *Annales*. Marc Bloch e Luclen Febvre destacam aqui o desafio lançado por uma escola geográfica resplandecente. Eles não hesitarão, assim como seus sucessores, em percorrer em todos os sentidos o território geográfico antes de efetuar pura e simplesmente a apropriação do mesmo, quando a escola geográfica perder sua vitalidade. Esse casamento corresponde à atmosfera da época, a da revalorização da região, da província nessa França em que se começa a perder a consciência, antes de Jean-François Gravier, da grande centralização. Isso contribuiu para o sucesso da geo-história, que escolheu como eixo a região e o questionamento da especificidade de cada uma: "Os grupos sociais, que exprimem o homem real, são as unidades naturais geográficas e econômicas: a região e a profissão"⁵⁴. Os estudos demográficos, econômicos e das relações sociais são os eixos centrais de pesquisa privilegiados pelos *Annales*, aliás, os que se adaptam melhor a um espaço restrito onde o conhecimento dos dados estatísticos e sua síntese são mais fáceis de realizar para uma região do que para um espaço mais vasto. O esclarecimento histórico característico dos *Annales* aclimata-se, portanto, a

54. *Plans*, nº1, p. 16.

essas unidades geográficas de dimensão bem restrita. Para trabalhar em profundidade, é preciso escolher as unidades com dimensão humana, esse é o único meio de realizar a síntese à qual os promotores dos *Annales* aspiram. Luclen Febvre estava particularmente próximo da escola vldaliana, colega de Jules Sion na École Normale, amigo de Albert Demangeon, colaborador dos *Annales* e com o

qual escreve, em 1931, uma obra sobre o Reno. Na *Revue de synthèse historique* confiam-lhe a responsabilidade de acompanhar as produções da escola geográfica francesa. A partir de 1905, escreve para a *Revue de synthèse historique* uma monografia sobre o Franco-Condado no quadro de uma série sobre as regiões da França, conforme os preceitos de síntese Indicados por Henri Berr. Antes de apoderar-se do território geográfico em benefício do historiador, Lucien Febvre utiliza suas resenhas bibliográficas para travar um diálogo Interdisciplinar e para elogiar os méritos dos trabalhos geográficos, para que os historiadores neles se Inspirem. Fixar a escritura histórica na permanência, na longa duração, em contato com a geografia e, ao contrário, mostrar em que a natureza é levada a se modificar no curso de sua história; assim é a dupla perspectiva na qual se inscreve a ruptura dos *Annales*, que pensa as relações entre historicidade e geografia em termos complementares e em termos de solidariedade necessária. Nas resenhas, Lucien Febvre defende os trabalhos geográficos fundamentados em hipóteses e em problemas centrais; ao contrário, critica com veemência tudo que seja do domínio do plano em gavetas, e da simples compilação⁵⁵. Da mesma forma que preconiza a história-problema, defende uma geografia-problema. Em seu estudo sobre o Franco-Condado, Lucien Febvre mostra como o nome dessa região não tem origem geográfica, mas histórica, que designa não um país, mas um estado, e recobre uma diversidade muito grande em relação aos embasamentos geomorfológicos, climáticos, de produções e de populações. Essa demonstração permite fazer aparecer melhor o papel maior do homem: "A parte do homem permanece preponderante. Pois foi ele que, a partir de fragmentos díspares, precisou forjar uma unidade política, um estado"⁵⁶. Trata-se de uma conclusão similar à que Marc Bloch enuncia na mesma série sobre as regiões da França, na qual estuda a Ile-de-France: "A Ile-de-France está desprovida de unidade regional"⁵⁷. Em 1922, Lucien Febvre

55. L. FEBVRE, C. R. de la Basse Normandie" de FELICE, *Revue de synthèse historique*. 1907.

56. L. FEBVRE. *Philippe II et la Franche-Comté*, op. cit., pp. 30-31.

57. M. BLOCH, *Ile-de-France*, 1913, reeditado em *Mélanges M. Bloch*. S. Fleury. EHESS,

intervém no debate que opõe sociólogos e geógrafos com *La Terre et l'évolution humaine*; toma o partido dos geógrafos ao fazer a apologia do vitalismo, mas com o objetivo de melhor assimilar o território deles. Recusa o OPA lançado pelos sociólogos durkheimianos, que pretendem Integrar a geografia sob a nova designação, morfologia social: ela "não pretende suprimir a geografia humana em benefício próprio"⁵⁸. Lucien Febvre retoma os argumentos de François Simiand contra a geografia, desta vez para recusá-los. Os geógrafos podem apenas alcançar as condições possíveis e não as explicações definitivas, e só as causalidades simples, mas certamente isso, ao contrário, não invalida a riqueza da geografia: "A geografia não pretende ser a ciência das necessidades"⁵⁹. Para Lucien Febvre, os objetos e os métodos da sociologia e da geografia estão simplesmente muito distantes. Ao contrário, a história renovada, tal como a concebem os *Annales*, é feita para entender-se com a geografia de Vidal de la Blache. Essa dupla revolução deve desembocar em uma simbiose no quadro da observação e das pesquisas experimentais: "Uma imensa perspectiva de trabalho abre-se para nós, historiadores e geógrafos, para um futuro indefinido"⁶⁰. Lucien Febvre Intervém também no debate entre a geografia alemã de Ratzel e Vidal, tomando vigorosamente partido desse último. Identifica a geografia política de Ratzel, ordenada em torno de noções de posições e de espaços, com a história política que recusa e apresenta, portanto, a ruptura vitaliana como a prefiguração, no domínio geográfico, daquilo que pretende realizar no domínio histórico em relação à história historicizante. Lucien Febvre acerta também suas contas com o determinismo geográfico; opta pela noção vitaliana de possibilismo. A natureza não é uma entidade neutra que condiciona a vida humana, ela é, desde o início, humanizada, já profundamente transformada pelo homem: "Jamais os fatos naturais exercem sobre a vida dos homens uma ação puramente mecânica, cega e impregnada de fatalidade"⁶¹. Critica aqui o debate Interno dos geógrafos para condenar os estudos tradicionais de geografia, fundamentados em um determinismo inexorável das condições naturais. Mesmo que caminhe no sentido das teses da geografia humana nova, a acolhida que lhe é reservada por essa última é, pelo menos, crítica. Compreende-se que, desse

58. L. FEBVRE. *La Terra et révolution humaine* (1922), A. Michel, 1970, p. 78. 59 *Ibid.*, p. 84.

60. *Ibid.*, p. 398.

61. *Ibid.*, p. 393.

lado, Lucien Febvre não Intervém como árbitro neutro, mas realiza uma manobra de apropriação da herança vitaliana, sob a égide da História Nova. Camille Vallaux acusa Lucien Febvre de querer "arruinar a geografia humana" e até Albert Demangeon, no entanto, futuro colaborador dos *Annales*, Intervém para denunciar em Lucien Febvre um "abuso do espírito crítico", um "esforço mais negativo do que positivo" e a vontade de "criar o perigo pelo prazer de denunciá-lo"⁶². Se Lucien Febvre lança aqui as bases da colaboração orgânica entre geógrafos e historiadores, o preço pago por Isso foi o Isolamento dos geógrafos em relação aos sociólogos. Se o resultado foi o enriquecimento do discurso histórico, o outro resultado foi o desperdício do dinamismo da geografia que, ao se dedicar à historicidade, perde ao mesmo tempo a reflexão epistemológica específica e a possibilidade de ver desabrochar uma geografia social ou política nova, ao deixar à história o cuidado de explicar, de avaliar a parte das condições naturais ao lado de outros fatores e ao abandonar por Isso as contribuições sociológicas. A outra grande apropriação do território geográfico é realizada por Marc Bloch quando integra na obra *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*(1931) a história da paisagem rural, ao explorar os documentos que

constituem as séries de planos parcelares. A simbiose entre a história e a geografia encontra aí sua realização magistral e os geógrafos, seduzidos, acabam por se alinharem.

Um dos incidentes essenciais dessa orientação do discurso dos *Annales* para o econômico, para a vida material e para a geografia, é a lentidão da duração. O tempo breve dos regimes e dos reinos foi substituído pelo tempo longo. O historiador tende a privilegiar aquilo que dura, aquilo que se repete para poder estabelecer os ciclos longos, as tendências seculares. Essa Nova História rompe, portanto, também nesse plano com a história historicizante, puramente factual, que ainda domina no Início do século XX e cuja caricatura é atingida por esse trabalho defendido no exame da Sorbonne em 1906: *La Révolution de 1848: études critiques sur les journées des 21, 22, 23 et 24 février 1848*, transformado em tese volumosa de 535 páginas, em 1911, por Albert Crémieux. Ao contrário, 45,9% dos artigos dos *Annales* durante o período 1929-1939 tratam da longa duração, contra 30,7% da *Revue Historique* e 25,3% da *Revue d'histoire moderne et contemporaine*⁶³.

Outra orientação retomada pelos *Annales* e sobretudo por Marc Bloch põe em relevo o desafio durkheimiano: a história comparada. Marc Bloch propõe na cidade de Oslo, em 1928, um programa de história comparada das sociedades européias. Nele exprime com precisão o que é importante e os métodos. Os sociólogos fundamentam sua disciplina como ciência na medida em que adotam a comparação. Marc Bloch retoma essa perspectiva para os historiadores: "O futuro, talvez, de nossa ciência custará esse preço"⁶⁴. As condições necessárias para o sucesso dessa empresa são, para Marc Bloch, comparar aquilo que é comparável, ou seja, as sociedades que tenham inicialmente, entre elas, certa similitude. Para evitar um percurso não-histórico, ao manejar grandes generalidades extra-espaciais e temporais nas grandes comparações de ordem analógica, Marc Bloch limita a comparação entre sociedades do mesmo tipo e considera esse percurso como muito mais científico do que as exegeses sobre as similitudes entre as sociedades primitivas e a antiga sociedade ocidental. É importante, pois, partir de uma proximidade seja espacial, seja temporal. A história comparada deve permitir ao historiador ter acesso às causas fundamentais dos fenômenos observados e deve revelar-lhes as verdadeiras causas das semelhanças e das diferenças. O outro Interesse maior da comparação é fazer a história sair das fronteiras artificiais que fundamentam a pesquisa, transgredir os compartimentos topográficos, como, por exemplo, as fronteiras nacionais dos estados aplicadas à Idade Média ou a outras épocas em que elas constituem um anacronismo. A comparação permite que Marc Bloch adote um vasto horizonte para testar suas hipóteses. É assim que jamais separa os elementos da história francesa dos elementos da história da Europa, não para compor um conjunto uniforme, mas, ao contrário, para revelar as características originais e as diferenças. Partindo de um ponto de vista europeu do estudo da sociedade feudal, com exceção de uma alusão ao Japão, constata uma ruptura interna, a partir da herança comum da Antiguidade, entre a Europa ocidental e o resto da Europa. intuição notável de um historiador antes de Yalta, que sugere a existência de uma divisão muito mais antiga do que a de 1945. Todo inventor é, à sua maneira, um pouco profeta.

62. A. DEMANGEON, citado por N. BROU, *Au berceau des Annales*. Presses de l'université de Toulouse. 1983. p. 258.

63. O. DUMOULIN. *Profession historien: 1919-1939*. op. cit., p. 261.

64. M. BLOCH. "Pour une histoire comparée des sociétés européennes". *Revue desynthèse Historique*, dezembro de 1928, reeditado em *Mélanges M. Bloch*. op. cit.. p. 16.

OS HISTORIADORES DO MENTAL

Em sua empresa de captação, Marc Bloch e Lucien Febvre apropriam-se de outra área do saber, a que se chama de estudo das mentalidades e que provém de disciplinas estranhas à história: a etnologia e sobretudo a psicologia. Lucien Febvre utiliza, para esse plano, os trabalhos de seu amigo e colega da École Normale, Charles Blondel. Este último emprega, de fato, a noção de mentalidade primitiva a partir de 1926, noção essa já presente em Lucien Lévy-Bruhl em 1910⁶⁵. Esse novo enxerto disciplinar permitiu a constituição da psico-história, que se tornou possível devido às carências de uma disciplina psicológica, dividida entre sua vocação para a prática e seu trabalho teórico, e que não teria, de imediato, grande repercussão, se não fosse a orientação das pesquisas de Marc Bloch e Lucien Febvre. Essa mudança de rumo em direção às mentalidades prefigura, entretanto, as evoluções futuras e o avanço Irresistível dos anos 60. Nesse primeiro período dos *Annales*, a parte da história cultural, no sentido amplo, permanece limitada e até inferior ao lugar que ocupa na *Revue Historique*. Temos aí uma ruptura muito sensível entre as preocupações cada vez mais fundamentadas no mental de Lucien Febvre e o conteúdo da revista que permanece prioritariamente econômico e social. A obra dos dois mestres dos *Annales* está, no entanto, bem impregnada do anseio de decifrar o universo mental. Alimenta-se de duas fontes: a da psicologia, cuja influência é - na época - particularmente importante entre os historiadores que querem renovar a disciplina: "Em suma, a história é a própria psicologia: é o nascimento e o desenvolvimento da psique"⁶⁶, mas alimenta-se também da sociologia durkheimiana. Essa dupla inspiração influencia diferentemente os dois diretores dos *Annales*. Lucien Febvre é mais sensível à preocupação propriamente psicológica, ao confronto entre o homem singular e o universo mental no qual ele intervém. Abre assim uma brecha crítica na história tradicional das idéias, ao situar a tarefa do historiador no plano da articulação entre a

obra e as condições sociais e mentais que lhe deram origem. A orientação de Lucien Febvre é ainda bem marcada pelo humanismo clássico, pela percepção do homem enquanto indivíduo. Reage contra o que considera um excesso cientificista, a eliminação do homem. O horizonte histórico de Lucien Febvre, o ponto nodal de sua pesquisa, acaba por ser a psicologia histórica. Para realizar a Introspecção do universo mental e psíquico, retoma cada vez mais o Indivíduo como terreno de análise, quer seja Lutero, Rabelais, Margarida de Navarra, quer seja o domínio do consciente, do consciente singular. Marc Bloch toma emprestado outro caminho em sua abordagem das mentalidades. A partir de 1924, com *Les Rois thaumaturges*, dedica mais tempo à descrição das práticas coletivas, simbólicas, das representações mentais não-conscientes dos diversos grupos sociais. Marc Bloch alimenta-se mais da contribuição da sociologia durkheimiana do que da psicologia para ter acesso ao mental. Seu percurso assemelha-se mais ao do estruturalismo e anuncia os métodos da antropologia histórica. Por essa razão, Lucien Febvre, que é muitas vezes apresentado como o iniciador da história das mentalidades, não será aquele que terá mais herdeiros. "A orientação teórica que dominava as ciências sociais nos anos 50 convidava a seguir o caminho traçado por Marc Bloch."⁶⁷ A psicologia histórica logo saiu de moda enquanto que, ao contrário, alimentadas pelo estruturalismo, as pesquisas das lógicas internas do quotidiano, das representações coletivas não-conscientes, das condições da produção cultural, dos fenômenos mentais em sua articulação com a vida social e com os grupos sociais, tiveram um futuro mais fecundo. O mesmo interesse pelo mental, mas duas vias abertas e duas filiações para uma mesma escola histórica. Essa dualidade | se manifesta quando Lucien Febvre resenha *A Sociedade Feudal* de Marc Bloch nos *Annales*, em 1940. Apesar da amizade e da fraternidade intelectual e afetiva que liga os dois homens, Lucien Febvre foi bem crítico diante do livro de Marc Bloch: "Não estou completamente satisfeito /.../. Da minha parte, o que me toca, uma vez o livro fechado, é que o indivíduo está quase inteiramente ausente /.../. E ainda diria, de bom grado, se eu ousasse, que na obra de Marc Bloch há indicação de uma espécie de retorno para o esquemático. Vamos dar nome aos bois, um retorno para o sociológico, que é uma forma sedutora do abstrato"⁶⁸.

A psicologia é, portanto, a grande inspiradora de Lucien Febvre, que defende uma história dos sentimentos, do amor,

65. LÉVY-BRUHL. *Les Fonctions mentales dans les sociétés Inférieures*, 1910.

66. H. BERR, *La Synthèse en histoire*, 1911, citado por J. REVEL. *Dictionnaire des Sciences Historiques*. PUF. 1986, pp. 450-456.

67. A. BURGUIÈRE, *Y-a-t-il une nouvelle histoire?* Colóquio d» Loches, Instituí collegial european. 1980, p. 28.

68. L. FEBVRE. *Annales*, pp. 39-43, 1940, a pp. 125-130 em 1941, reeditado em *Pour une histoire à part entière*, op. cit.. pp. 413-427.

da morte, da piedade, da crueldade, da alegria, do medo..., mas logo exprime com precisão que essa história deve se Integrar no estudo global de uma civilização e não se Isolar de suas raízes, enquanto objeto desvinculado de seu contexto nas grandes generalizações diacrônicas ou sobre a natureza humana: "Quando digo: não temos história do amor, nem da alegria - é preciso compreender que eu não exijo um estudo sobre o amor ou a alegria através de todos os tempos, todas as Idades e todas as civilizações"⁶⁹. A psicologia é, portanto, percebida como material para o historiador, ela deve inserir-se na análise das civilizações, das quais não é dissociável. No centro da problemática de Lucien Febvre, temos o binômio indivíduo/sociedade que se enuncia assim: "O Indivíduo é apenas o que sua época e o seu meio permitem que ele seja"⁷⁰. Na obra *Luther*TM, Lucien Febvre confronta a psicologia de um Indivíduo, Lutero, com o universo mental da Alemanha do século XVI. É do seu encontro que nasce a reforma da Igreja e a dissidência com Roma. Ao contrário dos estudos tradicionais, não é o peso do indivíduo que é valorizado, pois Lucien Febvre rejeita firmemente essa concepção de história, mas o universo mental que prevalece, lugar de reencontro entre as aspirações individuais e as coletivas. Contudo, Lucien Febvre, por esse estudo de psico-história, tem a tendência de abandonar as realidades sociais, no entanto presentes na tese sobre o Franco-Condado, em proveito do mental. A psicologia retrospectiva ou psicologia histórica tem a vocação de recuperar os quadros mentais dos períodos do passado, romper com a concepção de uma natureza humana atemporal, imutável, assim como todo anacronismo, ou seja, a tendência natural de transpor nossas próprias categorias de pensamento, de sentimento, de linguagem para as sociedades nas quais elas não têm significado ou o mesmo significado. É o sentido da obra *Rabelais*, publicada em 1942: "Evitar o pecado dos pecados, o pecado entre todos Irremissível: o anacronismo"⁷². Lucien Febvre critica nesse livro a tese de A. Lefranc que fez de Rabelais um racionalista, um livre pensador. Interrogasse sobre a possibilidade da descrença no século XVI e reconstitui, para esse fim, a utensilagem mental da época, para dela deduzir que Lefranc cometeu o pecado do anacronismo, e leu os textos do século XVI com os olhos de um leitor do século XX. A utensilagem mental do século XVI não permitia, aos olhos de Lucien Febvre, a irrupção de um pensamento lógico que nasce mais tarde com o século XVII cartesiano, Galileu e a gramática de Port-Royal. Mostra até que ponto o cristianismo enquadra totalmente a vida coletivo e individual, no século XVI: "Era o próprio ar que se respirava"⁷³. Se a descoberta das estruturas de pensamento do século XVI pode parecer moderna e prenúncio do estudo das formações discursivas, conduzido por Michel Foucault, subsiste ainda certo número de referências a um evolucionismo eurocêntrico ultrapassado, nessa obra de Lucien Febvre que evoca "a deficiência ou lacuna de pensamento"⁷⁴ do século XVI, a respeito das lacunas do vocabulário da época, da falta de uma sintaxe que tem como resultado uma "Impressão de saltitamento e de incoerência"⁷⁵. A religião de Rabelais não pode ser lida à luz do agnosticismo futuro, mas deve, ao contrário, referir-se a Erasmo, ao pensamento do

Renascimento, segundo o qual trata-se de afirmar o valor absoluto da natureza e da humanidade. Tal não será, mais tarde, o percurso de Mikhail Bakhtin sobre o mesmo objeto, Rabelais⁷⁶. Ele nos dá uma leitura de Rabelais como sinal, reprodução de toda cultura popular, específica, em situação mesmo de exterioridade em relação à cultura erudita e oficial. A utensilagem mental de Lucien Febvre encontra-se dividida a partir do dualismo social. Nesse quadro, Rabelais é apresentado como o escritor que teve êxito no reencontro da espontaneidade e da pureza de uma cultura esmagada pelos mecanismos opressores do estado. A importância atribuída por Rabelais às atividades corporais, à vida material apenas retomaria a herança dessa cultura, desse mundo à parte, lugar de resistência. Esse horizonte social escapa a Lucien Febvre, que estava absorvido pela perspectiva de construção da psicologia histórica. O segundo instrumento de abordagem do mental preconizado por Lucien Febvre alimenta-se da construção de uma história literária, da qual Rabelais é uma ilustração perfeita. Trata-se ainda de uma tentativa de captação que atinge desta vez a disciplina mais implantada na universidade: o

69. L. FEBVRE. *Annales d'histoire économique et sociale*. 1941, reeditado «m *Combates pela História, op. cit.*, p. 230.

70. L. FEBVRE. *Encyclopédie française. 'História e psicologia'*. 1938. t. VIII. reeditado em *Combates pela História, op. cit.* p. 209.

71. L. FEBVRE. *Un destín: M. Luther (1928)*. PUF. 1968.

72. L. FEBVRE, *Rabelais ou le problème de l'incroyance au XVIe siècle (1942)*, A. Michel, 1968, p. 15. (Edição em português: *O Problema da descrença no século XVI. A religião de Rabelais*. Início, s/d, p. 16.)

73. *Ibid.*, p. 308.

74. *Ibid.*, p. 328.

75. *Ibid.*, p. 332.

76. M. BAKHTIN. *L'Oeuvre de F. Rabelais et la cultura Populaire au Moyen Age et à la Renaissance*. Gallimard. 1970. (Edição em português: *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*, São Paulo, UNB/Hucitec, 1987.)

estudo literário. O primeiro número da *Revue de synthèse historique* de Henri Berr, em 1900, compreende, de fato, um artigo manifesto de Gerard Lanson que expõe suas ambições: socorrer uma certa esclerose dos literatos. Deseja historicizar a abordagem da literatura, mas tem como companheira a escola historicizante cujo objeto privilegiado é mais a revanche contra os alemães do que a literatura. Embora Gérard Lanson seja, de uma certa maneira, bastante influenciado pelas posições de Charles Seignobos e de Charles Langlois, dos quais elogia os méritos e o métodos, é também inovador quando se propõe descobrir a realidade ignorada da literatura das províncias, a dos anônimos, dos esquecidos... Mas lança também as bases de uma sociologia da literatura e de uma história das mentalidades, quando busca conhecer as condições da produção e da circulação literárias, da relação que estabelece o leitor com a obra e as razões do sucesso de tal ou tal romance. Rompe com a monografia tradicional dos grandes autores ou das grandes obras, cultuadas em nome da perenidade da natureza humana: "Os livros existem para os leitores /.../, Quem lia e o que se lia? Eis duas questões essenciais"⁷⁷. Se esse programa não será realizado pelos literatos, será, em compensação, reivindicado por Lucien Febvre, no qual se identifica bem que a preocupação maior é a mesma de Gérard Lanson. Em 1941, Lucien Febvre fica admirado com o abandono do programa de Gérard Lanson e, através de seus trabalhos pessoais sobre Lutero e Rabelais, mostra que os historiadores estão a ponto de realizá-lo: "Uma história histórica da literatura, em uma época dada, nas relações com a vida social dessa época /.../. Seria necessário para escrever, reconstituir o melo, perguntar-se quem escrevia e para quem: quem lia, e por que /.../"⁷⁸. Retoma, portanto, palavra por palavra, as perspectivas de pesquisa de Gerard Lanson, mas dessa vez dirigidas pelos historiadores. A literatura constitui, então, um instrumento eficaz para recuperar a sensibilidade de outrora, mas ela é apenas um elemento de um quebra-cabeça muito mais complexo. O historiador deve apropriar-se de outros campos de estudo, como o da iconografia artística, assim como o da ciência nova, em pleno desenvolvimento, a linguística. Nesse domínio, Lucien Febvre é influenciado por Antoine Meillet, cujo estudo da língua grega está todo impregnado de histó-

77. G. LANSON. "Programme d'études sur l'histoire provinciale de la vie littéraire en France", 1903. em *Essais de méthode et d'histoire littéraire*, Hachette, 1965, p. 83.

78. L. FEBVRE, "Do Lanson à Mornet: un renouveau?", *Annales d'histoire sociale*, 1941, retomado em *Combates pela História, op. cit.*, pp. 263-268.

ria. "Fazer a história dos dialetos gregos é fazer a história da colonização grega"⁷⁹. Essa osmose entre hipóteses históricas e hipóteses linguísticas pode consolidar a posição central e federalista da disciplina histórica. Se a história tiver êxito na assimilação da literatura, da linguística e da iconografia, poderá aspirar a um futuro resplandecente no domínio do conhecimento da cultura.

Marc Bloch partilha com Lucien Febvre esse interesse pela história das mentalidades. Na perspectiva de sua construção, dedica também um lugar central à psicologia. Não está isento do desvio mentalista quando considera os fatos psicológicos, pois o historiador deve buscar os antecedentes na mesma história psicológica. Quando Marc Bloch preconiza uma história das práticas alimentares⁸⁰, encontra a mesma inspiração de Lucien Febvre, pois este dirigiu uma pesquisa etnológica sobre os "fundos de cozinhas" das diversas regiões francesas, a inspiração da história da civilização material que conhecerá grande sucesso, bem mais tarde, nos anos 60. Entretanto, Marc Bloch não escreve a mesma história das mentalidades de Lucien Febvre. Sua inspiração principal é outra. Ele se alimenta menos da psicologia e mais da antropologia histórica nascente que acompanhou mais de perto. Foi, de fato, na École Normale, colega de Louis Gernet e de Marcel Granet, que reencontra, em seguida, na Fundação Thiers, na qual é bolsista, de 1909 a 1912. Marc Bloch, nesse trio, sofre uma influência decisiva, a do durkheimianismo aberto à história. Louis Gernet, futuro grande helenista, colabora com François Simiand no *Année*

sociologique. Publica sua tese em 1917 e sua obra-prima. *Lê Génie grec dans sa religion*, em 1932, na coleção de Henri Berr. Defende uma concepção globalizante no estudo dos fatos sociais e mentais, realiza a simbiose entre etnologia e história na linhagem de Marcel Mauss, ou seja, a do fato social total. Além de influenciar Marc Bloch, Louis Gernet também anuncia muito mais, a brilhante escola francesa de antropologia histórica da Grécia antiga: Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal-Naquet, Marcel Détienne, François Hartog, Nicole Lourax... Encontra-se ao lado de Marc Bloch nos *Annales* e vê nesse último, "mais do que entre os sociólogos, o verdadeiro herdeiro da tradição durkheimiana"⁸¹ Marc Bloch é também influenciado por Marcel Granet,

79. A. MEILLET. *Aperçu d'une histoire de la langue grecque*, 1913, p. 1 74.

80. M. BLOCH. "Technique et évolution sociale". *Europe*, 1938. pp. 23-32, reeditado em *Mélanges M. Bloch, op. cit.*, pp. 833-838.

81. R. DI DONATO, *Annales*. 1982. pp. 984-996.

grande sinólogo cujos trabalhos alcançaram rapidamente, no pós-guerra, prestígio⁸². Marcel Granet leva Marc Bloch a compartilhar seu Interesse pelos ritos, pelos mitos, pela psicologia comparada e pelos sistemas de crenças; muitos temas que vão permitir a eclosão da obra-prima precoce de Marc Bloch: *Les Rois thaumaturges* (1924)⁸³. Marc Bloch não limita sua abordagem do mental ao domínio do pensamento consciente estruturado, perscruta as correlações entre atitudes religiosas e realidades sociais para compreender as Implicações sociais da história da religião e as implicações religiosas da história social. A Igreja pertence, nessa escritura histórica, à fronteira de dois mundos, o ideal e o material. Entre essas duas ordens, Marc Bloch não busca relação de causalidade, mas as relações de Interdependência em estudos sincrônicos. Ao contrário de Lucien Febvre, a psicologia social de Marc Bloch não se distancia do substrato social e se refere a diversas categorias. Está bem próxima, portanto, do que se denominará antropologia histórica e quando abre caminho para a história do corpo, das épocas da vida, das emoções, enuncia os futuros objetos privilegiados que serão retomados, um a um, pela terceira geração dos *Annales*, embora esquecendo a vontade totalizante de Marc Bloch. Como Lucien Febvre, Marc Bloch reage contra a concepção passiva do historiador que prevalece na escola historicizante e privilegia, ao contrário, o questionamento, as hipóteses colocadas à prova dos fatos e não escritas sob seu ditado. No plano da história das mentalidades ele abre, desse ponto de vista, outra perspectiva muito rica, ao apelar para que o historiador esteja mais atento ao não-dito pelos documentos: "Aquilo que o texto expressamente nos diz deixou de ser hoje o objetivo preferido de nossa atenção"⁸⁴. Ao tomar, como exemplo, as hagiografias escritas na Alta Idade Média, demonstra que essas vidas de santos não nos ensinam nada sobre as personagens que pretendem descrever; em contrapartida, elas são uma mina para o historiador que se interroga sobre as categorias mentais da época. Marc Bloch Integra também novas fontes, novos objetos, para delimitar as mentalidades da Idade Média, não se limita ao documento escrito, mas o enriquece com a iconografia, com o estudo dos rituais..., muitos meios para ter acesso ao Inconsciente das práticas sociais. Encontra-se aqui, tanto por seus objetos quanto por sua vontade hermenêutica, o mesmo percurso da antropologia. Uma experiência, a existencial, conduziu Marc Bloch para a via dos estudos dessas estruturas profundas, dessas categorias mentais: trata-se da guerra 1914-1918, na qual participa como soldado mas também como historiador que reflete sobre a sua vivência: "A psicologia dos soldados e dos homens de 1914-1918 vai esclarecer a atitude das pessoas da Idade Média diante do milagre real"⁸⁵. É assim que, por um percurso regressivo, o projeto do futuro livro, *Les Rois thaumaturges*, amadurece durante a guerra, enquanto se dedicava a outros assuntos Inteiramente centrados na história rural da Ile-de-France. Confidencia, no entanto, a Charles-Edmond Perrin, em 1919: "Quando houver terminado [a pesquisa sobre] os meus "rurais", abordarei o estudo da unção na cerimônia de sagração real em Reims"⁸⁶. Como a guerra pode levar Marc Bloch a questionar-se sobre o poder dos reis de curar os escrofulosos? Através da mediação de uma reflexão sobre o testemunho, o boato e a falsa notícia. A história verdadeira, autêntica, não é a única a dar a Impressão do real: "As falsas notícias /.../ preencheram a vida da humanidade"⁸⁷. Perceber o mecanismo da propagação, delimitar o terreno favorável, esse é o objeto de estudo de Marc Bloch, que clama pelo desenvolvimento da psicologia coletivo, da psicologia do testemunho ainda balbuciante. Narra a captura de uma sentinela alemã por seu regimento de Infantaria, em setembro de 1917, ao norte da cidade de Braisne, nome mal percebido e confundido com Brême; logo o alemão passa por espião estabelecido em Braisne. A transfiguração não se realizou em nenhum lugar, nem sobre o *front* nem na retaguarda, mas nesse momento entre os dois, essa retaguarda relativa em que os grupos de regimentos diferentes se cruzam, em que a censura é total, em que a angústia da morte torna cegos e obcecados os soldados na espera: "A guerra foi uma experiência imensa de psicologia social"⁸⁸. Nessa experiência, Marc Bloch, a partir de um discurso recorrente que preconiza como modelo. Interroga a crença coletivo no poder de cura dos reis, para daí concluir que se trata de "uma gigantesca falsa notícia". No entanto, quando estuda seu objeto de história mental, Integra-o em uma perspectiva global, ampla pelo espaço abrangido, longa

82. M. GRANET. *Fetos et chansons ancennes de la China* (1919): *La Rollglon dos chnols* (1922).

83. Ver prefácio de J. LE GOFF à edição de 1983 de *Les Rois thaumaturges*. d» M. BLOCH. Gallimard.

84. M. BLOCH, *Apologia pour l'histoire*, op. cit., p. 62.

85. J. LE GOFF. prefácio a *Los Rois Thaumaturgos*, de M. BLOCH. Gallimard. 1983. p. VII.

86. Ch. E. PERRIN, prefácio. *Mélanges M. Bloch, op. cit.*, pp. X-XI.

87. M. BLOCH, "Reflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerra", *Revue de synthèse historique*, 1921, reeditado em *Mélanges M. Bloch. op. cit.*, p.43.

88. *Ibid.*, p.57.

pela duração, e Integra todos os aspectos da sociedade, sem deixar de lado o estudo do aspecto político que se encontra, ao contrário, no próprio coração do livro: "O que eu quis dar aqui, é essencialmente uma contribuição à história política da Europa, em sentido amplo, no verdadeiro sentido da palavra"⁸⁹. Questiona-se sobre a força, a vitalidade, a permanência do sentimento de lealdade para com o poder monárquico e vê no caráter sobrenatural desse último a possível explicação. Não se contenta apenas em constatar essa prática real de cura, como também se questiona sobre o acolhimento desse milagre: "Estamos aqui longe da história das idéias tradicionais, da tradição positivista ou idealista"⁹⁰. Contudo, tanto em Lucien Febvre no *Rabelais*, quanto em Marc Bloch, encontram-se certos resíduos de um julgamento racionalista sobre o milagre real. Julga-o em nome da razão consumada e relaciona o milagre dos abcessos ou das escrófulas (equivalente à adenite tuberculosa) ao "sistema psicológico que se pode, por dupla razão, qualificar de primitivo: à primeira vista, porque carrega a marca de um pensamento ainda pouco evoluído e todo mergulhado no irracional e também porque o encontramos em estado particularmente puro nas sociedades que convencionamos chamar de primitivas"⁹¹. Marc Bloch Inspira-se nos trabalhos antropológicos existentes, os de Frazer e de Lévy-Bruhl, trabalhos impregnados de positivismo e que opõem o espírito superior e lógico do Ocidente à mentalidade primitiva, à mitologia, percebidas como expressões de debilidade mental, abordagem pela qual Lévi-Strauss definiu seu destino, em 1962, com a obra *O Pensamento selvagem*. A utensilagem mental de Marc Bloch permanece, portanto, nesse domínio, tributária de uma antropologia ainda na infância e fechada nos preconceitos euro-cêntricos. Há, portanto, muitas dificuldades para superar a dupla explicação tradicional dos fenômenos religiosos que ele recusa: a explicação voltairiana que valoriza a obra consciente e individual, e a explicação romântica que privilegia as forças profundas e obscuras da sociedade. Em todo caso, não é de subestimar essa demonstração magistral de um poder cuja legitimidade não se limita à afirmação de suas prerrogativas concretas, Jurídico-políticas, mas que se apeia no Ideal e nos fundamentos mágicos. Marc Bloch lança também as bases de uma história das idéias renovada, que se alimenta mais dos fatos da vida quotidiana do que das obras teóricas. Os rituais de cura, da sagração, da unção real são Os pontos centrais dos conflitos entre a Igreja e os príncipes temporais. A luta é violenta nesse *front* em que se joga o primado das duas ordens dominantes da sociedade medieval: aqueles que rezam e aqueles que guerreiam. Os gregos-rianos, na vontade de fazer a partilha entre o sagrado e o secular, não conseguiram desenraizar o atributo mágico do poder real. Este último, ao diminuir sua força nos séculos XVI XVII, vai apoiar-se - mais do que nunca - no caráter divino de seu chefe. Luís XIV e os Stuart do outro lado do Canal da Mancha serão objeto de uma idolatria cada vez mais popular: "O absolutismo é uma espécie de religião"⁹². É a contestação política do absolutismo que vencerá essa crença tanto na Inglaterra com a Revolução do século XVIII quanto na França com o desenvolvimento das Luzes no século XVIII e a Revolução de 1789. Com os progressos do racionalismo e o enfraquecimento do absolutismo desaparece uma concepção do universo e nasce um mundo novo. Marc Bloch, cujo objeto principal é de ordem antropológica, terá plenamente feito obra de historiador, não somente ao historicizar essa crença, mas ao recolocá-la no tecido social, no qual ela nasceu e prosperou. Da mesma maneira, mais tarde, quando estuda a sociedade feudal, ele a aborda primeiro e sobretudo enquanto mentalidade feudal. Pouco importa a acusação de sociologismo feita por Lucien Febvre, pois essa obra tenta sobretudo localizar uma estrutura mental específica. A primeira parte destaca bem a "maneira de sentir e de pensar"⁹³. Mostra uma sociedade indiferente ao tempo, não por causa da imperfeição das técnicas, mas revelada por essa imperfeição. Sob esses traços gerais, identificam-se a mentalidade do camponês, do clérigo, do nobre, tantas aspirações, tantas maneiras de viver muito diferentes e que, no entanto, coexistem em uma mesma sociedade, sem ultrapassar certo número de linhas de clivagens, de conflitos, que se deslocarão no curso da evolução social. A tentativa de construção da psicologia coletivo por Marc Bloch assemelha-se, portanto, muito mais do que a tentativa de Lucien Febvre, à antropologia em gestação, ao estruturalismo *avant la lettre*. Trata-se de um marco essencial na história das ciências sociais e conhecerá filiação bem fecunda.

89. M. BLOCH, *Los Rols thaumaturges* (1924). A. Colin. 1961. p. 21.

90. J. LE GOFF, prefácio a *Los Rols thaumatuges*, op. cit., p. XIX.

91. M. BLOCH. *Los Rols thaumaturges* (1924). Gallimard. 1983. p.52.

92. *Ibid.*, p.345.

93. M. BLOCH. *La Societé féodale*. 1986, t.I. livro 2, cap.2. p.115.

A HERANÇA

Quando lemos sob a pena de Voltaire: "Apenas foi feita a história dos reis, mas não foi feita a da nação, parece que durante 1.400 anos houve nas Gálias somente reis, ministros e generais, mas nossos costumes, leis, hábitos, vestuário e espírito não estão lá?"⁹⁴, cada um se questiona o que Inventaram realmente os *Annales*, a não ser realizar o programa já esboçado desde o século XVIII. Voltaire retoma esse programa na obra *Nouvelle considérations sur l'histoire* (1744) e aplica-o em *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations* (1740-1756). Chateaubriand, mais tarde, no prefácio aos *Études historiques* (1831) escreve o que Jacques Le Goff qualifica de verdadeiro manifesto da Nova História⁹⁵: "Agora, a história é

uma enciclopédia, é preciso enfiar tudo nela, desde a astronomia até a química, desde a arte do financista até a do manufator, desde o conhecimento do pintor, do escultor e do arquiteto até o do economista". Mas aquele cuja concepção de história aparece como a mais próxima dos *Annales*, sem o aparelho estatístico, com mais romantismo, é Jules Michelet, hoje apresentado como o papa da Nova História, tardiamente canonizado. É também desvinculado da escola histórica dominante: "Descobri a França, ela tinha anais mas não uma história"⁹⁶. Apresenta-se crítico diante de Guizot e Thierry, pois censura-os - como também o fazem Marc Bloch e Lucien Febvre diante de Langlois, Lavisse ou Seignobos - por privilegiarem uma ínfima película da história: "A história /.../ me parecia ainda fraca por seus dois métodos: muito pouco material, levando em conta as raças, não o solo, o clima, os alimentos, nem as circunstâncias físicas e fisiológicas. Muito pouco espiritual, falando de leis, de atos jurídicos, não de idéias, de costumes, não do grande movimento progressivo e interior da alma nacional"⁹⁷. Michelet quer criar uma história total, reunindo todos os aspectos da realidade em um mesmo movimento. Compreende-se muito melhor porque se reabilita Michelet no momento em que os fenômenos reprimidos estão em voga na Nova História. Ele foi, de fato, aquele que começou a se interessar pelas bruxas, pelo Irracional, pela heresia, pelos excluídos e pela cultura popular. Houve, portanto, revolução dos *Annales* ou simples retomada da herança cujas bases foram lançadas por Voltaire e Michelet? Pode-se responder a essa questão com André Burguière, segundo o qual os *Annales* são mais originais pela maneira pela qual os iniciadores afirmam o programa do que pelo próprio programa. Em todo caso, reconhece-se esse programa como Inovador em relação à escola metódica dominante, e é pelo olhar dessa escola que se julga a ruptura epistemológica codificada pelos *Annales*.

No entanto, na vontade Inovadora, Marc Bloch e Lucien Febvre permanecem essencialmente fiéis a certas orientações que fundamentam a história como disciplina específica no campo das ciências sociais. Não alinham completamente a história no terreno das disciplinas vizinhas. Ao contrário, são bem-sucedidos ao arrastar as ciências sociais para o terreno da história. Seria necessário, portanto, perceber em que permaneceram fiéis a certo número de orientações essenciais e quais as rupturas que efetuaram. Os *Annales*, Já vimos, não são portadores de uma filosofia da história e recusam todo dogmatismo para melhor trazer à sua causa as ciências sociais vizinhas. Dessa leveza artística, resulta certo número de contradições nas próprias propostas dos dois diretores, quanto àquilo que recobre a globalidade histórica. No mesmo artigo, Lucien Febvre considera sucessivamente essas duas propostas contraditórias na análise dos laços entre as diversas instâncias do real: "Em cada período da história, é a estrutura econômica da sociedade que, ao determinar as formas políticas, comanda também os costumes sociais e até a direção geral do pensamento e até a orientação das forças espirituais". Acreditar-se-ia estar lendo a versão stalinista, economicista de Marx, mas pouco depois ele corrige o tiro: "A Reforma, filha do capitalismo ou, ao contrário, o capitalismo fruto da Reforma: não, mil vezes não. É preciso substituir o dogmatismo dessa interpretação tão simples, da seguinte forma: é necessário ressaltar a jovem noção de Interdependência dos fenômenos"⁹⁸. Nem Marx nem Jesus, ou melhor, nem Marx nem Weber, pois Lucien Febvre lhes opõe a concepção de totalidade-magma em que tudo depende de tudo e vice-versa. Marc Bloch qualifica mesmo o tempo histórico de plasma: "O tempo da história é, pelo contrário, o próprio plasma em que se banham os fenômenos e o lugar da sua Inteligibilidade"⁹⁹. Para Marc Bloch, a decomposição do real é o melo de apreensão do real, o

94. VOLTAIRE, *Carta ao marquês d'Argenson*, 26/01 // 1740.

95. J. LE GOFF, to *Nouvelle histoire*, op. cit. p.223.

96. MICHELET. *UWstolre de France*, prefácio. 1869.

97. *Ibid.*

98. L. FEBVRE, *Pour une histoire à part entière*, op. cit, pp.364-365.

99. M. BLOCH. *Apologie pour Vhistoire*, op. cit.. p.36.

primeiro estágio da análise, mas com a condição de ter a perspectiva globalizante: "O perigo começa somente quando cada projetor pretende ser o único a ver tudo; quando cada cantão do saber se toma por uma pátria"¹⁰⁰. O conhecimento histórico não pode, aliás, resultar do empilhamento dos diversos fragmentos do saber separadamente estudados. Da mesma maneira que uma multidão não é a soma de indivíduos, a história não é a soma dos objetos sucessivamente estudados, uns em relação aos outros; ela só pode existir na recuperação das interações entre os diversos níveis do real. Embora a noção de plasma permaneça muito fluida sobre a natureza das relações Internas de um sistema social, ele não concebe esse sistema como a justaposição do *Homo oeconomicus*, do *Homo religiosus*, do *Homo politicus*... mas no esboço de uma síntese a partir de conceitos, como por exemplo, o de regime agrário na obra *LES Caracteres originaux*, ou o de sistema feudal cuja unidade ele destaca em *A Sociedade Feudal*.

Os historiadores dos *Annales* estão pouco preocupados em descobrir as leis na história. Seu empirismo espontâneo conduziu-os a se concentrarem no *como*, muito mais do que no *porquê*, apesar do conceito de história-problema. Esse traço reata também os *Annales* à continuidade do discurso histórico. Marc Bloch e Lucien Febvre permaneceram partidários de uma escritura antropocêntrica, o homem é o único objeto de preocupação do historiador, ele é o próprio sentido de seu trabalho. Certamente, esse homem não é realmente o mesmo da escola metódica, que privilegiava os grandes, os mais altos responsáveis do estado; trata-se, aqui, mais do homem dos trabalhos e dos dias, do homem médio. Mas, apesar desse deslocamento espacial, a história continua a ser a história humana: "Não há história a não ser a do homem /.../ a história, ciência humana, e então, os fatos, sim: mas são fatos humanos; tarefa do

historiador"¹⁰¹. É o tema característico do discurso dos *Annales* do primeiro período, apesar de suas perspectivas científicas. Marc Bloch e Lucien Febvre não teriam certamente apreciado esse deslocamento do território do historiador para zonas em que o homem está descentralizado ou até ausente, como o fez Emmanuel Le Roy Ladurie¹⁰², que apresentava sua obra como a realização de uma verdadeira revolução copérnico-gali-

100. *Ibid.*, p. 126.

101. I. FEBVRE. *Combats pour l'histoire*, op. cit. pp. 12-13: "Laçon d'ouverture au Collège de France", op. cit.

102. E. LE ROY LADURIE. *Histoire du oïlmat depuis l'an 1.000*. Flammarion, 1967.

liense das ciências humanas. O próprio Marc Bloch teria recusado à obra o qualificativo de obra histórica: "São os homens que a história pretende apreender. Quem não o conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição"¹⁰³. O homem permanece no centro do discurso dos *Annales*, ele é o objeto da história, como diz Lucien Febvre, no mesmo plano em que a rocha está para o mineralogista, o animal para o biólogo ou a estrela para o astrofísico: "Uma coisa a explicar. A fazer compreender"¹⁰⁴. O homem dos *Annales* é o homem médio, não o homem eterno, não a natureza humana, mas o homem social percebido no meio da sociedade circundante, pois a história dos *Annales* dos anos 30 não é esse mar parado, esse tempo imóvel que ela se tornará mais tarde. A história era, então, a ciência da mudança. Esse tema retorna constantemente nas palavras dos dois diretores dos *Annales*. Revista lançada em um mundo em plena perturbação, sua prática da história consiste em explicar a mudança, em torná-la inteligível. Em termos semelhantes, Marc Bloch e Lucien Febvre afirmam essa vocação da história: "História, ciência da mudança perpétua das sociedades humanas"¹⁰⁵. "A história é, por essência, a ciência da mudança."¹⁰⁶ Marc Bloch denuncia o mito da pretensa imobilidade da vida rural, na obra *Les Caracteres originaux*. O que ele diria das teses atuais sobre a imobilidade do tempo durante quatro ou cinco séculos? Compreende-se melhor agora, após ter visto o como, o porquê do sucesso da empresa dos *Annales*. Encontram-se no discurso dos *Annales* muitas chamadas para conseguir a adesão das ciências humanas à empresa, mas por trás dessas renovações, o pedestal histórico permanece sólido e permite a resistência a toda diluição daquilo que faz a especificidade da história. Marc Bloch e Lucien Febvre tornaram-se inovadores devido tanto ao sucesso estratégico quanto à herança que defendem, no difícil confronto com outras metodologias e outros conceitos, muitas vezes ligados a um aparelho de cientificidade mais avançado. O estudo de uma duração, global, com o homem no centro, e preocupando-se essencialmente com as mudanças: eis aquilo que as outras ciências sociais, com exceção da história, não podem reivindicar.

Entretanto, o discurso dos *Annales* de hoje está, em muitos pontos, em contradição, em oposição ao de Lucien Febvre

103. M. BLOCH. *Apologie pour l'histoire*, op. cit., p.35.

104. L. FEBVRE. *Combats pour l'histoire*, op. cit., p.117.

105. *Ibid.*, p. 31.

106. M. BLOCH, *UÉtrange défaite*, op. cit., p.137.

e ao de Marc Bloch. A geração atual não hesita em se desvencilhar do pedestal histórico preservado pelos dois fundadores da escola, e se alinham de tal forma no terreno das ciências sociais que a história se arrisca a perder sua identidade. De tanto querer conservar o poder e comandar todas as ciências sociais, os membros dos *Annales* acabam por matar a história! O que diriam disso os pais espirituais? Para fazer calar a sombra deles, são elogiados com frenesi, são enaltecidos, multiplicam-se as coroas fúnebres, mas não seria com o intuito de abonar a traição da herança? Há um elo perdido e essencial a ser estudado, antes de chegar aos *Annales* de hoje: é a época braudéliana.

II

OS ANOS BRAUDEL

1. A OFENSIVA

A EXPLOSÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Quando a Segunda Guerra Mundial termina, temos um mundo novo que se constrói sobre as ruínas. A história, em convulsões, conturba mais uma vez a consciência dos historiadores do Ocidente. A nova situação assemelha-se àquela do pós-1914-1918, mas cada elemento é levado ao paroxismo. Assistimos a uma ampliação de cada um dos fenômenos já observados nos anos 20. O declínio da Europa ocidental está cada vez mais manifesto, e a sorte do mundo, que se joga sucessivamente em Teerã, Malta e

Potsdam, é essencialmente decidida entre americanos e soviéticos. A reconstrução da Europa vai de agora em diante passar ou por Nova York com o plano Marshall, ou por Moscou; a Europa encontra-se vassalada. Sua preponderância, já alcançada entre 1914 e 1918, desmorona-se na metade do século XX. O sinal mais evidente dessa reviravolta encontra-se inscrito no processo de descolonização, cuja força abala as antigas bases imperiais. Embora disfarçado sob o bonito vocábulo "União", o império se desagrega peça por peça diante da luta dos povos da África e da Ásia pela independência. O discurso do historiador fundamentado no estado-nação, na vocação europeia da missão civilizadora universal, não resiste a essas novas evoluções do mundo contemporâneo e a aspiração a uma história diferente é cada vez mais urgente. A barbárie desencadeada durante esse segundo conflito mundial ultrapassou tudo o que se poderia imaginar. Ao reunir no *bulldozer* os cadáveres deixados pela Alemanha nazista, descobri-se o horror de suas atrocidades, a grandeza dos crimes contra a humanidade e o extermínio de seis milhões de judeus. Esta barbárie perpetrada por uma sociedade tão avançada como a Alemanha abala as certezas sobre o sentido da história e sobre o avanço da humanidade em direção a um estado de civilização sempre em progresso. A capacidade decuplicada de destruição, revelada pelos bombardeios de Hiroshima e de Nagasaki, reforça ainda a inquietude diante do futuro: saberá a razão triunfar sobre a barbárie? Tudo é incerto após esses desastres.

O outro dado novo do pós-guerra manifesta-se na formidável revolução tecnológica. O crescimento bate à porta depois do longo expurgo vivido durante quatro anos. Os "gloriosos anos 30" vão transformar a economia e a sociedade não somente da Europa e dos dois grandes, mas também de todo o Terceiro Mundo, pois a economia Internacionaliza-se, ramifica-se, ao ultrapassar fronteiras, povos e civilizações os mais diversos, para impor sua racionalidade própria. Diante dessa nova situação, sentimos a necessidade, na história, de novas categorias de análises para melhor se perceber as evoluções em curso. A Internacionalização não somente da economia, mas também da comunicação, da informação entre os homens dos diferentes continentes, torna necessária uma reorientação do discurso do historiador que se adapte à nova consciência do tempo histórico. O resultado dessas transformações é o fenômeno de rejeição de uma história puramente nacional e a reaproximação com as outras ciências sociais. Esse fenômeno torna-se evidente por toda parte, tanto nos Estados Unidos como na União Soviética. É inevitável que, em tal contexto, a ruptura epistemológica realizada pelos *Annales* em 1929, prefiguração das evoluções futuras, estivesse destinada a conhecer um sucesso crescente. Sob o impulso das novas interpelações do pós-guerra, a revista modifica-se. Adota o título de *Annales: économies, sociétés, civilisations*. O desaparecimento do termo história evoca o anseio de avançar no projeto de reaproximação com as outras ciências sociais. Lucien Febvre evoca essa adaptação necessária às aspirações contemporâneas: "Os *Annales* modificam-se porque à sua volta tudo se modifica: os homens, as coisas, numa palavra o mundo". "Extinguiu-se o mundo de ontem. Extinguiu-se para todos /.../. Todos à água, e nadem com firmeza /.../. Expliquemos o mundo ao mundo." É a partir desse momento que os *Annales* podem datar seu sucesso decisivo sobre a história historicizante, que desaparece sob os escombros da Segunda Guerra Mundial. Como afirma Arnaldo Momigliano, em 1961, a escola dos *Annales* "estava a ponto de assumir o lugar ocupado na Europa pela escola histórica alemã, enquanto centro de formação de historiadores"². Essa concordância entre o espírito do pós-guerra e os temas dos *Annales* assegura o brilho Internacional da revista. Nessa sociedade em crescimento do pós-guerra, em que os temas da modernização, do equipamento, do investimento e da Inflação dominam a vida das nações, o aspecto econômico, mais ainda do que nos anos 30, recobre o conjunto do universo social e modela os quadros de pensamento. A segunda geração dos *Annales*, que tem Lucien Febvre sempre à testa, fez uma escolha na herança. Privilegia o aspecto econômico em detrimento das outras vias esboçadas: a história cultural, o estudo das mentalidades, a psico-história: todas essas áreas são menosprezadas no decorrer desse período em benefício dos estudos especificamente econômicos. Esse economicismo explica, aliás, porque um pesquisador como Philippe Ariès, Iniciador do estudo do universo mental, permaneceu solitário e isolado. Sua obra *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie*, datada de 1948, é magnificamente ignorada. Uma pesquisa da *Revue historique*³ demonstra que os trabalhos de história econômica e social representam, na área da história moderna e contemporânea, em 1961, 41% do total das teses e 40% dos diplomas. Tal preponderância do aspecto econômico revela o sucesso das teses dos historiadores dos *Annales* anteriores à guerra.

A interrogação se desloca, contudo, do estudo dos fenômenos de crise, problemática oriunda da crise de 1929, como os trabalhos de Ernest Labrousse, para a interrogação sobre o crescimento econômico e o progresso das forças produtivas. Ela se concentra no período moderno: séculos XVI-XVIII, e abandona, então, como campo de estudos, tanto a sociedade contemporânea quanto a Antiguidade, pois esses períodos se adaptam mal à aplicação, a longo prazo, de métodos quantitativos e de séries estatísticas. Essa história dos *Annales* abandona, aqui, o terreno que, no entanto, foi reivindicado com empenho pela primeira geração: o do

1. L. FEBVRE. "Face au venf. *Annales*, janeiro de 1946.

2. MOMIGLIANO, citado por G. BARRACLOUGH. *Tendances actuelles de l'histoire*, Flammarion. 1980, p.66.

3. J. SCHNEIDER. Ph. VIGIER. *Revue historique*. 1961. p.403.

mundo contemporâneo. Estandarte da época heróica dos *Annales*, essa história econômica tem seus momentos de glória até os anos 60, com o progresso da estatística e da quantificação. Ela está, nesse momento, em correlação com outra disciplina em expansão, a demografia. Na revista *Popula-tion*. Jean

Meuvret, em 1946, relaciona as crises de subsistência e as crises demográficas sob o Antigo Regime. Por outro lado, a demografia é dotada de um *know-how*, de uma metodologia nova e eficaz com Louis Henry". Toda uma geração de historiadores da escola dos *Annales* vai se lançar ao assalto dos mercuriais dos preços e dos registros paroquiais, contabilizando e estabelecendo curvas e ciclos. Tanto a série demográfica como a série de preços tornam-se o credo do discurso dos *Annales* dos anos 50. É a *belle époque* das monografias regionais. Robert Boutruche defende a tese sobre a sociedade de Bordéus durante a Guerra dos Cem Anos em 1947; Georges Duby defende a sua tese sobre o Mâconnais nos séculos XI e XII em 1953; Pierre Goubert sobre o Beauvaisis de 1600 a 1730 em 1960, no mesmo ano da tese de Paul Bois sobre os camponeses de Sarthe; Pierre Vilar apresenta a Catalunha na Espanha moderna em 1962 e Emma-nuel Le Roy Ladurie, seus camponeses do Languedoc em 1966. A história é, nesse momento, mistura de demografia, de curvas econômicas e de análise das relações sociais. A síntese, anseio valorizado pelos criadores dos *Annales*, realiza-se nos conjuntos regionais e constituem-se equipes, nas universidades da província, para aumentar a capacidade de apuração dos dados: em Caen, ao redor de Pierre Chaunu, fundador de um centro de estudos quantitativos; em Tolosa, ao redor de André Armengaud; em Bordéus, ao redor de Jean-Pierre Poussou. A valorização da demografia responde à possibilidade de integração dos dados em uma quantificação maciça, corresponde a um quadro de conceituação que se tornou possível por uma técnica, a do computador. A quantificação de grandes espaços de tempo privilegia a era pré-estatística da Idade Média e dos tempos modernos, em detrimento da Antiguidade e da época contemporânea. Quanto ao aspecto político, ele foi totalmente proscrito durante o período do entre-guerras. O economicismo triunfante privilegia, ainda mais, o papel dos mecanismos e chega a minorar o papel do homem, sua capacidade de fazer a história e de ser nela o sujeito ativo e consciente: "A história sofrida invade nosso mundo; temos apenas a cabeça fora d'água, e ainda /.../. A parte da liberdade humana é muito fraca; essa é a constatação da minha longa vida de historiador"⁹. O humanismo de Marc Bloch e Lucien Febvre apaga-se, portanto, diante do Jogo Inexorável das forças econômicas e o homem se encontra descentralizado dos estudos históricos.

Esta reorientação do discurso do historiador é alimentada pelo desenvolvimento espetacular das ciências sociais. O crescimento necessita do conhecimento de Indicadores fornecidos pelos novos organismos dotados de meios eficazes. Tornam-se os novos operadores, Indispensáveis, do bom percurso social. São criados o INSEE em 1946, o INED (Instituto Nacional de Estudos Demográficos) em 1945, subordinado ao Ministério da Saúde, que tem sua própria revista, *Population*, dirigida por Alfred Sauvy. A estatística e a demografia tornam-se, então, as auxiliares do poder político. A sociologia organiza-se também e progride com a criação pelo CNRS, em 1946, do CES (Centro de Estudos Sociológicos), presidido por Georges Gurvitch, que se tornou necessário devido ao fracasso persistente dessa disciplina, que não consegue penetrar na universidade, e permanece confinada a uma simples especialização no quadro da filosofia. Georges Gurvitch lança igualmente, em 1946, os *Cahiers Internationaux de sociologie*. Em 1947, é a psicologia que adquire independência no mundo universitário ao obter uma licenciatura de ensino específica. Em 1948, Georges Gurvitch, até então professor em Estrasburgo, trampolim decididamente eficaz, é eleito professor para a Sorbonne, sinal da consagração do valor reconhecido da sociologia. Na origem dessa explosão das ciências sociais, temos o papel impulsionador do estado e dos organismos Internacionais ligados à UNESCO, que, ao lançarem pesquisas sociais, suscitam uma demanda de investigadores. Por essa razão, Lucien Febvre participa, em nome das ciências sociais, de uma comissão consultiva em 1945 e 1946, e propõe que a UNESCO "tenha a preocupação de preparar uma lista de questões capazes de interessar às ciências sociais"⁶. A UNESCO multiplica as publicações e as Iniciativas. Ela funda, em 1949, as Associações Internacionais de Sociologia e de Direito Comparado, assim como a Associação Francesa de Ciência Política. Os respon-

4. L. HENRY. *Uno richesse démographique on friche: les registres parolssiaux*. 1953; *Des registres parolssiaux à l'nsrole de la population*. PUF, 1956.

5. F. BRAUDEL. Debateria FNAC organizado portes *nouvelles littérales*. 7/03/1980. "Y a-t-il une nouvelle histoire?"

6. L. FEBVRE, citado por A. DROUARD, *Revue française de sociologie*, janeiro de 1982. p.58.

sáveis acentuam o atraso da França na área das ciências sociais: "Está na hora de recuperar nosso atraso conjugando os esforços dos demógrafos e dos sociólogos"⁷. A vontade de transformar a sociedade e de pensar o social se apóia no crescimento econômico desse período. Esse progresso das ciências sociais não se limita aos anos da Liberação, ele continua e até se acelera nos anos 60. O número de pesquisadores em sociologia no CNRS passa de 56 em 1960 a 90 em 1964. Pode-se, então, falar de verdadeira "política das ciências sociais"⁸, por parte de organismos tão diversos quanto o estado, as empresas e os sindicatos. Por toda parte uma demanda social é expressa pela multiplicação de Iniciativas, de pesquisas e de instituições novas. Essa sociedade dos anos 50-60, que pretende ser mais racional, que tem a ambição de dominar os dados econômicos e sociais no planejamento do estado, dirige-se às ciências sociais para melhor delimitar seu objeto: "O planejador pede ao sociólogo para acrescentar ao planejamento econômico aquilo que lhe falta"⁹. Espera-se do sociólogo uma competência técnica, ele se torna um *expert*. um especialista cujo saber pode ser imediatamente operacional para o bom andamento da sociedade. Espera-se dele um saber concreto, útil para o chefe da empresa, o administrador ou o planejador. Essa admiração excessiva pelas ciências sociais tem como resultado sua institucionalização universitária no final dos anos 50. Elegem-se para a Sorbonne os professores de sociologia, de psicologia social e de psicologia. Em 1958, criou-se a licenciatura e o doutorado de terceiro grau em sociologia. No mesmo ano, as faculdades de letras tornam-se faculdades de letras e de ciências

humanas e, em 1959, as faculdades de direito tornam-se faculdades de direito e ciências econômicas, e criou-se uma licenciatura de ciência econômica em 1957. A França, que apenas tinha em seu ativo uma vintena de centros de pesquisa em ciências sociais em 1955, passa a contar, dez anos mais tarde, com mais de trezentos. Essa pressão das ciências sociais sobre a história torna-se, então, muito forte e vai influir, de maneira decisiva, no discurso do historiador, portanto, no discurso dos *Annales*, o mais sensível aos questionamentos oriundos das disciplinas vizinhas. O perigo é vivido pelos historiadores até nas suas relações com o grande público, pois as ciências sociais abarcam as grandes tiragens e mono-

7. J. STOETZEL. "Sociologia et demographie". *Populaton*, n°. 1. janeiro de 1946.

8. A. DROUARD. *Revue française de sociologia*, janeiro de 1982, p.70.

9. C. GRUSON. "Planification économique et recherche sociologique", *Revue française de sociologie*, 1964.

polizam os grandes eventos intelectuais. É o momento do sucesso do *Curso de linguística* de Ferdinand Saussure, datado de 1928, cuja tiragem, que não excedeu 15.000 exemplares em trinta anos, chegou a 10.000 exemplares por ano, nos anos 60. Mesmo sucesso da *Introdução à Psicanálise*, de Freud, que ultrapassa 165.000 exemplares entre 1962 e 1967, enquanto atingira o limite de 30.000 no decorrer dos trinta anos precedentes. Em 1955, temos também a conquista do grande público por um antropólogo que se torna imediatamente célebre, Claude Lévi-Strauss, com *Tristes Trópicos*. O outro pólo impulsionador das ciências sociais se encontra além do Atlântico. Os Estados Unidos brilham na Europa com todos os fogos da modernidade. Nessa Europa do pós-guerra, não são somente os dólares do plano Marshall que afluem, mas os métodos e técnicas de investigação das ciências sociais americanas. A sociologia empírica americana encontra na França um terreno de aplicação¹⁰ por intermédio de Jean Stoetzel, diretor do CES, que criara em 1945 o IFOP, após haver sido formado nos estágios do Instituto Gallup nos Estados Unidos. A pesquisa em ciências sociais tem como finalidade e núcleo central os objetivos de rentabilidade e de racionalidade para obter a eficácia americana. A psicologia e a sociologia são chamadas a se tornar saberes eficazes no próprio selo da empresa, no quadro da religião nova dos anos 50: a modernidade. Elas devem, como a música, adoçar os costumes, evitar os conflitos eventuais do mundo do trabalho, desenvolvendo ao máximo as taxas de produtividade. Aparece uma estrutura técnica que tem necessidade de um novo saber, saber esse alimentado pelas ciências sociais difundidas nas escolas especializadas em administração" que, então, se multiplicam. As ciências sociais estão melhor situadas do que a história para responder a essa demanda social, e esta última arrisca-se a ver passar o trem da mudança permanecendo na plataforma. Essa pressão sobre a história no domínio universitário pode ser quantificada. Ela o foi por Roger Chartier¹², que estabeleceu a taxa de crescimento do número de docentes entre 1963 e 1967 nas faculdades de letras (ver quadro). Leva em conta, nas suas cifras, os professores titulares de cátedras assim como os professores conferencistas, assistentes mestres e auxiliares de ensino. Observa-se aqui a diferenciação que se opera entre as disciplinas legítimas, dominantes

10. M. POLLAK, "La planification des Sciences sociales", *Acres de ta recherche*, junho de 1976, pp. 105-121.

11. L. BOLTANSKI, "America. America. Le plan Marshall et l'importation du management". *Actes de la recherche*, n° 38, maio de 1981, pp. 19-41.

12. R. CHARTIER, comunicação EHESS, no Seminário sobre a História dos *Annales*, 1980.

na primeira metade do quadro, das quais a história faz parte, mas também a pressão que exerce o crescimento sensivelmente mais rápido das disciplinas novas, que se arriscam a mudar as cartas do jogo, a reverter as posições estabelecidas e a estabelecer uma nova hierarquia. É esse risco que os historiadores dos *Annales* querem evitar, e isso vai suscitar uma reação muito viva, tanto no plano Institucional quanto no plano da definição da disciplina histórica. Essas ciências sociais em expansão suportam cada vez menos a dominação das disciplinas legítimas; a sociologia espera liberar-se da tutela filosófica; a história vê-se de novo contestada como ciência maior do social. A reação dessas ciências sociais será ainda mais radical do que aquela de François Simiand e dos durkheimianos nos anos 20-30. Assistimos ao nascimento de uma escola que se tornará dominante nas ciências humanas, incluindo as letras: o estruturalismo. Este último define-se por seu anti-historicismo e encontra no etnólogo Claude Lévi-Strauss um líder que concentra o ataque contra a história.

1963 – 1967

	Nº de Docentes	Taxas de Crescimento
Letras	675	+ 200%
Línguas Antigas	300	+ 168%
Filosofia	227	+ 183%
História	527	+ 170%

Psicologia		+ 325%
Linguística	250	+ 250%
Sociologia	98	+ 288%

Fonte: R.CHARTIER, Comunicação EHESS apresentada no Seminário sobre a História dos *Annales*, 1980.

Antes da guerra, enquanto embaixador dos *Annales* na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, Fernand Braudel já havia cruzado com o antropólogo Claude Lévi-Strauss. Ele havia podido medir o clima de rivalidade, de confronto teórico e não hesitava em ironizar¹³ as pretensões científicas dos etnólogos, que seriam incapazes de resolver uma simples equação algébrica. Ambos, na Universidade de São Paulo, destacavam a superioridade de sua disciplina, espiavam os sucessos uns dos outros. Nessa época (1934), segundo Jean Maugüe, quando ele se dirigia à faculdade no seu Chevrolet brilhante. Já havia adiantado bem sua tese sobre o Mediterrâneo. Não se separava de suas caixas de fichas e de microfilmes, que consultava no quarto suplementar que havia alugado no Hotel Terminus, depois no Esplanada, antes de se instalar numa grande casa com cozinha e motorista. Fernand Braudel ajudará Claude Lévi-Strauss a retornar à França no fim dos anos 40. Quando, em 1949, Claude Lévi-Strauss define a antropologia social, ele lhe atribui vocação hegemônica no campo não somente das ciências sociais como bem além dele. Ela deve estender seu território até o próprio coração das ciências naturais, na fronteira entre natureza e cultura¹⁴.

O historiador, para Claude Lévi-Strauss, permanece no plano empírico e do observável, incapaz portanto de modelar e ter acesso às estruturas profundas da sociedade. Ele foi destinado a permanecer cego em sua caverna, a menos que utilize a luz do etnólogo, pois os modelos conscientes se interpõem como obstáculos entre o observador e seu objeto. A história e a etnologia estão duplamente próximas por sua posição Institucional e por seus métodos. Ambas têm o *outro* como campo de estudo, quer seja no espaço ou na duração. Claude Lévi-Strauss considera que essas duas disciplinas têm o mesmo objeto, o mesmo objetivo - melhor compreender as sociedades humanas - e o mesmo método. A distinção essencial se situava, portanto, entre uma ciência empírica de um lado, e uma pesquisa conceitual do outro: "Elas se distinguem sobretudo pela escolha de perspectivas complementares: a história organizando seus dados em relação às expressões conscientes, a etnologia em relação às condições inconscientes da vida social"¹⁵. A etnologia realiza, através desse deslocamento em direção às estruturas inconscientes, um progresso do especial ao geral, do contingente ao necessário e do Ideográfico ao nomográfico. Claude Lévi-Strauss utiliza a famosa fórmula de Karl Marx segundo a qual "os homens fazem sua própria história, mas não sabem que a fazem", para atribuir à primeira parte da frase, a função da história e à segunda, o campo do etnólogo.

13. J. MAUGÜE. *Les Dents agacées*, 1982. p.118.

14. F. DOSSÉ, "Les habits neufs du président Braudel", *Espace-Temps*. n° 34-35, dezembro de 1986.

15. Cl. LÉVI-STRAUSS, *Anthropologie structurale*. 1958, p. 25. (Edição em português: *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967, p.34.)

A ambição de Claude Lévi-Strauss, correlativa a sua empresa de "des-historização", situa-se no plano da descoberta do modo de funcionamento do espírito humano, verdadeira invariante, permanência humana para além de toda diversidade de épocas ou de espaços. A tarefa do antropólogo é de inventariar os recintos mentais a partir das invariantes descobertas. É isso, em última análise, o que significam os mitos, pois após haver avaliado suas variações e modulações sucessivas, percebe-se o espírito humano que os elabora. Com uma metodologia muito inovadora e fecunda, Claude Lévi-Strauss reabilita uma das mais velhas idéias que se acreditava há muito tempo enterrada: a da *natureza humana*, dado a-histórico, incontornável, intemporal, aqui recuperado ao desvendar a existência de estruturas inconscientes universais subjacentes. Ele faz isso em detrimento do estudo das instituições, de seu funcionamento, das relações de produção ou de poder. Quer seja pelo estudo das estruturas de parentesco, ou do simbólico mitológico, trata-se de desvendar as necessidades imanentes, por detrás das ilusões da liberdade, até chegar à área que aparece como a menos tributária das contingências materiais, ou seja, a mitologia: "Ao deixar-se guiar pela pesquisa dos condicionamentos mentais, nossa problemática junta-se à do kantismo"¹⁶. A dialética se esvanece nesse horizonte enquanto lógica de conteúdos para ser substituída por um neo-aristotelismo substancialista ou, como chama Paul Ricoeur, por um kantismo sem sujeito transcendental, no qual o Inconsciente é mais o inconsciente categorial do que o inconsciente freudiano. Em uma tal perspectiva, ao invés de revelarem o confronto entre o social e o psiquismo inconsciente, os mitos permitem valorizar a Imobilidade fundamental do espírito humano para além de suas diversas manifestações. O anti-historicismo, a invariância delimitam a obra de Claude Lévi-Strauss, que concebe a mitologia e a música como "máquinas para suprimir o tempo"¹⁷. Esse questionamento radical da história, relegada a material básico, a contingência de caráter aleatório e ocasional, disciplina resistente a toda modelagem, encontrará em Fernand Braudel aquele que responderá a esse questionamento com a mudança de linha das pesquisas históricas para lhes dar o caráter estrutural.

16. Cl. LÉVI-STRAUSS, *Le Cru et le cult. Plon*. 1964. p.18. (Edição em português: *O Cru e*

A PLURALIDADE DOS TEMPOS

Fernand Braudel opõe a herança de Marc Bloch e de Lucien Febvre à herança de Claude Lévi-Strauss, mas inova ao mudar as linhas das primeiras orientações a fim de conter a ofensiva estruturalista. A história dos *Annales* encontrou em Fernand Braudel o revitalizador da mesma estratégia, ao fazer da história a ciência federalista das ciências humanas, ao apoderar-se do programa dessas últimas. "Fernand Braudel precisou avançar mais sua reflexão sobre a relação da história com as ciências sociais."¹⁸ Fernand Braudel reconhecia, aliás, a herança direta das ciências humanas em sua maneira de escrever a história. Retoma, de fato, as metodologias das outras ciências humanas para melhor sufocá-las. À primeira vista, temos a influência da escola geográfica francesa: Demangeon, De Martonne. Aproveita dos seus ensinamentos a Intenção de diminuir ao máximo o ritmo da história". O alargamento do percurso do historiador, do social para o estudo da civilização, traço marcante do pós-guerra, foi diretamente inspirado em Marcel Mauss. "Eu fui um dos raros historiadores a conhecer Marcel Mauss."²⁰ Braudel retém, sobretudo, da revolução das ciências sociais, que julga essencial, mais ainda do que a revolução da história, a necessidade de abrir as fronteiras entre as disciplinas, de derrubar as muralhas edificadas por cada uma delas. É partidário de uma livre troca de idéias e de pessoas entre as diversas ciências humanas. A cada instante, quando evoca essas ciências sociais, Fernand Braudel as qualifica de imperialistas, e considera que a história não deve se recusar a afrontá-las. A história só pode sair engrandecida desses confrontos e Fernand Braudel nunca duvidou de sua capacidade de absorver, assimilar e reduzir conforme um esquema que se tornou ritual. Quando de sua aula Inaugural no Collège de France, onde entrou em 1950, evoca esses concorrentes: "Vimos nascer, renascer ou desabrochar, há cinquenta anos, uma série de ciências humanas Imperialistas"²¹. O prefácio a sua tese sobre o *Mediterrâneo* Invoca a história a se manter em ligação com "as ciências humanas tão jovens, mas tão imperialistas"²². O tom está dado, é o de uma condescendência paternal

18. J. HEXTER, "Braudel and the monde braudéllen". *The Journal of Modern History*, setembro de 1972, p.499.

19. F. BRAUDEL, "Lundis de l'histoire", *France-Culture*. 3/01/1977.

20. *Ibid.*, 21/01/1977.

21. F. BRAUDEL. *Écrits sur l'histoire*, Flammarion. 1969. p.31. (Edição em português: *Esoritos sobre a História*, São Paulo, Perspectiva, 1978. p.32.)

22. *Ibid.*, p.16.

por parte de alguém que está persuadido de ter a seu favor a duração, ao defender uma disciplina tão enraizada quanto a história e a continuidade de uma escola que não cessa de se afirmar como dominante diante dos movimentos e renascimentos efêmeros e diante dessas jovens plantas que são as outras ciências humanas; no entanto, a vigilância é necessária diante das pretensões destas disciplinas. Haverá aí, pois, na estratégia braudeliana, uma dupla linguagem para domesticar essas jovens ambições. De um lado, afirma a unidade dessas ciências do homem que em nada se diferenciariam da história: "Sociologia e história eram uma só aventura do espírito, não o avesso e o direito de um estofado, mas o próprio estofado, em toda a espessura de seus fios"²³. Embora a companheira se rebelde pouco, quando deseja escapar à empresa dos *Annales* e reivindica fortemente sua independência, Fernand Braudel abandona o tom condescendente para disputar com ela. Esse é o caso dessa sociologia, rebelde à anexação. Ele denuncia suas fraquezas teóricas: "Mal consegue definir seu objeto. O que é a sociedade?"²⁴ "O tempo dos sociólogos não pode ser o nosso; se não me engano, repugna à estrutura profunda de nosso ofício."²⁹ Quanto ao conceito de sociedade global de Georges Gurvitch: "Apresenta-se como uma espécie de invólucro geral do social, tão fino quanto uma campânula de vidro transparente e frágil"²⁶. O tom polêmico torna-se mordaz para conter os progressos da sociologia. No entanto, Georges Gurvitch tencionava ultrapassar a oposição entre a estática e a dinâmica social ao reintroduzir a dinâmica social compreendida como um processo constante de desestruturação e de reestruturação: "A duração de uma estrutura social jamais está em repouso, mas em combate, em uma procissão através das vias tortuosas abertas pela multiplicidade dos tempos sociais"²⁷. Ao reintroduzir o movimento, a abordagem sociológica torna-se mais perigosa para a história. Hoje, diante dos sucessos da escola de Pierre Bourdieu, parceiro e adversário na EHESSE, Fernand Braudel denuncia o gosto excessivo da sociologia pelas idéias gerais, sua falta de sentido histórico, e concorda com a rejeição de Lucien Febvre da obra de Max Weber: "Sois vítima do

23. *Ibid.*, p.98.

24. F. BRAUDEL. *Civilização material, economia e capitalismo*. A. Colin. 1979. t.2. p. 406. (Edição em português: *Civilização material e capitalismo*. Lisboa, Cosmos, 1980, t. 2. p. 416.)

25. F. BRAUDEL, *Écrits sur l'histoire*. op. cit. p.77.

26. F. BRAUDEL. *Civilização material... op. cit.* p.408.

27. G. GURVITCH. *Cahiers Internationaux de sociologie*. "Le concept de structure sociale", vol. XIX 7/12/1955. pp.3-44.

borboleteamento do presente /.../. Isso é o que eu desejaria: que os sociólogos trabalhassem para mim"²⁸. Os territórios do historiador e do sociólogo são decididamente muito próximos para evitar as relações

conflituosas e a exasperação de Fernand Braudel diante da vitalidade do sociólogo. Independente da vitalidade dos *Annales*.

A história braudeliana pretende ser antes de tudo síntese, como a antropologia, mas com a superioridade do pensamento espaço-temporal. Retoma a herança da primeira geração do *Annales*. A duração condiciona todas as ciências sociais e confere um papel central à história. "O tempo, a duração, a história se impõem de fato, ou deveriam se impor a todas as ciências do homem"²⁹. A história tem por ambição recuperar a globalidade dos fenômenos humanos, é a única a poder localizá-los e avaliar a sua eficiência em relação a todos os saberes parcelados. Perceber em um mesmo movimento a totalidade do social é a grande ambição da história braudeliana. Ela é a única a ter acesso ao que se chama de "conjunto dos conjuntos"³⁰. Essa globalidade tem por característica, no discurso braudeliano, o fato de estar sob a dependência estreita do concreto e das realidades observáveis. Está, portanto, muito distanciada dos sistemas quase matemáticos, colocados pela antropologia estrutural: "Preferimos, ao invés da busca de uma definição no abstrato, a observação de experiências concretas"³¹. O Ideal impossível de realizar, definido por Fernand Braudel, seria tudo apresentar em um único e mesmo plano e em um único movimento. Mas seu conceito de globalidade recobre a simples somatória desses diversos níveis do real, sem ser, no entanto, um instrumento conceitual capaz de perceber as dominâncias e as determinantes em Jogo. Não ultrapassa, portanto, o nível de um relato descritivo, ambicioso pelo campo que tenciona apreender, mas limitado quanto à capacidade explicativa: "Não seria louvável que a história fosse, à primeira vista, descrição, simples observação, classificação sem muitas idéias prévias"³². A totalidade defendida não deve se referir a uma concepção causal da história, não existem na obra os sistemas de causalidades, e chega-se mais freqüentemente a uma simples acumulação dos diferentes andares. Observar, classificar, comparar, isolar são as grandes operações cirúrgicas praticadas por Fernand Braudel.

28. F. BRAUDEL. *Apostrophes*. A2. 21/02/1979.

29. F. BRAUDEL, *Écrits sur l'histoire*. "Histoire et sociologie", op. cit. p.105.

30. F. BRAUDEL, *Civilisation matérielle....* op. cit.. p.408.

31. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle. économie et capitalisme*. A. Colin, 1979. t.3. p. 199.

32. F. BRAUDEL, *La Dynamique du capitalisme*, Arthaud. 1985, p. 25.

Como Lineu, após o Inventário dos fenômenos observados multiplica as classificações sistemáticas e os ordena segundo uma ordem lógica. Por trás do conceito de história total, à moda de Braudel, temos a concepção de uma história que se apresentaria como um magma, o famoso plasma de que já falava Marc Bloch. A palavra-chave do discurso braudeliano é "reciprocamente", tudo Influi sobre tudo e reciprocamente. Com tal grade de leitura do tempo, compreende-se que Fernand Braudel tenha tido alguma dificuldade em passar do descritivo ao analítico: "Poder-se-ia escrever as equações seguintes em todos os sentidos desejados: a economia é política, cultura, sociedade; a cultura é economia, política, sociedade etc"³³. A história braudeliana é necessariamente mundial, seu objetivo é amplo e pressupõe, portanto, o domínio do método comparativo através do tempo mais longo e do maior espaço possível.

A resposta precisa ao desafio lançado à história por Claude Lévi-Strauss em seu artigo "História e Etnologia"³⁴ é dada por Fernand Braudel em outro artigo-manifesto que saiu nos *Annales* em 1958³⁵, o próprio ano do lançamento da obra *Antropologia estrutural*. Durante esse ano de 1958, Fernand Braudel afirma ter travado longas discussões com Claude Lévi-Strauss, pelo qual tinha grande admiração e certo ciúme. Embora só dedique desprezo à sociologia, evita polemizar frontalmente com Lévi-Strauss, e não o ataca em momento algum, apesar da situação de concorrência teórica cada vez mais acirrada. Bem ao contrário do tratamento reservado a Georges Gurvitch, Braudel evoca a "proeza" de Claude Lévi-Strauss³⁶, de ter sabido decifrar a linguagem subjacente às estruturas elementares do parentesco, aos mitos e às trocas econômicas. O maestro da orquestra Fernand Braudel, que tem o hábito de reagir com arrogância diante dessas jovens ciências Imperialistas, aceita, por uma vez, abandonar sua posição e chega até a evocar "nosso gula", ao falar de Claude Lévi-Strauss, sem, por isso, sair de cena. Trata-se do sinal manifesto de que ele compreendeu a força e a atração desse discurso antropológico que se apresenta também como totalizante, mas com o apoio de um aparato matemático, com modelos que lhe permitem o acesso ao inconsciente das práticas

33. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle....* op. cit.. t.3. p.34.

34. Cl. LÉVI-STRAUSS. "Histoire et «thnologi»". *Revue de métaphysique et de morale*, 1949, reeditado em *Antropologia estrutural*. op. cit.. pp.3-33.

35. F. BRAUDEL, "Histoire et Sciences sociales. La longue duree", *Annales*. 10 de dezembro de 1958, pp. 725-753. (Edição em português: *História a ciências sociais*, Lisboa, Presença, 1972, pp.7-70.)

36. *Ibid.*, reeditado nos *Écrits sur l'histoire*, op. cit., p. 70.

sociais e, portanto, lhe permitem obter rapidamente, no campo das ciências sociais, uma superioridade redibitória diante da história. Fernand Braudel inova, então, ao tomar emprestado diretamente o discurso de Claude Lévi-Strauss. Ele lhe opõe o trunfo principal do historiador: a duração, não a da dupla tradicional acontecimento/datação, mas a longa duração que condiciona até as estruturas mais imutáveis que o antropólogo valoriza: "A proibição do incesto é uma realidade de longa duração"³⁷. Reconhece a exatidão da crítica de François Simiand contra a singularidade do acontecimento e seu caráter fútil para as ciências sociais: "A ciência social tem quase horror ao acontecimento. Não sem razão: o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações"³⁸. Propõe, portanto, a reorganização do conjunto

das ciências sociais em torno de um programa comum que teria, como referência essencial, a noção de longa duração. Ela deve se impor a todos e já que se trata de duração, de periodização, o historiador reina. Fernand Braudel apresenta essa Inflexão como uma revolução copernicana na própria disciplina histórica, como o esboço de uma reviravolta radical de perspectiva que deve permitir a todas as ciências humanas falarem a mesma linguagem. Abandona cada vez mais, no curso de sua existência, o tempo curto em troca da longa duração: "À medida que o tempo passa, de 1960 a 1985, tendeu a se identificar cada vez mais com a história longa"³⁹. Duas maneiras de escapar da história são oferecidas às ciências sociais, e devem ser invocadas: de um lado, uma visão infratemporal que se acantona em uma atualidade desvinculada de toda espessura temporal; para Fernand Braudel, esse é o caso da sociologia, cujo percurso é muito limitado para inquietar o historiador; em contrapartida, temos a visão supratemporal, que tenta construir uma ciência da comunicação em torno de estruturas atemporais. Reconhecia-se aí a tentativa estruturalista, e esta interpela e questiona o historiador. Ao se referir a esta busca da longa duração, Braudel responde: "Tentei mostrar, não ousei dizer demonstrar, que toda a nova pesquisa de Claude Lévi-Strauss só é coroada de êxito quando seus modelos navegam nas águas da longa duração"⁴⁰. Reapropria-se do conceito de estrutura, tema emprestado de Claude Lévi-Strauss, mas com outro significado na econo-

37. *Ibid.*, p.73.

38. *Ibid.*, p.46.

39. M. FERRO. *Espace-Temps*. n° 34-35. dezembro de 1986.

40. F. BRAUDEL, "Histoire et sociologie". *Écrits sur l'histoire*, op. cit. p.114.

mia do discurso braudeliano. Ao contrário de Claude Lévi-Strauss, a estrutura para Fernand Braudel é mais arquitetura, conjunto, mais perceptível em uma realidade concreta e observável. Sua concepção permanece fundamentalmente descritiva, nisso, portanto, fiel a uma escritura tradicional da história. Todavia, tem o mérito de ter se reapropriado da noção de estrutura e de lhe ter dado a dimensão temporal: "Essas estruturas históricas são desvendáveis, de certa maneira mensuráveis: sua duração é a medida"⁴¹. Assim, em sua tese *O Mediterrâneo*, as estruturas valorizadas são a somatória das redes de relações, as rotas, os tráficos, todas as relações que animam o espaço, que ele descreve de forma erudita, espaço cujo peso relativo ele avalia, mas sem se interessar pela lógica Interna dessas relações. Conclui sua tese fazendo uma profissão de fé em um estruturalismo histórico específico: "Por temperamento sou estruturalista, pouco solicitado pelo acontecimento, e apenas em parte pela conjuntura, esse agrupamento de acontecimentos com o mesmo sinal. Mas o estruturalismo de um historiador nada tem a ver com a problemática que atormenta, sob o mesmo nome, as outras ciências do homem. Não o dirige para a abstração matemática das relações que se exprimam em funções. Mas para as próprias fontes da vida, naquilo que ela tem de mais concreto, de mais quotidiano, de mais indestrutível, de mais anonimamente humano"⁴². A estrutura braudeliana é aparente, de imediato acessível e tem como característica comandar os outros fatos, o que confere à longa duração o primado em relação aos outros ritmos temporais e sobretudo em relação ao factual. O percurso de Fernand Braudel pretende ser deliberadamente acolhedor, integra todas as posições para substituir todas no grande laboratório das ciências humanas, que ultrapassaria todas as divisões e fronteiras e realizaria em torno dos historiadores, os especialistas da duração, a unificação do campo de pesquisas.

A resposta de Fernand Braudel a Claude Lévi-Strauss e às ciências sociais em geral não se limita a opor-lhes a longa duração como estrutura, mas consiste em pluralizar o temporal. Já elaborada na tese de 1949, essa pluralização é teorizada como modelo em 1958. O tempo se decompõe em muitos ritmos heterogêneos que quebram a unidade da duração. O tempo torna-se qualitativo para adquirir inteligibili-

41. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle...* op. cit. t. 2. p. 410.

42. F. BRAUDEL. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. A. Colin, 1966, t2. p. 520. (Edição portuguesa: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época do Philippe II*. São Paulo. Martins Fontes. 1984, p.625.)

dade nova em diversos níveis. A arquitetura braudeliana se articula em torno de três temporalidades diferentes, três patamares diferentes: o factual, o tempo conjuntural, cíclico e enfim, a longa duração. Pode-se distinguir assim estágios diferentes do tempo e os descompassos entre as diversas temporalidades. Essa abordagem contribui positivamente para reverter a posição da história historicizante, mas não é tão nova quanto pretende ser. Embora Fernand Braudel pluralize duração, é também partidário de uma visão histórica que tem por ambição recuperar uma dialética dessas temporalidades, e relacioná-las a um tempo único. Acontecimentos, conjunturas, longa duração permanecem solidários. Embora unidade temporal se subdivida em diversos níveis, estes permanecem ligados à temporalidade global, que os reúne em um mesmo conjunto. Distancia-se dos sociólogos com o tempo múltiplo e sem espessura. Falta dar um conteúdo ao esquema tripartido braudeliano, falta substantivar as velocidades da passagem do tempo. A duração não se apresenta laís, então, como um dado, mas como uma construção. A nova tábua de leis de Fernand Braudel, tripartida, é deliberadamente construída sem referência a qualquer teoria e situa-se no plano único da observação empírica. Desde sua tese, atribui a cada uma das durações um domínio, um domicílio específico: "Distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, e de um tempo Individual"⁴³. *O Mediterrâneo* decompõe-se assim em três partes, três temporalidades, três domínios. Começa com uma "história quase imóvel"⁴⁴ das relações do homem com seu meio geográfico; é aí que Intervém a contribuição particular de Fernand Braudel, com a integração do espaço na temporalidade. Depois Intervém a história lenta, a da economia e da sociedade, e aqui retoma

por sua conta a história dos ciclos econômicos, a contribuição da Nova História econômica e social à maneira de Ernest Labrousse. E enfim, a história factual, na dimensão do indivíduo, com as oscilações breves e dramáticas da história tradicional. Essa tripartição temporal conforme um domínio específico é, de fato, arbitrária pois o aspecto político referente ao tempo curto pode muito bem se encarnar em uma instituição de longa duração. Ao contrário, a geografia revela-nos, muitas vezes dramaticamente, que a mudança não se opera sempre em escala geológica. A sucessão das três temporalidades não significa que Fernand Braudel atribua peso igual a cada uma. Há, incontestavelmente, uma temporalidade

43. *Ibid.*, prefácio à 1ª ed.. 1983. t.I. p.17.

44. *Ibid.*, p. 16.

causal, fundadora da evolução dos homens e das coisas: a longa duração; e como essa se refere à natureza, é esta que desempenha, em última instância, o papel determinante. Encontra-se, então, um discurso histórico no limite entre a natureza e a cultura. Se Claude Lévi-Strauss ambicionava desvendar os mistérios da natureza humana nesse entremeio que permite a ligação entre o biológico e o psicológico, já Fernand Braudel lhe contrapõe a irredutibilidade da natureza física, e a lentidão da temporalidade geológica. Neurônios ou geologia? O factual é remetido à insignificância, mesmo que este nível represente um terço da tese *O Mediterrâneo*. Trata-se somente de "agitação das ondas", "turbilhões de areia", "fogos de artifício de luciolas fosforescentes", "um cenário"... Temos aí uma constante no estado de espírito próprio dos *Annales* contra a história historicizante e a antipatia de Fernand Braudel em relação ao acontecimento, que Jack Hexter qualifica de "apaixonada e por vezes Insensata"⁴⁸. Justifica, portanto, a rejeição pelas ciências sociais do acontecimento singular e junta-se tão bem às críticas de François Simiand de 1903 quanto às de Claude Lévi-Strauss em 1962. Ao invés de recolocar o acontecimento na dinâmica das estruturas que lhe deram origem, Fernand Braudel prefere remeter o factual para a ordem da superficialidade e da aparência, para ter êxito no deslocamento do olhar do historiador na direção das evoluções lentas e das permanências. A longa duração se beneficia, em relação às outras durações, de uma situação privilegiada. É ela que determina o ritmo factual e conjuntural e traça os limites do possível e do impossível, ao regular as variáveis até um certo teto. Se o acontecimento pertence à margem, a conjuntura segue um movimento cíclico, somente as estruturas da longa duração pertencem ao Irreversível. Essa temporalidade de fôlego longo oferece a vantagem de poder ser decomposta em séries de fenômenos que se repetem, em séries de permanências que deixam aparecer os equilíbrios e a ordem geral subjacente à desordem aparente do domínio factual. Nessa busca da permanência, um estatuto particular é atribuído ao espaço, que parece melhor conformar-se à noção de temporalidade lenta: "Há, mais lenta ainda que a história das civilizações, quase Imóvel, uma história dos homens nas suas relações concisas com a terra que os sustenta e os alimenta"⁴⁶. Nesse contexto, a parte da liberdade do homem é ínfima, ele está inexoravelmente preso nas contingências do meio natural, dos hábitos, dos gestos regulares que escapam a sua consciência e a seu domínio.

O desafio de Claude Lévi-Strauss constrangeu Fernand Braudel a conceituar uma história estrutural no tempo quase imóvel. Lucien Febvre não apreciava muito o conceito de estrutura: "Estruturas? Palavra em moda, eu o sei, palavra que se exhibe às vezes nos *Annales*, a meu ver um pouco além"⁴⁷. Mas Lucien Febvre está no fim da vida, e Fernand Braudel compreende bem o que está em jogo. Antes mesmo da antropologia estrutural, os historiadores dos *Annales* haviam construído totalidades estáveis e localizáveis. Seria suficiente conceituar esse percurso para se opor à hegemonia da antropologia. O movimento histórico é agora pensado como repetição, a permanência tem a preponderância sobre o transformado, e Claude Lévi-Strauss, no fim dessa inflexão, é levado a reconhecer essa metamorfose que faz a história entrar no mesmo campo problemático da antropologia: "A Idéla de uma história estrutural nada tem que possa chocar os historiadores"⁴⁸. Essa escritura da história, que mergulha nas profundezas daquilo que constitui o ecossistema, tem por primeiro efeito minorar o papel do homem como força coletiva. Deslocado, remetido à margem, ele está preso na armadilha e debatendo-se na impotência: "O que eu faço, é contra a liberdade humana"⁴⁹, afirma Fernand Braudel. O homem nada pode contra as forças seculares que o condicionam e contra os ciclos econômicos da longa duração. Não há escapatória da tela de aranha na qual o homem se debate: "Tu não lutas contra a maré do equinócio /.../. Nada há a fazer diante do peso do passado a não ser tomar consciência disso"⁵⁰. De maneira subjacente a essa descentralização do homem, há uma concepção fundamentalmente pessimista do destino do mundo: "Ele esmaga os indivíduos"⁵¹. "Assim, continuo tentado, perante um homem, a vê-lo encerrado dentro de um destino que dificilmente constrói."⁵² O homem perdeu todo o domínio sobre sua própria historicidade, ao ser devorado por ela e ao sofrê-la, espectador e objeto de sua própria temporalidade. Sua liberdade se reduz a essa imagem trágica da menina colombiana presa para sempre na turfa lamacenta de uma

45. J. HEXTER, "F. Braudel and the monde braudellen", *Journal of modern history*. n° 4. 1972. p.507.

46. F. BRAUDEL. "Leçon d'ouverture au Collège de France". 1950. *Essais sur l'histoire*, op. cit. p. 24.

47. L. FEBVRE, prefácio à tese de P. CHAUNU, *Sóvilha e Atlântica...* SEVPEN, 1975, p. XI.

48. CL. LÉVI-STRAUSS. "L'anthropologie sociale d'vant l'histoire"¹¹, *Annales*. julho-agosto de 1960. p. 634.

49. F. BRAUDEL. *TH*, 22/08/1984.

50. *Ibid.*

51. *Ibid.*

52. F. BRAUDEL, *La Méditerranée*. 1981. op. cit. t.2. p.520.

erupção vulcânica da qual ninguém a salvará para deixá-la morrer...

Para além da nossa consciência, nossos hábitos infinitamente repetidos formam nossas prisões consentidas, suscitam decisões artificiais perdidas no labirinto de um quotidiano imutável: "A história sofrida invade nosso mundo; nós temos apenas, e ainda, a cabeça fora d'água"⁵³. Não estamos longe de "o homem está morto" do estruturalismo. Essa descentralização, paradoxal para o historiador, é o resultado da operação de decomposição da temporalidade em três ritmos heterogêneos por sua natureza e por seu *tempo*: o tempo geográfico, o tempo social e o tempo Individual. Este escalonamento do tempo histórico tem por consequência, reconhecida pelo próprio Fernand Braudel, a decomposição do homem em um cortejo de personagens"⁵⁴. A longa duração desempenha aqui uma linha de fuga para o homem, ao Introduzir uma ordem fora de seu domínio. A retórica braudeliana permanece, no entanto, humanista na medida em que o homem está descentralizado mas não ausente de sua construção temporal, e permanece fiel nesse plano à herança antropocêntrica de Lucien Febvre e de Marc Bloch. Um humanismo organicista que não se dedica à realidade humana como finalidade, mas à pluralidade de seus órgãos.

Fernand Braudel, como Claude Lévi-Strauss, reverte a concepção linear do tempo que avança na direção de um aperfeiçoamento contínuo, ele a substitui por um tempo estacionário em que passado, presente e futuro não se diferenciam mais e se reproduzem sem descontinuidade. Só a ordem da repetição é possível, privilegia as invariantes e torna ilusória a noção de acontecimento. "Na explicação histórica, tal como a vejo, é sempre o tempo longo que acaba por vencer. Negando uma multidão de acontecimentos"⁵⁵. A permanência maior posta em destaque por Fernand Braudel, cujo objeto central tem sempre sido a sociedade humana, é a hierarquia social. A sociedade é fatalmente desigual e todo impulso igualitário se destina ao fracasso por sua natureza ilusória. Esquece seu relativismo para se apoiar sobre essa invariante para além das épocas e das diferenças de lugares: "Toda observação revela essa desigualdade visceral que é a lei contínua das sociedades"⁵⁶. Vê-se aí uma lei estrutural sem exceção à maneira da proibição do incesto em Claude Lévi-Strauss. Percebe-se até que ponto essa invariante nega historicidade e toda tentativa de mudança. Toda realidade social é, portanto, colocada no mesmo plano da hierarquia e da desigualdade; só as variantes dessa lei imutável podem mudar e resultar uma sociedade baseada na escravidão, na servidão ou no trabalho assalariado, mas essas soluções remetem ao próprio fenômeno da redução da massa obediência. Aliás, é bom que seja assim para Fernand Braudel: "As sociedades só são válidas quando são dirigidas por uma elite"⁵⁷. A longa duração nega aqui a historicidade í, aliás, ele considera que não houve progresso entre a sociedade escravista e as democracias modernas. O pico da pirâmide social é sempre tão restrito! Para quem mudar a forma de exploração se a exploração subsiste? A história é, no entanto, feita dessas mudanças das elites no poder mas "nove vezes em dez, para reproduzir tal e qual, ou com insignificante diferença, o antigo estado de coisas"⁵⁸, pois a própria tarefa de toda sociedade é a reprodução de suas estruturas, como para as "sociedades frias" de Claude Lévi-Strauss. A ordem estabelecida perpetua-se, tornando vãs as tentativas de transformações dos homens. Querer ultrapassar esse estado denota, de fato, perda de tempo. Se a hierarquia social é um horizonte Intransponível em todas as latitudes, Fernand Braudel não se detém em uma única invariante: "O estado, o capitalismo, a civilização, a sociedade existem desde sempre"⁵⁹. A longa duração seduz, e o paradoxo aparece manifesto, jamais destacado, o historiador Fernand Braudel elimina a historicidade. E a combinatoria da auto-regulação no plano das estruturas da sociedade permite a repetição da mesma e torna caduca toda tentativa de transformação, de ruptura ou de simples mudança. Toda ruptura histórica está destinada ao fracasso, àquilo que permanece por trás, o ilusório. Para Fernand Braudel⁶⁰ acontece assim com a China que conserva seus mandarins, com a Índia que mantém sempre suas castas e até com a Europa, cuja sociedade, embora com mais mobilidade, evolui, de fato, mas lentamente. No Mediterrâneo do século XVI, uma agitação social manifesta-se bem, mas só tem o estatuto de "acidentes de percurso", "poeiras de pequenos incidentes"⁶¹. Os movimentos evocados estão longe de ser revoluções mais conscientes, pois são as ações do banditismo catalão, cala-

53. F. BRAUDEL, debate FNAC. 'Y-a-t-il une nouvelle histoire?'. 7/03/1980.

54. F. BRAUDEL, *La Méditerranée*. 1984, t.1, p.17. prefácio à 1ª ed., A. Colin, 1946.

55. *Ibid.*, t.2, p.625.

56. F. BRAUDEL, *Civilisation matérielle....op. cit.*, t.2, p 415.

57. F. BRAUDEL, *TFI*. 22/08/1984.

58. F. BRAUDEL, *Civilisation matérielle.... op. cit.*, t.2, p.422.

59. F. BRAUDEL, *Magazine Littéraire*, entrevista, novembro de 1984, p.20.

60. F. BRAUDEL, *Civilisation matérielle...., op. cit.*, t. 3, p.48.

61. F. BRAUDEL, *La Méditerranée, op. cit.*, t.2, pp. 76-77.

brês ou dos Abruzos. A vontade de revolução social está muito simplesmente reduzida a uma forma de delinquência assassina. Fernand Braudel não leva em conta a luta de classes, pois sob a forma de vinganças fratricidas perpetradas pelos errantes, pelos vagabundos, pelos delinquentes, todos os movimentos estão certamente condenados a uma revolução sem saída. Trata-se de um jogo perpétuo do policial e do ladrão. O empobrecimento que todo o proletariado conhece no século XVI alimenta "pilhagens persistentes, verdadeira revolução social, longa. Inútil"⁶². As revoluções como os ferimentos curam-se depressa, e o organismo constitui, por si mesmo, os anticorpos que expulsam as tentativas de ruptura. As duas grandes fissuras culturais da Europa moderna, o Renascimento e a Reforma, são retomadas e reintroduzidas na ordem do repetitivo: "Tudo se arranja, se incorpora às ordens existentes"⁶³. O Renascimento faz triunfar o Príncipe de Maquiavel e a Reforma desemboca no poder dos príncipes

territoriais da Alemanha. Só a superfície foi abalada no curso dessas revoluções culturais, a sociedade e o poder permanecem intactos. Acontece o mesmo na história contemporânea e os atores de 1968 são "readmitidos por uma sociedade paciente"⁶⁴. Aliás, essa recuperação do novo pelo velho é uma coisa positiva para Fernand Braudel, que recentemente culpava esse movimento de 1968 que, segundo ele, desvalorizou a noção de trabalho, os valores morais e levou à infelicidade, pois "não se pode ser feliz a não ser sob uma redoma, com valores estabelecidos"⁶⁵. A longa duração braudeliiana e suas diversas invariantes aqui aparecem claramente como são: uma leitura de nossa história que permite exorcizar todo risco de mudança, pois é através de sua relação com o presente que o historiador utiliza tal ou tal prisma que lhe permite recuperar o passado.

A ofensiva de Fernand Braudel, diante do desafio lançado pela antropologia estrutural, teve êxito na medida em que a história permaneceu a peça central no campo das ciências sociais, certamente ao preço de uma metamorfose que implicou mudança radical. Ao fracassar na desestabilização dos historiadores como instituição, Claude Lévi-Strauss retornou recentemente ao território deles para se apropriar de suas velhas roupagens usadas e abandonadas: "Enquanto que a Nova História endossava nosso interesse por uma porção de

62. *Ibid.*, t.1. p.417.

63. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle.... op.cit.* t.3. p.542.

64. *Ibid.*

65. F. BRAUDEL, *TFI*. 22/08/1984.

coisas que eles deveriam levar em conta, nós começávamos a nos interessar pelos domínios que a Nova História abandonava, como as alianças dinásticas e as relações de parentesco nas grandes famílias, que se tornaram atualmente o terreno predileto dos jovens etnólogos. Há, portanto, uma verdadeira troca recíproca"⁶⁶. A história tornando-se antropológica, a antropologia tornando-se histórica. Fernand Braudel terá assim preparado as inflexões do discurso histórico da terceira geração dos *Annales*. Ele é o elo incontornável em uma evolução que permitiu abrir amplamente o campo de visão e de pesquisa do historiador. Mas podemos perguntar se, de fato, não foi a antropologia que se apossou completamente do discurso histórico interno. Cavalari de Tróia, O *Homem Nú* de Claude Lévi-Strauss teria, então, obtido sucesso ao desnudar Clío.

BRAUDEL, O CONSTRUTOR

Fernand Braudel é, antes de tudo, um construtor de impérios, ourives em matéria de organização e preocupa-se sobretudo com a consolidação e a ampliação do território do historiador. Graças a ele, os *Annales* puderam resistir sem danos à investida estruturalista, pois se apoiam em uma cátedra institucional cada vez mais sólida. Ao desafio anti-histórico, ele traz uma dupla resposta, no plano das linhas de pesquisa e no plano das posições de poder. Assim "a guerra entre história e estruturalismo não acontecerá"⁶⁷. Suserano, Fernand Braudel se ocupa em agrupar seus vassallos e em delegar-lhes poderes nas múltiplas parcelas do território sobre o qual ele reina como mestre. Esse carisma é reconhecido por seus discípulos mais próximos, como Marc Ferro: "Ele a conduzia (sua empresa) como um soberano, como chefe de estado"⁶⁸. Desde o pós-guerra, em 1946, a revista dos *Annales* muda de nome e abandona, no título, a

66. CL. LÉVI-STRAUSS, entrevista com o autor. 26/02/1985.

67. A. BURGUIÈRE. *Annales*, n° "Histoire et structure". 1971.

68. M. FERRO, "Le laboratoire des *Annales*", *Magazine Littéraire*. novembro de 1984. p.25.

referência à história, para daí em diante se denominar: *Annales: économies, sociétés, civilisations*. Essa mudança marca a vontade de realizar mais facilmente a osmose entre as diversas ciências sociais, sendo os historiadores os mestres de obra dessa síntese, ao ocultar sua participação para que não se perceba facilmente o seu papel coordenador. A direção da revista reorganiza-se devido aos desaparecimentos da guerra e à ascensão de novas estrelas em evidência. Há apenas um único diretor, Lucien Febvre, mas ao seu redor temos o comitê de direção de Fernand Braudel, que o sucede na direção da revista a partir de 1947, Charles Morazé, Georges Friedmann e Pierre Leuilllot. Essa equipe compreende os novos colaboradores oriundos de diversos horizontes das ciências sociais. Aos historiadores: Pierre Chaunu, Pierre Goubert, Maurice Crouzet, Claude Folhen, Maurice Lombard e Yves Renouart, acrescentam-se os geógrafos: Pierre Gourou, Dion e Menler, os economistas: Bettelheim, Fourastlé... A revista conserva, portanto, no pós-guerra seu papel líder da federação. A vitória não é, no entanto, obtida pelos historiadores dos *Annales*, pois nessa longa marcha em direção à hegemonia, permanece ainda esse concorrente cada vez mais avesso à anexação e que há algum tempo se tenta substituir: a sociologia durkheimiana. Certamente, em 1945, a escola sociológica está em grande parte decapitada. Célestin Bouglé morreu em 1940, Maurice Halbwachs foi deportado para Buchenwald e aí morre em 1945, Marcel Mauss aposentou-se do Collège de France desde 1942... Mas, fugindo ao nazismo, Georges Gurvitch constituiu em 1942, em Nova York, um Instituto de Sociologia, na universidade de língua francesa: a Escola Livre de Altos Estudos. O objetivo de Georges Gurvitch assemelha-se ao dos *Annales*: realizar o

confronto das diversas ciências sociais, mas aqui se busca submetê-las à direção da sociologia. O grupo concorrente formado de economistas, sociólogos e etnólogos, entre os quais Claude Lévi-Strauss, e forjado no trabalho em comum no além-mar, pode disputar com os historiadores, portanto, a posição de liderança no momento em que, em 1945, a Fundação Rockefeller se propõe a favorecer a pesquisa em ciências sociais na Europa. Georges Gurvitch parece, aliás, adiantar-se rapidamente aos historiadores, ao criar o Centro de Estudos Sociológicos em março de 1946. Tem a intenção de criar a seção de Ciências Sociais no EPHE, ou seja, a VI seção. Não é a primeira vez que tal ambição nasce entre os sociólogos. Marcel Mauss já havia apresentado um projeto de fundação de um Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Paris, submetido à Fundação Rockefeller, em 1929. A eventualidade de uma VI seção do EPHE apresentava-se, então, como solução momentânea, transitória em relação a um programa muito mais amplo⁶⁹. O projeto fracassa, pois os americanos consideram a situação francesa pouco propícia a essa Fundação, e a personalidade socialista de Marcel Mauss espanta um pouco os eventuais mecenas. Georges Gurvitch parece melhor situado no contexto do pós-guerra e da nascente guerra fria. O que está em jogo é bem compreendido pelo diretor da divisão de ciências sociais da Fundação Rockefeller, J. H. Willit, que escreve em outubro de 1946: "Uma nova França, uma nova sociedade está prestes a surgir das ruínas da Ocupação; o melhor desses esforços é magnífico, mas os problemas são Impressionantes. Na França, o resultado do conflito e da adaptação entre o comunismo e a democracia ocidental aparece na forma mais aguda. Nisso ela é o campo de batalha ou o laboratório"⁷⁰. A situação é, portanto, propícia à criação dessa VI seção e os sociólogos parecem melhor situados para obterem êxito em sua empresa. A direção, no entanto, vai lhes escapar em benefício dos historiadores dos *Annales*. Contudo, encontra-se Lucien Febvre entre os membros do comitê de direção do Centro de Estudos Sociológicos, ao lado de pesquisadores de primeira linha como Louis Gernet, Gabriel Le Brás, Maurice Leenhardt e L. Lévy-Bruhl, todos reunidos em torno de Georges Gurvitch. Mas o diretor do ensino superior da época, Pierre Auger, tem como inspirador de seus projetos em ciências sociais o historiador Charles Morazé, membro do comitê de direção dos *Annales*. Os dois homens são complementares, pois de um lado Pierre Auger quer criar uma nova seção consagrada às ciências sociais no EPHE, mas lhe faltam créditos, que o governo francês se encontra incapaz de dar, e Charles Morazé, secretário do Comitê Internacional de Ciências Históricas, já tinha se beneficiado com importantes subvenções da Fundação Rockefeller. Ambos constituem a primeira lista de diretores de estudos entregue à Fundação em 1947. "De uma só vez os historiadores constituem o grupo majoritário"⁷¹. Esta evolução favorável aos *Annales*, na qual se encontram os principais colaboradores, deve-se essencialmente ao peso de Charles Morazé no projeto da VI seção. Ora, esse último não só está no comitê de direção da revista, mas acaba de criar, em 1947, a Associação dos Amigos dos

69. B. MAZON. *Fondations américaines of Sciences sociales en France: 1920-1960, tose do 3º grau*. EHESS. 1985. pp. 54-56.

70. *Ibid.*, p. 103, "Archives de la Fondation Rockefeller".

71. *Ibid.*, p. 128.

Annales, que mais tarde adotará o nome de Associação Marc Bloch. No entanto, Lucien Febvre não compreende imediatamente o interesse maior de se lançar nessa aventura, e só se deixará convencer por Charles Morazé no outono de 1947, no momento em que este último o faz compreender que, caso os *Annales* não tomassem a iniciativa, Georges Gurvitch transformaria seu Centro de Estudos Sociológicos em VI seção: "A direção institucional das ciências sociais arrisca-se a cair nas mãos dos sociólogos"⁷². Lucien Febvre é eleito presidente do primeiro conselho da VI seção em 1948. Nesse momento, Fernand Braudel é designado como o organizador da hegemonia dos *Annales* enquanto secretário da VI seção e responsável pela sua organização, e lhe confiam também a direção do Centro de Pesquisas Históricas. Lucien Febvre viu nele, com lucidez, a capacidade de organizador, de dirigente e a faculdade de ganhar a confiança além do Atlântico. Para Fernand Braudel, a VI seção é o instrumento decisivo no processo mais vasto de ingestão das ciências sociais em benefício do historiador, há canibalismo em sua estratégia: "É preciso compreender bem qual é a lição dos *Annales*, da escola dos *Annales* /.../. É que todas as ciências humanas são incorporadas à história e se tornam ciências auxiliares"⁷³. Fernand Braudel, homem poderoso, apodera-se da máquina infernal que permite o reagrupamento desejado pela primeira geração ao dar-lhe uma cátedra Institucional. Se não foi, como ele mesmo reconhece, um homem de revista, em compensação excedeu-se como construtor e edificador de uma escola. Além do mais, oferecia a certeza, aos olhos dos americanos, de uma adesão ao mundo atlântico, ao se desligar cada vez mais da grande potência soviética continental. A conclusão de sua tese, escrita em dezembro de 1948, dava as garantias necessárias: "Parece-me, por exemplo, que o Atlântico está no centro do mundo atual, mas por quanto tempo ainda? /.../ Talvez falar-se-á mais comumente disso no dia em que, o mais tarde possível, assim o desejamos, a decadência do oceano terá, apesar dele, criado seja a fortuna de outros espaços líquidos, seja a fortuna das terras monstruosas"⁷⁴. Ter-se-á reconhecido, por detrás do monstro, a União Soviética. Todavia, Paris não é Nova York e Fernand Braudel não é Marshall. Embora ele dê garantias aos americanos, não aceita outra enfeudação. Ao procurar economistas para a VI seção, apóia Charles Bettelheim em 1948 e

72. *Ibid.*, p. 123.

73. F. BRAUDEL. *Une teçon d'histoire*. Châteauevallon. Arthaud-Flammarion. 1986. p.222.

74. F. BRAUDEL. *La Méditerranée1949*. Armand Colin, p.1095.

faz dele o primeiro diretor de estudos eleito sem acumulação de cargos, em março de 1948. Ninguém pode falar que esse último, especialista em economia soviética e marxista, corresponda ao perfil do homem do Atlântico do pós-guerra. Essa nomeação revela a independência de espírito e da política científica levada à VI seção por Fernand Braudel, que não se deixará enganar, mesmo no centro da guerra fria, quando as pressões serão, da parte dos americanos, mais fortes. Recusará separar-se de Jean Chesneaux e também imporá aos americanos Annie Kriegel, Claude Frioux, Georges Haupt...⁷⁵

Final de 1951, Luclen Febvre e Fernand Braudel solicitam novamente um programa de financiamento à Fundação Roc-kefeller, as verbas adiantadas tinham sido até o momento modestas: somente um quarto das subvenções colocadas à disposição do Instituto Econômico de Charles Rist. Trata-se, portanto, de Insuflar um segundo sopro à VI seção ainda pobre e a Justificativa desse pedido é, desta vez, abertamente feita em nome da prioridade dada à história. Trata-se então de sustentar, através do financiamento de 13.500 dólares (4.500.000 francos) para um período de dois anos e meio, começando em 1º de julho de 1952⁷⁶, a organização de colóquios interdisciplinares assim como o programa do Centro de Pesquisas Históricas, dirigido por Fernand Braudel, que encaminhou toda uma série de estudos sobre os portos, os tráficos, as rotas e as trocas econômicas internacionais no fim do século XV e início do século XVI. Fernand Braudel não negligencia, durante os anos 50, o ensino de história nas estruturas universitárias clássicas, nas quais os *Annales* querem a transformação radical. Todos se lembram da tentativa abortada de modificação profunda do concurso de ingresso na carreira universitária, tentada em 1934 pelos dois pais fundadores. Retoma a herança em melhor situação, já que é nomeado presidente do júri do referido concurso de 1950 a 1955. Certamente, o concurso não foi tão modificado assim, mas seu presidente pôde utilizar sua posição durante cinco anos como tribuno/tribunal em nome de critérios novos que eram os da escola dos *Annales*. Michel Vovelle conta⁷⁷ que conheceu numerosos candidatos que se apresentaram no tal concurso quando Fernand Braudel presidia o júri. Ele teria dito, com um pouco de desdém, que a exposição deles não

75. O. DUMOULIN. "Un entrepreneur des Sciences de l'homme". *Espaces-Temps*. n° 34-35. dezembro de 1986.

76. B. MAZON. *Fondations américaines et Sciences sociales en France: 1920- 1960*. op. elA.p. 154.

77. M. VOVELLE. *Espaces-Temps*. n° 34-35. dezembro de 1986.

exalava muito estrume, da mesma forma que Luclen Febvre havia criticado A *Sociedade feudal* de Marc Bloch, ao Invocar o fato de que ela não exalava muito a terra. A mudança de tom e de perspectiva está manifesta nos rituais relacionados ao concurso de ingresso à carreira universitária. Ali ele apela, em lugar da constatação perpétua da queda do nível, à transformação do ensino superior, à abertura para a história econômica, a uma melhor formação das técnicas científicas e à derrubada das fronteiras. "Cada vez mais a história implica, quase a título estrutural, o conhecimento dos grandes resultados e dos métodos das ciências sociais vizinhas (e não somente a geografia)"⁷⁸.

Mas o grande projeto, marcado pela personalidade de Fernand Braudel, é apresentado ao término de sua tarefa de presidente do júri do referido concurso em 1956. Propõe nesse momento o programa que vai dotar a VI seção de um objetivo científico de longa duração e assegurar a ela um avanço Irresistível. Esse projeto se apóia na experiência das universidades americanas das *área studies* e consiste em organizar, a partir desse modelo, a pesquisa em torno de áreas culturais. Essas últimas devem permitir o reagrupamento dos métodos históricos, econômicos e sociológicos. Fernand Braudel havia feito, no fim de 1955, uma longa viagem aos Estados Unidos para estudar a experiência dessas *área studies*: retornou cético a respeito da capacidade dos pesquisadores americanos para a realização do projeto. Para ele, faltava aos americanos três dimensões fundamentais: a filosofia, a história e a geografia, abandonadas por eles em benefício dos estudos do momento imediato. Em contrapartida, sua tentativa pôde ser retomada com sucesso pelos pesquisadores franceses no quadro da VI seção do EPHE⁷⁹. Esse programa de áreas culturais é concebido em colaboração com Clemens Heller, logo associado (desde 1952), ao lado de Fernand Braudel, no desenvolvimento da VI seção. Pode-se mesmo dizer que esse último, diplomado em Harvard, instalado em Paris desde 1949, foi quem teve a idéia de adaptar o modelo americano das *área studies* na França. Esse programa pôde não somente permitir a colaboração orgânica de diversas disciplinas, como também realizar a junção entre as necessidades de compreender o mundo contemporâneo e o passado graças à espessura temporal dos historiadores, que podem contribuir

78. F. BRAUDEL. "Rapport du concours 1953", *Bulletin da 1'Association des professeurs d'histoire-géographie*. 1954, pp.226-284.

79. F. BRAUDEL, "Rapport préliminaire sur les Sciences humaines au ministère de l'Éducation nationale", 1956, citado por B. MAZON, em *Fondations américaines et Sciences sociales en France: 1920-1960*. op. cit. p. 167.

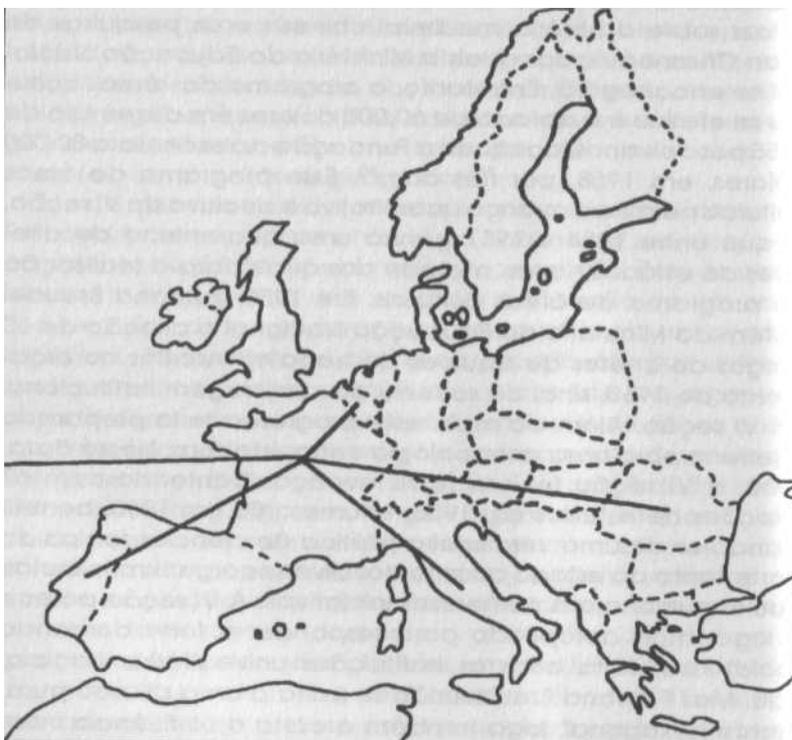
na França, mais do que nos Estados Unidos, enquanto orques-tradores das ciências humanas. O projeto recebe a adesão da Fundação Rockefeller após um ano de negociações difíceis, pois em 1955 a Fundação Rockefeller submete a Clemens Heller e Fernand Braudel condições bem rígidas para o financiamento. Entre outras, recusa financiar os trabalhos de Étienne Balazs sobre a história medieval chinesa e as pesquisas de Jean Chesneaux, das quais o Ministério da Educação Nacional se encarregará. Entretanto, o programa das áreas culturais se efetiva e é dotado de 60.000 dólares em dezembro de 1955 por dois anos, aos quais a Fundação acrescentará 80.000 dólares, em 1958, por três anos⁸⁰. Esse programa de áreas culturais permite o avanço quantitativo e decisivo da VI seção, já que entre 1954 e 1957 ganha uma quarentena de direções de estudos novos, metade dos quais para a realização do programa de áreas culturais. Em 1959, Fernand Braudel obtém do Ministério da Educação Nacional a criação de 60 cargos de chefes de equipes de trabalho inscritos no orçamento de 1960, sinal do sucesso

da ancoragem Institucional da VI seção. Além do mais, este programa teria preparado o terreno para uma antropologia conquistadora. Nessa data, 1960, a VI seção fez um novo avanço. Contando com 67 direções de estudos em 1958, enumera 80 em 1960, beneficiando-se de uma verdadeira política de ciências sociais da parte tanto do estado quanto dos diversos organismos sociais que Impulsionaram numerosas iniciativas. A VI seção parece o lugar mais apropriado para responder à forte demanda social insatisfeita com as instituições universitárias tradicionais. Mas Fernand Braudel não se limita a uma difusão puramente hexagonal. Joga também a carta da influência Internacional. Essa internacionalização das orientações dos *Annales* é sensível no estudo comparado da difusão geográfica das contribuições apresentadas e editadas em 1953 por ocasião da homenagem a Lucien Febvre, vinte anos depois, quando da edição dos *Mélanges* em honra de Fernand Braudel⁸¹ (veja quadro). Para Lucien Febvre, a zona de influência permanece bem francesa: setenta contribuições de franceses contra quinze de historiadores estrangeiros, dos quais nove italianos. Ao contrário, para Fernand Braudel, o espaço dos *Annales* ramificou-se bem: quarenta contribuições da França e cinquenta de historiadores estrangeiros. Nos anos 50, são editadas, sob o impulso de Fernand Braudel, as grandes coleções da VI seção: *Portos, Rotas, Tráficos; Moedas, Preços,*

80. B. MAZON, *Ibid.*, p. 1 72.

81. J. HEXTER. "F. Braudel and the monde braudélien". *art. cit.* pp. 495-496.

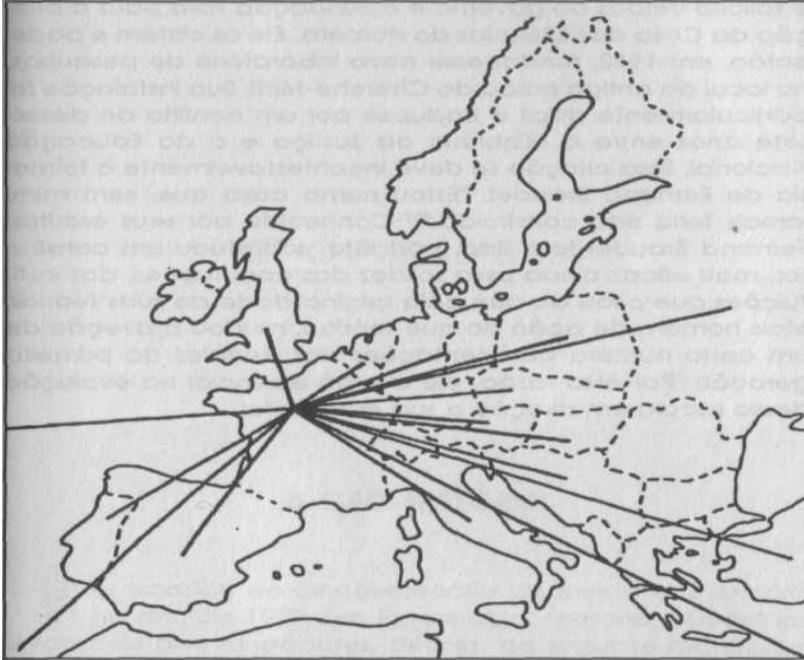
PROVENIÊNCIA PARA AS COLETÂNEAS DE LUCIEN FEBVRE E FERNAND BRAUDEL



Proveniência das contribuições para a coletânea de Lucien Febvre

Conjunturas; Negócios e Negociantes; Homens e Terras; Sociedades e Civilizações. "O sonho de F. Simiand /.../ de um laboratório de ciência social no qual um diretor supervisionaria a pesquisa" tornou-se realidade⁸². Em relação a esses sucessos, as chances de êxito da empresa de desestabilização da história, conduzida pelos estruturalistas, são mínimas, apesar da moda que conheceu nos meios Intelectuais. Apoiados em sólidas defesas, os *Annales* resistem à nova OPA lançada sobre a história, no fim dos anos 50 como no Início do século. Fernand Braudel não se limita a dar vida à VI

82. Georg G. IGGER. *New dlractlam In european Nstortography.* 1975. p.61



Proveniência das contribuições para a *Coletânea Fernand Braudel*

seção: participa também da redação do plano Longcham-bon em 1958, apoiado por Gaston Bergé, diretor do ensino superior. Propõe, então, a criação de uma nova universidade desvinculada da Sorbonne e das faculdades de direito, que se dedicaria às ciências sociais. Mas choca-se com um levante geral. Nas faculdades de direito e de letras, denuncia-se a empresa Imperialista de Fernand Braudel. Juristas e literatos, uma vez ao menos, se unem, ultrapassando as divergências Internas, para juntos se oporem à tentativa braudeliana, taxado, cá e acolá, de "novo Luís XIV". Contestado pela esquerda e pela direita, é acusado de ser valete do imperialismo americano e do plano Marshall pelo PCF, e aparece como revolucionário para os historiadores de direita ligados à história Históricizante; Pierre Renouvin denuncia assim o "plano Braudel". Fracassará sobretudo diante da resistência do *establishment* universitário. No entanto, não se detém nesse fracasso e solicita verbas ao governo e à Fundação Ford para a criação da Casa das Ciências do Homem. Ele as obtém e pode, então, em 1962, fundar esse novo laboratório de pesquisas, no local da antiga prisão do Cherche-Midi. Sua instalação foi particularmente difícil e traduz-se por um conflito de dezessete anos entre o Ministério da Justiça e o da Educação Nacional. Essa criação se deve incontestavelmente à teimosia de Fernand Braudel. "Estou numa casa que, sem mim, jamais teria sido construída."⁸³ Conhecido por seus escritos, Fernand Braudel terá sido, portanto, sobretudo um construtor, mais eficaz ainda pela solidez das construções, das instituições que criou do que pela originalidade de suas teorias. Mais homem de ação do que teórico, mudou a direção de um certo número de orientações dos *Annales* da primeira geração. Por essa razão, ele é o nó essencial na evolução dessa escola em direção a sua era triunfal.

03. F. BRAUDEL. *CWttolra*, entrevista, setembro de 1982

2 - O PARADIGMA

A GEO-HISTÓRIA

Por ocasião do cinquentenário da revista dos *Annales* no ano de 1979, em Estrasburgo, Fernand Braudel, ao evocar os pais fundadores, definia, da seguinte maneira, a divisão de papéis entre eles: Marc Bloch era "o chefe do Estado-Maior" e Lucien Febvre, o ministro das Relações Exteriores. O que não acrescentava, era o fato de que ele mesmo fora sozinho um e outro, ao assumir essa dupla paternidade, essa dupla herança para dar-lhe o máximo de difusão e consolidar suas posições teóricas e institucionais. Em primeiro lugar, Braudel é o herdeiro de Lucien Febvre que, para ele, desempenha o importante papel

de pai espiritual e do qual será discípulo fiel e sucessor na direção da revista a partir de 1947, o próprio ano da sua defesa de tese. Em 1949, foi também seu sucessor na cadeira de história moderna no Collège de France, no qual ensinará durante 23 anos (até 1972). E depois, em 1956, data da morte de Lucien Febvre, foi seu sucessor na presidência da VI seção do EPHE.

Fernand Braudel viu, pela primeira vez, Lucien Febvre em 1934, no Centro de Síntese Histórica de Henri Berr, mas o verdadeiro encontro, decisivo, é um pouco mais tardio. Remonta a 1937 e tem por cenário a travessia do Atlântico; os dois historiadores retornavam, então, da América Latina. O diálogo iniciado entre os dois jamais será interrompido, uma vez que tudo os aproximava. "Após entrar na vida de Lucien Febvre ocupei um lugar cada vez maior, o da criança da casa."¹ Fernand Braudel vem, como seus antecessores, dos caminhos do leste da França. Nasceu em Lunéville no Barols, na orla da Champagne e da Lorena no começo deste século, em 1902. Nasce com o século XX como Victor Hugo nascera com o século XIX, em 1802, e, curiosamente, suas vidas terminarão respectivamente em 1885 e 1985. Filho de um professor primário, Fernand Braudel torna-se professor universitário concursado de história, três anos após seu bacharelado, aos 21 anos. De 1924 a 1932, ensina no Liceu de Constantina, depois Liceu da Argélia, e ele, homem do nordeste, descobre extasiado os charmes do Mediterrâneo ao qual consagrará boa parte de sua vida: "Amei apaixonadamente o Mediterrâneo"². É em 1923 que decide o tema da tese, que se apresenta como um dos mais clássicos por seu objeto. Já que se trata de estudar a política diplomática mediterrânea de Filipe II. Estabelece naturalmente a troca de correspondências com o autor de outra tese sobre Filipe II, Lucien Febvre, que se diz Interessado pelo assunto e pronto a dirigi-lo, mas lhe sugere uma guinada decisiva que desempenhará o papel importante de uma revolução historiográfica: "Filipe II e o Mediterrâneo, belo tema, mas por que não, o Mediterrâneo e Filipe II? De outra maneira, ainda um grande tema? Pois entre esses dois protagonistas, Filipe e o mar interior, a luta era desigual"³. A história muda, então, de sujeito, não mais Filipe II, mas o Mediterrâneo, sujeito geográfico para um historiador, guinada decisiva que o mestre Fernand Braudel realiza ao retomar a sugestão e a herança de Lucien Febvre. A escrita de sua tese tornou-se a lenda do século, essencialmente graças a Lucien Febvre, que diz ter recebido 1100 páginas, escritas de memória sobre pequenos cadernos escolares, de Fernand Braudel, prisioneiro na Alemanha durante toda a guerra, na Mogúncia e depois em Lubeck. Desempenho certamente notável; entretanto, conforme Jean Maugüe, colega e amigo de Fernand Braudel em São Paulo entre 1935 e 1937, o essencial estava já escrito e o próprio Fernand Braudel observa por ocasião da segunda edição de sua tese, em 1963: "As suas grandes linhas [da tese] estavam já fixadas, para não dizer inteiramente expressas em texto definitivo, em 1939, no termo da primeira Juventude dourada nos *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre, da qual é o fruto

1. F. BRAUDEL. "Presença de L. Febvre". *Éventail de l'histoire vivante*. A. Colin, 1953. p.5.

2. F. BRAUDEL *La Méditerranée*, prefácio à 1ª edição, 1976, p.13.

3. L. FEBVRE, carta a Fernand Braudel, "La Méditerranée et le monde méditerranéen", *Revue Historique*. 1950. pp.216-224, reeditado em *Pour une histoire à part entière*, op. cit., p.167-179.

direto"⁴. É portanto certo, sem negar que boa parte do *Mediterrâneo* tenha sido escrita em *Oflag* [campo alemão de prisioneiros destinado a oficiais], que todo o trabalho e sua arquitetura precedam a Segunda Guerra Mundial. O que confirma a hipótese segundo a qual a estrutura do livro teria sido pensada como o antídoto às notícias alemãs sobre a guerra, como forma de fuga na longa duração em relação aos fatos quotidianos oferecidos pela rádio nazista.

Fernand Braudel assume a herança de Lucien Febvre, portanto, desde seus primeiros trabalhos para a construção da geo-história no rastro de seu mestre. Também é herdeiro de Marc Bloch, e pode-se até perceber em sua obra essa dupla paternidade, essa síntese em construção no curso de um Itinerário Intelectual, que o conduz da geo-história ao estudo das estruturas econômicas, aos conceitos da economia-mundo, à reflexão sobre as estruturas capitalistas e a economia de mercado, que, mais sociologizante e econômica, se aparentam mais à obra *A Sociedade Feudal* de Marc Bloch. Pode-se observar, pois, uma mudança da linha de pesquisa que o conduz de Lucien Febvre a Marc Bloch, para na velhice voltar a seus primeiros amores, com *A Identidade da França*. Esta última obra inscreve-se novamente no rastro de Lucien Febvre, que teve também o projeto de um livro sobre a história da França, que não pôde levar a termo, a não ser em esboço com seu *Honneur et patrie*, curiosamente desaparecido. Logo, Fernand Braudel é bem o elo de ligação, o homem intermediário entre as duas filiações dos *Annales*, e isso contribuiu para assegurar seu carisma ao lado do conjunto da escola. Reivindica, aliás, essa dupla paternidade, na hora de sua entrada na Academia Francesa: "Em primeiro lugar, reconheço com prazer Marc Bloch e Lucien Febvre, os maiores historiadores deste século. Se inovei, foi continuando a obra deles"⁵.

É, portanto, na construção da geo-história que Fernand Braudel retomou a herança de Lucien Febvre para levá-la até seu paroxismo, ao naturalizar a história pela retomada dos axiomas de Vidal de La Blache, após ter sido aluno, nos anos de 1920 a 1923, dos mestres da escola vidaliana: "Uma das obras mais fecundas para a história, talvez mesmo a mais fecunda de todas, terá sido a de Vidal de la Blache"⁶. Fernand Braudel descobre também, durante esses anos 20, o livro *La Terre et l'évolution humaine* (1922) de Lucien Febvre

4. F. BRAUDEL. *La Méditerranée*. tomo 1. prefácio à 2ª edição, 1963, A. Colin 1976, p. 11.

5. F. BRAUDEL, "Discours du récipiendaire". Académie Française, te *Monde*. 2/06/1985.

6. F. BRAUDEL, *Esquisses sur l'histoire*, op. cit., p.31.

e foi "amor à primeira vista"⁷. O melo ou o espaço, termos equivalentes em Braudel como em Vidal de La Blache, tornam-se a chave de sua escritura, fundamento do futuro das civilizações, a tal ponto que ao contradizer sua recusa do sistema de causalidades, Fernand Braudel utiliza o espaço como fator explicativo dos diversos aspectos das civilizações: "Uma civilização é, na base, um espaço trabalhado, organizado pelos homens e pela história"⁸. Tem-se aí o enfoque que ilumina o real humano a partir de uma leitura nova: a geo-história. Então, a temporalidade insere-se no espaço até desaparecer e ninguém se admira do fato de a história, nesse processo de naturalização, imobilizar-se no solo. A civilização até se define e algumas vezes se reduz ao espaço: "O que é uma civilização senão a antiga instalação de uma certa humanidade em um certo espaço?"⁹ A geo-história arbitra, determina, fundamenta o horizonte intransponível, não se deixa fechar no extrato da realidade humana, engloba tanto os fenômenos de ordem climática quanto os fatos culturais. A geo-história absorve tudo e permite a realização dessa história total que Fernand Braudel tanto defende. O mundo vegetal, esse espaço entre dois mundos, apreendido entre as condições pedológicas e o universo humano, é o terreno ideal trabalhado por Fernand Braudel, que aí vê o próprio exemplo do "determinismo de civilização" de que fala Pierre Gourou¹⁰. Segue alternadamente o Itinerário e o futuro dessas plantas de civilização: o trigo, o arroz e o milho, que dominaram a vida material de um ponto a outro do globo. Essas plantas tornam-se as personagens principais da saga contada no primeiro volume da *Civilização Material*. Elas impõem suas leis intangíveis às sociedades humanas condenadas à composição ou à decomposição. São, então, capazes de deslocar as montanhas, e fazer recuar as fronteiras do Impossível. É o que acontece com o milho, planta miraculosa: "Sem o milho não teriam podido existir as pirâmides gigantescas dos maias ou dos astecas, as muralhas clópicas de Cuzco ou as maravilhas Impressionantes de Machu Pichu"¹¹. A geografia como grade de leitura da sociedade, como rocha sólida a partir da qual os homens se fixam, assim é a geo-história, segundo Fernand Braudel, um olhar mais espacial do que temporal. A geo-história assume outro interesse para Fernand Brau-

7. F. BRAUDEL, *Magazine Littéraire*, entrevista, novembro 1984.
8. F. BRAUDEL, *La Méditerranée*, op. c/f., t.2, p.107.
9. F. BRAUDEL, *Civilisation matérielle....op. olt.*, t. 1. p.95.
10. P. GOUROU, "La civilisation du vegetal". *Indonésio*, n° 5, pp.385-396.
11. f. BRAUDEL, *Civilisation matérielle.... op. ctt.* t. 1, p.133.

del, que afirma somente tê-la compreendido dezoito anos após o Início de seu trabalho, ou seja, em 1941. A geografia lhe permite valorizar a longa duração, minorar o peso do homem como ator da história ao substituí-lo por um sujeito espacial, no caso em foco, o Mediterrâneo transformado na condição de sujeito da história: "A geografia é o melo por excelência para diminuir a velocidade da história"¹². Em sua tripartição temporal, Fernand Braudel pode assim ter acesso à história quase Imóvel, para ele primordial, em uma arquitetura na qual a geo-história se identifica, portanto, com uma duração muito longa. Já havia, antes dele, um estudo sistemático dos fenômenos longos e das repetições, conforme o modelo de Ernest Labrousse, mas tratava-se essencialmente do aspecto econômico, da evolução cíclica dos preços e das produções. Com Fernand Braudel e a geo-história, o estudo das repetições amplia-se para o conjunto de fenômenos, para o encaminhamento muitas vezes subterrâneo, portanto não espetacular. Convém, então, fazer emergir esse lençol de água da história subjacente, que se percebe tão bem no estudo do espaço quanto no estudo da vida material, lugares privilegiados das resistências à mudança. A observação e classificação dessas oscilações lentas da geo-história vão determinar o ritmo das temporalidades e a própria escritura da história.

A outra dimensão da geo-história consiste na identificação àquilo que Fernand Braudel chama de as estruturas da história. Ocupa, por essa razão, posição central enquanto enfoque explicativo dos fenômenos humanos. A estrutura, segundo ele, pertence à ordem do observável e alia-se aos limites do possível, à existência de condicionamentos dos quais o homem permanece prisioneiro, do qual o tempo apenas corrói lentamente os contornos. Essa estrutura acessível ao historiador é apenas aquela do quadro geográfico, cujos diversos elementos climáticos, vegetais e animais formam um equilíbrio quase permanente. O sistema de causalidade encontra-se, pois, no plano das condições naturais, ele situa os limites dos quais o homem não pode se libertar: "Retenhamos a fragilidade congênita dos homens perante as forças colossais da natureza"¹³. Certamente o possibilismo vidaliano utilizado por Fernand Braudel permite reintroduzir a mudança no imutável e ultrapassar certos bloqueios. Sob o efeito da necessidade, o homem algumas vezes ultrapassou o que aparecia como horizonte imutável. Isso não impede

12. F. BRAUDEL. *Magazine Littéraire*, entrevista, novembro 1984, p.18.
13. F. BRAUDEL, *Civilisation matérielle....op. cff.*, t.1, p.33.

Fernand Braudel de atribuir à geografia, como condicionamento, um estatuto privilegiado: "Geografia, em primeiro lugar", grita ele a respeito das companhias comerciais¹⁴. O primado conferido à natureza induz a uma regressão estética da escritura histórica braudeliana, à perda da dialética, do movimento, pois a relação não é mais contraditória, e sim complementar: "Uma paisagem é sempre cheia, centrada sobre si mesma, sem outras afinidades ou relações com outras paisagens a não ser a da coexistência ou da justaposição"¹⁵. A espacialização da temporalidade e da economia em Fernand Braudel tem como efeito a dissolução das forças contraditórias Internas e das forças de cisão que aparecem na mudança. Os

diversos recortes operados no espaço situam os subconjuntos dessa coexistência. Esses espaços condicionam o homem, descrevem os contornos das permanências imanentes às civilizações. Para além das mutações atribuídas ao inessencial, pode-se portanto ler os traços constantes das grandes charneiras que dividem o espaço, os pontos Inalteráveis nos quais as civilizações se agarram. Assim Fernand Braudel invoca "uma charneira essencial do mundo mediterrânico"¹⁶ que se situa no nível dos rios Reno e do Danúbio, cicatriz antiga onde se encontram não somente os limites europeus da Roma antiga, mas também a era de influência da Reforma, que vem tropeçar nessa linha divisória das águas. Da mesma maneira, entre o Oriente e Ocidente, há a barreira imutável que passa entre Zagreb e Belgrado, "cicatriz mais admirável"¹⁷. Nesse espaço complementar, Fernand Braudel faz grande uso das metáforas organicista. Estas revelam, ainda, a herança vidaliana de uma geografia cujas noções são constituídas a partir dos conceitos da biologia. Esse organicismo está presente na obra e não somente no plano metafórico: "A fraqueza de Gênova é congênita"¹⁸. "A Europa ocidental, minúscula e sobressaltada."¹⁹ "As Províncias Unidas e a Inglaterra são mais nervosas, mais facilmente unificadas."²⁰ "É uma das razões porque o coração da Espanha bate a um ritmo mais lento do que o dos outros."²¹ Logo, o vidalismo funciona como modelo na escritura braudeliana, e a França e a Inglaterra, como outros países, desempe-

14. *Ibid.*, t.2, p.394.

15. B. BARRET-KRIEGL. "Histoire et politique", *Annales*, novembro 1973. p.1444.

16. F. BRAUDEL. *La Méditerranée*. op. cit. t. 1. p.107. 17. *Ibid.*

18. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle...* op. cit. t. 3, p. 134.

19. *Ibid.*, p.332.

20. *Ibid.*, p.269.

21. F. BRAUDEL. *La Méditerranée*, op. cit. t.1. p.343.

nam o importante papel de sujeitos orgânicos com circulação arterial, coração e membros, mas também consciência: "A Inglaterra, sem ter tido, no momento, consciência disto, tornou-se uma ilha"²². Quanto à França, passa à margem de uma carreira Imperial no século XVI, em grande parte devido ao seu temperamento, à sua sabedoria e ao seu gosto por valores estáveis. O meio geográfico tem por função manter juntos, agrupar os elementos esparsos do organismo geral; ele produz uma vida comum, ele a determina.

Se Lucien Febvre e Marc Bloch tinham, por sua conta, retomado os ensinamentos de Vidal de la Blache, Fernand Braudel pode identificar-se por inteiro no Interior da herança vidaliana. Sua última obra, *A Identidade da França* (1986), é uma ilustração notável disso: "Para o geógrafo contemporâneo, ler, em 1986, *A Identidade da França*, tem o charme de um sótão antigo em que se tivesse redescoberto o *Tableau géographique de la France*"²³. De fato, como herdeiro da geração de seus pais, ignorou a evolução da própria disciplina geográfica que mais o desencaminhou do que o enfeitou. Pensar a geografia como ciência do espaço das sociedades mais do que como ciência dos meios naturais e das paisagens não influenciou a escritura braudeliana. O debate que contrapôs em Châteauneuf, no outono de 1985, o geógrafo Étienne Juillard a Fernand Braudel é, por essa razão, sintomático do descompasso de duas gerações epistemológicas. Fernand Braudel apresentava-se como o herdeiro do determinismo geográfico, que Lucien Febvre havia violentamente rejeitado em 1922: "Se não houver determinismo geográfico onde ficará a ciência geográfica?"²⁴ Acusa os geógrafos de tirar o espaço da história, quando relativizam os condicionamentos físicos e os situam historicamente. Para Fernand Braudel, esses condicionamentos desempenham, ao contrário, o papel de última instância, o fundamento mais essencial de uma história profunda. Admite a ligação com uma geografia antiga e habitualmente determinista. Os condicionamentos naturais desempenham o papel do condicionamento primeiro das diversas civilizações. Seu modo de adaptação permanece estreitamente tributário do meio e do ecossistema. A geomorfologia e as condições climáticas diferentes, de uma parte a outra da Bacia Mediterrânica, parecem determinar mecanicamente a existência de duas civilizações

22. F. BRAUDEL, *Civilisation matérielle...*, op. cit. t. 3. p. 302.

23. C. GRATALOU. "L'appel des grands espaces", *Espaces-Temps*. n° 34-35. dezembro de 1986.

24. F. BRAUDEL. *Une leçon de Wsfofre*. op. cit, p.175.

opostas. Se o Império bizantino viveu mais tempo do que o Império otomano, é porque "estava do lado bom do Mediterrâneo"²⁵. O primeiro trunfo do Império turco, aquilo que fundamenta sua autonomia, é ainda representado por suas dimensões espaciais, por um espaço superabundante. O Mediterrâneo, como sujeito, parece animado pela vontade de desencravamento. Para suprir suas carências, vencido por sua pobreza natural, parte em busca de mundos longínquos para explorar, em expansões Imperialistas "como que Instintivas"²⁶. Certamente, o conhecimento dos condicionamentos do meio é necessário e algumas vezes muito esclarecedor quando Fernand Braudel divide o ano, no mundo mediterrânico, em duas estações. O verão autoriza o tempo da guerra enquanto que o Inverno obriga à trégua, pois o mar revolto não permite mais aos grandes comboios militares se encaminharem de um ponto a outro do espaço mediterrânico; é, então, o tempo dos boatos insensatos, mas também o tempo das negociações e das resoluções pacíficas. Discute-se a paz no Inverno, assina-se a paz na primavera, rompe-se a paz no verão; eis, de fato, uma temporalidade estreitamente ligada às variações climáticas. Mas o argumento espacial aparece muitas vezes como determinismo absoluto. O Mediterrâneo é irrigado por essas rotas comerciais, que o atravessam ligando as cidades mercantis entre si, daí a valorização da troca em

Fernand Braudel que resulta nesta sobre-determinação espacial em seu esquema explicativo. Unicidade no clima, portanto na localização das civilizações agrícolas, os países mediterrânicos formam uma única realidade para além de suas divisões: "A natureza e o homem trabalharam Juntos"²⁷. Muitas vezes o determinismo espacial é utilizado em um sentido e em seu contrário sem justificativa particular. Assim, a prosperidade das cidades Italianas nos séculos XIV-XVI depende da homogeneização de um espaço restrito em torno das mesmas, o que lhes permite conquistar novas rotas. Esses pequenos estados urbanos são conquistadores na medida em que eles podem mobilizar rapidamente todos os recursos. Ao contrário, os grandes estados territoriais movem-se com dificuldade, confinados em sua ruralidade e presos em seu gigantismo. No entanto, esse determinismo espacial modifica-se no século XVI e provoca a derrota dessas cidades mercantis que devem se Inclinarem diante da supremacia dos grandes estados territoriais como a Espanha, a Inglaterra ou

25. F. BRAUDEL. *Châteauevallon*.18/10/1985.

26. F. BRAUDEL. *La Méditerranée*, op. cit., t.I.,p.224.

27. *Ibid.*,p.215.

a França. No quadro espacial de Fernand Braudel, o porto de Gênova deve seu esplendor à geografia condicionadora que o condena à aventura. De um lado, uma barreira montanhosa estéril, do outro, uma praia perigosa em que rastreiam os piratas bárbaros. Os genoveses transformam esse quadro em trunfo, o que explica "a flexibilidade, a agilidade, a disponibilidade, a gravidade do negociante genovês"²⁸. Mas seria suficiente uma cidade ser bloqueada por uma montanha para conhecer o esplendor genovês? O fracasso do capitalismo genovês depende também da geografia, de uma revolução geográfica que valoriza o espaço atlântico e provoca a perda dos centros nervosos do capitalismo mediterrânico. A hegemonia Inglesa e de sua libra esterlina tem também, como fator essencial, uma base geográfica que depende da "tensão agressiva de um país condicionado por sua insularidade"²⁹. Os homens e as organizações passam, o Mediterrâneo permanece. A Ática é por natureza pobre, está por conseguinte condenada a superar-se - e nasce o milagre grego. A geo-história provoca os fatos de civilização sem mediação. O atraso da França, na época moderna, é atribuído a seu gigantismo: "No caso francês, a fonte maior da inércia não é a própria Imensidão do território?"³⁰ Uma hierarquização do mundo articula-se, portanto, com uma dialética dos espaços, único operador racional. Se a França for muito vasta, ele continua sem dizer porque a Rússia, a Ásia, a África não estão na corrida. Assim, a geografia retrospectiva implica, portanto, uma grade de leitura do real muitas vezes bem mecânica. Ela é, em todo caso, a abordagem privilegiada por Fernand Braudel, que a considera como muito mais confiável do que "uma sociologia retrospectiva bastante aberrante"³¹. A definição que ele atribui à identidade da França valoriza também os fatores naturais. O Maciço Central vê-se assim aumentado, não em altitude, mas quanto a seu peso na constituição da unidade nacional enquanto maciço montanhoso: "Finalmente, e mais do que se pensa, a França se explica por suas altas terras centrais"³². Os exemplos escolhidos para escorar sua tese sobre a França são também sinais de um percurso mecanicista. A respeito de Besançon e de seu sítio, não hesita afirmar: "Aqui, o determinismo geográfico não é certamente palavra vã"³³. O uso

28. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle...*, op. cit.,t.3,p. 134.

29. *Ibid.*,p.312.

30. *Ibid.*,p.269.

31. *Ibid.*,t.2,p.507.

32. F. BRAUDEL. *Identidade da França*. Flammarion. 1986, p.49 (Edição em português»: *A identidade da França*. Globo. 1988. p.47).

33. *Ibid.*,p. 169.

desse determinismo lhe permite perceber o esmagamento que pesa sobre o homem e encontra sua origem no meio, na natureza e na terra. Pretende assim dar uma lição, em nome da geografia de ontem, aos geógrafos de hoje: "Os geógrafos de há muito abandonaram a disputa"³⁴. Não, o elemento decisivo não é a história, nem o homem, ao contrário do que pensava Lucien Febvre. Retomar o que articula o quadro geográfico da França de Vidal de la Blache, o Istmo francês, ou seja, o eixo do rio Ródano representado por uma "notável fixidez"³⁵, e que é a rota principal do comércio francês, não central mas fronteiro.

Na base dos movimentos crescentes ou decrescentes da população, encontra-se o mesmo determinismo geográfico com as variações climáticas: "A época de Luís XIV é a pequena era glacial"³⁶. Há conjunturas geográficas como há conjunturas econômicas, elas têm mesmo uma influência sobre os espaços mais amplos. Uma única explicação parece plausível a Fernand Braudel para o crescimento geral da população tanto na Europa como em outros pontos do globo no século XVIII: é a mudança climática, o abrandamento do clima após a glaciação do século XVII. A longa duração é, portanto, indissociável do espaço que a sustenta: "Para compreender a longa duração, o mais simples é ainda evocar o condicionamento geográfico"³⁷. Ao não utilizar um conceito teórico, Fernand Braudel flutua no grau descritivo das diferentes instâncias do real, em que a única coisa que se poderia afirmar é que o homem, as classes, os grupos sociais só desempenham papel insignificante. Para o resto, aplica um determinismo muitas vezes mecânico a partir das condições naturais (clima, solo, geomorfologia) ou do estado das técnicas. Tudo se aplica como causa no seu relato. Isso lembra, de fato, o discurso da história positivista, tão criticado e posto no pelourinho pelos *Annales*, no qual a coleta dos fatos, sua classificação, sua divisão em patamares tinham a função de sistema de causalidade. A diferença situa-se simplesmente no

fato de que a perspectiva não é mais a mesma. Desse campo espacial, na tradição vialiana, o aspecto político é eludido como objeto de estudo. Pierre Chaunu exprime bem o que o entusiasmo na leitura da tese de Fernand Braudel, o espaço despolitizado: "Trata-se, descoberta maravilhosa, do espaço desvinculado do estado, o espaço verdadeiro, escutem a

34. *Ibid.*, p.237.

35. *Ibid.*, p.241.

36. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle.... op. cit.* t. 1. p.30.

37. F. BRAUDEL. *UExpress*. entrevista. 22/11/1971.

paisagem, o diálogo, portanto, do homem com a terra e o clima, esse combate secular do homem e das coisas sem o quadro do estado"³⁸. A história política vê-se relegada ao papel de decoração, de figurante, de apêndice, e a paisagem assume o papel de vedete. A respeito da divisão do mundo mediterrâneo no século XVI, entre o Império turco no leste e o Império hispânico no oeste, Fernand Braudel faz corresponder mecanicamente a dualidade climática à dualidade de civilização: "A política limita-se a decalcar uma realidade subjacente"³⁹.

"HISTORIADOR-ECONOMISTA" OU "ECONOMISTA-HISTORIADOR"?

O segundo objeto privilegiado de Fernand Braudel, além do Mediterrâneo, foi o capitalismo da época moderna (séculos XVI-XVIII). Na origem desta orientação em direção à história economicista encontra-se seu mestre, Lucien Febvre, que em 1952 lhe confiou a redação de um volume da coleção "Destinos do Mundo" sobre a Europa pré-industrial, tema "amistosamente imposto"⁴⁰. Lucien Febvre propunha-se escrever a obra complementar de Fernand Braudel, um livro sobre os pensamentos e as crenças do Ocidente durante o mesmo período. A tarefa de Fernand Braudel consistia em destacar as teses em vigor sobre a economia europeia. As mentalidades decifradas por Lucien Febvre, a economia por Fernand Braudel, temos aí a divisão de trabalho, que durante longo tempo influenciou as orientações de Fernand Braudel. Ele publicará, em 1967, o volume *A Civilização Material* na coleção "Destinos do Mundo", mas não parará por aí, já que essa história econômica o ocupará até 1979, data da publicação da sua trilogia. Acrescenta, então, dois volumes suplementares ao primeiro volume revisito. Nesse meio tempo, fez da economia e de sua historicidade uma especialidade, tanto

38. P. CHAUNU. *Histoire, science sociale*. SEDES. 1974. 9. F. BRAUDEL. *La Méditerranée, op. cit.* p.125.

0. F. BRAUDEL, *La Dynamique du capitalisme*, Arthaud. 1985. p. 9 (Edição em português: *Dinâmica do capitalismo*. Rocco, 1987. p.II).

que os próprios economistas o reverenciam e o citam com deferência. Os economistas, constatando o fracasso das terapias anticrises, muitas vezes fechados em modelos matemáticos sofisticados e, no entanto, ineficientes para esclarecer as perturbações econômicas, voltaram-se recentemente para Clio e encontraram Fernand Braudel. Pode-se distinguir dois tipos de utilização da obra de Fernand Braudel pelos economistas. Há, de um lado, aqueles que procuram nele uma caução histórica, um embasamento temporal para a análise do presente - são os economistas "mais braudelianos que Braudel"⁴¹, na medida em que, levando a lógica braudeliana até o extremo, fazem Braudel dizer aquilo que ele não disse. Pode-se, desse modo, mencionar Alain Mine, para o qual o futuro do capitalismo se encontra no subsolo da construção ternária de Fernand Braudel, nas estruturas do quotidiano, no plano da troca, do intercâmbio primeiro, e Jacques Attali, que havia proposto um Nobel de Economia para Fernand Braudel (1979). Ele retoma o esquema braudeliano da sucessão cronológica dos centros das economias-mundo e prevê um deslocamento dessas últimas em direção ao Pacífico. Fernand Braudel tornou-se também referência obrigatória para aqueles que se pode chamar de economistas da regulação⁴², Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz, que vêem em sua obra um duplo enraizamento espacial e temporal no desenvolvimento desigual do capitalismo na perspectiva mais longa de um sistema mundial. Fernand Braudel é, portanto, confrontado com as diversas interpretações sobre a gênese do capitalismo; menciona e discute as teses existentes, nem por isso adotando alguma em particular. Obra infrateórica, desconfia de todo encerramento conceitual e prefere a observação, a classificação dos fatos econômicos, ao refutar, aqui e ali, os argumentos dos teóricos para lhes opor os fatos em sua irredutibilidade. Fiel à sua orientação geral, privilegia certamente os equilíbrios da longa duração. Por sua condenação de uma articulação global e causal, ele é muitas vezes levado a praticar um pontilhismo factual que provém de sua definição de uma estrutura como entidade observável e empírica. A economia, como já se viu, é incidentalmente o terreno de predileção das pesquisas de Fernand Braudel, para o qual só existe história global. Quando escreve a resenha da tese de Pierre Chaunu⁴³, felicita o autor as vezes que ele nega a filiação direta, que o outro reivindica, às ambições de *O Mediterrâneo*. Pierre Chaunu errou ao limitar-se a uma história serial, puramente econômica, enquanto que a realidade histórica ultrapassa, por todos os lados, esse terreno. Da mesma maneira, culpa seu discípulo Emmanuel Le Roy Ladurie, representante das orientações da terceira geração dos *Annales*, por se deixar levar pela fascinação da história quantitativa:

"Dito isto, temo, para contestar de passagem Emmanuel Le Roy Ladurie, que não haja nisso qualquer ilusão ou qualquer alibi, para afirmar, falando de uma história estatística, que o historiador do futuro será programador ou não existirá. O programa do programador, é Isso que e Interessante. No momento, deveria visar o reagrupamento as ciências humanas"⁴⁴. Se mais de 25 anos da vida de Fernand Braudel vão ter por único horizonte a economia, isso não significa, portanto, ser preciso esquecer sua vontade sempre reafirmada de realizar uma história total. Sua abordagem da economia vai consistir mais em uma justaposição factual do que em uma explicação por tal ou tal fator dominante. Uma morfogênese na qual se inserem os fatos econômicos. Utiliza o horizonte econômico em um percurso globalizante que lhe permite dinamizar sua tripla temporalidade. Com efeito, não pode se satisfazer, enquanto historiador, nem com sua última instância geográfica quase imutável, nem com a espuma factual. O *homo economicus* lhe oferece, portanto, uma temporalidade intermediária, conjuntural, cíclica, Indispensável para reinsuflar os movimentos significativos entre as profundezas insondáveis e a espuma dos dias. Logo, o possibilismo histórico, versão Fernand Braudel, é o "produto do determinismo geográfico e da necessidade econômica"; arrisca-se a chegar, entretanto, a um Impasse: "o de um fixismo social"⁴⁵. O econômico só tem eficácia, para Fernand Braudel, a partir da reintrodução do movimento e da dinâmica histórica. Essa posição esclarece a crítica bem mordaz que escreveu a respeito da tese de Pierre Goubert sobre o Beauvaisis, que considera como "uma agulha no palheiro"⁴⁶. Essa tese não o satisfaz pois encontra o espaço estudado muito exíguo, mas além da limitação cronológica ao trágico século XVII, portanto a uma fase de recessão, fornece uma visão estática da economia, enquanto que o historiador deve se debruçar mais sobre os fenômenos de

41. J. M. GOURSOLAS. "Les Jeux de l'échange entre l'histoire braudéllonne «t l'analyse économique". *Espaces-Temps*. n° 34-35, dezembro 1986.

42. *Ibid.*

43. F. BRAUDEL, "Seville et l'Atlantique: 1504-1650", *Annales*, 1963. reeditado em *Ecrits sur l'histoire*. op. cit., p.137.

44. F. BRAUDEL. *Ecrits sur l'histoire*. prefácio, op. cit.

45. C. GRATALOUP, "L'appel des grands espaces". *Espaces-Temps*. art. cit.

46. F. BRAUDEL, CR. do Beauvaisis de 1600 à 1730, de P. GOUBERT, *Annales*, julho-agosto de 1963. pp.767-778.

crescimento: "Em uma terceira parte, teria procurado deduzir um crescimento do Beauvaisis"⁴⁷, na maneira como realizou, um ano mais tarde, René Baehrel sobre a Balxa-Provença, do fim do século XVI até 1789. Entretanto, Fernand Braudel, confrontado ao aparelho teórico de análise da economia moderna, precisou discutir as diversas teses presentes. Nesse domínio, deve sobretudo posicionar-se diante da análise que Marx fez do capital. Diferencia-se fundamentalmente do marxismo na medida em que concebe o capitalismo como um fenômeno em situação de exterioridade em relação ao desenvolvimento do mercado. Situa em outro lugar a gênese da era capitalista, muito antes do que Marx, para o qual a ruptura qualitativa só intervinha com a massificação da produção de mercadorias que, por sua vez, repousa na exploração do trabalho de assalariados desvinculados da posse dos meios de produção. Ao contrário, ao situar o capitalismo na esfera de circulação do capital, Fernand Braudel pode fazer remontar a origem desse sistema econômico a muito antes. A tese mais utilizada e discutida por Fernand Braudel é a de Werner Sombart⁴⁸. É este último que introduz, após o conceito de capital de Marx, o de capitalismo. Mas critica a concepção idealista de capitalismo de Werner Sombart, da qual contesta o privilégio atribuído ao "espírito" capitalista. Vê nessa supervalorização das mentalidades, presente também tanto em Werner Sombart quanto em Marx, uma porta de saída falsa para escapar ao esquema de Marx. Fernand Braudel substituirá esse esquema pela fusão do longo legado em três estágios. Ao seu ver, Werner Sombart é vítima da utensilagem conceitual de sua época, o começo do século, que tem a tendência de apresentar a história ocidental como ponto de chegada lógico e natural da história mundial através do sistema econômico mais realizado: "Nós perdemos essa segurança"⁴⁹. A história do mundo poderia ter sido de outro modo, nos diz Fernand Braudel, se os juncos chineses tivessem dobrado o cabo da Boa Esperança em 1419... e no momento de um capitalismo mundial em plena crise, de uma Europa descentralizada em relação aos motores essenciais do mercado internacional, perdemos nosso complexo de superioridade. Em relação à tese de Joseph Schumpeter sobre as quatro fases sucessivas do desenvolvimento capitalista, ao articular-se em torno de dois fatores, a inovação e o crédito, Fernand Braudel critica a subestimação do estado e das instituições. Quanto à tese de Max Weber⁶⁰, segundo a qual a Reforma liberou o avanço do capitalismo, ela parece aparentemente verificável do ponto de vista da correlação entre países protestantes e lugares de manifestação do capitalismo, mas a sistemática sociológica não convém mais a Fernand Braudel que, apesar de reconhecer-lhe um pensamento rico, confessa "ser tão alérgico, como o era o próprio Lucien Febvre"⁵¹. Sobre a tese do antropólogo Karl Polanyi, segundo a qual o mercado não teria existido antes de 1834, data em que se torna autônomo, auto-regulador, mas por um curto período que termina em 1929. Antes ou depois, haveria apenas um comércio administrado, tese pouco convincente para Fernand Braudel, que recusa o fato de englobar em uma mesma explicação realidades tão diversas como a Babilônia antiga, as ilhas Trobriand e a Europa medieval. A história deve certamente obter ajuda e aceitar a contribuição das outras ciências humanas, para construir um histórico da troca. Mas, ainda assim, só o historiador pode ser o mestre e os conceitos das ciências vizinhas são todos decepcionantes: "Sociólogos e economistas ontem, antropólogos hoje, habituaram-nos infelizmente ao seu desconhecimento quase perfeito da história"⁵². Se os economistas pouco se preocuparam com a história, Fernand Braudel abandona também o aparelho conceitual deles e seu recente sucesso esconde, de fato, o que Serge C. Köhlm qualifica de "grande encontro que faltava"⁵³, pois os economistas, mesmo aqueles que partilham a problemática geral de Fernand Braudel, ou seja, a da pesquisa dos fenômenos irreversíveis, as primícias do capitalismo, não encontram nele os conceitos

que necessitam, mas noções muito fluidas para ser-lhes úteis. É assim que a noção de troca desigual, conceito-chave em economia, tem dois sentidos distintos. De um lado, significa uma transferência da mais-valia da periferia para o centro, segundo Arghiri Emmanuel, mas ele remete à deterioração dos termos da troca em detrimento dos países produtores de produtos primários, conforme as análises de Pierre Jalée ou Gunder Franck. Fernand Braudel utiliza a noção sem jamais defini-la e decepciona, portanto, os economistas no plano conceitual. Quando Serge C. Köhlm estuda a economia veneziana no século XIII, o costume do empréstimo em Rialto, não encontra os materiais de sua reflexão em Fernand Braudel que, no entanto.

47. *Ibid.*

48. W. SOMBART, *Der Modern Kapitalismus*. 1902.

49. F. BRAUDEL *Civilisation matérielle.... op. cit.*, t.2. p. 517.

50. M. WEBER. *Völgilse Protestante et l'esprit du capitalisme*. 1904.

51. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle.... op. cit.*, t.2. p.506.

52. *Ibid.*, p. 193.

53. S. C. Köhlm. *Espaces-Temps*. n° 34-35. dezembro de 1986.

atribui grande importância a Veneza, mas os encontra em Frédéric Lane, cujo estudo histórico articula-se a partir de conceitos econômicos⁵⁴.

Fernand Braudel localiza o capitalismo na esfera da troca, da circulação, ao contrário dos economistas que o localizam na produção, no mercado de trabalho. Ora, no capitalismo, existe sobretudo o capital, quer dizer os meios de produção. Pode-se constatar nesse plano uma superestimação do peso da troca em detrimento do processo de produção. Assim, o comércio a longa distância que parece ritmar os ciclos conjunturais só representa, para Immanuel Wallerstein, uma parte ínfima do consumo europeu, do qual 95% dos produtos consumidos provêm de um ralo de no máximo cinco quilômetros. Isso não impede Braudel de afirmar: "É na circulação, por excelência, que o capitalismo está à vontade"⁵⁵. A esse fetichismo da troca correspondem duas orientações de pesquisa. De um lado, não define o capitalismo a partir das relações sociais de produção; por outro lado, privilegia o que é observável, mensurável nos arquivos que consulta. Ora, ao contrário da produção, "a circulação tem a vantagem de ser de fácil observação"⁵⁴. O empirismo braudeliano conduz, portanto, a uma visão particular do capitalismo que se limita essencialmente ao campo de visibilidade. Reduz assim sua observação a um parâmetro maior, a evolução dos preços, não o mecanismo de fixação deles, não a correlação deles com a esfera de produção, mas a simples relação de suas flutuações nos diversos mercados e em períodos diferentes. Certamente, é verdade que, antes da era industrial, é no comércio a longa distância que se encontram as especulações e as técnicas capitalistas mais avançadas. Daí a limitar o território do capitalismo à troca, eis um passo que Fernand Braudel não hesita em dar. Vê apenas a pobreza, a precariedade e a tradição na pré-indústria do século XVIII. Havia a aspiração de tornar-se mercador; em contrapartida, na época, era-se artesão por necessidade: "É todo o problema, ou quase todo, do valor material da produção que está em causa"⁵⁷. O sistema mais em uso, o do trabalho domiciliar ou outro semelhante, coloca o mercador em uma posição dominante em relação ao artesão que desempenha o papel de executor. A estimulação e os capitais provêm da esfera da troca que domina a produção.

54. F. LANE. *Vénise. une république maritime*. Flammarion, 1985.

55. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle.... op. cit.* A.2. p.200.

56. *Ibid.*, p.12.

57. *Ibid.*, p.272.

Claro que existe a exploração das minas, a exigir grandes capitais e que transforma os artesãos em operários, mas as tentativas monopolistas por parte dos grandes mercadores, como a dos Fugger para apoderar-se desse setor produtivo, falharam e acabaram na participação ativa do estado. Os lucros industriais permanecem irremediavelmente diminuídos pela retirada antecipada de dinheiro pelo mercador: "O balanço do capitalismo pré-industrial é, por assim dizer, negativo"⁵⁸. O grande domínio capitalista por excelência encontra-se no mar, é lá que os riscos e os ganhos em jogo são mais fabulosos, no setor da distribuição de bens, verdadeiro pólo do lucro. O plano da obra de Fernand Braudel sobre a troca⁵¹ é transparente; diferencia o capitalismo em seu domicílio - a alta sociedade mercantil, as grandes sociedades e companhias comerciais -, do capitalismo fora de sua casa: a terra, a pré-indústria, os transportes... Por detrás desse ocultamento da esfera da produção, uma zona essencial permanece na sombra, a da exploração, a da extorsão da mais-valia. Sob o fausto do palácio dos Doges em Veneza, sob o esplendor de uma cidade próspera, traço de união entre o Oriente e o Ocidente, Fernand Braudel não evoca o sistema eficaz de exploração de uma cidade, que utiliza sobretudo os escravos para fabricar e remar suas galeras. Retoma, isto sim, a tese clássica de Paul Mantoux e Henri Pirenne, segundo a qual é o comércio que gula e impulsiona todas as iniciativas econômicas. Procede a um estudo detalhado de toda a hierarquia da sociedade mercantil; dos pequenos e miseráveis comerciantes de trigo, armazéns e retalhos, aos grandes especuladores, sem esquecer da multidão de revendedores, lojistas e mascates. Essa sociedade de troca elegeu domicílio nos lugares privilegiados, como os Halles, mercados permanentes que se multiplicam nos sítios urbanos, pois as feiras declinam no século XVIII em benefício dos entrepostos e dos magazines. O aparecimento das Bolsas diminui as possibilidades especulativas, a fluidez e a publicidade das transações. Uma multidão de mascates tapam as brechas deixadas nesse dispositivo mercantil institucionalizado, ao se movimentarem de um lugar a outro, para sustentar o

movimento mercantil. Mas Fernand Braudel limita-se a restituir-nos esses eixos de trocas que se estruturam no embasamento de sua vida, sem evocar o sistema produtivo subjacente, o valor acrescentado a cada mercadoria trocada, ou ainda o estado de divisão de trabalho nos lugares atingi-

68. *Ibid.*, p.327.

89. *Ibid.*, t.2. 'Les jeux de l'échange'.

151

dos pela troca. Nessa circulação de valor na época moderna, dedica um lugar fundamental à moeda. Permanência de toda história humana, a utensilagem monetária aparece, na escritura braudeliana, sobretudo como coisa, suporte e muitas vezes assimila-se aos circuitos dos metais preciosos. Descreve em detalhes o duelo a que se dedicam os dois grandes metais preciosos: o ouro e a prata. Parece fascinado por esse duelo e superestima sua importância, o que ajuda seu esquema global, que privilegia a esfera da circulação. Da mesma maneira que a produção é negligenciada em benefício da troca, as práticas monetárias desaparecem em benefício do encarar-se as moedas como simples suporte em uma abordagem muitas vezes instrumentalista ou funcionalista. Assim, não há moeda antes do metalismo e a moeda só aparece "lá onde os homens têm necessidade dela"⁶⁰. Aí ainda, existe muitas vezes confusão na importância atribuída à moeda entre o campo de visibilidade, as representações e as mentalidades localizáveis de uma época e aquilo que ela era verdadeiramente: "O papel dos metais preciosos nunca pareceu tão considerável como no século XVII. Sem hesitar, os contemporâneos lhe atribuem o primeiro lugar"⁶¹. Os ritmos cíclicos da economia europeia vão depender da produção de metais preciosos, provocando um primeiro enfraquecimento no começo do século XVII, devido à baixa sensível da produção de prata das minas americanas; e houve, ao contrário, uma retomada da economia europeia no fim do século quando tudo se restabelece com as minas de prata de Potosí. Braudel faz muitas vezes concessões à magia do metal precioso, objeto por excelência da circulação de bens raros na época moderna. Todavia, ele tem consciência que essa troca não é suficiente quando se olha a Península Ibérica, lugar privilegiado onde chegam todos esses tesouros, e que, no entanto, permanece desesperadamente pobre devido à ausência de medidas para fazer frutificar esse dinheiro, isto é, produzir suficientemente, para lançar as bases sólidas de um crescimento econômico. E isso a Espanha vai deixar de fazer ao acantonar-se no papel de castelo d'água para os metais preciosos redistribuídos por toda a Europa e para além dela: "A observação privilegiada dos fluxos e dos estoques postula a adequação entre funções e relações monetárias, reduz o aio monetário à transmissão do objeto metal precioso"⁶². O esquema proposto por Fernand Braudel é uma constru-

60. *Ibid.*, 1.1 „p.386.

61. F. BRAUDEL, *La Méditerranée*, op. cit. t. 1. p.420.

62. J. M. BALDNER, 'La monnaie et l'historien', *Espaces-Temps*, n°34-35, dezembro de 1986.

ção ternária. Da mesma forma que existem três temporalidades, existirão três andares da atividade econômica. "Rente ao chão, a vida material"⁶³, andar das inércias, estrutura da vida quotidiana que se desdobra fora da consciência coletivo, história feita de hábitos no tempo repetitivo; o andar da demografia, dos trabalhos e dos dias que respondem às necessidades elementares da população. O intercâmbio primário, a troca, integra-se nessa zona opaca que escapa ao mercado. Trata-se de uma cadeia de realidade feita de micro-contencimentos. Esse andar é concebido à maneira do Inconsciente freudiano, como um embasamento que motiva essencialmente os comportamentos, mas diferente desse último, essa estrutura do quotidiano é acessível, ela é um objeto concreto localizado pelo historiador desde que ultrapasse a trama dos altos feitos da crônica do tempo e pesquise uma vida mais sofrida que vivida, aquela dos mudos da história em um universo rotineiro. Acima, a economia por excelência, um mercado destacado como economia natural, "é uma libertação, uma abertura, o acesso a um outro mundo. É sair a superfície"⁶⁴. Esses jogos de troca decompõem-se em dois níveis. De um lado, a autêntica economia de mercado situa-se no plano das trocas locais, dos tráficos a curta distância, lugar de transparência cujo burgo oferece-lo quadro mais provável. Aí a lei é a da concorrência sem entraves nem intermediários, já que a ligação é direta entre o produtor e o consumidor, mas a distribuição espacial desse segundo andar é necessariamente limitada. Essa economia de mercado compreende o estrato superior. Esse é o nível da esfera da circulação, do qual se encarregarão os mercadores itinerantes que ultrapassaram as relações diretas entre produtores e consumidores. Nesse estágio, estamos nos confins do terceiro andar, o capitalismo. Ele se impõe no comércio à distância, contramercado sofisticado que se enraíza no auge dos jogos de troca. O capitalismo, no entanto, não aparece no prolongamento da economia de mercado e da acumulação realizada, mas como a própria negação do mercado, espécie de contramercado cujo mecanismo-chave é constituído pelo monopólio, que infringe as regras da livre concorrência. A concepção braudeliana chega a um paradoxo⁶⁵. O verdadeiro mercado seria na realidade uma troca direta entre produtor e consumidor e o mercador per-

63. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle...op. cit.* t. 1.p.8.

64. *Ibid.*, t.2. p.12.

65. A. CAILLÉ, "Comment on écrit l'histoire du marché", em *Splendeurs et misères des Sciences sociales*. Droz, 1986.

152

turbaria as leis naturais do mercado. Só haveria verdadeiro mercado na ausência de mercadores. Essa concepção funciona a partir de dois pólos opacos, o da infra-economia, da troca, da vida material cotidiana e, no outro extremo, o das grandes companhias, dos monopólios e da especulação internacional. No centro, um domínio transparente parece usufruir de estatuto privilegiado, o mercado. Confrontado com a noção de troca e para nela explicar a dupla realidade igualitária e desigual, Fernand Braudel aplaude o mercado, lugar de transparência, e recusa o capitalismo percebido como um tumor maligno, corpo estranho ao mercado, superestrutura localizada na origem da troca desigual. Esse enxerto exógeno, o capitalismo, é uma figura acrônica existente tanto na época dos Fugger, dos Welser no século XVI quanto na época atual das empresas multinacionais. Há, de um lado, "uma economia de troca normal", e do outro, "uma zona de sombra, de contraluz, de atividades de iniciados, um parasitismo social"⁶⁶. Os grandes mercadores dispõem de técnicas sofisticadas, beneficiam-se da cumplicidade das autoridades políticas e sociais. Pervertem assim o Jogo livre da troca natural da mesma maneira que o estado. Esse esquema aparece como alternativo tanto à visão marxista quanto à visão liberal de Léon Walras ou Adam Smith, ou seja, de um capitalismo constituído como prolongamento lógico da economia de mercado. Ao opor a singularidade do capitalismo à substancialidade do mercado, Fernand Braudel foi levado a superestimar o grau de mercantilização da sociedade moderna da Europa pré-industrial. Pode-se ler nessa concepção de um mercado transparente, acima de qualquer suspeita, um julgamento moral que valoriza uma troca etérea e comum, sem mercador para falsear seu jogo natural, o das pequenas empresas. Sem reduzir a tese de Fernand Braudel a um neo-poujadismo arcaizante, pode-se ler nela, porém, uma ode aos pequenos comerciantes ou, como Alain Lipietz, a marca proudhoniana, caracterização plausível. Já que ela situaria Fernand Braudel em filiação diretor com as posições primeiras de seu mestre Lucien Febvre. Fernand Braudel coloca uma questão central à ciência econômica ao distinguir economia de mercado e capitalismo. Permite dissociar na obra duas lógicas aparentes nas trocas: a de um capitalismo Internacional finalizado pela realização de um excedente e a de uma essência mais local, que tem por função satisfazer uma demanda solvável⁶⁷. Immanuel Wallerstein considera, além disso, a arquitetura braudeliana muito fecunda. Ela permite ultrapassar a análise tradicional fundamentada na sucessão de etapas, de estágios bem delimitados: o feudalismo, ao qual sucede o capitalismo, ele mesmo ultrapassado pelo «socialismo. Wallerstein pensa que tal abordagem não é possível hoje, quando se conhece o papel não negligenciável do mercado antes do capitalismo, no próprio coração do sistema feudal menos auto-suficiente do que se pensava» e ainda quando parece que as sociedades que se reivindicam o socialismo são levadas a reintroduzir, em boa parte, as leis do mercado, de Liberman na União Soviética a Deng Xiao Ping na China. Outro mérito do recorte estabelecido entre economia de mercado e capitalismo para Immanuel Wallerstein, é o fato de acabar com o falso problema da distinção entre capitalistas de especialidade específica, os mercadores, os industriais, os financistas... Os grandes capitalistas procuram fazer tudo, só aqueles que têm meios limitados devem se circunscrever a um único campo de investimento. A distinção a ser estabelecida situa-se, portanto, entre especialistas e não-especialistas. O sentido do recorte estabelecido entre economia de mercado e capitalismo nos é claramente revelado pelo próprio Fernand Braudel na conclusão da trilogia, após ter feito a volta descritiva pelos três andares: "Finalmente, admitir sem reticências a distinção entre economia de mercado e capitalismo nos evitaria o tudo ou nada que nos propõem imutavelmente os homens políticos?"⁶⁸ A mensagem é transparente, é conveniente conservar o sistema, transformando-o e aperfeiçoando-o. Mas o que permite reconhecer esse recorte? Acima do infra-econômico, existe a economia de mercado que se distingue, em primeiro lugar, como realidade consciente. O critério que Fernand Braudel adota para reconhecer a existência de uma economia de mercado é a sincronia na variação dos preços: "Historicamente, é preciso falar, segundo me parece, da economia de mercado, desde que haja flutuação e uníssono dos preços entre os mercados de uma dada zona"⁶⁹. Ora, esse fator não parece provável na época que Braudel estuda, pois as flutuações entre as regiões são ainda muito importantes para nos referirmos a uma entidade econômica unificadora. O único momento em que a realidade econômica quase cor-

66. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle...op.ch. 1.2. p.18.*

67. J. M. GOURSOLAS, 'Les jeux de l'échange entre l'histoire braudelienne et l'analyse économique'. *Espaces-Temps*, n° 34-35, dezembro de 1986.

68. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle... op. cff..t.3. p.547.*

69. *Ibid.*, t.2. p. 195.

responde à economia de mercado, segundo Braudel, se situaria no fim da Idade Média, momento em que uma classe mercantil chega a conquistar uma autonomia no sistema produtivo. Entretanto, como mostra Alain Caillé, "Instituir o mercado, é imediatamente instituir o capitalismo"⁷⁰. Essa continuidade no crescimento de um e de outro, a imbricação necessária deles, contradiz a tese de Fernand Braudel, segundo a qual o capitalismo emergiria como uma excrescência artificial, estranha ao mercado. O capitalismo aparece antes como a saída necessária da economia de mercado. Ricardo Já havia notado esse elo indissolúvel ao considerar que todo mercado tem vocação monopolista, enquanto que o esquema braudeliano procede ao isolamento desses agentes capitalistas que se tornaram monopolistas, e estão desvinculados da era da natureza, da concorrência de boa qualidade, como se o monopolismo não fosse o ponto de chegada das leis inexoráveis do mercado.

O terceiro volume, que coroa a trilogia sobre a economia na época moderna, é consagrado à sucessão das economias-mundo no tempo. Essa noção veio a Fernand Braudel a partir das dificuldades de

tradução de *Weltwirtschaft*, que ele transcreve por economia-mundo e não por economia mundial. Entretanto, ele deve a conceituação dessa noção àquele que se apresenta como seu discípulo: Immanuel Wallerstein⁷¹. Esse conceito oferece muitas vantagens a Fernand Braudel, e lhe permite permanecer fiel a sua abordagem particular da história desde sua tese. Em primeiro lugar, a economia-mundo inscreve-se em um espaço, ela é um fragmento autônomo do planeta. À primeira vista, a economia se pensa, portanto, a partir de uma geografia. Esse espaço constitui uma unidade orgânica, articulada e funcional. Diferencia-se por três espaços (sempre o número três, mágico): um centro estreito, uma zona desenvolvida em torno desse último, mediana e, enfim, toda uma periferia. As revoluções geográficas desempenham um papel maior na evolução do mundo a partir desse esquema em que o centro se desloca conforme os períodos, em que novas hierarquias aparecem, recortando novamente os espaços de acordo com as diversas centralizações e descentralizações. Essas economias-mundos recompõem indefinidamente novos centros de gravidade; esses organismos não podem viver sem os

70. A. CAILLÉ. ■ *Comment on écrit l'histoire du marche* em *Splendeurs et misères des Sciences sociales*, op. cit.

71. I. WALLERSTEIN, *La Système du monde du XV^e siècle à nos jours*. t. 1: *Capitalismo et économie-monde: 1450-1640*. 1980; t.2: *La Mercantilismo et la consolidation de l'économie-monde européenne: 1600-1750*, Flammarion. 1985.

impulsos decisivos de um coração. Fernand Braudel encontra também com o conceito de economia-mundo sua concepção de uma longa duração imutável, sua pesquisa de invariantes: "Sempre houve economias-mundos"⁷². Por isso, ele se diferencia da análise mais historicizante de Immanuel Wallerstein, para o qual só houve uma única economia-mundo, o capitalismo europeu emergente no século XVI, os outros conjuntos anteriores sendo qualificados de impérios-mundos, cujo campo da divisão do trabalho e a área de extensão das trocas correspondem ao sistema de dominação política. Ao contrário, a economia-mundo estende-se sobre uma área política fragmentada. Encontra-se também em Fernand Braudel toda sua Inspiração organicista a respeito de sua concepção do modo de funcionamento da economia-mundo "como um sistema arterial que distribui o sangue através de um corpo vivo"⁷³. Valorização da troca em um espaço articulado, duração imutável, organicismo, encontra-se a partir da noção de economia-mundo toda temática braudeliana. Além disso, essa tese lhe permite afinar seu modelo diante da explicação marxista, segundo a qual existe a sucessão de modos de produção de natureza diferente. Há, ao contrário, com as economias-mundos, desordem, simultaneidade, sincronia mais do que sucessão temporal. Em seu terceiro volume, Braudel segue passo a passo, portanto, do século XVI ao século XVIII, os centros da economia-mundo e faz a sucessão da preponderância genovesa, veneziana, holandesa, depois Inglesa, deslocando, a cada vez, as zonas centrais e as periferias. Essa sucessão reconcilia-se essencialmente com uma cronologia muito simples, muito factual, e permite ao historiador Michel Morineau Ironizar: "Traçando uma caricatura, poder-se-ia perguntar se isso não lembra um pouco Halphen e Sagnac, o aspecto econômico substituindo o político"⁷⁴. O factual no plano diplomático da terceira parte de *O Mediterrâneo* parece, de fato, encontrar seu correspondente na sucessão dos centros das economias-mundos, no plano econômico, na terceira parte de *Civilização material*. Essa geografia diferencial articulada a partir de economias-mundos que concentram as riquezas e exploram sua periferia, permite uma grade de leitura valiosa para todas as épocas. Assim o recorte cultural entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos já era uma realidade entre os séculos XV e XVIII. Da mesma maneira que o Império Romano

72. F. BRAUDEL, *Civilisation matérielle...op. cit*, t. 3. p.14.

73. *Ibid.*, p.66.

74. M. MORINEAU. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, outubro 1981. p.665.

recrutava seus escravos na periferia do Império, os centros da economia-mundo industrial recrutaram sua mão-de-obra não-qualificada na periferia. Essa constatação é aparentemente razoável e permite, de fato, uma história comparativa, mas também permite os anacronismos, pois ela nega a evolução histórica e a emergência de novos modos de produção cuja lei de funcionamento seja diferente. Esse esquema retorna, de fato, a apagar na história a singularidade do capitalismo e do imperialismo como momento histórico e a substitui por uma lei geográfica implacável, imutável e a-histórica.

O HOMEM INTERMEDIÁRIO

O milagre do historiador consiste no fato de que todas as pessoas que tocamos estão extraordinariamente vivas. Trata-se de uma vitória sobre a morte."⁷⁵ É justamente essa morte que ele tentava exorcizar, que vem surpreender o mestre incontestável dos *Annales*, em pleno trabalho, e arrancá-lo de uma empresa prometéica de construção da história da França iniciada aos 83 anos ! Seu desaparecimento permitiu destacar a importância que ele havia conquistado no mundo intelectual, que lhe rendeu uma homenagem vibrante. "O príncipe da história", escreve Pierre Goubert na primeira página do *Monde*. "Um erudito epicurista" para o *Liberation*. "O primeiro dos historiadores", escreve Pierre Chaunu no *Le Figaro*. "O homem que reinventou a história" para o *Le Matin*. "O homem que mudou o curso da

história" para *Le Quotidien de Paris*. "A epopéia do rei Braudel" para *Le Nouvel observateur*. "Braudel, o Inovador", escreve Emmanuel Le Roy Ladurie no *L'Express*. Por esses diversos títulos, pode-se inferir a existência de um efeito Braudel que arrebatou uma adesão maciça nos anos 80, adesão essa que destaca a curva ascendente das vendas de sua obra desde 1979. Esse triunfo é o de um historiador que assegurou o sucesso da escola dos *Annales*, legando-lhe um patrimônio intelectual e institucional sem precedentes, permitindo-lhe derrubar o muro de incompreensão entre as pesquisas históricas e o público graças às posições de poder nos meios de comunicação de massa, ocupadas pela nova geração. Ao passar a tocha após 1968 a uma equipe mais Jovem, o próprio Fernand Braudel apagou-se bastante, pelo menos em aparência, da paisagem intelectual francesa, pois a partir daí sua notoriedade não parou de crescer no estrangeiro. Como explicar, então, esse retorno à cena com tanta força nos anos 80? Todos o vêem contar sua vida com sabor na televisão; ele orquestra uma série de doze programas de uma hora sobre o Mediterrâneo; todos se precipitam sobre seus livros para dá-los de presente, mais do que para lê-los. Já que são volumosos, excetuando sua pequena obra recente bem colocada nas livrarias, ao lado dos caixas, *A Dinâmica do capitalismo*. Qualquer amoroso em matéria de livros pode assim adquirir também seu pequeno Braudel de bolso. Essa repercussão no grande público, que ele conquistou nas últimas horas de sua vida, corresponde sem dúvida alguma à demanda social e não pode ser atribuída unicamente ao fato de ele ter entrado fazia pouco na Academia Francesa. Aos 83 anos, desempenhou o papel importante de patriarca entre seus epígonos arrebatados por uma cacofonia muitas vezes discordante mas que se aplicavam a empalhá-lo vivo. Essa celebridade ultrapassa de longe os limites do hexágono em que o mestre permanece bastante desconhecido do grande público. O braudelismo vende bem em todas as latitudes e alguns adiantam mesmo a Idéla, segundo a qual seu sucesso deve muito ao efeito bumerangue da repercussão encontrada além do Atlântico. Teve a ambição de abraçar, com um mesmo olhar, os vastos horizontes do universo mediterrânico e mais recentemente o conjunto do mundo. Além disso, tencionava possuir o destino do mundo graças a um percurso totalizante que descarta com cuidado todo espírito de sistema. Para além de todos os saberes parcelares, de todos os especialistas, ele se sentia um pouco mestre desse mundo caótico que queria nos restituir. Há Incontestavelmente em sua ambição alguma coisa desmedida. Não se conhece nada igual ou paralelo em sua geração, há apenas modestos alunos "que não o compreendem"⁷⁶. Como sempre, uma exceção confirma a regra. Um homem teve a audácia de ser mais célebre do que ele, teve o êxito de incarnar sua época, o único a quem ele reconhece essa superioridade; trata-se de Jean-Paul Sartre. Certamente con-

75. F. BRAUDEL. "Les methodos de fhbtolre". *Franca-Culturo*. 30/07/1970.

76. F. BRAUDEL. *Châteauevalion*. 20/10/1985.

158

cede Fernand Braudel: "No que me diz respeito, ele se enganou totalmente, mas ele se engajou da maneira mais brilhante na vida francesa"⁷⁷. Sartre é a consciência de uma geração, o que Braudel não conseguiu se tornar, pouco engajado na vida pública, homem de ofício muito preocupado com a construção de uma fortaleza Inexpugnável, o império dos historiadores franceses. O destino de Fernand Braudel tem fortes chances de ser mais sólido, pois, para além do homem e de suas obras, sobreviverão as instituições que ele dirigiu e orientou em todos os pontos ou das quais criou mesmo todas as peças. Apesar das posições nos antípodas de Jean-Paul Sartre, reconhece a este último uma vantagem, e na conclusão recente de sua trilogia discute a posição sartreana: "J.-P.Sartre pode sonhar com uma sociedade em que a desigualdade desapareceria, em que não haveria mais dominação de um homem sobre outro homem. Mas nenhuma sociedade do mundo atual já renunciou à tradição e ao uso do privilégio"⁷⁸. Para Fernand Braudel não pode haver sociedade sem hierarquia. Isso é uma invariante. Ela pode mudar de formas e passar da escravidão à servidão ou ao trabalho assalariado, mas subsiste enquanto dominação de certos homens sobre outros homens. Ao contrário de Sartre, tenta demonstrar que a liberdade humana é uma porta entreaberta que se estreita cada vez mais. Em primeiro lugar, para explicar esse sucesso, é preciso não perder de vista que Fernand Braudel só aparentemente deixou a cena: permanece onipresente para os historiadores da Nova História, que colherão os frutos maduros do triunfo de seu mestre, de seu chefe Incontestável. Marc Ferro, seu antigo aluno, co-diretor dos *Annales*, conta que, por ocasião de alguma escolha a ser feita na revista, todos se perguntam com ansiedade: "O que pensará disso Fernand?"⁷⁹ Seria suficiente vê-lo reinar com prazer nas três jornadas que lhe foram consagradas em Châteauevalion, para perceber as dimensões de seu poder. "Só tenho amigos, tento mostrar-lhes que eu tenho razão."⁸⁰ Havia muito humor em todo esse jogo, havia cumplicidades, mas sob o sorriso sedutor do velho mestre de cabelos brancos, transparecia também a convicção de ser um chefe carismático. No momento em que o discurso historiográfico dos *Annales* tende a sofrer de forças centrífugas, no momento em que cada um se esconde em seu saber parcelar, ele aparece

77. *Ibid.*

78. F. BRAUDEL. *Civilisation matérielle....op. cit.A.3, p.544.*

79. M. FERRO, *Maç/azlrm llttóraire*. novembro de 1984. p.26.

80. F. BRAUDEL. *Châteauevalion*. 19/10/1985.

como a única figura emblemática capaz de agrupar e reunir as personalidades mais opostas. Não tinha dificuldade em convidar para estar a seu lado historiadores tão diferentes como Georges Duby e Pierre Chaunu, que tinham em comum o fato de os dois o reconhecerem como mestre. O efeito Braudel arre-

batou a adesão maciça e o reconhecimento de que o conjunto da escola histórica francesa hoje se beneficia. Terá sido, sobretudo, o rei desse Império do meio, nó essencial, charneira entre as gerações da escola dos *Annales*; a dos pais fundadores dos anos 30: Marc Bloch e Lucien Febvre e esta, atual, a dos herdeiros. Braudel é, por essa razão, ao mesmo tempo o herdeiro direto e o inovador, aquele que permitiu, por suas orientações, uma série de deslizes que vão acabar no esfacelamento atual do campo histórico. Ao privilegiar uma história naturalizada e a longa duração, abriu o caminho para a história imóvel. Ao assimilar toda uma série de categorias das ciências sociais, anunciava o alinhamento completo da história diante dessas últimas. Ao decompor a unidade temporal, permitiu o estudo de objetos heterogêneos, a quebra do tempo e a história em migalhas. No entanto, permanece fiel à preservação do pedestal histórico que seus sucessores rejeitarão. A globalidade, a unidade do referencial temporal, a interação dos diferentes níveis do real, o lugar que a história social ocupa em suas pesquisas, fazem dele, nesses domínios, o herdeiro fiel de seus pais espirituais, Marc Bloch e Lucien Febvre. Foi o homem intermediário entre a primeira e terceira geração dos *Annales* e, por essa razão, a referência obrigatória de todos. O segundo fator que esclarece seu sucesso nos anos 80 se encontra na situação de crise econômica de longa duração. O fracasso dos economistas, a impotência de suas terapias, quer sejam elas keynesianas ou liberais, provocam um questionamento sobre nosso passado econômico longínquo para compreender e ajudar a ler as manifestações presentes da crise. O historiador da economia, Fernand Braudel, tornou-se o referencial dos economistas. Um aspecto particular da crise pode assim explicar o recurso a Braudel, isto é, o fatalismo e o pessimismo que entram em cena a respeito da eficácia da ação humana, tributária de fenômenos não controláveis que a ultrapassam. Os governos não controlam mais sua economia nacional, o mau funcionamento do mercado mundial continua a crescer, e o historiador Fernand Braudel considera, de fato, que não haja outra atitude a não ser a espera: "O ciclo Kondratieff, todos o suportam como suportam a rotação da Terra"⁸¹. O homem braudelliano é impotente, tributário de fenô-

SI. F. BRAUDEL, *TFI*, 22/08/1984.

menos geográficos e econômicos que o descentralizam: "O que eu faço, é contra a liberdade humana"⁸². A importância da longa duração parece pesar com todo seu peso sobre a espécie humana, que se agita como um rato na Jaula cujos limites são estreitos. Fernand Braudel tranquiliza, portanto, ao mostrar que essa impotência atual faz eco a uma mesma incapacidade do mundo de ontem. Na medida da longa duração, todo voluntarismo humano é delegado à insignificância. Seu triunfo é, ao mesmo tempo, o do líder de uma escola mas também o de um homem singular e único. Se legou um patrimônio florescente, no entanto, não teve discípulos para retomar, por sua conta, seus objetivos mundiais e totalizantes. Desse modo, Fernand Braudel - último vestígio do enciclopedismo - não tem herdeiro. É nesse sentido que ele se concebe como homem solitário. Ele faz de si próprio, em Châteauneuf, um retrato que parece o de um mártir. Tinha-se a impressão que esse homem desmedido, para dar um sopro novo aos *Annales*, se identificava com um frei pregador, era Don Fernando evangelizando as multidões, à margem das Igrejas oficiais, incompreendido por todos, mas seguro do Juízo final. À questão de Theodor Zeldin, que lhe pergunta quem o compreendeu, ele responde: "Uma só pessoa, um historiador russo-argentino-judeu, talvez por causa dessa mistura". "Passei minha vida sendo incompreendido."⁸³ Que aí ninguém se engane: para essa cabeça coroada, não se trata de uma expressão de despeito, mas a vontade de afirmar, para além do fato de ele pertencer a uma escola, sua grandeza gaullista. Quer encarnar a história da mesma maneira que o general se encarnava na França. Ao retomar cada uma das etapas de sua vida intelectual, ele só via o desdobramento de um complô contra sua pessoa. Conservou da geração de seus mestres esse espírito militante antiinstitucional, mesmo quando se encontrava no topo da institucionalização e da consagração: "Tive uma vida muito difícil"⁸⁴, e evoca o momento em que, no retorno do Brasil, tentou inovar na Sorbonne antes de ser descartado. Além disso, apresenta sua nomeação na Instituição secular do Collège de France como um "afastamento", como seu enterro em Colom-bey-les-deux-Églises. Ao tentar, em seguida, criar uma faculdade de ciências sociais, viu unir-se contra ele os literatos e os Juristas, que replicaram sua iniciativa, criando as faculdades de letras e ciências humanas e as faculdades de direito e ciências econômicas. Para consolar-se, teve de se dedicar à criação de uma Casa das Ciências do Homem, ela também "desvio"⁸⁵, como a VI seção na época em que seus diplomas não eram reconhecidos no plano nacional. Portanto, um verdadeiro caminho do calvário, uma travessia do deserto que nosso mártir das ciências humanas teria sofrido. Evidentemente, há uma distância entre esse quadro apocalíptico e a realidade de um mestre lisonjeado, canonizado ainda vivo, mas está tudo pronto para o hagiógrafo. Certamente, Fernand Braudel prega no rastro de Lucien Febvre, sempre desejando ultrapassar seus ensinamentos e ir mais longe na conquista do território do historiador: "Lucien Febvre dizia: a história é o homem. Quanto a mim, digo: a história é o homem e o resto. Tudo é história, a terra, o clima, os movimentos geológicos"⁸⁶. Assiste, portanto, a uma descentralização do homem, que lhe parece como a sua contribuição pessoal em relação à escritura da história da primeira geração. Lastima, no entanto, essa primeira fase heróica dos *Annales*, fase militante antes de ter acesso a uma posição dominante na historiografia francesa. Os *Annales* de hoje "tornaram-se estranhos para mim"⁸⁷, confia ele, por ocasião de uma entrevista na revista *L'Histoire*, ao lamentar a era da marginalidade de uma revista que questionava, desarranjava, enquanto que o êxito a institucionalizou e fez dela uma revista ortodoxa como as outras. Essa visão de uma escola que teria sido fora da lei, destaca com certeza uma construção legendária do passado, que Fernand Braudel cultivava na medida em que é um dos heróis

essenciais dessa lenda. Em Châteauevalion diferenciava sua própria concepção daquela da Nova História, daquela da terceira geração de hoje que, segundo ele, constrói uma Nova História diferente das suas opções, "pois as disciplinas não seguiram os meus preceitos /.../. Com meus sucessores, há uma enorme ruptura"⁸⁸. O que ele reprova sobretudo nos seus discípulos é o fato de eles abandonarem as ambições de uma história total e de se acantonarem no domínio das mentalidades, sem anexar esse último ao conjunto. A história perde aí sua vocação essencial, segundo ele, a de reunir em torno de si todas as ciências sociais. Contribui, ao contrário, para o esfacelamento da história segundo um recorte redefinido pelos diversos objetos estudados. Essa dispersão só pode ser re-

82. *Ibid.*

83. F. BRAUDEL. Châteauevalion, 20/11/1985.

84. *Ibid.*

85. *Ibid.*

86. F. BRAUDEL. *Magazine Littéraire*, entrevista, novembro de 1984, p.22.

87. F. BRAUDEL. *UHistolre*, entrevista, setembro de 1982.

88. F. BRAUDEL. Châteauevalion, 20/10/1985.

provada por Fernand Braudel, historiador da totalidade. Herdeiro de Marc Bloch e Lucien Febvre, prepara portanto sua reflexão sobre a longa duração e as diferentes temporalidades, as pesquisas da geração atual, sempre distanciando-se dessa última.

Sua posição de homem do meio, posição Intermediária, ele a deve também ao fato de situar-se no cruzamento da ideografia e da nomografia, sem Jamais escolher verdadeiramente, de maneira exclusiva, uma dessas vias. Se ele foi, para contrariar a ofensiva das ciências humanas, em busca do inconsciente das práticas sociais, das estruturas e das profundezas da história, também foi promotor de uma história-relato, a mais clássica possível e desvinculada do resto de seu discurso. A terceira parte de *O Mediterrâneo* trata apenas de acontecimentos no sentido mais tradicional do termo. Certamente, mas é preciso compreender que essa parte factual permanece na obra como um relato residual do projeto Inicial de uma tese bem tradicional, reduzida, no final das contas, à Insignificância. Esse relato não é outra coisa que a espuma dos dias, sob a qual a história autêntica desenrola sua verdadeira face. O acontecimento não é aí percebido como sintoma de fenômenos mais profundos, em uma dialética de tempos curtos e de tempos longos, ausente dessa obra. Ao contrário, trata-se apenas de um apêndice sem elo necessário a não ser o de coexistência cronológica com o resto do livro. Aliás, Fernand Braudel não esconde a ruptura de ritmo de objeto: "Essa terceira parte /.../ vincula-se a uma visão historiográfica francamente tradicional. Leopold von Ranke reconheceria aí seus intentos, a sua maneira de escrever e de pensar"⁸⁹. Se ele conserva esse relato dos mais tradicionais, digno dos mais belos monumentos da história-batalha difamada pelos *Annales*, é porque ele compreende bem que se permanecesse na história quase imóvel, voltaria a negar a própria história; é preciso, portanto, reintroduzi-la de uma maneira ou de outra. Na falta de uma dialética que faça a ligação entre tempo curto e tempo longo, só resta apresentar um quadro da "poeira" factual da época, mesmo se ela se revestir de um caráter essencialmente ilusório, ela será, pelo menos, a Ilusão que os contemporâneos partilham dos acontecimentos relatados. Encontra-se, então, as delícias de Capoue do historiador tradicional. Fernand Braudel não nos poupa de detalhe algum de uma história diplomática, ano a ano, até a batalha de Lepanto e além dela. A necessidade é, então, substituída pelos acasos e pelos imponderáveis. A paz que o Mediterrâneo conhece de 1545 a 1550 resulta das dificuldades financeiras, mas "também alguns poderosos acasos: os grandes lutadores da primeira metade do século desapareciam, um após o outro"⁹⁰. Penetra-se, então, em uma história na qual os estados d'alma dos grandes deste mundo e as uniões dinásticas formam a trama essencial. Esse encadeamento que se alimenta da psicologia de Filipe II revela os restos mais evidentes da história historiolizante. Nessa história há lutas e Braudel não esconde sua admiração. A respeito da prova de força que se desenvolve em Malta em 1564: "O grão-mestre, Jean de la Valette Parisot, e seus cavaleiros defenderam-se admiravelmente. A sua coragem salvou tudo"⁹¹. Como a historiografia tradicional, Fernand Braudel faz remontar a decadência do Império otomano à morte de Solimão, o Magnífico (5 de setembro de 1566) na medida em que a herança é retomada por um "fraco". Selim II, apreciador do vinho de Chipre. Podemos assim medir até que ponto Fernand Braudel se deixa levar por uma história que atribui ao homem enquanto indivíduo psicológico um peso fundamental no destino das civilizações. A história combatida pelos *Annales*. Julguemos a responsabilidade que pesa sobre o duque de Alba. Ele não compreendeu que o perigo para os Países Baixos espanhóis vinha mais da Inglaterra do que da Alemanha: "De espírito mesquinho, esse falso grande homem seguiu uma política míope, atingindo o que estivesse ao alcance da mão. Deixou fugir para a Inglaterra a rainha da Escócia e a Escócia tornar-se protestante"⁹². Ao contrário, as grandes figuras forçam o destino, como Pio V, que toma uma decisão que o conduz, em 1571, a concluir uma santa liga entre Veneza, Roma e a Espanha, e teve êxito graças a sua prodigiosa personalidade. Sem Pio V, não haveria santa liga, nem a batalha de Lepanto em 1571. Podemos Julgar assim a Importância do papel do papa. Quanto à própria batalha de Lepanto, o grande choque entre cristãos e muçulmanos, a quem se deve o mérito da vitória cristã? "Ao chefe, a D.João? Sem dúvida alguma."⁹³ Ora, esse acontecimento está longe de ter a insignificância que Voltaire lhe credita quando Ironiza suas consequências. O peso imediato dessa vitória foi enorme. Será preciso esperar a morte do herói, Filipe II, em 1598, para que Fernand Braudel mencione os

89. F. BRAUDEL. *La Méditerranée*, op. cit., t.2. p.223.

90. *Ibid.*, p.226.

91. *Ibid.*, p.322.

92. *Ibid.*, p.355.

93. *Ibid.*, p.395.

poucos elos, de forma definitiva, entre seu tema inicial e a tese realizada, na medida em que o desaparecimento do rei prudente não é um acontecimento verdadeiro para a história mediterrânica, horizonte que Jamais ocupou verdadeiramente Filipe II, cuja política se limitava às fronteiras hispânicas. Cada estágio da construção braudeliana parece, pois, fechado em si mesmo. Do horizonte quase Imóvel do tempo espacial ao horizonte precipitado da história diplomática, o homem enquanto força coletiva permanece fundamentalmente ausente, preso entre um factual militar que toca apenas os grandes desse mundo e o peso de um ecossistema e dos hábitos da vida quotidiana que formam seu universo Intransponível.

Essa posição intermediária de Fernand Braudel lhe permite ser apreciado tanto por um público especializado, por suas qualidades de erudito, quanto por um público maior ou por especialistas de outras disciplinas, por suas qualidades literárias: "Gosto muito dos trabalhos de F. Braudel não somente por sua contribuição científica, mas por sua estética"⁹⁴. Essa situação charneira de homem do meio, Fernand Braudel a cultivou também no plano político. Jamais engajado, manteve a ambiguidade entre direita e esquerda, não se alinhando nem a uma nem a outra. Foi também o iniciador do desengajamento da geração futura. Nos anos 50-60, tinha à sua direita Pierre Renouvin e à sua esquerda Ernest Labrousse, e cada um sabe que a melhor posição é a posição mediana que Fernand Braudel ocupava, à época presidente do júri do concurso de Ingresso à carreira universitária. Assim como foi atacado com aspereza pelo PCF em 1951⁹⁵ como responsável, na França, pelas teses do imperialismo ianque contra o campo da União Soviética e dos trabalhadores, também é bem vilipendiado pelos historiadores tradicionais como o propagador de uma história marxista. Percebe-se que tal posição pode ter vantagens ao demonstrar Independência de espírito. Por outro lado, sua posição de mártir do centro lhe permite reinar sem partilha, passagem obrigatória tanto para os historiadores de direita como de esquerda, ao brilhar em toda parte, em benefício de uma escola que tudo absorve e que com a terceira geração vai reinar sem ter de manejar a espada que Fernand Braudel teve de utilizar para duelar, antes de levá-la como acadêmico ao apogeu de sua glória.

94. A. LIPIETZ. *Espaces-Temps*. n° 34-35. dezembro de 1986.

95. J. BLOT (J. CHAMBAZ). -Lo revisionismo en histoire ou récolo des Annales'. *La Nouvelle critique*, n° 30, novembro de 1951.

1. A ANTROPOLOGIA HISTÓRICA

A moda do estruturalismo, apesar da ofensiva braudeliana, beneficia-se de um contexto favorável: a descolonização. A consciência etnológica descobre o interesse que as *outras* civilizações apresentam. Cada um se interessa, então, por aquilo que faz a força de resistência dessas sociedades, pela permanência de suas estruturas e seus valores, que parecem irredutíveis ao modelo ocidental. Trata-se da descoberta do outro, no espaço, transformado em exemplo de uma verdade humana que relativiza o eurocentrismo. O Ocidente fica com a impressão de que não faz mais a história humana, mas a história de uma humanidade. No Terceiro Mundo, que recusa essa história em um combate muitas vezes radical, os Intelectuais ocidentais ficaram também tentados a jogar para o alto o passado Impecável de sua sociedade e a lançar um olhar sobre o mundo mais espacial do que temporal. Tal reviravolta favorece o discurso antropológico, etnológico e estruturalista. A maioria dos etnólogos retornam à metrópole e descobrem, então, as colônias internas do mundo ocidental, quebra-mares resistentes às mudanças. A passividade se reduz ao silêncio e à Impotência. Nesse ritmo, o passado morre e pode-se evocá-lo somente para o enterrar de novo ou para experimentar vaga nostalgia. É assim que os historiadores vão procurar no espaço, no presente, as sequelas e os traços de um passado sempre visível. Descobre-se o exotismo próximo de nós, entre nós, como indica a pesquisa dirigida por André Burguière em Plo-zévet, onde a população bretã local é assaltada pelos pesquisadores das diversas ciências sociais para arrancar seus vestígios. Lá se encontra o ponto de partida da moda da memória popular, desse casamento Irreal entre a mãe Denis e a máquina de lavar. O discurso antropológico sobre a reprodução das estruturas, sobre as invariantes em ação nas sociedades frias, teve êxito ao adaptar-se ao clima temperado do Ocidente - esse discurso não parece mais ter o dever de se localizar unicamente nas latitudes tropicais. A orientação das pesquisas para os bloqueios, para as fases de equilíbrio da sociedade, reforça-se a partir dos anos 70, quando o *boom*, o crescimento sufocado por muito tempo é substituído por uma crise mundial particularmente profunda, que mergulhe o mundo industrializado na recessão, no desemprego e na Inflação. O Ocidente descobre os charmes discretos do tempo antigo, da idade do ouro perdida, da *belle époque*, que é preciso reencontrar. É esse tempo reencontrado que os historiadores se encarregam de reproduzir ao tomarem emprestado os Instrumentos de análise e os códigos dos etnólogos. O reprimido torna-se portador de sentido. Tudo se torna objeto de curiosidade para o historiador, que desloca seu olhar para as margens, para o avesso dos valores estabelecidos, para os loucos, para as

feiticeiras, para os transgressores... O horizonte do historiador fecha-se sobre um presente Imóvel, não há mais futuro: "Há um sinal que eu acho encorajador /.../ é o fim do progressismo"¹. A crise da idéia de progresso acentuou o renascimento das culturas anteriores à industrialização. A Nova História se esconde, então, na busca das tradições, ao valorizar o tempo que se repete, as voltas e reviravoltas dos indivíduos. Na falta de um projeto coletivo essa pesquisa faz-se mais pessoal e mais local. Abandona-se os tempos fortes e os movimentos voluntaristas de mudança, em direção à memória do cotidiano das pessoas simples. Daí o nascimento do neo-romantismo que lembra os valores estéticos do Início do século XIX, época em que Chateaubriand, Prosper Mérimée, Augustin Thierry Já reabilitavam o mundo medieval e o estilo "trovador". Hoje, a referência à Idade Média é obrigatória e as coleções se multiplicam para recuperar os textos antigos desse período, em sua autenticidade. Da mesma forma, atualmente, nova topografia estética se instala, segundo a qual se fala de uma aldeia, das mulheres, dos Imigrados e dos marginais. A terceira geração dos *Annales*, sensível como as outras às Interrogações do presente, muda o rumo de seu discurso ao desenvolver a antropologia histórica. Ao responder ao desafio da antropologia estrutural, os historiadores dos *Annales*

1. Ph. ARES. *Un historien du d/mancho*. 1979. p.212.

retomam mais uma vez a roupagem dos rivais mais sérios e confirmam suas posições hegemônicas. O preço a pagar por essa nova readaptação é o abandono dos grandes espaços econômicos braudelianos, o refluxo do social para o simbólico e para o cultural. Nasce uma Nova História que Daniel Roche chama "a história sociocultural"². A organização interna da revista dos *Annales* sofreu nesse momento uma mudança notável. Já que a direção una, que marcou a revista desde seus Inícios, foi substituída por uma direção colegiada em 1969. Os dirigentes da segunda geração, Fernand Braudel e Charles Morazé, embora permanecendo no comitê de direção, deixam o poder a um diretório composto por André Burguière, Marc Ferro, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Jacques Revel. A marginalização do discurso braudeliano duplica-se, portanto, a partir do afastamento dessa personagem do plano do poder, apesar da veneração unânime da qual ele é objeto. Essa história sociocultural nada mais é do que uma história que tomou emprestada a roupagem etnológica, fato que permite a Lévi-Strauss constatar: "Tenho a Impressão de que nós fazemos a mesma coisa. O grande livro da história é um ensaio etnográfico sobre as sociedades do passado"³. Essa história etnográfica ou antropologia histórica acentua ainda a desaceleração da duração operada por Fernand Braudel a respeito do tempo do espaço. O tempo é aqui plenamente humano, mas também tão imóvel quanto a evolução geológica. A abordagem etnológica elimina a irrupção do acontecimento em troca da permanência, da cronologia repetida do gesto cotidiano da humanidade, cujas pulsações são reduzidas às manifestações biológicas ou familiares de sua existência: o nascimento, o batismo, o casamento, a morte. O historiador dos *Annales* torna-se o especialista do tempo Imóvel em um presente congelado, petrificado de pavor diante de um futuro incerto. Ele é a vestal de uma sociedade angustiada em busca de certezas, que refluí em direção ao passado como nova religião.

Pode-se ver também, nessa influência da etnologia no discurso histórico dos anos 70, a resposta a maio de 1968, a vontade de exorcizar o risco, o acontecimento-ruptura que pode estar na origem dos descarrilamentos, mas também a recuperação dos temas de contestação da sociedade de consumo, que todos interrogam na materialidade concreta de seu passado. Como escreve Jacques Le Goff: "A meu ver esse sucesso [da história junto aos estudantes] é certamente

2. D. ROCHE, *Mélanges de l'école française de Rama*. Mouton. 1979, p. 19.

3. Cl. LÉVI-STRAUSS, *Lundis de l'histoire*. France-Culture, janeiro de 1971.

devido ao contragolpe do desencanto pós-1968. Alguns, em 1968 e depois, tinham tentado fazer história e de certo modo haviam fracassado. Desta vez, experimentou-se a necessidade de melhor compreender como esta última se fazia. Para melhor perceber como se pode mudar o curso dos acontecimentos. Compreender para transformar. Na falta do fazer a história: fazer história"⁴. Daí o reencontro com Clio, musa transformada em fantasma que assombra nosso mundo moderno...

Um contexto político favorável ajuda também a inflexão do discurso histórico, nesses anos 70 do pós-gaulismo, em que se confere a imagem da mudança sem a vontade de mudança, com Georges Pompidou, depois Valéry Giscard d'Estaing. A gestão e a preservação do sistema passam por algumas transformações, concedidas pelo poder no plano da vida quotidiana, dos costumes, das relações matrimoniais... para responder, entre outras, às aspirações profundas defendidas pelo movimento das mulheres, onda igualmente provocada pelo movimento de 68. O poder legisla sobre os direitos do marido e da mulher, sobre a contracepção e o aborto, sobre a maioridade aos dezoito anos. O discurso do historiador responde à transformação concreta da sociedade e confere consistência temporal a essas medidas pontuais ao se Interrogar sobre o funcionamento da família, sobre o lugar e a Imagem da criança, sobre o papel da disciplina, sobre as práticas contraceptivas do tempo antigo. O povo, despojado enquanto força política potencial, inexistente enquanto força social capaz de submeter a ordem dominante em direção a uma outra sociedade, ressurgue neste discurso antropológico como material estético, em seus fatos e gestos quotidianos. Os humildes renascem em sua singularidade, como mundo à parte, mas no quadro Insuperável da força dos poderosos. A influência da etnologia no discurso histórico apresenta-se como discurso de integração, na sociedade técnica, de outros componentes, de outros valores, ao restituir seu direito de cidadania. Confere a esta sociedade um caráter dualista mais próximo das realidades, mais

sólido em seus fundamentos. A onipresença dos meios de comunicação de massa na sociedade moderna desempenha também um papel na Inflexão do discurso dos *Annales*. Valoriza pela comunicação oral a historiografia não escrita, aquela dos usos e costumes, aquela das tradições orais. Logo, ao sofrer essas diversas influências, a escola dos *Annales* abre-se, nos anos 70, aos novos horizontes, os do estudo das sensibilidade e da cultura material. O historiador dos *Annales* segue o caminho do etnólogo e abandona os aspectos econômico, social e a mudança.

A crise modifica a perspectiva. Enquanto que, nos anos 50, o olhar se dirigia aos fundamentos do crescimento, aos avanços técnicos, às ultrapassagens dos limites espaciais, já nos anos 70 o olhar social se desloca para os bloqueios, as inércias e as permanências dos sistemas sociais. Assim, o número especial dos *Annales* de 1948, sobre a América Latina, privilegia o crescimento brasileiro, argentino e mexicano, abandonando a parte andina do continente. Pode-se ler aí uma visão atlântica da América Latina que desemboca em uma relação sempre mais intensa com a Europa no quadro do desenvolvimento das trocas e das produções. Esse número dos *Annales* de 1948 permanece profundamente eurocêntrico. Os artigos da revista concentram-se no estudo dos tráficos, dos portos, do comércio e da parte litorânea do continente americano, compreendida como chave do desenvolvimento europeu. Essa visão de mundo encontra correspondência, no outro lado do Atlântico, na Europa, nos trabalhos de Pierre Chaunu sobre Sevilha e de Pierre Vilar, sobre a Catalunha, que valorizam também as zonas e fenômenos do crescimento.

O período atual é bem diferente, e o olhar sobre o próprio continente da América do Sul se modificou sensivelmente. A revista dos *Annales* consagrou-lhe novo número especial em 1978. Os estudos supervisionados por Nathan Wachtel concentraram-se nas permanências do Império Inca no quadro da colonização, nos fenômenos de aculturação, na parte andina e terrestre da América Latina, no estudo das representações simbólicas das sociedades ameríndias e de suas transformações. A abordagem tornou-se antropológica. Percebe-se uma evolução similar em relação à Itália. Após haver privilegiado, nos anos 50, o estudo das cidades comerciais italianas, do crescimento, da troca, do capitalismo, no meio dos anos 60 os *Annales* debruçam-se sobre os freios do desenvolvimento, sobre o *Mezzogiorno*; destaca-se o mundo da terra e dos campos. O olhar econômico, quando subsiste, refluíu, portanto, em direção aos bloqueios.

Mas, em geral a história econômica e social cedeu o lugar à história cultural. Esta progride de maneira espetacular no último período. Na pesquisa de Jean-Louis Oosterhoff⁵ sobre o conteúdo da revista dos *Annales*, transparece essa promo-

4. J.LE GOFF, *Le Monde de l'éducation*, maio de 1980.

5. Veja quadro. Capítulo 1, p.52

ção da história cultural, que no período 1957/1959 representa 22,4% dos artigos e passa a 32,8% no período 1969/1976. Ao mesmo tempo, a história econômica regride de 39% no primeiro período, para 25,7% no segundo. A EHESS, laboratório dos *Annales*, através de seu centro de pesquisa histórica, reflete essa evolução do aspecto econômico para a antropologia histórica. A pesquisa de Jack Hexter⁶, realizada no decorrer de 1972/1973, termina com a constatação do crescimento do peso da história e do declínio da economia. Nessa época, a parte da história entre as onze disciplinas da Escola crescia para 35%. A tendência acentuou-se. Já que ela ocupa em torno de 40% dos seminários no decorrer de 1985/1986. Quanto à economia, valendo-se de 18 seminários em 1972 contra 34 dos historiadores, estagna com 19 seminários contra 75 dos historiadores em 1986. Sua queda é confirmada em benefício da antropologia histórica. Símbolo significativo dessa mutação profunda, a eleição de um antropólogo para a presidência da Escola, em 29 de junho de 1985: Marc Augé, que sucede a François Furet por cinco anos. Mesmo que o novo presidente da Escola considere que sua eleição, após a dinastia dos historiadores dos *Annales*, não seja uma reviravolta radical, reconhece que: "Apesar de tudo tenho o modo de proceder do papa polonês"⁷. O enfraquecimento do campo econômico é acompanhado pela recuperação do mesmo no Interior do discurso antropológico. Pensar o aspecto econômico do ponto de vista antropológico, esse parece ser o objetivo da direção da Escola. "Pode-se dizer que questionamos primeiro o sentido, a ordem do aspecto cultural, se isso corresponde a alguma coisa, mas o que estamos a ponto de descobrir é se o econômico pode ser parte integrante deste sentido ou dessa ordem cultural"⁸.

A captação do objeto etnológico pelos historiadores dos *Annales* se tornou possível graças à articulação desse objeto com as categorias em uso na história econômica e social. O nível das mentalidades e dos comportamentos beneficia-se das operações quantitativas já em uso na demografia ou nas séries de preços e lucros. Esse objeto, que era a área de predileção do qualitativo, vê-se aprisionado pelo estudo quantitativo, que gula os recortes e privilegia, assim como a demografia, a longa duração. A história das mentalidades é o objeto ideal a opor a Claude Lévi-Strauss por seu aspecto integrador. Conceito fluido, ele recobre muitas dimensões

6. J.HEXTER, *Journal of modern history*, n°4, 1972, p. 481.

7. M. AUGÉ, entrevista com o autor, *Espaces-Temps*, n° 34-35, dezembro de 1986.

8. *Ibid.*

diferentes. Àqueles que relegam a história à simples descrição dos fenômenos conscientes, os *Annales* respondem com a constituição dessa história das mentalidades, que tem por fundamento o nível Inconsciente das práticas sociais, o pensamento coletivo e automático de uma época ou de um grupo

social. Esse conceito de mentalidade nos *Annales* está, à primeira vista, mais próximo do aspecto psicológico (herança tríplice de Durkheim, Lévy-Bruhl e Jean Piaget) do que do aspecto intelectual, ao contrário do conceito de ideologia que ele contém e ultrapassa. Essa história da psicologia coletivo ou social, própria à primeira geração dos *Annales*, adota o nome de história das mentalidades com dois artigos-manifestos, o de Georges Duby de 1962 e o de Robert Mandrou⁹. Em um segundo momento, essa última deriva para a antropologia histórica. De substantiva, a história vê-se relegada à condição de adjetiva. A questão do pesquisador é, então, o modo de funcionamento, mais do que o porquê da mudança. Realçam-se as continuidades. A escola dos medievalistas franceses adota esse novo olhar, sob a dupla influência das escolas alemã e anglo-saxônica¹⁰. Daí resulta a minoração das rupturas e o deslocamento do aspecto social para o cultural. Alguns abandonam assim o conceito fluido de mentalidade, para adotar os esquemas e modelos da antropologia. É o caso dos medievalistas como, por exemplo, Jean-Claude Schmitt" que, ao estudar o suicídio, parte de um artigo de antropologia, sobre a idéia de morte de Marcel Mauss. Da mesma maneira, o impulso é antropológico em Michel Sot, no estudo do episcopado pós-carolíngio, a partir da *gesta episcoporum*: "O que possibilita finalmente à minha abordagem informar mais, e o que possibilitou há algum tempo que ela fosse informada? Trata-se da presença da antropologia"¹².

O percurso etnográfico da história tem por efeito a "promoção da civilização (ou cultura) material"¹³. Os *Annales* absorvem a sociedade francesa como Claude Lévi-Strauss se apoderou das sociedades primitivas em *O Pensamento selvagem*, com a diferença de que se trata do passado. Os conceitos da antropologia histórica ou da cultura material

9. G. DUBY, *L'Histoire et ses methodes*. 1961. R. MANDROU. "Histoire des mentalités", *Encyclopedla Universalls*.

10. K.F. WERNER. *Histoire de Franca*, vol. 1, dlr. J. FAVIER, Fayard. P. BROWN, *Gênese de 1'antlqltá tardlve*, 1983 (Edição em português: *O Fim do mundo clássico*, Lisboa. Verbo. 1972); *La Societé et le sacro dans 1'antlqltá tardlve*. Galllmmard. 1985.

11. J.C. SCHMITT. "Le suicide au Moyen Age". *Annales*. Janeiro de 1976.

12. M. SOT, *Espaces-Temps*. n.º 7. 1978. p.76.

13. J. LE GOFF. Colóquio de Veneza. 1 972, *L 'historien entre 1'ethnotogue et le futurologue*. Mouton. p.241.

representam muitas vezes um percurso descritivo que abandona a dimensão Inicial dos *Annales*: a história-problema. No centro do discurso dos *Annales*, encontra-se uma descrição da vida quotidiana tanto material quanto mental das pessoas comuns das sociedades do passado que se parece, definitivamente, com a história positiva em seu aspecto factual, só que simplesmente em outro campo, fora do político. A repetição, o hábito, é uma das bases essenciais, "hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos, hábitos mentais"¹⁴. A história da cultura material tem a vantagem de fazer renascer o homem desaparecido sob os escombros das séries embaralhadas da demografia e das curvas econômicas de longa duração: "À força de estudar o preço dos grãos, por vezes foram esquecidos os que os consumiam"¹⁵. Trata-se do homem-consumidor de objetos materiais e culturais, não do homem-produtor desses objetos, não do homem-agente sobre o melo circundante. Aliás, o aspecto descritivo dessa história é reivindicado por seus autores: "Continua ainda no plano descritivo, na coleta dos fatos"¹⁶. Não se trata, portanto, verdadeiramente de uma articulação com os outros níveis do real. Jean-Michel Pesez exige mesmo mais autonomia para o estudo dos fatos da cultura material em relação aos fatos sociais subjacentes, cujo estudo muitas vezes mascarou a presença. Seu desejo é atendido por um pesquisador de ponta em matéria de novos objetos, que defende a história do gosto: Jean-Louis Flandrin. Na linha dos trabalhos de Jean-Jacques Hemardinquer¹⁷, propõe na revista *L'Histoire(18)* a história do gosto. As maneiras à mesa passam, portanto, do campo da observação etnológica para o olhar de uma história antropológica. Daí resultam considerações certamente Interessantes sobre a evolução do critério de diferenciação social, fundamentado no bem-falar do século XVI, depois desloca-se para a clivagem bom/mau gosto do século XVII. O gosto alimentar torna-se o lugar importante do conflito entre a velha e a nova aristocracia, oriunda da burguesia. O Iniciador, o precursor na prospecção da cultura material, reivindicado como membro dos *Annales avant la lettre*, é Norbert Elias", que lança seu livro sobre a evolução dos cos-

14. A. BURGUIÈRE. *La Nouvelle Histoire*, "Encyclopedie", Retz. 1978. p.45 (Edição em português: *4 História Nova*. Martins Fontes. 1990. p.133).

18. J.M. PESEZ. *La Nouvelle Histoire*. to/d..p.130.

16. *Ibid...* p.129.

17. J.J. HEMARDINQUER. *Pour une histoire de rallmentaton*. Cahlers des Annales. n.º 28.

A. Colin. 1970.

18. J.L. FLANDRIN. *fHlstoire*. n.º 85, janeiro de 1986, pp.12-19.

19. N. ELIAS, *ta Cllvllsation des moeurs* (1 979). Calmann-Lévy, 1974 (Edição em português: *O Processo cllvllzador*. Jorge Zahar, 1990).

tumes em 1939. Sua descrição gira em torno de uma tese central. Quer demonstrar o progresso alcançado, desde a Idade Média, no controle cada vez maior do homem ocidental sobre seu corpo. O Interesse dos *Annales* concentra-se na descrição dos costumes, das habilidades e da arte de bem viver da obra de Norbert Elias. A progressão, de alto a baixo da sociedade, do pudor, da autodisciplina, da rejeição das manifestações do corpo, o distanciamento progressivo para com esse corpo, são igualmente traços da vida quotidiana que estão em plena correspondência com o espírito dos *Annales* de hoje. Quando Emmanuel Le Roy Ladurie escreve *Montallou*, relata a vida quotidiana do pastor médio do século XIV em uma aldeia isolada do Alto-Arlège e ressuscita esse grande ausente, este grande mudo da história que é o homem comum. Permite localizar novamente as práticas correntes no universo de representação da época. As rupturas discursivas são perceptíveis no decorrer dos períodos: no momento

de Mollère, a doença era representada como um corpo nocivo infiltrado em um corpo são. O objetivo da medicina era, portanto, extirpar o mal através das sangrias. As refeições eram, então, a ocasião de fazer o contrapeso diante do risco das doenças, ao absorver bons alimentos em quantidade, ou ao engolir o mais possível.

A micro-história, que Carlo Ginzburg define, limita-se ao domínio da etno-história: "Propomos definir a micro-história e a história em geral como a ciência do vivido"²⁰. A cultura material tende, portanto, a recobrir os outros níveis da sociedade que se apagam diante de sua expansão. Permanece a abertura nova e Interessante do campo histórico, com a condição de historicizar as descobertas, o que nem sempre é o caso, sobretudo quando se contenta com a descrição. Em compensação, essa historicidade do material etnográfico é realizada por Jean-Paul Aron, que mostra como a arte culinária, a consumação ostentatória nos restaurantes, se torna lugar privilegiado de Investimentos para a burguesia²¹, que nisso imita a aristocracia e, pelo refinamento dos pratos, quer mostrar sua diferença em relação ao povo. O burguês se afirma pela acumulação física do perecível. A história da cultura material é certamente rica em descobertas, mas com a condição de ser o lugar de "cruzamentos"²² da história econômica, social e cultural. Nesse nível, ela se reveste de grande

20. C. GINZBURG. *Le Débat*. dezembro de 1981.

21. J. P. ARON. *Le Mangeur au XIXe siècle*. Denoël. 1974.

22. A. BURGUIÈRE. *La Nouvelle Histoire*, op. cit., p.48.

interesse, mas hoje serve muitas vezes para o ocultamento do real. A sociedade se tornaria assim transparente através da cultura material, conforme a crença empirista e ultrapassada, mas que parece conhecer certo revigoramento.

O desaparecimento progressivo do acontecimento, o fim de toda força histórica, a monografia etnográfica de uma sociedade fixa levam a que os historiadores dos *Annales* façam renascer a abordagem dinâmica do real para especificar o projeto do historiador em relação às outras ciências sociais. A área cultural, valorizada, onipresente nos estudos dos *Annales* dos anos 70, funciona ao articular-se na clivagem entre cultura erudita e cultura popular. "É sobretudo quando se estabelece a oposição entre cultura erudita e cultura popular, como eixo da problemática, que o historiador se torna antropólogo."²³ O conflito social e político entre dominantes e dominados reflui, portanto, para o cultural, no domínio em que a evolução moderna, o progressismo, só podem provir dos dominantes, ou seja, da cultura erudita que drena o conjunto social por trás dela. Essa clivagem, na leitura histórica, permite reintroduzir certa dialética interna no funcionamento da duração, mas unicamente em benefício das elites sociais. Por outro lado, essa oposição é formal, pois estas duas culturas em ação nas numerosas obras dos *Annales* estão longe de ser externas uma à outra. A valorização do nível cultural, à primeira vista, teve por base uma autonomia desse último em relação às outras Instâncias do real, a tal ponto que esse nível é considerado como tendo temporalidade e dinâmica Interna próprias, independentemente do resto da formação social. O nível cultural teria mesmo a tendência de criar o social. O deslocamento do discurso dos *Annales* não se limita, portanto, à ampliação do social para o cultural, mas se traduz pela substituição de um pelo outro. O domínio cultural, criador do social, torna-se o lugar central dos conflitos, lugar das contradições, núcleo de inteligibilidade de uma sociedade.

A nova dialética dos *Annales* opõe o tempo, a cultura popular, imutável, Incapaz de se desligar de seus hábitos, tempo repetitivo, etnográfico, ao tempo criador, dinâmico, da cultura das elites, fonte de Inovação, portanto, fonte de história. A capacidade de mudança não se encontra mais no campo social ou no político, mas no cultural, é aí que a história pode renascer e ultrapassar a descrição etnográfica

23. P. RICOEUR. *Tempt »t rechl*. Le Seuil. 1983. p. 156.

de uma repetição do mesmo: "A mudança está essencialmente no mundo cultural. Um belo dia, é a cultura que faz tudo revirar"²⁴. A clivagem cultural erudita/popular torna-se, pois, o lugar de recuperação das sociedades do passado. Emmanuel Le Roy Ladurie opõe, nos seus camponeses do Languedoc, o mundo urbano em que a alfabetização aumenta, em que se renuncia à violência, em que a religião deixa de estar em primeiro plano, às massas camponesas, à cultura oral marcada pela "violência primitiva", ou pelo fanatismo religioso, com sintomas neuróticos²⁵. Assim, aí haveria uma cultura Intemporal, próxima da natureza, da bestialidade e, a seu lado, uma cultura erudita. Foi o campo cultural que criou o social, o movimento se encontra do lado da elite, a inércia do lado popular, O recorte parece insuperável entre esses dois mundos, essas duas culturas estranhas apesar de sua proximidade no tempo e no espaço. Por trás da mesma clivagem, percebe-se duas sensibilidades: uma se apóia sobre a cultura das elites, portadora de progresso - é a leitura de Emmanuel Le Roy Ladurie. A outra se debruça amargamente sobre os escombros de uma cultura popular perdida - é o olhar nostálgico de Philippe Arlès. Esse recorte adapta-se mal, no entanto, à realidade histórica, pois o que se exuma como elemento de uma cultura popular muitas vezes tem sua origem na cultura erudita. A adequação estabelecida entre uma certa cultura e o povo é artificial, pois essa cultura é, em geral, proposta ou imposta pelas classes dominantes, nas formas degradadas, específicas, destinadas ao povo, mas que não se enraízam nas camadas populares. É inverosímil fazer funcionar essas duas culturas como duas realidades exteriores. Corte Iguamente mais simplificador em relação às noções de "povo" ou de "elite", que recobrem categorias muito mais complexas. Robert Mandrou ou Georges Duby advertem contra essa nova sistemática fundamentada em um postulado errôneo: "Não estou de modo algum convencido de que [as camadas

populares] tenham tido meios para produzir uma cultura"²⁶. Para Georges Duby, a cultura de uma sociedade é uma, funciona como Ideologia dominante segregada pelos aparelhos de poder e se propaga pela atração e pela adesão que ela suscita cada vez mais entre todas as camadas sociais. Logo, a cultura que brota espontaneamente da sensibilidade popular, irrupção da parte Inferior do universo social, sem mediadores nem

24. E. LE ROY LADURIE. *Mdhtenant. entrevista com o autor, agosto de 1979.*

25. E. LE ROY LADURIE. *Les Paysans de Languedoc*. Rammarion, 1969. p.367.

26. G. DUBY. *Dialogues avec G. Lardreau, op. cit.* p.79.

mediações, muitas vezes é um mito em ação no discurso do historiador de hoje. As reticências na utilização desse esquema são, no entanto, numerosas. Philippe Joutard mostra que a lenda dos *Camisards*, apesar de apoiar-se na tradição oral, foi criada, difundida pelos contadores de histórias profissionais e se alimentou de fontes escritas²⁷. Pierre Bourdieu analisa esse processo hierárquico, que vai da cultura legítima à cultura popular, esta última sendo a reprodução degradada, transformada, em contraponto à primeira, e afirma com razão: "O único terreno em que se constitui uma contracultura é o terreno político. As tradições de luta pertencem à cultura popular"²⁸. A expressão dessa verdadeira cultura popular é, de fato, completamente ocultada pelos *Annales*, já que a dimensão política desapareceu de seu discurso desde os anos 30 e a dimensão social desde os anos 70. Ao contrário, quando Marc Soriano estuda os contos de Perrault, não é para ver a expressão de uma cultura popular reencontrada. Desmonta o mito do arquétipo Imutável que se transmite de geração em geração. Sua abordagem do conto é, antes de tudo, uma abordagem histórica. Historiciza o objeto ao mostrar que cada transformação do conto tem seu correspondente na vida social da época²⁹. Há, portanto, dois procedimentos no tratamento da literatura popular: encarar seu processo de produção como o faz Marc Soriano, e isto lhe permite descobrir que ela não é popular; ou limitar-se a seu funcionamento do lado dos consumidores dessa literatura, chegando, então, ao resultado Inverso: ela se destina ao meio popular, logo, é popular, mas sentimos a falta de uma análise propriamente histórica que relacione um discurso com um lugar social e geográfico preciso, para determinar seu modo de elaboração, de produção, Encontra-se esse debate, esses dois percursos a respeito da biblioteca "azul" de Troyes, nos estudos de Geneviève Bollème e de Robert Mandrou, que têm o mesmo objeto, mas abordado de maneira diferente³⁰. Robert Mandrou considera essa literatura popular como meio de dominação e de alienação das massas. Essa biblioteca, constituída de pequenos livretos cobertos de papel azul, com o qual se embrulhava os pães doces, destina-se ao povo: "Essas obras

27. Ph. JOUTARD. to *Ligando des Comlsords. uno sonsblillfó au passa*. Gallimard, 1977.

28. P. BOURDIEU, *Lundis do 1'histolra, France-Culture, 25/02/1980.*

29. M. SORIANO. *Los Contas do Perroult. Cultura sovonto et tradtlons populalres*. Gallimard. 1977.

30. R. MANDROU. *Do la cultura Populaire oux XVlla et XVlllo slècles. La Bibliothèque b/ou» de Troyes (1964)*. Stock, 1975; o G. BOLLEME. *La Bibliothèque bleue. anthologie d'une llttérature Populaire*. Archives-Jullard. 1975.

foram escritas para as classes populares"³¹. Mas a elaboração, a temática, a finalidade de seus escritos nada têm de popular. Os impressores foram buscar, nos acervos antigos da imprensa de Troyes, as publicações do século XVI. Exumaram uma cultura erudita, ultrapassada, própria da aristocracia medieval: livros de devoção, novelas de cavalaria, tratados de ocultismo... Os livros de devoção formam um quarto dos acervos da biblioteca "azul". A sociedade está ausente a não ser enquanto visão social, conforme o esquema, que a divide em três componentes: os fora-da-lei (bandidos, vagabundos, soldados, feiticeiras, judeus), o povo das cidades e dos campos e os grandes, sobretudo aqueles de origem nobre. Robert Mandrou destaca o conservadorismo desse discurso: "A biblioteca de Troyes cultivava o conformismo social"³². Geneviève Bollème não contesta a origem erudita desses livretos, mas para ela isso não é o essencial. Considera essa biblioteca popular, por ter conquistado grande público. A biblioteca apresenta uma pobreza particular de escrita e de leitura que Geneviève Bollème qualifica como popular. Não existe, portanto, para ela, mistificação ou alienação. A biblioteca que ela nos apresenta está, ao contrário, firmemente voltada para o real. Roger Chartier se Interroga, com toda razão, sobre a validade de tal clivagem. "Os historiadores franceses talvez tenham se enganado ao procurar descrever os conteúdos de uma categoria, a da cultura popular, sem questionar previamente a própria pertinência de seu recorte."³³ Propõe a justificação da busca decepcionante de uma cultura autenticamente popular pela Identificação dos usos diferenciados de materiais comuns.

O domínio cultural é, pois, fonte de riscos, de conflitos. Assim, cabe ao historiador levantar as linhas de força e de fuga. Mas só pode fazê-lo ao considerar os dois lados da análise: o social e o cultural, pois a difusão da cultura passa pelos grupos sociais e, portanto, por uma série de mediações e mediadores, cujo conhecimento é indispensável para a caracterização da mesma. Nesse nível a análise social deve ser particularmente cuidadosa, pois muitas vezes é nas brechas das estruturas sociais que se expõe com mais eficácia o intermediário cultural. Há lugares especializados na difusão cultural, oficiais como a Igreja ou a escola, oficiosos como o antigo cabaré que a Igreja tanto combateu, pois ele era o lugar de uma outra cultura não-controlada. Passou-se do

31. R. MANDROU. /bfd..p.21.

32. *Ibid.*, p.162.

33. R. CHARTIER. *UHMolre*, n° 8. maio de 1981, p.95.

cultural ao cultural; quanto ao real, permanece confinado nas margens do inessencial. Os *Annales* de hoje tiveram novamente êxito na adaptação de seu discurso ao poder e ao discurso dominantes.

A influência da etnologia no discurso histórico corresponde a esse poder invasor dos meios de comunicação de massa, que impõe sua lei e suas normas e é portador de uma história cultural. O homem em série, ao sofrer o poder dos meios de comunicação de massa, torna-se um indivíduo Impotente, passivo e sua participação social desaparece. Esse homem tem apenas um futuro passivo. Encontramos na escola dos *Annales* um belo exemplo de adaptação a essa sociedade dos meios de comunicação de massa. Ela se instala como moda cultural, ao apresentar uma história em migalhas em uma sociedade cada vez mais fragmentada. Esses recuos para o indivíduo e para os tempos antigos Imóveis são sintomáticos de um futuro abandonado à única lógica, por vezes louca, do desenvolvimento de forças produtivas não dominadas. A admiração excessiva do público pelo historiador dos *Annales* nos anos 70/80 corresponde a esse complemento d'alma necessário à perpetuação e à reprodução do sistema. A fragmentação do corpo social é tal que todos se pensam a partir de sua própria historicidade enquanto Indivíduos; trata-se da exaltação década um por si e do mercado por todos. É o cineasta mais lúcido de nosso tempo na decifração da nossa sociedade, Jean-Luc Godard, termina seu filme *Tout va bien*, de 1972, pela constatação de que os dois heróis, Jane Fonda e Yves Montand, "começavam a pensar-se historicamente". O pano de fundo desse recuo é o desencorajamento e o desencanto político. O engajamento torna-se algo arcaico. Presa entre as contradições Norte-Sul e Leste-Oeste, nossa sociedade prefere refluir para a glorificação dos valores individuais, para o exotismo oferecido pelas gerações precedentes revividas pela memória popular e para uma história etnográfica cultural que não tem mais sentido, já que negou sua relação com o futuro.

2 - UMA HISTÓRIA SERIAL

Inda há pouco, a história se escrevia com inicial maiúscula e no singular. Valendo-se de sua antiguidade e de sua capacidade de síntese e de racionalização de todas as dimensões do real, a história procurava senão o sentido pelo menos um sentido da duração. A escola dos *Annales* operou recentemente uma verdadeira decomposição da história, que se escreverá daqui em diante no plural e com inicial minúscula. Não existe mais a história, mas as histórias. Trata-se da história de tal fragmento do real e não mais da história do real. Assim Pierre Nora dirige, na editora Gallimard, a "Biblioteca das Histórias", e destaca essa ruptura epistemológica em relação à ambição primeira dos historiadores na apresentação da coleção: "Vivemos a explosão da história". Enriquecimento nos horizontes dos historiadores? Certamente, a multiplicação dos objetos novos e a dilatação do território parecem igualmente sinais da boa saúde da história. Mas o historiador, ao querer absorver todas as ciências sociais, arrisca-se a perder aquilo que fundamenta a especificidade e o interesse de seu olhar, ou seja, sua capacidade de síntese, à qual parece renunciar. Por trás do expansionismo do discurso do historiador, parece haver a confissão de impotência para tornar inteligível a totalidade do real, preço pago pela fuga antecipada. O historiador não é mais o defensor de uma sociedade que avança com valores sólidos e universais, ele foi sacudido, assim como o mundo que o cerca, pela relatividade dos valores que alcançam o Ocidente. A conexão dos espaços tem, por outro lado, relativizado a duração. É nesse mundo cada vez menos coerente, fundamentado em singularidades, que se desenvolve uma história fragmentária, efeito da mudança de perspectiva do indivíduo historiador. Este historiador não procura mais perceber a totalidade do real: "Procura reencontrar a totalidade da história através de seu objeto"¹. Artifício esse que permite aos *Annales* reivindicar a filiação direta com as histórias anteriores, ao continuar a falar da história total, da totalidade, mas é preciso entender aqui totalidade como a do objeto, simples parcela do real. Não se busca mais conectar os múltiplos objetos da história em um conjunto racional. Há, nesse domínio, ruptura fundamental com as ambições de Marc Bloch, Lucien Febvre ou Fernand Braudel: "É essa noção de história total que me parece problemática hoje/.../. Vivemos uma história em migalhas, eclética, ampliada em direção às curiosidades, às quais não precisamos nos recusar"². Michel de Certeau admite que haja mudança de perspectiva em relação aos *Annales* de ontem: "Devemos renunciar à história global, a ambição de Febvre"³. O campo de Investigação do historiador se inscreve na duração. É ela que sofre todo o trabalho de decomposição. O tempo único desacelera-se em temporalidades heterogêneas. Sob a influência da possível quantificação do material histórico, graças ao computador, estabeleceu-se uma nova abordagem do tempo histórico, a história serial, assim qualificada por Pierre Chaunu. Essa última nasceu da possível seriação de fatos pertencentes a conjuntos homogêneos, dos quais podemos medir as flutuações na escala de sua própria temporalidade. Nesse estágio, "o tempo deixa de ser homogêneo e de ter significação global"⁴. Krystof Pomyan conceitua essa evolução em direção à pluralidade temporal, considerando-se feliz pelo fato de o historiador ter abandonado toda *chronosopfle*, toda orientação preestabelecida: "São os processos estudados que, por seu desenrolar, impõem ao tempo uma topologia determinada"⁵. Para Jacques Revel, a história não enterrou a história total. Considera que a fragmentação do saber histórico se relaciona à existência de um espaço científico diferente daquele no qual trabalharam os *Annales* dos anos 30-60: "O horizonte não é mais o mesmo da história total, mas o da construção totalmente articulada de objetos"⁶. A história total teria validade somente no plano

1. P. NORA. *Lundis de l'histoire*, France-Culture. 12/08/1974, sobre *Falre de l'histoire*. Gallimard (Edição em português: *A História: novos problemas, novas abordagens e novos objetos*. Francisco Alvos. 1976).
2. P. NORA. *te Nouvel observateur*. 7/05/1974.
3. M. DE CERTEAU. *Les Discours de l'histoire*. France-Culture. 31/07/1978.
4. F. FURET, *Le, Dubai*, dezembro de 1981, reeditado em *A oficina da História*. Gradiva. s/d.
5. K. POMYAN. *UOrdre du temps*. Gallimard, 1984. p. 94.
6. J. REVEL, entrevista. *Espoces-Temps*, nº 35-35. dezembro de 1986.

programático restrito, mas ao passar para a experimentação, a totalidade se fragmenta em uma miríade de objetos singulares a serem especificados e construídos. Para Jacques Revel, essa inflexão do discurso histórico é a ruptura mais fundamental com o período Bloch-Febvre-Braudel, os quais não deixaram de proclamar a função totalizante da história. Na construção do fato social total, o modelo deles, Marcel Mauss, cita os historiadores como exemplo para os antropólogos, pois eles permitem a conciliação do conjunto e do concreto. Hoje, ao contrário, muitos historiadores têm a tendência de confundir objeto empírico e objeto intelectual e o resultado é a dispersão cada vez maior, que torna inviável toda tentativa de Integração em uma reflexão de conjunto.

Na obra *Arqueologia do saber*, Michel Foucault aplaude a mutação epistemológica que se efetiva na história com a escola dos *Annales*. Reconhecia nela essa obra de decomposição que vinha teorizando desde *-As Palavras e as coisas* e que ele aplica em análises históricas concretas, sobre a clínica, a loucura, a prisão e a sexualidade. Encontramos a mesma recusa do pensamento uno, central, da ruptura significativa e da totalidade racional: "Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único -princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão"⁷. Michel Foucault não visa, portanto, a síntese global e prefere os fragmentos do saber, as Instituições e as práticas discursivas, que estuda enquanto fenômenos isolados. Suas linhas de pesquisa fornecem à escola dos *Annales* o essencial do corpo teórico das orientações atuais: "A introdução à *Arqueologia do saber* é a primeira definição da história serial"⁸. Após haver feito descer do pedestal o herói de nossa cultura, ou seja, o homem, o sujeito, Michel Foucault critica o historicismo, a história enquanto totalidade, enquanto referencial contínuo. É preciso que se resolva evitar todas "as continuidades irrefletidas pelas quais se organiza, de antemão, os discursos que se pretende analisar"⁹. A história deve renunciar à elaboração de grandes sínteses e Interessar-se, ao contrário, pela fragmentação dos saberes. A história não seria mais a descrição de uma evolução, noção emprestada da biologia, nem localização de um progresso, noção ético-moral, mas a análise das transformações múltiplas,

7. M. FOUCAULT, *LArchéologie du savoir*. Gallimard, 1969, p. 19.

8. E. LE ROY LADURIE. *France-Culture*, 10/07/1969.

9. M. FOUCAULT. *VArchéologie du savoir, op. cit.*, p.36.

plas, localização tanto das descontinuidades como dos *fiat-shes*. O desmoronamento da continuidade dos historiadores é o corolário necessário da descentralização do sujeito: "O ser humano não tem mais história, ou melhor, já que fala, trabalha e vive, ele se encontra no seu próprio ser, todo embaraçado em histórias que não lhe são subordinadas nem homogêneas/.../. O homem que aparece no começo do século XX não tem história"¹⁰. A consciência de si dissolve-se no discurso-objeto, na multiplicidade de histórias heterogêneas. Michel Foucault procede à decomposição da história em uma constelação que se tornou grosseira e desumanizada. A dissolução do objeto pictórico pelos cubistas traduz bem o conceito de descontinuidade em Michel Foucault. A unidade temporal apenas aparece enquanto Jogo artificial e ilusório. No entanto, ele não evita a história, já que a escolhe para campo essencial de seus trabalhos. Mas as descontinuidades descobertas por ele, na medida em que eliminam toda forma de evolucionismo, são igualmente figuras enigmáticas. Trata-se de verdadeiras erupções, rasgaduras, nas quais se notam as modalidades e o lugar de ocorrência sem colocar realmente a questão da gênese das mesmas. Nessa abordagem, esses acontecimentos-adventos permanecem fundamentalmente enigmáticos. É uma obra de des-historização. "Uma tarefa semelhante implica que seja questionado tudo que pertence ao tempo, tudo que se formou nele /.../ de tal maneira que apareça a rasgadura sem cronologia e sem história da qual provém o tempo"¹¹. A descontinuidade aparece, então, na singularidade, não redutível a um sistema de causalidade na medida em que ela está desvinculada de suas raízes, figura etérea oriunda das brumas da manhã da criação do mundo. O percurso de Michel Foucault implica, portanto, o rompimento com a pesquisa de um sistema de causalidade. Ele o substitui pela desaceleração causal, um polimorfismo que torna impossível toda instância global do real, toda totalidade a ser restituída: "Nós não estamos e não temos que nos colocar sob o signo da necessidade única"¹². Inscreve-se assim em continuidade com o pensamento expresso por Raymond Aron, a partir de 1948, em *Introduction à la philosophie de l'histoire*: "Não existe o primeiro motor do movimento histórico total"¹³. Raymond Aron também recusa toda abordagem globalizante do real. Distingue, nessa realidade histórica, dimensões tão equívocas e inesgotáveis que não podem ser levadas em consideração em uma racionalização global. A história deve, portanto, recolher-se a posições mais modestas e abandonar a pretensão de ser uma ciência: "A história jamais é objetivo"¹⁴. O discurso do historiador só terá valor enquanto for parcial, local e individual. Quanto ao sentido da história, para Raymond Aron é um sentido proibido ou giratório. Michel Foucault recorta o real em séries de análise das quais cada uma tem seu próprio ritmo, suas rupturas significativas fora do

contexto geral: "De agora em diante o problema é constituição de séries"¹⁵. Cada uma dentre elas constitui uma entidade específica com cronologia própria. Não há mais centro, apenas estratos. Não há mais motor em uma evolução, mas as descontinuidades nas revoluções. O discurso do historiador deve confinar-se à descrição do objeto, da série, ele se torna arqueologia do saber. Esse retorno para o descritivo, essa rejeição da totalidade inteligível, tomam emprestado, no entanto, um discurso eminentemente científico para decompor o material histórico. Os termos de Foucault, tais como série, descontinuidade, *corpus*, conjunto, campos, sistema de relação, sistema de transformação, provêm de uma região particular do saber científico: a matemática e a lógica da física. Mas, apesar do aparelho linguístico emprestado das ciências exatas, essa abordagem da história não permite nenhuma possibilidade de racionalização global do real. Michel Foucault torna-se o teórico daquilo que se tornou o credo da terceira geração dos *Annales* - a história serial: "O importante é que a história não considera um acontecimento sem definir antes a série da qual ele faz parte"¹⁶. Ao privilegiar as descontinuidades, Michel Foucault certamente se distingue da história imóvel de Emmanuel Le Roy Ladurie. Trabalha no sentido de uma factualização, ao passo que a corrente historiográfica dominante tem a tendência de marginalizar o peso e o papel do acontecimento. Mas esse factual junta-se às pesquisas históricas atuais, pois situa-se no seio de séries em que o lugar ocupado por ele determina seu significado. É interessante que o documento não seja mais recebido de forma passiva, mas que se torne monumento a ser construído a partir do

10.M. FOUCAULT, *Los Mots et les choses*. Gallimard, 1966, p.380 (Edição em português: *As palavras e a coisa - uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa, Portugal, s/d, p. 479).

11. *Ibid.*, p.343.

12.M. FOUCAULT, *Impossível pessoa*. La Soull. 1980. p.46.

13.R. ARON. *Introduction à la philosophie de l'histoire*. Gallimard. 1948, p.316.

14. *Ibid.*

15.M. FOUCAULT, *UArqueologia do saber. op. cit.*, p.15.

16.M. FOUCAULT, *UOrdre du discours*. Gallimard, 1971, p. 57.

recorte na trama documental de conjuntos, de relações e de unidades. Mas a história perde sua função globalizante: "Temos apenas história regional"¹⁷.

A figura do historiador dos tempos novos, segundo Michel Foucault, é a do vagabundo que busca, nas margens do social, os fantasmas do passado e o discurso dos mortos. Não tem mais por finalidade a percepção do centro, mas o contorno do real. Remete-se à periferia após haver ocupado o coração distribuidor dos vasos sanguíneos que irrigam a sociedade. No ponto de partida dessa história serial: a história econômica, mais recentemente aquela que está aberta às outras dimensões da história humana. As mentalidades, a psicologia social, o afetivo entraram no mesmo nível no tratamento serial, aquilo que se chama o terceiro nível. Assim é o itinerário da história serial: "da adega ao sótão", retomando a expressão de Michel Vovelle. Essa serialização, ao se apoiar totalmente nas técnicas mais científicas, a contagem, o computador, acaba em estudos puramente descritivos, empíricos em que, para não deixar de pesquisar um sistema causal que torne a totalidade inteligível, aponta-se uma ou outra causalidade de maneira mecânica e arbitrária, ao capricho da inspiração do momento. Essa indiferenciação dos sistemas de causalidades é possível na medida em que as séries evoluem independentemente umas das outras. A história, então, bate em retirada para ocupar o terreno empírico: "Nossa finalidade é somente pesquisar uma verdade /.../. Escolhemos localizar a verdade numa relação entre aquele que produz um fato e esse objeto assim constituído"¹⁸. Essa história serial, parcial é também a de Paul Veyne. Quando estuda o evergetismo romano¹⁹, recusa toda explicação finalista. O fenômeno é longamente recuperado em todas as suas dimensões, mas ele se recusa a pesquisar na sociedade global romana um fator primeiro ou um motor central. Em seu livro de epistemologia histórica. *Como se escreve a história*. Paul Veyne explica que a história apenas pode ser Intriga e relato. O empirismo atinge aqui seu ápice ao reconhecer à história somente a função descritiva: "A história não é uma ciência porque ela fica do lado da doxa"²⁰. Qualquer tentativa de construção hierárquica, de colocação de feixes de convergências não pode permitir a racionalização. Cada estrato

17. M. FOUCAULT. *UHistoire et les histoire*. France-Culture. 17/07/1969.

18. J. REVEL. *Lundis de l'histoire*. Franco-Culturo. 12/08/1974.

19. P. VEYNE. *to Pal'n at la Clrque*, Le Seuil. 1976 (Edição em português: *Foucault revoluciona a história*, (1976), Brasília. UNB. 1982).

20. P. VEYNE. *Commant on ecrlt rNstorta*. La Senil, 1971 (Edição em português: *Como se escreve a história*, Brasília, UNB. 1971).

de acontecimentos tem periodização e não se situa mais em uma hierarquia de determinações. O real em sua lógica escapa ao historiador de hoje. Encontra-se em Philippe Aries a mesma resistência ao esquema explicativo: "Permaneço ligado a uma abordagem impressionista /.../. O espetáculo do mundo e sua diversidade no fundo é mais importante para mim do que as explicações que sou obrigado a dar"²¹. Na falta de explicações, Philippe Arlès narra, comenta e descreve. Inova, sobretudo, quando investe no terreno desconhecido das mentalidades, mas sem integrá-lo nos esquemas de racionalidades. Quando um fenômeno tem diversas causas, explica Aries²², não tem causa alguma e permanece assim inexplicado. À história total e maciça, ele opõe a história das particularidades e das heranças²³. Na base dessa explosão encontra-se a descentralização do homem, que não é mais considerado como sujeito

ativo, e na base da evolução histórica, o homem se mostra incapaz de dominar o conjunto de sua história. Alain Besançon reconhece a "miragem de uma totalidade histórica"²⁴ da sua geração. Em lugar da continuidade da evolução histórica, os historiadores atuais interessam-se pelas descontinuidades entre séries parciais de fragmentos de história. À universalidade do discurso histórico, opõem a multiplicação de objetos em sua singularidade, objetos esses oriundos da exclusão na qual o poder os mantinha; o louco, a criança, o corpo, o sexo vão à desforra contra o mundo da razão que os havia dissimulado. Essa rejeição do racional é paradoxalmente reivindicada no mesmo momento em que o discurso do historiador se afirma mais científico. A fetichização do quantitativo aparece como aquilo que encobre algo e que leva ao empirismo. Para Pierre Chaunu, tudo começa com essa história serial e quantitativa. Há um antes e um depois cuja linha de divisão é definida pelo computador que remete os trabalhos antigos para o domínio da arqueologia. A famosa fórmula de Emmanuel Le Roy Ladurie: "O historiador do futuro será programador ou nada será"²⁵, revela bem essa crença absoluta nos poderes miraculosos do instrumento tecnológico. Emmanuel Le Roy Ladurie, ao propor o método americano aos historiadores franceses, teoriza, com a maior perfeição, a negação do historiador enquanto mestre que se dedica à

21. Ph. ARIES. *Un Historien du dlmancha*, op. cit., p.131.

22. Ph. ARIES. *Magazine Littéralre*, setembro de 1980.

23. Ph. ARIES, *Le Temps de l'htolre* (1954), Le Seuil. 1986, p.244 (Edição em português: *O tempo da História* (1954), Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.p.251).

24. A. BESANÇON. *Histoire et expérvence du mol*. Flammarion, 1971. p. 71.

25. E. LE ROY LADURIE. *Territole de l'htorien*. 1, op. cit., pp.13-14.

realização da síntese do real: "O historiador é como um mineiro que trabalha nos subterrâneos. Vai procurar os dados no fundo do solo, e leva-os até a superfície para que outro especialista, economista, climatologista, sociólogo os explore"²⁶. Descreve bem a (de)missão do historiador, a sua relegação ao papel de mão-de-obra que trabalha por empreitada e o abandono daquilo que fundamenta sua especificidade. Há uma grande distância dos *Combates pela história* de Lucien Febvre ou *Introdução aos estudos históricos* de Marc Bloch, embora seja necessário adaptar-se, sem demora, ao famoso "desafio americano"²⁷, ao qual é preciso responder adotando os elementos da revolução tecnológica, o único recurso do historiador de hoje. Computar mais e sempre, tal é o destino do historiador, computar tanto a quantidade de trigo produzida em tal região quanto o número de invocações à Virgem nos testamentos de tal aldeia, quanto o número de roubos cometidos em tal lugar. "No limite /.../ só há história científica quantificável"²⁸. Emmanuel Le Roy Ladurie retoma aqui, palavra por palavra, o ponto de vista mais antigo de François Furet e Adeline Daumard: "Cientificamente falando, há apenas história social quantitativa"²⁹. Esse entusiasmo pelo computador, o oráculo dos tempos modernos, acentuará certamente a tendência à explosão e à seriação da história. Mas nem tudo pode ser computado, o historiador se interessa assim por um território restrito para poder transformá-lo em equações. O outro efeito, perverso, da utilização do computador é o fato de privilegiar a repetição dos fenômenos da mesma natureza, portanto, a longa duração, permanente e imóvel. A Inércia, que caracteriza o que se chama de "sociedades frias", define, então, a civilização ocidental. Em contrapartida, os outros historiadores, como Michel de Certeau, privilegiarão as descontinuidades nessas séries repetitivas, os "desvios", e em reação a esse discurso baseado nas curvas médias das séries estatísticas, farão renascer os lugares de desvio, os resíduos caídos do computador, os reprimidos do quantificável: loucos e feiticeiros, festas e cultura local...

Jacques Le Goff e Georges Duby reconhecem que a utilização do computador pode trazer progressos decisivos à pesquisa histórica, mas procuram advertir contra toda feti-chização, que consistiria em confiar no computador para fazer história: "O computador é apenas um instrumento cada vez mais necessário. Tornará a história mais científica porque mais fielmente documentada, mas não lhe tirou o caráter de arte", escreve Jacques Le Goff³⁰. Já Georges Duby evoca a Ilusão da cientificidade" dada pela quantificação e pelo tratamento aritmético³¹.

Com essa vasta decomposição do real no plano das descrições, assistimos ao renascimento do neopositivismo, não no sentido comteano do termo, que buscaria a lei por trás da repetição; mas no plano da escola histórica francesa do começo do século, com a fascinação pelo fato bruto, pelo factual como ponto de partida e único nível de inteligibilidade, a escola positivista contra a qual justamente certa revista, os *Annales*, foi criada em 1929. Sob o discurso modernista, tecnicista, a Nova História mascara o refluxo da abordagem histórica para o descritivo. Por trás desse entusiasmo, Régine Robin vê "novo ressurgimento da crítica-empírica"³². Esse percurso serial traduz a dupla Impotência, a de o historiador poder aspirar à visão global e a do homem agindo na história, entre as séries que lhe escapam; perdeu toda eficácia, toda capacidade de agir sobre o real. A seriação é a expressão da nova alienação que destrói toda práxis nas estruturas do *prático-inerte*.

Essa marginalização do homem, variável pouco manejável para a história quantitativa, é particularmente sensível em Emmanuel Le Roy Ladurie. A quarta parte do seu livro, *Le Territoire de l'htorien*. 1. leva o seguinte título revelador: "A História sem os homens"³³. Promove ainda novo ponto de ruptura, essencial em relação aos *Annales* de 1930. Marc Bloch concebia apenas história humana, antropológica. Emmanuel Le Roy Ladurie lhe responde: "Mutila-se o historiador ao fazê-lo somente o especialista em humanidades"³⁴. Realiza o estudo histórico concreto do clima a partir do ano 1000, sem ter por objeto o homem, nem de forma central nem de forma periférica. Elabora a periodização das flutuações climáticas por si mesmas sem se preocupar com a Incidência delas sobre a sociedade. As Influências da história

climática sobre o homem são insignificantes: "Elas permanecem marginais"³⁹. Essa descentralização é muito importante para Emmanuel Le Roy Ladurie, já que a qualifica como verdadeira revolução copernicana na ciência histórica. O

26. *Ibid.*

27. E. LE ROY LADURIE. *Le Nouvel observateur*, 8/05/1968.

28. E. LE ROY LADURIE. *Territoire de historien*. 1, op. cit., p.20.

29. F. FURET & A. DAUMARD. *Annales*. 1959. «Method» de l'histoire» «social» Les archives notarial»* st la mecanographie". p. 676.

30. J. LE GOFF, te *Monda*, 25/01/1969.

31. G. DUBY. *Dialogues avec G. Lardreau*. op. cit.

32. R. ROBIN. *Dialectiquos*. 1975.

33. E. LE ROY LADURIE. *Territoire de rhtorktn*. 1. op. cit., p.423.

34. E. LE ROY LADURIE. *Histoire du climat depuis fan 1000*, op. cit., cap. 1.

35. E. LE ROY LADURIE. *Territoire de l'istorien*. 1, op. cit., p. 513.

conceito de história serial é pouco frequente em Emmanuel Le Roy Ladurie, pois prefere a metáfora geológica da estratigrafia. A história seria, então, recortada em camadas estratigráficas independentes umas das outras, como as séries na realidade cumulativa, nas quais - no decorrer do tempo -, cada etapa da história de uma sociedade se deposita sobre a antiga no processo contínuo que evita o movimento, a reviravolta, só sofrendo, quando muito, a erosão diferencial. A seriação do campo histórico tem por efeito dar a cada objeto independência em relação aos outros elementos do real. Desprezado das contingências do concreto, o objeto levanta vôo, existe em si, recobrando as outras dimensões do real. Esse objeto, liberado de suas correntes, aparece então como figura atemporal. Mesmo se nós seguirmos as suas flutuações na duração, elas não dependem Jamais do substrato que lhe permite existir, e os laços com outros níveis da realidade tornam-se insignificantes. O discurso do historiador torna-se idealista. Contudo, temos aspectos positivos: o investimento em novas linhas de pesquisa, a descoberta de novos objetos, mas sempre com anseio de racionalização microscópica e não com anseio de racionalização global.

Jean Chesneaux descreveu a nova religião do tempo presente, a modernidade³⁶. Mostrou como o computador realiza esse deslocamento da duração; o futuro reduz-se à simulação cujos dados programáveis são invariavelmente os mesmos, somente as combinações se modificam. Não se pensa mais em ruptura: "A modernidade desloca completamente a relação entre passado, presente e futuro"³⁷. Chesneaux mostra a França que, sob a V República, oscila "fora do solo e fora do tempo da modernidade"³⁸. O computador esvazia o conteúdo real das simulações, e trabalha a partir da segmentação do saber desarticulado. O homem não é mais senhor das técnicas, é dominado, torna-se descentralizado e auxiliar. Encontramos nessas características da modernidade as forças essenciais do discurso dos *Annales*, que se adapta a nossa sociedade moderna ao nos restituir a história em migalhas, quantitativa, ao decompor a totalidade histórica em objetos heterogêneos, ao apresentar o universo imóvel em que a mudança é somente técnica ou cultural, jamais social ou política. Não há mais nessa Nova História a racionalidade trabalhando na duração. Essa crise da consciência histórica

36. J. CHESNEAUX. *Da la modarnité. La Découverte*. 1983.

37. *Ibid.*, p.48.

38. *Ibid.*, p.71.

encontra certamente suas raízes profundas, para além das orientações da escola dos *Annales*, na modernidade que acaba por estruturar nossa visão do mundo e do tempo, no capitalismo multinacional que congela toda ruptura em potencial em nome dos imperativos produtivos do mercado. Mas a escola dos *Annales* traduz bem pela temática e pelos paradigmas esse abandono da ambição histórica de recuperar a memória coletivo.

Outro fator desempenhou papel importante: a busca da defesa da disciplina histórica contra o sucesso crescente das outras ciências sociais mais novas, mais inovadoras. Todas os historiadores, quaisquer que fossem suas opções epistemológicas, foram chamados à linha de frente sob o estandarte da escola dos *Annales* para enfrentarem juntos, para fazerem valer o número e a antiguidade diante dos sociólogos, dos economistas, dos demógrafos, dos linguistas... Esse contra-ataque disciplinar consistiu essencialmente em despojar as ciências sociais de seus atributos, métodos e discurso para apropriar-se deles. O procedimento da apropriação parece ter êxito para a história que hoje reina na EHESS diante das ciências sociais petrificadas. Clio é vestida com o computador, com a série, portanto, com o rigor matemático. Pode adquirir assim pele nova e apresentar-se diante do público habituado à renovação, como a Nova História. Clio tornou-se a musa acolhedora.

Nicole Fresco realizou o estudo quantitativo dos autores citados nos três volumes da *História - novos problemas, novas abordagens e novos objetos*: mostra até que ponto a história se abriu às outras ciências sociais: Michel Foucault, Lucien Febvre e Louis Althusser são citados seis vezes; Max Weber, Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Emmanuel Le Roy Ladurie cinco vezes, Marx e Freud, quatro vezes, depois vêm Raymond Aron Paul Veyne três vezes, e Michelet duas vezes. Entre doze autores, cinco historiadores, participação pequena numa obra sobre história. Por essa abertura imediata às linguagens das outras ciências sociais e por esse empréstimo de procedimentos, paga-se, no entanto, preço elevado com a decomposição da unidade temporal própria do historiador, com a diluição da história noutras disciplinas. Se o confronto e o enriquecimento são necessários, houve aqui o abandono cego das funções do historiador, sobretudo a da visão totalizante do real e a ausência de toda crítica em relação às metodologias auxiliares emprestadas. Quem ganhou esse torneio? A disciplina história parece sair

vencedora quanto ao brilho novo, mas se essa vitória custou o preço da negação daquilo que fundamenta seu saber, pode bem tratar-se de uma vitória de Pirro.

A desconstrução do real que hoje se opera, parece fundamentalmente ligada ao período atual: o das ilusões perdidas. No momento em que o vento da história soprava para construir uma sociedade nova, ou seja, no século XVIII e na metade do século XIX, os pensadores buscavam o sentido do futuro humano e inscreviam o presente na lógica racional. De Kant a Marx, sem esquecer Hegel, temos a compreensão dos fundamentos das batalhas em curso pela liberdade. Ao contrário, quando as resistências às mudanças triunfam, no momento em que as esperanças são frustradas, em que a desilusão se enraíza, assiste-se à recusa da racionalização global do real. Já que o real não realiza as esperanças, ele não pode ser racional. A história perde, então, todo sentido, fragmenta-se em múltiplos segmentos. O real só é, portanto, racional quando o homem o assume. Perde essa racionalidade quando escapa à vontade humana.

Entretanto, entre os novos historiadores, muitos não renunciaram à história total, desafiaram o movimento centrífugo atual e buscaram, para além dos modismos, a pesquisa no sentido da melhor Inteligibilidade da globalidade histórica. Se nos detivermos no itinerário de certos historiadores, como Georges Duby, constataremos o percurso sintomático da sua geração que o levou a atravessar três etapas sucessivas: partindo do aspecto econômico, chegou ao Imaginário sem esquecer o estudo do social. Para ele, esses três níveis permanecem indissociáveis na abordagem dos tempos feudais: "Uma sociedade forma um todo. Não creio ser possível dissociar o aspecto político do econômico ou do cultural. É essa aglutinação que leva a recorrer a todas as informações"³⁹. Julga operatória a noção de "determinação em última instância"⁴⁰; ela teve, entre outras, a eficácia de incitá-lo a começar seu trabalho pelos fenômenos econômicos, não de maneira arbitrária, porque considera esses fenômenos como a possibilidade de acesso aos outros níveis da sociedade. No entanto, Georges Duby, como Maurice Godelier, desconfiam do esquema simplificado da superestrutura enquanto reflexo da infra-estrutura. Localiza, ao contrário, o objeto privilegiado da prática histórica no plano das Interferências entre o mental e o material. À relação de causalidade simples,

39.S. DUBY, *La Magazine littérale*, novembro de 1982. 40.G. DUBY. *Dialectiques*. n° 10-11. p. 121.

Georges Duby prefere a noção de relações mútuas: "Tento abandonar a mecânica da causalidade. Falo de preferência de correlação e não de causas e efeitos. Isso me leva a pensar que tudo é determinado por tudo e que tudo determina tudo. Essa noção de totalidade indispensável faz-me pensar nisso"⁴¹. O historiador deve, portanto, avaliar o peso respectivo das atitudes mentais e das pressões econômicas e destacar as correlações para analisar o período. Georges Duby mostra assim que a situação nas relações de produção é certamente fundamental, mas a ética também pode agir sobre o econômico. Na sociedade medieval, o modelo da prodigalidade do príncipe propaga-se por toda nobreza, fato que estimula, então, o progresso do artesanato de luxo e o desenvolvimento do papel dos mercadores. Nesse caso exemplar, um modelo de comportamento mudou o rumo das bases da atividade econômica. Os laços de sangue, de parentesco estão também na base da sociedade medieval, da qual Georges Duby observa até que ponto as metáforas sociais remetem sem cessar à família⁴². O historiador deve, portanto, recuperar o real pluridimensional e interrogar tal setor da atividade humana não somente a partir daquilo que se pode conhecer dele, como também a partir das outras dimensões do real. É assim que a pressão fiscal na Idade Média é integrada por Georges Duby no capítulo sobre "as atitudes mentais" e reconsiderada no contexto do dom e do contra dom de uma sociedade ainda não monetária. Nesse caso, o aspecto econômico não é encarado, o que seria anacronismo, como atividade plenamente distinta dos outros níveis. No mesmo sentido, a leitura que certos historiadores fazem hoje dos fatos religiosos impõe novo olhar que responde ao anseio de totalidade. A história da religião para alguns não se limita mais apenas à exegese dos textos teológicos confrontados nas variações sucessivas da verdade primeira. Ao contrário, são relacionados com a sociedade na qual esses enunciados teológicos estão na origem dos comportamentos e da hierarquia social: "Tornaram-se assim sintomas, sinais de uma coisa diferente daquela que pretendem dizer"⁴³. A interrogação tornou-se externa, diálogo entre o concreto e suas representações Ideológicas. Quando Pierre Vilar trabalha os teólogos espanhóis do século XVI, é para encontrar neles os primeiros elementos da teoria macroeconômica em gestação. Quando Alain Corbin estuda a prosti-

41.G. DUBY, *Vendredi*. entrevista com o autor, 4/01/1980. 42.G. DUBY. *Dialogues avec G. Lardreau*. op. cit.. p.180. 43.D. JULIA, *Faire de l'histoire*, op. cit. t. 2, p. 140.

tuição nos séculos XIX e XX⁴⁴, articula a periodização em função da evolução das estruturas socioeconômicas. Na área da história antiga, aqueles que mais renovaram os métodos de abordagem, inspirando-se nos trabalhos antropológicos, de Jean-Pierre Vernant a Pierre Vidal-Naquet, sem esquecer Marcel Détienne, Pierre Lévêque, Moses Finley... defendem também a necessidade da abordagem globalizante da história. Ao tomar como exemplo a religião na Grécia, Jean-Pierre Vernant⁴⁵ critica a concepção tradicional que a considera como domínio à parte, enquanto que, para bem compreendê-la, é preciso "pensar em conjunto" tanto o aspecto político quanto o religioso, tanto a ética quanto a vida cotidiana. É o único meio, não somente para compreender as articulações essenciais de uma sociedade no seu desenvolvimento dialético, mas também o meio de evitar todo anacronismo, ou seja, a projeção de

nossos quadros mentais sobre uma sociedade cujas forças eram outras. Jean-Pierre Vernant mostra como o aspecto político instala-se na Grécia e engloba todas as relações de produção. Quando utiliza os Instrumentos de análise da etnologia e da antropologia, é sempre no sentido da historicidade, da dinâmica, pois: "Uma etnologia sem história seria uma espécie de turismo superior?"⁴⁶

Ao contrário desse percurso globalizante, a seriação empobreceu o trabalho histórico ao invés de enriquecê-lo, mas felizmente não é praticada por todos. A história serial reduz, de fato, o percurso do historiador a dois níveis. Apaga as estruturas sob a série factual e, por outro lado, não resolve o problema da passagem de uma série a outra. Contenta-se com causalidades específicas de tal ou tal série. Pelo contrário, a via que se abre a certo número de historiadores é procurar, para além da multiplicação da temporalidade e de objetos, o entrelaçamento dialético dos últimos em uma articulação que seja mais conveniente àquilo que é específico de tal ou tal momento histórico.

44.A. CORBIN. *Los Filles da noca: misère sexuelle et prostitution ou XIXa-XXe siècle*
Aubier. 1978.

45.J.-P. VERNANT, *Le Nouvel observateur*. 5/05/1980.

46.P. VIDAL-NAQUET. *Falra da /histoire, op. cif. t.3., p. 162.*

3. A NOVA GRADE DO TEMPO

A HISTÓRIA ATRAVÉS DE MALTHUS

Por trás da vitrine de uma história esfacelada em histórias, pode-se contudo discernir a aplicação de um esquema explicativo da evolução histórica, A Nova História retoma, por sua conta, o modelo da análise malthusiana. Emmanuel Le Roy Ladurie e Pierre Chaunu são, a esse respeito, as duas figuras de ponta da revitalização de um pensamento que se acreditava ultrapassado. Assiste-se a "uma espécie de reabilitação geral de Malthus na historiografia contemporânea. Esse autor soube fornecer, de fato /.../ os paradigmas essenciais que permitem dar forma à história econômica, e especialmente à demográfica-rural, de 1340 a 1720". O recorte temporal segue, então, a dupla evolução das flutuações da população e dos recursos. A trama histórica reduz-se à existência de um ecossistema implacável cujas duas únicas variáveis modificam o percurso e revelam as rupturas. Durante os períodos de crescimento demográfico, como os séculos XII ou XIV, os recursos não crescem no mesmo ritmo. Inicia-se um processo de empobrecimento, há falta de terra, esta fragmenta-se sob o efeito das partilhas e a trilogia fome-guerra-epidemia vem atingir uma população que conhece, então, uma fase de decréscimo. Assim acontece nos séculos XIV ou XVII, momentos em que a demanda dimi-

1. E. LE ROY LADURIE, *Y-a-t-il une nouvelle histoire?*. Colóquio de Loches. 1980, Institut collégial européen, p. 5.

nui, o nível de vida da população melhora e o equilíbrio entre recursos e população é, portanto, restabelecido em período de crise. Essa mecânica de flutuações multisseculares torna-se o motor da história. As transformações decisivas entre as diferentes épocas são postas de lado em nome de uma similitude em relação ao montante da população. Na obra *L'Histoire de la France rurale*. H. Neveu coloca no mesmo plano o início do século XIV e o fim do século XVI, à medida que a distorção malthusiana caracteriza esses dois momentos: a população aumenta 50%, os preços e a produção aumentam igualmente, mas não nas proporções da população. As flutuações dessas variáveis que sobem e descem, articulam-se com uma realidade imóvel, ou melhor, não levada em consideração. A dimensão social está oculta nessas curvas multisseculares. Do século XIV ao início do século XVIII, localiza-se uma "economia fria"². Michel Morineau contesta esse esquema. Recusa a existência de uma revolução agrícola no século XVIII, fundamentada, de fato, na idéia de uma imobilidade do mundo rural antes dessa data: "Muitas vezes, todos se deslumbram com o século XVIII porque abstraem aquilo que se passou anteriormente"³. O ecossistema impõe condicionamentos inexoráveis ao homem. A sociedade está presa nas malhas de um ciclo agrário que não apenas impõe ao homem seu próprio ritmo, mas também dirige a economia dependente do eixo central da problemática malthusiana: a evolução demográfica. Só resta ler a história, contentando-se em alinhar, na sequência dos anos, os números globais das populações. Ao aperceber-se que, durante esse longo período, a população francesa não ultrapassa 20 milhões, constata-se facilmente que: "Quanto mais se mexe, mais temos a mesma coisa, nos dois casos: 1320 ou 1680"⁴. A história econômica e social torna-se, portanto, a derivada direta da história demográfica, da qual se tornou reflexo. Ao querer contestar a eficiência do conceito de modo de produção, a Nova História refugiou-se em Malthus e aplicou um percurso mecanicista que empobreceu ao extremo o olhar histórico. A história pode ser assim mais facilmente quantificada e submetida a uma equação central que correlaciona produção e população flutuante. É paradoxal a constatação de que aqueles mesmos que criticam o

peso muito importante da explicação econômica no pensamento marxista, acabam por adotar um sistema tão redutor que se torna o cadinho de toda explicação. O território do historiador desdobra-se estreitamente entre as tesouras que ora se abrem, ora se fecham, conforme a única relação recursos-população em uma sociedade impotente. Não há mais, então, períodos com leis específicas de funcionamento, toda época acaba sendo percebida na medida dessas duas únicas variáveis. Assim, no século XVI, "temos a restauração do ecossistema medieval"⁵. O século XVIII, a partir de 1720, e os séculos XIX e XX até 1973 estão integrados em um mesmo quadro, o do crescimento. Em compensação, a crise mundial desde 1973 faz mergulhar novamente no ciclo multissecular do século XIV ao século XVIII. A lei malthusiana torna-se o alfa e o ômega da análise histórica. O aumento das rendas agrárias, a queda dos salários, a subalimentação, tudo se percebe através do crescimento demográfico: "A civilização rural, digamos no século XVII, é, à primeira vista, uma demografia"⁶. Em sua tese *Les Paysans de Languedoc*, Emmanuel Le Roy Ladurie parte em busca de Marx e encontra Malthus. Afasta-se, então, do caminho traçado por Marc Bloch, cuja atenção tinha-se concentrado na gênese do capitalismo agrário nos campos, no modo de repartição dos solos e nas estruturas agrárias. Desloca seu objeto para outras variáveis e constantes. A "personagem central"⁷ da tese torna-se o ciclo agrário multissecular que se desdobra do século XV ao início do século XVIII. A acumulação do capital, que ele pesquisava inicialmente, não foi encontrada, já que apenas as pulsações demográficas têm alguma incidência significativa. Assim, a concentração das terras no século XV não é de modo algum o começo da capitalização, o esboço de uma nova sociedade, mas simplesmente "o inevitável desmembramento da terra que acompanha a regressão demográfica de 1350 a 1450"⁸. A uma fase de estiagem em que os homens são raros, sucede uma fase de crescimento no século XVI que chega à maturidade no horizonte de 1600, antes do declínio no século XVII, e assim por diante até o corte decisivo no século XVIII, com a efetivação das práticas contraceptivas no Ocidente para reduzir as necessidades de uma sociedade confrontada com um limite insuperável de recursos, levando-se em conta o estágio das técnicas. A demografia histórica nos propõe, portanto, uma periodização de

2. E. LE ROY LADURIE, *L'Histoire de la France rurale*. Le Seuil, 1975, t. 2.

3. M. MORINEAU. *Pour une histoire économique vraie*, Presses universitaires de Lille 1985 p. 356.

4. E. LE ROY LADURIE, *Tarritòria da 1st història*, 2, op. cit.

5. *Ibid.*, p. 165.

6. *Ibid.*, t. 1, p. 147.

7. E. LE ROY LADURIE, *Les Paysans du Languedoc*, op. cit., p. 135.

8. *Ibid.*, p. 24.

longa duração a partir de uma visão diacrônica do único equilíbrio recursos-população, que exclui os outros parâmetros da evolução histórica.

Em Pierre Chaunu, a demografia também está no coração do sistema de explicação histórica. A força da civilização ocidental reside no fato de ser "um mundo repleto". A pressão demográfica empurra o Ocidente ao desempenho de um papel universal. No entanto, o esquema de Malthus, que parece conhecer certo revigoramento, revelou-se errôneo desde o século XIX, quando o crescimento demográfico europeu, longe de desencadear a miséria, alimentou um crescimento sem precedentes ao favorecer a revolução industrial. Apesar de não podermos reprovar Malthus por não ter sido bom profeta, pode-se interrogar a validade de seu cálculo que, por sinal, não é adequado nem para o período medieval. A peste negra, que dizimou um quarto da população europeia de 1347 a 1350, foi o acontecimento histórico a partir do qual construiu seu esquema. No entanto, esse claro corte da metade do século XIV teve efeitos opostos já que, de um lado, a Inglaterra conheceu um período de prosperidade, enquanto que no continente a sociedade ocidental refluiu para o feudalismo, a tradição e o bloqueio. Há, portanto, outros parâmetros que devem ser levados em consideração, sem os quais a mecânica malthusiana se revela inoperante. Nesse esquema, a população torna-se uma abstração sem valor. Tem, no entanto, papel particular, conforme o tipo de sociedade, decompondo-se em classes, categorias sociais diferenciadas. A superpopulação no meio rural, que pode ser fonte de crise e de escassez de víveres, torna-se, no sistema capitalista, a própria base do crescimento econômico e da acumulação de capital, apoiada na existência daquilo que Marx chama de "o exército industrial de reserva". Tratar a população sem referir-se às condições de produção e de troca, à divisão social do trabalho, aos preços e lucros... torna-se, portanto, uma verdadeira mistificação. Malthus esqueceu simplesmente a força da inovação tecnológica, as potencialidades dos progressos econômicos que permitem um crescimento muito rápido dos recursos. Todo o esquema malthusiano desmorona-se, pois estava justamente fundamentado na não-flexibilidade da produção confrontada com o crescimento inquietante da população. Mais do que Invocar um limite matemático contra o qual viria tropeçar a população, é preciso procurar os fundamentos de um imobilismo social e técnico que engendra a miséria, enquanto que a mudança das relações sociais poderia integrar as novas descobertas e permitir à população crescente inserir-se no processo de crescimento. Não se pode fazer uma periodização econômica sem fazer intervir a evolução da produtividade, do trabalho, as formas de empréstimos públicos ou privados... Quando Guy Bois estuda, em sua tese, a crise do feudalismo (9), ele a analisa não como a resultante de um simples confronto entre recursos e população, mas como uma crise global da sociedade. Ao distinguir três níveis de análise, preconiza uma metodologia alternativa ao esquema malthusiano. O primeiro estudo deve fixar-se nos grandes índices econômicos, demográficos, olhar puramente descritivo que leva em conta mais os resultados do que os mecanismos. Após essa macroanálise, passa-se ao segundo nível, o da microanálise. É conveniente, então, estudar as relações sociais e as relações de produção entre os sujeitos econômicos. Enfim, retorna-se à cronologia

da evolução demográfica e econômica para formular hipóteses de análise sobre os fatores dessa evolução: "Somente no fim desse percurso tríplice é que serão expostas as conclusões tanto sobre o próprio sistema socioeconômico, quanto sobre o movimento econômico e demográfico no período considerado"¹⁰. A tarefa parece mais complexa, pois não se reduz a um esquema simplificador e mecanicista. Compreende-se Guy Bois, quando ele se insurge contra o deslize sub-reptício do nível descritivo para o nível explicativo, "metodologicamente inaceitável"¹¹. O homem-sujeito, já despossuído pelo esquema malthusiano do qual é prisioneiro, fechado em um ecossistema que o excede, está ainda mais dependente de fenômenos biológicos que ele não domina mais. A unificação microbiana do mundo entre os séculos XIV e XVI torna-se para Emmanuel Le Roy Ladurie, após Woodrow Borah, o motor essencial da evolução humana. A crise do século XIV não é mais a tradução de uma crise social, mas simplesmente o efeito da peste de 1348: "O des povoamento, oriundo à primeira vista das pestes como motor primeiro, engendra as crises econômicas da queda das vendas e do marasmo"¹². Quanto ao desastre que fez decrescer a população da América Central do século XVI (o México central passa de 25,2 milhões de habitantes em 1518 a 1,1 milhão em 1608), ele nos é apresentado como uma nova ilustração da unificação microbiana: "O fator cen-

9. G. BOIS. *Crise du féodalisme: économie rurale et démographie en Normandie du début du XIVe siècle ou milieu du XVe siècle*. FNSP. 1976.

10. *Ibid.*, p. 23.

11. G. BOIS. *La Nouvelle histoire*, op. cit. p. 387.

12. E. LE ROY LADURIE. *Territoire de l'histoire*. op. cit. A. 2. p. 85.

200

tral permanece microbiano"¹³. A colonização espanhola, a desestruturação das sociedades asteca, mala e Inca nos são apresentadas como secundárias em relação ao choque microbiano. Essa visão permite a não-responsabilidade das sociedades em suas práticas; o holocausto não é mais humano, torna-se microbiano, escapando por isso mesmo à vontade humana. Isso permite também a ausência de análise das contradições internas da civilização para explicar o declínio e a queda: "O processo que derrubou a sociedade antiga é, assim parece, um processo biológico"¹⁴. Essa entrada maciça do biológico como fator motor da evolução histórica permite a multiplicação de transposições arbitrárias e sumárias dos comportamentos animais para o domínio social. Assim, Ladurie retoma, para esclarecer o comportamento malthusiano, os trabalhos dos pesquisadores americanos de 1947, Strecker e Emlen, sobre os camundongos que foram submetidos a uma dieta pobre. A experiência demonstra que os camundongos limitam suas taxas de natalidade diante da crise de subsistência que combatem. Emmanuel Le Roy Ladurie reconhece aí o comportamento malthusiano dos humanos. A similitude com o mundo animal lhe parece total: "Na mulher como na fêmea do rato ou do camundongo, os automatismos virtuais estão prontos a funcionar em todos os momentos"¹⁵. Trata-se de uma vontade de romper a todo custo com o antropocentrismo. Nesse ritmo, a história tende a tornar-se a derivada do biológico, após haver sido a da demografia. Krystof Pomyan aprova, na Enciclopédia sobre a nova história, esse novo casamento. Philippe Ariés, em seus estudos sobre a família e a morte, localiza-se no nível "da articulação do biológico e do social"¹⁶. Privilegia esse nível, pois o considera essencial para a compreensão da evolução dos comportamentos humanos: "Procurei perceber as atitudes no nível mais baixo da escala cultural, isto é, o nível do biológico"¹⁷. Ao querer trazer a evolução humana para a realidade biológica, volta-se a privilegiar uma invariante a partir da qual as modificações e as transformações tornam-se insignificantes. Diremos, com Jacques Ruffié, que "vivemos ainda um equívoco ancestral que consiste em confundir o biológico e o cultural, e que leva a transpor arbitrariamente um certo número de leis da biologia para a área social"¹⁸. Esse deslize

13. *Ibid.*, p. 90

14. P. CHAUNU, *Histoire, science sociale*, SEDES. 1974, t. 3.

15. E. LE ROY LADURIE. *Territoire de l'histoire*, op. cit. M. 1. p. 346.

16. Ph. ARIES. *Radloscopla*. Franco-Intor. 4/01/1974.

17. Ph. ARIES, *Un Historien du dmanche*. op. cit., p. 172. 18. J. RUFFIÉ. *Do to biologia à la culture*, Flammarion, 1976.

encerra o homem em um imobilismo de natureza insuperável, suas ações tornam-se agitação estéril e impotente como a imagem de um rato preso em uma armadilha, que se debate sem esperança de salvação.

O MENTAL FORA DO SOCIAL?

O território do historiador deslocou-se recentemente para a exploração da psique humana através da evolução dos comportamentos, sensibilidades e representações. Esse alargamento epistemológico faz parte do patrimônio da escola dos *Annales*, que desempenhou incontestavelmente, nessa área, papel dinâmico. A evolução das mentalidades tornou-se o objeto privilegiado da Nova História. Se, em certo número de trabalhos, procura-se fazer a partilha entre as determinações do real e as visões de mundo, é preciso reconhecer que, muitas vezes, as mentalidades atravessam a história pairando como entidades independentes de toda contingência. Muitas vezes, o novo historiador contenta-se em transcrever a evolução das representações e a maneira pela qual as pessoas percebem sua época, sem estabelecer

qualquer relação entre essas representações e aquilo que as suscitou no real. Esse movimento indispensável de vaivém entre o mental e o social muitas vezes provoca uma simples substituição, o ocultamento do universo social por detrás do universo mental. O olhar dirige-se para a longa duração que não exclui as descontinuidades, embora estas integrem-se raramente no conjunto social global. A seriação aplica-se aqui, como nas pesquisas demográficas, ao estudo da morte, da festa, do medo e da família... Esse modo de abordagem repousa na idéia, segundo a qual, a natureza humana se revela em seu caráter eterno. Nessa reorientação do olhar para o campo mental, um momento essencial parece ter sido o colóquio da École Normale Supérieures de Saint-Cloud, realizado em 1965 sob a presidência de Ernest Labrousse. Confiante num grande grupo de discípulos engajados em suas monografias regionais, para a construção de uma história social mais científica, graças à quantificação, e centrada em categorias, grupos e classes sociais, Ernest Labrousse inicia uma nova linha de pesquisa. Já comum entre os sociólogos, ou seja, o estudo das resistências e, portanto, daquilo que é mais irredutível à mudança: as mentalidades: "Querem minha confissão /.../. Bem, até aqui o que nós fizemos foi a história dos movimentos e o que não fizemos muito foi a história das resistências /.../. A resistência das mentalidades localizadas é um dos grandes fatores da história lenta"¹⁹. Estamos em plena onda estruturalista que obriga o historiador a mudar o rumo tanto do ritmo da temporalidade quanto a escolha dos objetos históricos. A partir desse momento²⁰, uma grande parte dos pesquisadores labroussianos abandonam suas obras sociográficas para reorientá-las para o estudo do mental. Ao abandonar o grande programa definido por Ernest Labrousse em 1955²¹, insatisfeitos com as classificações e hierarquizações sociais, os alunos de Labrousse multiplicam não as contribuições à história social da França, como, por exemplo, a de Pierre Goubert sobre o Beauvaisis (1960), mas no próprio terreno cultivado há pouco, as obras de história das mentalidades, como por exemplo a de Maurice Agulhon: *Pénitents et Franc-Maçons de l'ancienne Provence* (1968) ou a de Michel Vovelle: *Plété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle* (1978). Esse itinerário, que leva da adega ao sótão, do estudo das estruturas econômicas e sociais à história das mentalidades, foi aquele de toda uma geração. A longa duração encontra aí um domicílio ideal nas estruturas do mental. A maioria dos historiadores labroussianos, marcados por seus conhecimentos precisos da infraestrutura, tentarão, contudo, manter os dois lados da corrente e concentrarão seus esforços no sentido da pesquisa das correlações entre os diversos fenômenos sociais e mentais. É claro que não aconteceu a mesma coisa com todos os novos historiadores.

Um franco-atirador, Philippe Arlès, foi o precursor, na França, na exploração das mentalidades. A partir de 1948 publica sua obra, *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie*; permanece, no entanto, ignorado pelos *Annales* até um período tardio. Já que foi preciso esperar 1964 para que fosse citado na revista por Jean-Louis Flandrin, por seu estudo sobre *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien*

19. E. LABROUSSE. *UHIstoire socialo*. 1967. Introdução ao Colóquio do ENS do Saint-Cloud, 15-16/05. PUF. 1965. p. 5.

20. Veja entrevista com M. VOVELLE, *Espaces-Temps*. n° 34-35, dezembro de 1986.

21. E. LABROUSSE. "Voles nouveaux vers une histoire de la bourgeoisie occidentale aux XVIIIe et XIXe siècles (1700-1850)". *Conferência Internacional das ciências históricas de Roma*. 1955.

*Regime*²². Mas seu olhar permanece profundamente nostálgico sobre a sociedade tradicional de ontem, sobre as grandes famílias, até o ponto de apresentar, às vezes, a imagem mistificadora de uma idade de ouro. Quando evoca²³ o poder econômico da mulher na família da Idade Média, o que ela perderia no século XVIII em benefício do poder educativo, estamos longe da sociedade medieval descrita por Georges Duby, na qual a mulher apenas parece ser o objeto da disputa entre os dominantes: padres e cavaleiros. A família transforma-se no século XVIII, o sentimento da infância como idade específica aparece nessa época, o círculo restringe-se. Philippe Arlès atribui a passagem de um modelo a outro, não à mutação global da sociedade, mas sim "por um fenômeno psicológico que perturbou o comportamento do homem ocidental a partir do século XVIII"²⁴. Encontramos um furo nessa explicação do Inconsciente coletivo como agente ativo determinante das variações das mentalidades, conforme as épocas, no esquema de Philippe Arlès. Seu estudo assemelha-se às variações sobre um único tema, ou seja, o da evolução interna da idéia da Infância, da família e dos comportamentos daí resultantes. Nesse plano, a contribuição de Arlès está longe de ser Insignificante, abre novas linhas de pesquisa histórica, embora permaneça na descrição do universo mental. Ao ocultar a questão do *porquê*, ou pelo menos ao apresentar resposta insatisfatória, tem o mérito de nos dizer o como. Encontramos o mesmo projeto, interessante no plano descritivo, mas também limitado ao âmbito das mentalidades, em Jean-Louis Flandrin, sobre a evolução da família e da sexualidade durante a época moderna. Ele observa, como Philippe Arlès, os mesmos progressos da Intimidade, da especialização e da separação das Idades, das funções e dos lugares²⁵. No século XVII passa-se do cômodo com funções múltiplas a uma diferenciação das funções entre os diversos cômodos do apartamento moderno. A casa não é mais o prolongamento de uma sociabilidade aberta para a rua e impõe-se o costume de avisar antes de cada visita para não perturbar a intimidade familiar. Amor e casamento não combinam verdadeiramente. Entretanto, no decorrer do século XVIII, a afirmação do casal, da família restrita vai reconciliar casamento e amor. O olhar do historiador Georges Duby sobre a família, o amor e o casamento é outro. Consiste em recolo-

22. J.-L. FLANDRIN, "Enfance et société". *Annales*. 1964. pp. 322-329.

23. Ph. ARIES, *Radloscopia*. France-Inter, 04/01/1974.

24. Ph. ARIES. *Un Historien du dimanche*. op. cit., p. 136.

25. J.-L. FLANDRIN. *Famille, parente, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Hachette. 1976.

car os comportamentos, as sensibilidades da época medieval nos riscos contraditórios que eles representam para as categorias sociais dominantes. Vê na célula familiar a "bainha matricial"²⁶ da sociedade medieval. As metáforas utilizadas na época para pensar a sociedade encontram na família sua inspiração essencial. Os monges são Irmãos, seu superior é o pai deles, os senhores em torno do líder formam uma *mesnie* ou família... Georges Duby não embarca nessa panfamiliarização em uma ótica serial em que a família e o casamento seriam objeto de uma análise desvinculada dos outros aspectos do real. Ao contrário, percebe o casamento como o ponto de junção do material e do espiritual: "Ele sustenta por conseguinte as infra-estruturas, não é dissociável delas"²⁷. Estabelece, em sua tese sobre a sociedade *mâcon-naise* na Idade Média²⁸, uma relação entre o ritmo das modificações de ordem política e o caráter mais fraco das relações e condicionamentos familiares. O amor, o casamento são percebidos como lugares importantes do Jogo. Mostra como a paixão e o amor puderam ser considerados como algo a ser sufocado, a ser canalizado para melhor dirigi-los para a legitimação da norma Institucionalizada. O casamento teve, portanto, muito cedo a função de ser o baluarte da ordem. Encontra-se investido de duas visões divergentes: a dos clérigos e a dos cavaleiros. Os clérigos da Idade Média vêem no casamento o único remédio para a fornicação e a luxúria. A união de dois seres deve excluir o prazer físico. Mas o casamento é, em primeiro lugar, um mal. Já que pressupõe a união carnal, mal necessário para a reprodução da espécie. É preciso, portanto, codificá-lo, cercá-lo de tabus restritos para controlá-lo e assim assentar o poder dos clérigos sobre os laicos: "O casamento é um instrumento de controle. Os dirigentes da Igreja utilizaram-no para fazer frente aos laicos e na esperança de os subjugar"²⁹. Esse é o grande Jogo de poder do século XI, o aspecto maior da revolução feudal, momento em que o desaparecimento do poder político central e o esmigalhamento do corpo social tendem a beneficiar os clérigos. Ao invés de substituir a sociedade medieval, o estudo de Georges Duby sobre o casamento permite torná-la transparente. Esse mergulho no social pela mediação das mentalidades, só é possível ao se levantar a questão do

26. G. DUBY e G. LARDREAU. *Diálogos sobre a Nova História*, Lisboa. Dom Quixote 1989 p. 151.

27. G. DUBY. *Le Chevolier, la femme et le prêtre*. Hachatt». 1981. p. 23.

28. G. DUBY, *La société aux XIe et XIIe siècles dans la région mâconnaise*. A. Colin, 1953.

29. G. DUBY. *Le Chevalier, la femme et le prêtre*. op. cit. p. 303.

porquê das mutações perceptíveis, ao ultrapassar a abordagem puramente descritiva e ao relacionar os diferentes aspectos da atividade e do pensamento humanos.

Encontra-se a mesma oposição entre o percurso dominante serial que se situa no plano do inconsciente coletivo e o percurso global, a respeito dos estudos sobre a morte. Quando Philippe Arlès estuda as variações dos comportamentos diante da morte, não diferencia a morte católica da protestante, não leva em conta os mecanismos de transmissão da cultura dominante nem os condicionamentos demográficos e sociais: "A meu ver, as grandes oscilações que arrastam as mentalidades - atitudes diante da vida e da morte - dependem de motivos mais secretos, mais subterrâneos, no limite do biológico e do cultural, ou seja, do Inconsciente coletivo"³⁰. Segue-se, portanto, com Philippe Arlès, as oscilações do inconsciente coletivo, conforme os mecanismos de adaptação, de reviravolta e de inversão dos significantes. O referencial básico parece estar lá ainda, assim como para a família, "esse mundo que nós perdemos", esse tempo fetal original em que a felicidade reinava. Trata-se do tempo da "morte aprisionada" no decorrer da Idade Média; reinava nessa idade do ouro uma grande familiaridade com a morte, que não era objeto de temor nem para si nem pelos outros. O cemitério era o lugar de sociabilidade, lá se dançava, se comerciava em meio aos cadáveres sem que o espetáculo da morte impressionasse os vivos. O moribundo, organizador da cerimônia pública de sua própria morte, nesse momento preparava-se sem drama no meio das pessoas próximas. Esse é o momento de uma morte acrônica, sem traumatismo, quase bem-aventurada. Para além do interesse incontestável de seu estudo, que muito nos revela sobre os comportamentos, pode-se questionar a legitimidade da visão diacrônica que abraça de uma só vez os séculos, em torno de um parâmetro central, a morte, sem jamais pesquisar os fundamentos de suas inflexões. Aliás, Philippe Arlès não sente necessidade de localizar as situações dessas sensibilidades sucessivas diante da morte, pois, segundo ele, trata-se apenas de variações do inconsciente coletivo que transcendem seu meio ambiente. Se houve autonomia na evolução das atitudes dos ocidentais diante da morte, então, abrir-se-ia nova via com total independência em relação a uma sociedade dada e em suas dimensões tanto materiais quanto espirituais? As atitudes diante da morte, nessa visão idealista, pairam fora do espaço e do

30. Ph. ARIES, *Essai sur l'histoire de la mort en Occident*, Le Seuil. 1975. p. 222

tempo, animadas por um dinamismo próprio e irracional. Pode-se, no entanto, encontrar uma lógica Interna na evolução de nossa sociedade que, por etapas, eliminou a morte para fazer dela um valor proibido. Michel Vovelle preconiza outro método, diferente do de Philippe Arlès, para tornar Inteligível a evolução das atitudes diante da morte. Sua grade de leitura articula-se de forma vertical e estuda sucessivamente "a morte sofrida, a morte vivida e o discurso sobre a morte"³¹. Evita assim toda explicação mecanicista ao diferenciar bem os fatores infra-estruturais, tanto a evolução demográfica quanto a das estruturas econômicas e sociais, o peso relativo do indivíduo e da família na "morte sofrida". No outro pólo, o dos "discursos sobre a morte", recupera as orientações das Ideologias coerentes diante da morte, o lugar delas para a Igreja, os poderes... Enfim, entre esses dois pólos, localiza o nível das

mentalidades da época com a "morte vivida" em uma descrição que leva em conta as diferenciações sociais. Essa grade de análise permite a Michel Vovelle perceber as convergências e distorções que aparecem nos três níveis. Pode-se falar de uma "morte vivida" na Idade Média sem situá-la socialmente. Isso foi o que fez Colette Beaune³² ao descrever os funerais dos nobres no fim da Idade Média, no século XV. Momento esse em que o corpo do nobre ficava longamente exposto no castelo, o rosto pintado e embalsamado antes de ser substituído pela efígie. Essa teatralização da morte, esse gosto pelas pompas acentuam ainda o caráter desigual da morte. Maurice Berthe, no próprio colóquio de Estrasburgo, analisa a dança macabra como expressão de uma manipulação ideológica para mascarar a desigualdade cada vez mais manifesta. Estudos concretos podem ter a morte como objeto sem encará-la em uma perspectiva Idealista. Esse é o caso do estudo de Michel Vovelle sobre os 20.000 testamentos provençais do século XVIII. Consta uma mutação nas mentalidades na época das Luzes: "Foi-se o tempo das pompas barrocas"³³. Os pedidos de missas nos testamentos diminuíram pela metade, o cerimonial desaparece, a sepultura não é mais o centro das preocupações. Michel Vovelle não se limita a essa constatação: "O que representa a evolução destacada no decorrer do século? Sob a pressão de que fatores ela se produziu? Qual nome enfim podemos lhe dar?"³⁴ Recusa o esquema das elites que se opõem ao povo e demonstra o papel decisivo da burgue-urbana nessa mutação das mentalidades que contrasta com a reação defensiva dos nobres e dos notáveis: "Não precisamos muito o termo elite, fonte de confusões e simplificações deformantes"³⁵. Para Michel Vovelle, a descristianização invocada não é suficiente para esgotar as razões dessa mutação, mas não se pode dispensar sua análise no estudo sobre a "morte vivida".

Outro canteiro aberto à história das mentalidades: o medo, objeto privilegiado pelo precursor Georges Lefebvre, que escreveu, em 1932, uma obra sobre o grande medo de 1789. Mais recentemente, Jean Delumeau consagrou grande obra ao medo dos séculos XIV ao XVIII no Ocidente³⁶. Mas Delumeau abandonou o caminho traçado por Georges Lefebvre: não se trata mais do estudo de um momento, da cristalização afetiva em torno de um acontecimento, mas de uma busca do inconsciente coletivo, da natureza humana revelada por um estudo serial, o das diferentes imagens do medo no decorrer do tempo. Trata-se do medo como estrutura, como imanente ao homem, já que "O medo é natural"³⁷. "O homem é naturalmente conservador."³⁸ Encontra-se o mesmo homem-mental de Philippe Ariès, estruturalmente preso à ordem e à sua manutenção, mas pode-se perguntar com Michel Vovelle: "O medo é verdadeiramente acrônico?"³⁹ Esse homem sedento de segurança, hostil à mudança, é o complemento da história Imóvel. O percurso serial de Jean Delumeau o conduz a encontrar seu objeto: o medo, na origem de todos os fenômenos do fim da Idade Média e da época moderna. As sedições seriam apenas a expressão de um nervosismo devido ao medo; da mesma forma, a ação persecutória dos poderes teria o medo como única causa. Teria sido preferível correlacionar essa febre de medos em todos os componentes da sociedade ocidental no fim da Idade Média com o lugar novo e marginalizado do cristianismo. O braço secular separa-se, então, da Igreja, o poder parece escapar dos clérigos, que opõem resistência com a difusão de medos múltiplos entre seus fiéis, ao teologizar em torno de três figuras: o herético, a feiticeira e o judeu, e ao anunciar a proximidade do Juízo Final.

31. M. VOVELLE, *Ideologia et mentalités*, Maspero, 1982, p. 103.

32. C. BEAUNE, *La mort au Moyen Age*. Colóquio da Estrasburgo, 1975, lançado em 1977, pp. 125-145. Comunicação: "Mourir noblement à la fin du Moyen Age".

33. M. VOVELLE, *Plôtó baroque et d'ocMstlanisailon en Provence au XVIIe siècle*, Le Seuil, 1978, p. 275.

34. *Ibid.*, p. 305.

35. M. VOVELLE, *La mort et VOcclident*. Gallimard, 1983, p. 216.

36. J. DELUMEAU, *La Peur en Occident*, Fayard, 1978.

37. *Ibid.*, p. 9.

38. J. DELUMEAU, *Dialogues*. France-Culture, 7/03/1979, "La peur hier et aujourd'hui".

39. M. VOVELLE, *L'Histoire*. n° 22, abril de 1980.

O homem-mental aparece, pois, como o contrapeso Indispensável da história quantitativa. Sem dúvida, ele o é. Permite tornai o descer entre as realidades mais humanas e Inscrever-se em uma lógica descritiva. O mental tem a tendência de recobrir o campo social ao Integrá-lo na permanência de uma natureza humana imutável. Como o longo período apaga as tensões sociais, o estudo do mental relativiza a consciência dessas tensões e as oposições daí decorrentes. O homem reduzido ao mental é objeto ao Invés de sujeito de sua história. Objeto de contagem, objeto de quantificação, ele se torna objeto psicológico e objeto de mentalidade. O fôlego da ação humana através dos séculos dilui-se nas descrições feitas pelo historiador. Ao afogar o homem na quantificação, depois ao reabilitá-lo através de sua mentalidade, apaga-se do discurso histórico o homem social, aquele que, na relação individual com a sociedade, simboliza o processo de dominação e as articulações do modo de produção.

Uma grande obra recente tenta ultrapassar o conceito fluido de mentalidades para privilegiar o da vida privada, que se assemelha ao que se chamava outrora de história das civilizações ou dos costumes. Michel Winock é o primeiro responsável pela realização desse projeto. Propôs a idéla a Philippe Ariès e a Georges Duby: "O trio Ariès-Duby-Winock escolheu os diretores de cada um dos cinco volumes"⁴⁰. Essa nova temática da vida privada Inscreve-se no movimento de explosão do objeto histórico e de ruptura radical com a história social praticada nos anos 60. Propõe-se até a ser um Instrumento mais operatório do que a história mental para desconectar-se do contexto social ao concentrar-se em uma esfera privada definitivamente desvinculada do político. Paul Veyne, diretor do tomo 1, define os fundamentos da obra como resultantes da desagregação da paixão pela política e como a busca de uma nova ética pós-cristã.

Outro melo recente de escapar do real, de cortar todo laço que una a infra e a superestrutura é o refúgio no mundo do imaginário. Já que a reconstituição do passado é mitológica, os fantasmas têm tanta eficácia quanto as Instituições e as relações sociais concretas. Assim, Gilbert Durand, fundador de um centro de pesquisas do Imaginário em Chambéry, tem o projeto de constituir uma análise do mito: "Creio, como Nietzsche, que uma cultura seja um emaranhado de mitos"⁴¹. O imaginário, para Gilbert Durand, é uma estrutura subjacente e imanente ao homem. Haveria aí um número delimitado e restrito de *mitemas* com uma base comum a todos os homens. Os mitos ora viriam à tona, ora seriam reprimidos no Inconsciente. A figura prometéica volta a atingir o Ocidente no século XIX. O imaginário, uma vez tornado figura não-histórica, permanente em sua estrutura e função, pode então recobrir todas as outras dimensões e considerar-se a chave de nosso viver contemporâneo. Gilbert Durand reutiliza uma concepção que se supunha definitivamente desacreditada, a dos arquétipos de Carl Jung, para perceber as estruturas e as recorrências do imaginário. Recorre-se a uma abordagem fixa, acrônica e idealista da história: "A maior parte do tempo, percebe-se que as Ideologias /.../ dirigem muitas vezes o mundo mais do que os fatos positivos"⁴². Em um espírito bem diferente, Jacques Le Goff privilegia também a história do imaginário cujo interesse maior, para ele, reside na extensão do campo histórico e na possível multiplicação de seus objetos. O clima e os animais entraram como sujeitos da história com Emmanuel Le Roy Ladurie e Robert Delors. Por que, então, o imaginário escaparia do historiador? A outra causa que pode contribuir para o sucesso dessa história e que permite esperar a resposta dos historiadores do imaginário à demanda social, é o advento de uma sociedade da imagem com os meios de comunicação de massa. Philippe Alphanféry e Alphonse Dupront já mostraram até que ponto a Imagem pode ser mobilizadora de energia. Para eles, a fonte essencial da motivação da cruzada reside na força da Jerusalém celeste⁴³. Essa história do Imaginário, segundo fôlego da história das mentalidades, roupagem maior, permite, portanto, novas ambições ao historiador como, por exemplo, a anexação dos documentos literários e iconográficos: "Enfim, haverá aí verdadeiramente um desembocar autêntico da história no mundo da arte e da literatura"⁴⁴. Logo, essa descentralização da abordagem histórica permite, por seu caráter polimórfico, a extração das riquezas das expressões vizinhas, mas o reverso dessa expansão pode levar ao abandono de todo referencial recoberto pelo mundo único das representações imaginárias. Essa eliminação do real não foi certamente realizada por historiadores como Georges Duby ou Jacques Le Goff, para quem o imaginário representa uma possível complexidade do conhecimento da sociedade medieval, da qual eles dominam os dados econômicos. Situam-se, de fato, em

40. P. VEYNE. *Magazine Httèralm*. dezembro de 1985. pp. 106-109.

41. G. DURAND. *Le Monda*. 15/06/1980.

42. G. DURAND. *Histoire et Imagine/Ire*. Polssis. 1986. p. 143.

43. P. ALPHANDÉRY e A. DUPRONT. *La Chrétienté et l'Idéa de crosade*, Albin Michel, 1954-1959.

44. J. LE GOFF, *Histoire et Imaginalre*. op. cit. p. 13.

uma posição de ruptura com o percurso predominante dos historiadores da mesma escola que preconizam a atribuição à história das mentalidades e do Imaginário um lugar tal que substitua a história social. O conceito de mentalidade sempre permaneceu muito vago, por isso abre-se a dimensões muito amplas, mas - em compensação - exige que seja utilizado com cuidado e com método. O perigo da historiografia atual está no fato de ela se contentar em descrever as variações das representações sem preocupar-se em mostrar como elas se articulam com o real histórico. A esse respeito, Jacques Le Goff não considera mais esse modo de abordagem como história: "Não se pode dizer que fazemos história quando nos contentamos com as representações"⁴⁵. Para Le Goff, a história das mentalidades assenta-se em uma totalidade histórica que recobre ao mesmo tempo a civilização material e a cultura. Os dois níveis Interpenetram-se em uma problemática que rompe com o mecanismo habitual da teoria da superestrutura como reflexo da Infra-estrutura. Considera certamente que as relações entre o social e o mental são mais complexas que aquelas que podem existir entre o aspecto econômico e a sociedade, mas permanecem ligados em uma mesma estrutura. Ao definir o estudo das mentalidades⁴⁶, Jacques Le Goff a Integra no movimento histórico global, ao contrário da maioria dos historiadores dos *Annales*, que vêem nas mentalidades o meio de libertação e de partida para outro lugar Imaginário, ao orientar seu olhar para as manifestações do irracional, para as margens de um corpo social percebido em suas ausências. Para Jacques Le Goff, o mental não é uma escapatória, uma viagem noturna, mas o melo de esclarecimento. Localiza a história das mentalidades não em refúgios que escapam a toda racionalização, mas no centro do corpo social.

Georges Duby também definiu o lugar da história das mentalidades⁴⁷. Não a encara mais como entidade Independente, mas, ao contrário, considera que não se pode deixar de lado a relação entre aquilo que os marxistas chamam de infra e superestruturas. Para Georges Duby, o mental tem sua própria temporalidade, que ele subdivide - conforme a grade braudeliana - em três ritmos: aquele, rápido, das emoções do momento, o da conjuntura, do rumor à pequena frase em seus ecos momentâneos; depois a evolu-

45. J. LE GOFF. *Lundis da 1'histolre*. France-Cultur». 19/10/1978.

46. J. LE GOFF. *Falre da fhistolra*. op. olt. t. 3.

47. G. DUBY. *Uhlstolra at tas méthodas*. Vhistolr» des mentalités". Gallimard. "La Plêiade", 1961.

ção dos comportamentos e crenças partilhadas por um grupo social determinado; por último, na longa

duração, os quadros mentais mais resistentes às mudanças, a herança cultural, o sistema de crenças ou modelo de comportamento que perduram para além do factual. Para promover a história das mentalidades, Georges Duby precisou deslocar o olhar do historiador da narração dos fatos passados, da pesquisa da veracidade dos traços deixados a partir das genealogias, hagiografias e crônicas para estudar, a partir dessas mesmas fontes, as representações que uma época tem de si própria, de sua história e em sua subjetividade. A fonte não é mais a tela entre o real a ser recuperado e o historiador, mas ela torna-se o próprio objeto da transparência: "Tento fazer a história das formações verbais"⁴⁸, escreve Georges Duby, que define aqui a primeira etapa necessária para dar um estatuto ao estudo das representações por longo tempo negligenciadas ou consideradas como simples reflexo. Mas logo acrescenta, ao diferenciar-se de uma concepção nominalista, que "empreendida esta semiologia social, restará ver a maneira como ela se articula com as condições econômicas"⁴⁹. Portanto, não faz funcionar a história das mentalidades como meio de substituição em relação às estruturas sociais. Soube dar estatuto histórico ao universo simbólico atravessado pelos conflitos internos da sociedade da qual emana. Os sistemas de representação são a cada vez referidos ao local do locutor. Georges Duby desconfia dos grandes afrescos seriais que se ligam à evolução, na longa duração, de um comportamento, de um conceito e de uma representação: "O percurso diacrônico distancia-se muitas vezes do real"⁵⁰. Ao contrário, o trabalho histórico reside no confronto sem cessar das diversas temporalidades e a evidência dos descompassos, das discordâncias entre a realidade social e a representação ideológica que não evoluem em perfeita sincronia. As mentalidades não são concebidas como objeto suplementar que permitiria a explosão do território do historiador em pedaços disparatados; torna necessária a recuperação de um conjunto, de uma coerência ao mesmo tempo difícil e mais louvável. Michel Vovelle localiza também o trabalho do historiador das mentalidades no plano das articulações entre diacronia e sincronia. A esse respeito, a melhor posição revela-se ser a decifração das fases de crise, das mutações sociais mais

48. G. DUBY. *Dialogues avec G. Lardreau. op.cit.*, pp. 136-137.

49. *Ibid.*

50. G. DUBY. *Vendredi. entrevista com o autor. 04/01/1980.*

radicais e dos movimentos tectônicos mais profundos. É nessas transições que se pode ler com mais clareza a passagem de um modelo mental a outro. Michel Vovelle, ao especializar-se na história das mentalidades, não tira por isso a história do lado do Imutável e do Imóvel; faz bem a divisão entre a obra histórica e a antropológica. Dá também uma definição de história das mentalidades que a Integra como parte de uma história global. Esse conceito de mentalidade, em moda hoje, abrange uma dimensão maior que o de ideologia. Trata-se da passagem do estudo do consciente, do formulado claramente pelas instituições ou indivíduos, para o não-formulado, para as atitudes e representações inconscientes. O universo mental deve levar em conta o ideológico, ultrapassá-lo, ao passo que ele é, muitas vezes, apresentado como um magma sem forma e sem qualquer articulação. A temporalidade das mentalidades, em geral, evolui em ritmo mais lento do que a sociedade, assim como Marx a viu; puderam qualificá-la de "prisão da longa duração", como o fez Fernand Braudel ou de "resistência" em Ernest Labrousse, mas Michel Vovelle destaca, aliás, o aspecto inovador dos sistemas de representação: "Ao contrário, deve-se falar da real criatividade desse imaginário"⁵¹. A complexidade é grande nesse conjunto a ser recuperado, em que o movimento é duplamente ação e retroação entre o real e o Imaginário. A cada reviravolta essencial, constata-se uma crise global da sociedade. Esse é o caso do fim do século XVIII, tudo oscila do aspecto econômico ao político, mas também nas atitudes diante da família, da religião e da morte. Da mesma forma que o fogo macabro do século XV exprime a crise da sociedade feudal e não o retorno do reprimido nem o simples efeito da peste negra. As flutuações das representações de uma sociedade estão, portanto, no prolongamento, muitas vezes distorcido, algumas vezes harmonioso, da evolução social. É assim que Michel Vovelle aborda a história das mentalidades; ela "permanece a ponta fina da história social"⁵², e a função do historiador consiste em "formular o questionamento, essencial para nós, da hierarquia das ações recíprocas, das causas e dos efeitos"⁵³. As mentalidades não são mais apreendidas como formações discursivas desvinculadas do real, mas são parte integrante do estudo de uma sociedade. É nesse sentido que a história pode se enriquecer ao preservar sua ambição de globalidade, ao recusar a explosão de seu campo de análise.

51. M. VOVELLE. *Idéologos of mentalitas. op. cit.*, p. 93.

52. *Ibid.*, p. 101.

53. M. VOVELLE. *La Mort et l'Occident. op. cit.*, p. 23.

4 - A META-HISTÓRIA DO GULAG

A história faz o historiador tanto quanto o historiador faz a história.
J. Michelet

UM DISCURSO SOCIOLIBERAL

Nos anos 50, no tempo da guerra fria, muitos novos historiadores identificaram seu destino ao do PCF. O mundo se pensava em termos maniqueístas, os bons no regaço do deus soviético, os maus, à sua direita ou à sua esquerda. Compreende-se a decepção daqueles que haviam feito da União Soviética seu modelo, quando das revelações filtradas pouco a pouco até Soljenitsyn, sem esquecer do XX Congresso; as Intervenções sucessivas do Exército Vermelho, que se tornou arma de opressão, desempenharam um papel revelador, ao destruir a visão mitológica desses historiadores engajados no PCF. Em 1952, o grupo de candidatos ao concurso de professor universitário de história, adeptos do PCF, é particularmente rico em personalidades. Nele se encontram Claude Mesliand, futuro reitor de Amiens, Pierre Deyon, futuro reitor de Estrasburgo, Jean Dautry, Jean Nicholas, François Furet, Robert Bonnaud, Jacques Chambaz, Denis Richet e Emmanuel Le Roy Ladurie. Na hora do resultado do concurso, François Furet e Jean Chesneaux, ao computar os aprovados, comentavam na corte da Sorbonne: "Deixamos alguns lugares para os burgueses"¹. Essa é a época em que o mestre da Revolução Francesa, Albert Soboul, mantinha más relações com a ala sectária do PCF, cujo porta-voz era o Jovem historiador François Furet. Prolegômenos de uma polêmica que jamais cessará entre os dois homens mesmo quando a linha de clivagem foi seriamente deslocada. Entre esses historiadores do PCF, aos quais é preciso acrescentar Alain Besançon, Jacques Ozouf..., muitos se reencontrarão nas tribunas mais ouvidas da escola dos *Annales*, ao colocarem seu senso de organização a serviço das conquistas, não mais do partido mas sim da escola.

François Furet, antigo presidente da EHESS, aderiu ao PCF em 1947. Esse período de militância permanece horizonte intransponível que fundamenta seu discurso histórico através de sua prática stalinista na época e do rancor dela resultante, Reafirmava recentemente a que ponto o passado fora importante para ele e seus camaradas: "Quando procuro compreender, 25 anos depois, o que restou de comum entre nós, além das reminiscências e dos sentimentos, eu me pergunto se a nossa adolescência tardia nas fileiras do PC não desempenhara papel tão importante quanto nossa atividade de historiadores no quadro da École des hautes études"². Uma tal experiência o vacinou e lhe ensinou os charmes discretos do liberalismo, a ponto de precipitar-se, após maio de 1968, no gabinete de Edgar Faure: "Eu me sinto bem próximo dos representantes mais esclarecidos do pensamento liberal"³. Não há outra saída a não ser o poder existente, o sistema instalado e a aceitação da ordem estabelecida: "Quero dizer que não existe mais combate, no século XX, que não seja duvidoso"⁴. François Furet converteu-se recentemente ao aronismo e dirige, desde 1984, um novo instituto criado pela École des hautes études: o Instituto Raymond Aron. Seu camarada de combate, Emmanuel Le Roy Ladurie, tornou-se o ídolo das multidões de historiadores. Sustenta, sem dúvida, o discurso mais representativo das tendências atuais da escola dos *Annales*. Esse *globe-trotter* do território do historiador provém das terras normandas, filho do ministro

1. R. BONNAUD, entrevista com o autor. 16/01/1986.

2. F. FURET, *Le Dialecte*, dezembro de 1961, pp. 113-114.

3. F. FURET, *Le Nouvel observateur*, 20/11/1978.

4. *Ibid.*

da Agricultura e do Abastecimento de Vichy em 1942. Uma infância ninada com cânticos a ponto de Emmanuel sonhar ser padre. No entanto, ao chegar a Paris, jovem normalista, ele adere ao PCF, no qual permanecerá oito anos: "Havia saído da minha concha de pequeno molusco. Mas tornava-me simultaneamente um crustáceo stalinista"⁵. Com a ajuda da carapaça ideológica, Emmanuel Le Roy Ladurie engole todos os venenos stalinistas, sem problemas digestivos, para purgar os erros de seu pai em Vichy. Em 1956, o XX Congresso porá fim a seu tempo de purgar, ele terá ganho o purgatório para seu pai e sairá do partido um ano mais tarde. O PCF leva todos a saírem do partido. Mas, nesses anos 50, os tempos são duros. Foi preciso conduzir duramente a campanha contra "Tito-flic" e Emmanuel Le Roy Ladurie participou plenamente nela, na qualidade de redator do Jornal estudantil comunista *Clarté*. A respeito do caso Slansky, ele nos conta⁶ e precisou demonstrar que uma criança deve denunciar seu pai quando o Interesse do partido está em Jogo. Esse delírio stalinista irá até exigir de Louis Althusser, seu camarada de célula, a ruptura com sua mulher Hélène, acusada de ter Sido herética pela direção do PCF. Ao haver simpatizado com Charles Tillon, Emmanuel Le Roy Ladurie deixar-se-á cair, sem um palavra, no alçapão dos renegados da classe operária. Como isso foi possível? Ele se explica bem: "Eu acreditava no paraíso"⁷. Essa fé o guiava, mas há também toda sua vida pessoal, enraizada nessa família no sentido amplo: "No PC, eu havia enfim reencontrado o outro, o camarada o operário. Ilusão naturalmente, ainda que não seja total: alguns de meus melhores amigos atuais, François Furet, Denis Richet, Alain Besançon e outros datam dessa época. Eu lhes devo meu casamento e minha família atual /.../."⁸ Como, depois

disso, torcer as coisas noutra sentida? A tentação é, então, grande, como se diz no PCF, de jogar o bebê com a água do banho. Foi o que fez Emmanuel Le Roy Ladurie com fervor. Por que a ruptura? "Meu pai tinha 120 vacas, eu gostava muito delas, li em uma revista nos anos 50, na qual se dizia que os russos tinham menos vacas do que em 1913. Eu os considerei uns infelizes com tão poucas vacas."⁹ Toma claramente o partido contra o programa comum da esquerda no ano de 1976; em contrapartida, tem algumas fraquezas pelo regime giscardiano: "À primeira vista, Giscard é um libe-

5. E. LE ROY LADURIE. *Le Débat*. novembro de 1981.

6. *Ibid.*

7. *Ibid.*

8. *Ibid.*

9. E. LE ROY LADURIE. *Apostrophes*. 12/03/1982.

ral e um tocquevilliano. Está, é claro, consciente do isolamento e da fragilidade de suas posições liberais neste século XX dos fanatismos /.../ entre a direita clássica que pretende ser nacionalista e forte e os marxistas de todo tipo"¹⁰. Em 1978, adere à nova organização presidida por Eugène Ionesco, o Comitê dos Intelectuais para a Europa dos Libertados (o CIEL), que se propõe, diante da crise dos valores ocidentais, mobilizar-se para se opor a toda perspectiva de revolução global de nossa sociedade. O marxismo é aí apresentado como o comandante dos pelotões de execução, portanto, o inimigo nº 1 a ser abatido. Torna-se, então, o guardião da ordem e sua escrita torna-se sua proteção após ter sido o credo da loucura stalinista. Ele apela a um filósofo da moda, para denunciar o risco totalitário: "Karl Popper colocou bem o problema: as revoluções não são controláveis, pois elas desencadeiam processos imprevisíveis, que dizem respeito ao conjunto da sociedade e, portanto, adquirem inevitavelmente um caráter totalitário". Acabará por deixar o jornal *Le Nouvel observateur* por... *L'Express*.

Os anos 50 são, portanto, capitais na definição de uma geração, que hoje renega aquilo que ela ontem adulou no mesmo elã absoluto. O deus de ontem tornou-se diabo. É suficiente ler Alain Besançon, outro camarada da mesma época, soviétólogo após haver sido pró-União Soviética, para compreender as causas comuns da tomada de posição deles. Esse último tinha 18 anos em 1950: "Pertencço a uma geração fortemente marcada pela idéia comunista"¹². Hoje, sua rejeição da União Soviética é mais do que extrema: "O sistema soviético parece-me o oposto do que é a civilização /.../. Qualificar a URSS de bárbara é uma injustiça, não pela URSS mas sim pelos bárbaros"¹³.

A história gagueja. Esse fenômeno de adesão mística, prelúdio de um período expiatório, repetiu-se para uma parte da geração de maio de 68, sobretudo naquela que aderiu ao maoísmo. Quando o grande timoneiro os decepcionou, despeitados, inventaram a nova filosofia construída em torno de *L'Ange místico*. A revolução é também considerada como impossível, ou melhor, de natureza totalitária. Guy Lardreau, Christian Jambet, Bernard-Henry Lévy caçam em terras filosóficas o animal malfazejo que leva o nome, em um percurso regressivo, de Marx, Hegel, Rousseau ou Platão. Sem as cabe-

10. E. LE ROY LADURIE. *La Nouvel observateur*. 23/05/1977.

11. E. LE ROY LADURIE. *Malintant*. «ntrovista com o autor, agosto do 1979.

12. A. BESANÇON, *L'Express*, 1978.

13. A. BESANÇON, *La Quotidien de Paris*. 18/12/1981.

ças, sempre restará alguma coisa. O desvio de uns desencadeia o desvio dos outros em uma direção imprevisível, que deixa o gosto amargo do desencanto pairar sobre as pesquisas em curso e sobre a atividade intelectual dos historiadores. A hora não é mais a do engajamento e, quando Pierre Nora, responsável pelas publicações históricas da editora Gallimard, lança, em 1980, a revista *Le Débat*, fornece com precisão a natureza da obra: "Le Débat é o contrapeso dos *Temps modernes* e de sua filosofia de engajamento"¹⁴. : A ideologia aterroriza aqueles que experimentaram sua utilização como negação do real em nome de interesses superiores. O olhar desses historiadores exercita-se, portanto, a partir do prisma deformante do gulag; permanece marcado pelo pós-Poznam, Budapeste, o XX Congresso, Praga e o golpe de estado de Jaruzelski, ao passo que eles pretendem ter um discurso objetivo, científico, fora de todo engajamento, para o único bem da ciência histórica. Certamente, o totalitarismo stalinista requer do historiador uma tentativa de esclarecimento, mas não é a esse esforço necessário que se assiste, mas sim a um mergulho frio no passado para preservar-se do futuro. As escolhas efetuadas nesses períodos, os esclarecimentos, o ritmo diferencial de cada uma das seqüências são, na maioria das vezes, determinadas pelas posições políticas de cada escola de historiadores. Pierre Vidal-Naquet explica¹⁵ as razões de sua escolha da Grécia antiga como campo de especialização. Sua aspiração democrática empurrou-o naturalmente para o estudo da constituição da cidade. Claude Nicolet, ao preparar-se para a adesão ao partido radical, estava mais voltado para o estudo de Roma, onde a política dos patrícios já era mais hierarquizada, senão mais hierática. No século XIX, Guizot, Thierry ou Thiers voltaram a atenção para a Revolução Francesa para legitimar 1830, o liberalismo, o papel inovador e a missão universal da burguesia francesa. Portanto, pararam em 1 789-1 790. Ao passo que Michelet ou Louis Blanc, partidários de uma república social, preferiram valorizar na história da Revolução Francesa o ano de 1 792. Como escreve Georges Duby, "percebe-se que cada geração de historiadores efetua uma escolha"¹⁶. A jovem geração dos *Annales*, herdeira do desencanto de seus mestres, vai ainda mais longe para enfeitar Clio com o papel de vestal da ordem existente. Emmanuel Todd, discípulo de Emmanuel Le Roy Ladurie, membro da JC em 1968: "Trata-se de

4. P. NORA, *Le Monde*. 2/05/1980.

6. P. VIDAL-NAQUET, *La Nouvelle observateur*. 18/04/1977.

6. G. DUBY, *Dialogues avec G. Lardreau*, op. cit., p. 37.

uma passagem da adolescência¹⁷, ataca toda forma do militância - de esquerda, bem entendido. Ataca "a frouidão doutrinária"¹⁸ do PS por sua linguagem marxista-leninista e considera a adesão comunista como "uma manifestação psicológica mórbida de tipo esquizofrênica". E para Laurent Theis, da mesma geração, a história é um valor-refúgio nesse mundo sem fé nem lei. Sente-se órfão dos bons tempos da be//e *époque* em que "nossos ancestrais eram felizes com suas velas, tamancos..."¹⁹. Formula o voto de que nosso futuro retorne a esses tempos passados: "Eis o que me interessa: a sociedade em que as tradições e as regras regiam tudo"²⁰. Essa nostalgia é um dos traços unificadores de muitos trabalhos históricos atuais. É em nome dessa reconquista do passado, da valorização dos tempos ancestrais que os velhos comunistas vacinados puderam efetivar seu reencontro com os historiadores conservadores em uma mesma prática histórica, ao defenderem assim, apesar dos diferentes engajamentos, a mesma escola e a mesma metodologia.

No desvio do caminho, nossos sobreviventes do stalinismo encontraram o historiador mais prolixo de sua geração: Pierre Chaunu. Apóstolo do protestantismo, Cassandra dos tempos modernos, adverte nossa humanidade cristã. A fortaleza ocidental foi inexpugnável, mas o perigo ronda. A cruzada está em nossos muros. Atenção para não transformar o Ocidente em deserto, logo invadido pelas hordas bronzeadas do Terceiro Mundo. Assim espera nos preservar do apocalipse antes do ano 2000. Pai de seis filhos, aconselha o aumento da taxa de natalidade da população branca, ao rejeitar com desgosto o aborto que, para esse militante do "Deixem viver", assemelha-se naturalmente a um crime. A sobrevivência da espécie está em jogo: "Estamos a ponto de constituir um barril de pólvora; Iremos provocar guerras civis, ao fabricar homens no Terceiro Mundo e ao enviá-los a trabalhar em Ruhr ou em Paris. Enquanto historiador, cuja tarefa é também esclarecer as ações do presente, eu lhes digo: Isso é uma loucura total"²¹. As posições ideológicas de Pierre Chaunu têm o mérito da transparência. Após haver denunciado as clínicas de aborto, declara: "Não queremos, nós, pais de três ou quatro filhos, torná-los engraxates, escravos, carvoeiros,

17. E. TODD. *Radlosco&Q*. France-Inter. 12/11/1976. 1 6. E. TODD. *La Fou et lo prolétalr*. Laffont. 1979.

19. L.THEIS. *Radloscoplo*, France-Inter, 11/04/1979.

20. *Ibid.*

21. P. CHAUNU, discurso por ocasião do prêmio da Fundação Louise-Weiss. atribuído a seu livro *La Posto btonche*. 1 7/01/1977.

varredores, servidores dos outros"²². Pretende demonstrar a superioridade de nossa civilização, dita cristã tradicional do mundo povoado", sob a cobertura do olhar altamente científico do historiador²³. Os cristãos brancos tiveram, sobretudo, mérito de haver sabido socializar o ascetismo, o controle dos impulsos sexuais, souberam erigir, como regra geral, a continência ao preço de uma louvável força de vontade. Extrai desse modelo dois aspectos marcantes da época moderna: o atraso da idade do casamento (25-28 anos) e o estabelecimento da família matrimonial restrita. Essa prática da continência permitiu o desabrochar da inteligência ocidental: "Suscita agressividade e cerebração. Provoca tensões criadoras. Agressividade e criatividade estão indissolúvelmente ligadas"²⁴. Portanto, é graças à repressão dos impulsos sexuais que o Ocidente cristão pode garantir o papel de gula dos povos que lhe coube em nome de Deus, da Bíblia e de sua mensagem universal, "o único". O novo cruzado, Pierre Chaunu, desempenha o papel importante de papa no meio de seus irmãos dos *Annales*.

Outro conservador cristão católico foi entronizado tardiamente na ordem dos *Annales*. Trata-se do especialista em história das mentalidades, Philippe Ariès. Oriundo de uma família *royaliste*, assim permaneceu desde o colégio, militante da *Actlon française* e teve a coragem de não esconder suas tendências conservadoras ao seu interlocutor Michel Winock: "Sou um homem de direita, um verdadeiro reacionário/.../. Sou pela continuidade. Eis aí, creio eu, a coisa essencial"²⁵. Phillippe Ariès encontra-se na escola dos *Annales* como um peixe dentro d'água, tanto que os temas em moda ecoam bem em seu coração de conservador. No entanto, foi por longo tempo ignorado, apesar de sua apologia do discurso dos *Annales* em 1954²⁶. Conta desde 1946 porque não se satisfazia com a história estritamente política e lendária de Bainville, que foi, desde o berço, a de sua infância. Opõe a essa crônica indefinida das memórias moralizantes, uma história que reencontra o espírito das sociabilidades locais e das solidariedades elementares em um duplo anseio científico e místico: "A criação histórica é um fenômeno de natureza religiosa"²⁷. Descobre, então, com encan-

22. P. CHAUNU, France-Inter. 14/12/1978.

23. P. CHAUNU. *Histoire, sclonco sociaux*, 1974.

24. *Id.*

25. Ph. ARIÈS, *Un Historien du dlmmancho*. op. cit. p. 202.

26. Ph. ARIÈS, *Le Temps de 1'histolre* (1957). Le Seuil. 1986. (Edição «m português»: O

Tempo da História (1957), Francisco Alves, 1989, p.43).

27. *Ibid.*, p.42.

tamento o discurso dos *Annales*, portador de uma história desvinculada do estado, e fica à espreita da vida cotidiana concreta inserida em espaços particulares. A partir desse momento, pode postular a assimilação, que será tardia na história dos *Annales* e lhe permite "conciliar, contudo, suas fidelidades familiares e políticas e seus interesses científicos"²⁸. Essa palavra de nostalgia que outrora desqualificava os fósseis, hoje encontra uma conotação positiva. O retorno às cores da sociedade pré-industrial junta-se

àquilo que ele sempre defendeu, um mundo a ser preservado contra todos os progressismo liberais ou marxistas. O culto atual do passado, da comunidade tradicional das antigas solidariedades, corresponde bem à sua prática de história como etnologia do passado. Ao ler Emmanuel Le Roy Ladurie, François Furet e tantos outros, compreende-se como esses historiadores com itinerários tão diversos reencontraram-se definitivamente sob a mesma bandeira. Emmanuel Le Roy Ladurie, maravilhado com a constância da estrutura familiar, agrícola e doméstica, que soube perdurar além do *ostal* antigo, forneceu os modelos passados para serem reproduzidos ao invés de lançar as bases de uma sociedade do futuro: "Proponho uma bandeira: sou adepto do espancamento. Aprecio a maneira pela qual esse pequeno país soube em um século e meio desembaraçar-se da miséria e do subdesenvolvimento /.../. Por que não inverter a utopia? Naturalmente, sem acreditar muito nela. Desejo para nosso planeta em grande parte camponês e pobre uma contra-utopia do futuro, tão verdejante quanto irrealizável. Formulo o voto, para o século XXI, de um Aveyron global na Imagem de 1925 e na escala de toda a humanidade"²⁹. Essas duas correntes ideológicas, uma composta dos ex-seguidores do stalinismo, a outra de um conservadorismo nostálgico, reencontraram outro componente oriundo dos cristãos de esquerda ou dos Intelectuais que se engajaram politicamente no momento da guerra da Argélia, os decepcionados do *molletisme*: é o caso de Jacques Juillard, Pierre Nora, Pierre Vidal-Naquet ou Michel Winock. Essa corrente é sensível aos temas de autogestão, ao discurso antiestatal, à defesa da sociedade civil e à experiência social. Esse conjunto arduoso dos *Annales*, para o qual os itinerários convergem em direção a um discurso consensual, permitiu não apenas os reencontros, mas também uma verdadeira operação sincrética das diversas opções Ideológicas para encontrar um credo

28.R. CHARTIER, prefácio. *Le Temps da fhlstolra*, de Ph. ARIÉS. op. c/f.,p 18-19. 29.E. LE ROY LADURIE. *Tenitolra de fhlstortan*. 2, op. clt., pp. 33S-336.

comum no discurso dos *Annales*. Daí resulta a perda da dialético entre passado-presente e futuro, que, no entanto, fundamenta o discurso histórico. Esse abandono é reivindicado explicitamente por Jacques Juillard: "Porque, apesar dele, 1968 liberou-nos da Utopia, Isto é, do futuro, e 1981 emancipou-nos da doutrina, isto é, do passado, hoje podemos viver o presente"³⁰. Trata-se do contrabalanço, na era do vazio e Jacques Juillard engaja-se na obra de decapagem dos revolucionários de ontem, ao criticar recentemente uma das figuras de ponta da Revolução Francesa, Jean-Jacques Rousseau, como aquele que deu origem aos arcaísmos, aos desvios da Revolução, depois aos temas da esquerda nos séculos XIX e XX. Incrimina, sobretudo, o uso feito da obra de Rousseau pois houve, segundo ele, confusão dos espíritos. Rousseau, revolucionário? Não tenham Ilusões, não existe conservador pior; construtor de uma nova sociedade fundamentada no contrato social? Simples conto Infantil, parábola filosófica das melhores. A soberania popular? Um monstro saído de seu antro, conceito incrível, Incongruente...: "Declaro o doutor Rousseau totalmente incompetente!"³¹

Na falta da construção de modelos teóricos que decepcionam, o historiador pode, portanto, debruçar-se sobre nosso passado e levantar as melhores receitas de nossos ancestrais. A história muda, então, de função; ciência das transformações, das mudanças, ela se torna especialidade das inércias, das sociedades imóveis, lição de coisas para preve-nirmo-nos das veleidades das mudanças ao nutrir-nos com a vaga nostalgia daquilo que perdemos. A natureza reacionária de uma tal história é reconhecida e assumida por François Furet: "No fundo, esse tipo de história (a dos tempos longos e do homem médio) é uma história em que reconheço, de bom grado, a vocação conservadora, porque a partir do momento em que vocês começam a comparar, não mais os acontecimentos que marcam uma mudança, mas sim os elementos que são sempre os mesmos através de uma cronologia, é evidente que, por hipótese e por definição, vocês se arriscam a encontrar as Inércias; por consequência, esse tipo de história parece-me ser uma espécie de bom antídoto à história, digamos, manchester-marxista do século XIX"³². O horizonte revolucionário ou a tentação restauradora sendo reprimidos, resta apenas conservar uma história Imóvel.

30.J. JUILLARD. *La Faute à Rousseau*. Le Seuil.1985, p.247.

31./fcW.. p.242.

32.F. FURET. *L'Hktorten entre 1'ethnologue et le futurologue*. Colóquio Internacional de Veneza, Mouton, 1971.

A história arrisca-se a perder sua Identidade apesar da grande quantidade das pesquisas atuais. Mostra a tendência para diluir o campo histórico nas diversas outras ciências sociais. A dúvida cético foi substituída pela construção do futuro a partir do passado em nome da perda de sentido. Daí o refluxo do relato factual cujo estatuto desmorona-se, já que não se inscreve mais em uma problemática inteligível do antes e do depois na escala do tempo. Nossas sociedades, que se constituíam a partir de uma consciência histórica, acordam matéria inerte, substância "fria" à Imagem das sociedades primitivas estudadas por Claude Lévi-Strauss. Régis Debray analisa esse fenômeno como a revanche da natureza no século XX em relação ao voluntarismo histórico predominante no século XIX. A natureza era concebida como obstáculo a ser suplantado, hoje ela nos parece como Ideal regulador ou paraíso a ser reencontrado: "Troca recíproca de um século a outro, do retro e do novo; das nostalgias e das expectativas"³³. Os fatos e gestos humanos perdem-se, então, em um universo sem significados. Tudo é reduzido ao mesmo nível, não se trata mais da descontinuidade global de uma sociedade a outra e isso permite estabelecer o paralelo entre as realidades de épocas diferentes em suas manifestações repetitivas. É assim que Emmanuel Le Roy Ladurie analisa o fenômeno da crise de nossa sociedade ocidental³⁴, o período que cobre de 1720

a 1973 seria globalmente um período de crescimento e hoje conheceríamos uma crise de penúria semelhante às dos séculos XIV ao XVIII. Nada teria mudado sob nossos céus. A mesma crise marcada pela rarefação, a mesma queda de oferta, não mais de grãos mas sim de petróleo. A demografia é bem afetada; quanto à produção bruta, ela cai tanto no século XX como no século XVII. Se as previsões do Clube de Roma se concretizarem, "isso será um retorno ao Antigo Regime". A história não gagueja mais, ela se repete. A reação à crise deve também tomar emprestado os caminhos do passado. Nossa reação deve ser a mesma da sociedade do Antigo Regime. É conveniente arquear o corpo, sofrer a austeridade, a escassez, para preservar a continuidade e preparar o futuro, ao procurar, sobretudo, suprir os maus desempenhos econômicos pela criação cultural. Foi assim que o Ocidente superou as crises dos séculos XV e XVII, resta apenas repetir as receitas de outrora. O correspondente desse abandono de todo elo dialético entre presente, passado e futuro é o ataque que sofreu, de todas

33.R. DEBRAY, *Critique de la raison politique*. Gallimard. 1981. 34.E. LE ROY LADURIE, te *Territoire de 1'hhtorien*. 2, op. cit.

as direções, o marxismo, denunciado como teoria da opressão e como fonte de todos os nossos males. Denuncia-se cada vez mais com firmeza, a teleologia marxista impregnada de uma visão judaico-cristã, ao mobilizar para a criação de um pseudoparaíso terrestre. A história do gulag seria, no pensamento de Marx, como se a história ficasse reduzida à produção de idéias. A prática seria apenas um espelho, uma simples excessência da teoria. Nesse ritmo, os tribunais podem assentar-se continuamente. Jesus deve responder pela criação da Inquisição, Rousseau pelo terror revolucionário, Nietzsche pela abominação hitleriana, Sorel pelo fascismo italiano e Marx pelo horror stalinista. Com essa redução da história ao discurso, não causa surpresa ver boa parte dos novos historiadores, assim como os novos filósofos, entoarem o mesmo canto dos desaparecidos. A diversidade da escola dos *Annales* e a sua heterogeneidade não permitem generalizações abusivas. Existem aqueles que refutam o marxismo e outros que consideram seus trabalhos como prolongamento dele. Emmanuel Todd escreve para repelir o marxismo do horizonte intelectual. Seu livro, *Le Fou et le prolétaire*, apresenta-se como um ensaio de "reinterpretação não-marxista da história européia, uma contra-história". O marxismo é nele denunciado como o sintoma de um estado psicótico de nossa sociedade; ele seria uma tentação mórbida, uma variante totalitária moderna do mesmo substrato psíquico que o platonismo ou o protestantismo. Aliás, para Emmanuel Todd, existem correlações significativas quanto à natureza mórbida do marxismo, já que se constata que ele se difunde em sociedades em que as taxas de suicídio, de alcoolismo e de alienação mental estão em crescimento e atinge particularmente a pequena burguesia. Para Emmanuel Todd, o marxismo pertence à área da psiquiatria. Não há porque desesperar Billancourt, Isso tem cura. Para François Furet: "Hoje, Marx não escapa mais à sua herança, e o efeito bumerangue é bem mais forte por ter sido por longo tempo adiado"³⁵. O olhar de Emmanuel Le Roy Ladurie sobre o marxismo está impregnado de ironia sarcástica. Não vê porque os historiadores marxistas, ao defenderem os *Annales*, como Guy Bois ou Michel Vovelle, não teriam direito a sua pequena "dose" de marxismo³⁶, não é preciso confundir remédios doces e amargos. Só a escalada pode conduzir ao gulag. Um pouco de marxismo não é verdadeiramente um mal Irreparável. Para Pierre Nora, o marxismo viveu como idéla revolucionária

35. F. FURET. *Le Nouvel observateur*. 4/07/1977.

36. E. LE ROY LADURIE, *Le Monde*, 11/03/1977.

- está, portanto, destinado à extinção.

Esse desvio ideológico não tem, no entanto, envolvido todos os historiadores da escola dos *Annales*. Um número não negligenciável deles situa seus trabalhos no prolongamento direto ou indireto do materialismo histórico. Georges Duby descobriu o marxismo no curso de filosofia de 1937. Para ele, foi uma contribuição essencial que nunca deixou de confrontar com seus trabalhos. A leitura de Louis Althusser e de Étienne Balibar também o influenciou bastante. O marxismo de Georges Duby terá sempre um valor heurístico, jamais estará na base de um engajamento político, pois esse limite lhe permite escapar das deformações da chapa de chumbo stalinista, depois das elocubrações atuais: "Em minha evolução, a influência do marxismo foi profunda. Reagi bem violentamente contra aqueles que hoje fingem, conforme a moda parisiense, que o marxismo não foi importante para os historiadores da minha geração. Foi muito importante para mim e sustento o que digo"³⁷. Guy Bois, outro medievalista, prolonga também o percurso marxista em uma abordagem globalizante da história. Jacques Le Goff pode ser qualificado de pró-marxista, mesmo quando reconhece em Marx "um dos mestres de uma história nova"³⁸, e contesta o primado "grosseiro" do aspecto econômico que relega as mentalidades às superestruturas condicionadas pela infra-estrutura. Quando evoca o marxismo oficial, faz referência à utilização dele feita pelo movimento stalinista, e nesse plano, resta apenas partilhar suas prevenções. Até os anos 50, era pelo viés da história econômica que o marxismo influenciava a disciplina histórica. Certo número de modernistas da escola dos *Annales* situa-se no rastro do marxismo; assim Michel Vovelle e Robert Mandrou, especialistas da história das mentalidades, ou Pierre Vilar que jamais deixou, através do estudo da Catalunha, de buscar aprimorar o sistema conceitual marxista.

Entre os especialistas da Antiguidade grega, o marxismo é também - para um grande número de pesquisadores - um instrumento de análise fundamental. De Yvon Garlan a Pierre e Monique Lévêque, sem esquecer Claude Mossé ou Jean-Pierre Vernant, a lista está longe de estar esgotada. Parece, no olhar dessas abordagens divergentes da função da história, que a escola dos *Annales* reúne historiadores

cujas posições ideológicas estão longe de serem semelhantes. No coração dessa escola realiza-se um confronto fraternal entre

37. G. DUBY. *Vendredi*, entrevista com o autor. Janeiro de 1960.

38. J. LE GOFF. *La Nouvelle Histoire*. Retz. 1978, p.236 (Edição em português: A História Nova. Martins Fontes. 1990, p. 52.

seus diversos componentes. No último período, é inevitável a constatação de que o discurso conservador e nostálgico sobrepujou aquele que resiste à onda profunda de desesperança e que quer a preservação de uma história ligada à constituição de um futuro coletivo.

A NEGAÇÃO DO ASPECTO POLÍTICO

Com o nascimento da cidade, surge o aspecto político. Esse sentimento de pertencer a uma comunidade que ultrapassa a unidade do clã, da *gens*, aparece sob esse aspecto aberto, a *agora*. Ruptura essencial, na história da humanidade, de um mundo que se definia pela abertura, pelo questionamento de sua Identidade, e pelas relações da realidade com a verdade. Do aspecto político nasceu a história, a necessidade de testemunhar e de deixar um traço para as gerações futuras.

Com Heródoto³⁹, a partir do relato das guerras medas, o acontecimento torna-se o advento da história. A temporalidade humaniza-se e percebe-se a partir de uma tomada de consciência helênica diante dos "bárbaros". O relato de Heródoto revela uma nova consciência da situação do homem no mundo. Opõe o direito grego do V século a.C. à monarquia absoluta, a cidadania à servidão, a civilização à barbárie. Mundo binário, fonte da Identidade e fonte de resistência. Apologia da *diké* (a justiça) contra a *hubris* (o excesso), apologia da isonomia (a igualdade), do demos, no apogeu da glória ateniense, apresentada como modelo de civilização no V século. Nascida do aspecto político, a história o fundamenta em uma solidariedade e em um destino coletivo.

Da mesma forma, Tucídides, outro pai da história, conta a guerra da Peloponeso, para dar sentido ao futuro humano a partir do modelo ateniense, enquanto regime oposto ao de Esparta. A explicação dada por Tucídides sobre esse cisma no selo dos gregos é de essência política. Já é o conflito entre uma democracia e uma estratocracia. O tempo histórico-

39. F. CHÂTELET. *La Naissance de l'histoire*. 10/18. 1962.

rico é aí ritmado pelas vontades políticas. Como demonstrou François Châtelet, a crise da cidade vai desencadear a crise do discurso histórico. Os fatos não apresentam mais coerência e o conflito Atenas-Esparta aprofunda-se. A política dispersa-se, esmigalha-se e a anti-história substitui a história. Os sofistas abandonam a idéia de evolução no momento em que a salvação política parece tornar-se impossível. Invocam o retorno ao passado, aos bons velhos tempos da solidariedade helênica e negam todo sentido ao futuro. A desagregação da Hélade processou-se no IV século, o discurso histórico apaga-se, então, diante das problemáticas que se tornaram individuais em Xenofonte⁴⁰. A temporalidade perdeu seu sentido político, a narração histórica não pretende mais atingir certo grau de inteligibilidade do real. A história torna-se contingência, caso Individual. Tanto Xenofonte quanto Aristóteles, presos nos conflitos e na incoerência da época, refluem para um empirismo sistemático. Na época, a história já se decompõe em histórias singulares no plural.

Esse retorno à Hélade clássica não é inocente. Ele nos leva a relacionar a Nova História, desde 1929, com o aspecto político e, a partir desse fato, à definição da função do historiador. Essa evolução-Involução do V ao IV século na Grécia, de Heródoto a Aristóteles, é também perceptível entre os séculos XIX e XX. Esse desaparecimento atual do aspecto político está ligado à perda da consciência da historicidade. Pelo fato de o futuro não ter mais sentido, em nossos dias, a consciência histórica dissolve-se no mesmo empirismo: "Ninguém se interrogou sobre a contribuição da história para uma melhor lucidez política? A escola dos *Annales* não tomou partido para não ter que Intervir nesse campo?"⁴¹

Michel Foucault, um dos melhores historiadores do nosso tempo, escolheu o poder - os poderes - como objeto. Mas, evolução sintomática, ele o persegue em suas extremidades, lá onde o poder se prolonga bem além de suas regras internas. Pretende recuperar a realidade de seus corpos periféricos, negligenciados, até então considerados como epifenômenos. Esse percurso tem a vantagem de descobrir, por trás do inorgânico e do desordenado, a hierarquia e a ordem. Mas o poder em Michel Foucault oculta sua dimensão política ao diluí-la e ao dispersá-la. O poder não se divide em entidades dicotômicas entre aqueles que o detém e os outros, ele não pode ser confiscado por uma classe, ele não é homogêneo. O poder circula a partir do entrelaçamento entre os indivíduos, funciona em cadeia, transita por cada um antes de reunir-se no todo. Se não houver lugar nodal do poder, não pode haver lugar de resistência a esse poder. Onipresente, ele não pode mais ser derrubado, está em nós; tudo é poder. Portanto, a resistência a seu exercício não tem mais objeto. Seria errôneo negar a contribuição de Michel Foucault, que nos convida a não confundir poder e estado, mas o Inconveniente maior dessa problemática acha-se no ocultamento do estado. Esse deslocamento para a periferia lhe é também influenciado pelo fracasso de maio de 1968 e por sua teorização. Toda libertação estaria de novo sujeita, em seu encadeamento lógico, aos dispositivos desse poder. A trilogia foucaultiana: corpo/discurso/poder,

funciona em suas extremidades. Corpo e poder são o equivalente do ser e do não-ser, a liberdade diante do condicionamento, o desejo diante da lei, a revolta diante do estado, o múltiplo diante do aglomerado, o esquizofrênico diante do paranóico. A sujeição Inelutável do ser passa por um terceiro termo, e não por uma relação de forças, mas sim pelo discurso, ou melhor, pelo discurso pertencente ao campo do poder. Essa diluição-dissolução do aspecto político é o traço de uma repulsa diante desse monstro moderno do estado, fonte de opressão e de mal. Na falta da capacidade para abatê-lo, ele é contornado. Para evitar toda recuperação por contaminação, todos lhe negam a existência.

A recusa do aspecto político pelos *Annales* de hoje revela a total continuidade com a primeira geração da revista. Há, de fato, certa analogia entre o espírito dos anos 30, a antipolítica virulenta, a tecnocracia, as planificações, e o clima dos anos 80, quando o estado é apresentado como entidade exterior à sociedade civil. Ao hiperliberalismo de ontem, responde hoje em eco o reaganismo, aí Incluída a "segunda esquerda". Ora, existe comunhão de pensamento entre o núcleo dos *Annales*, o centro dirigente, e essa sensibilidade da segunda esquerda ao denunciar "a era bárbara do todo político"⁴². A presença maciça dessa escola no *Le Nouvel observateur*, pelo menos até 1981, é a expressão desse acordo ideológico, da aceitação global de um consenso, ou seja, da greve, trégua ou paz das classes resignadas quanto à sua sorte na ordem existente. Contudo, essa corrente de pensamento consente em dar ao povo o direito de cidadania através da cultura popular e pelo reconhecimento de seus

40. *Ibid.*.t.2. p. 118.

41. F. EWALD, *Ya-t-Ilune nouvelle histoire?*. Colóquio de Loches, Institut collégial européen, p. 41.

42. E. MAIRE. citado por H. HAMON e P. ROTMAN. *La Deuxième Gaúche*. Ransay. 1982. p. 399.

valores, com a condição de que eles não se tornem dominantes. O povo vê, portanto, seu estatuto reconhecido, mas em uma situação em que permanece dominado. Os tecnocratas devem levar em conta a Identidade dele para melhor geri-lo sem agitações. Esse é o discurso Ideológico socioliberal que reagrupa quase todo o núcleo de poder dos *Annales*. A rejeição da análise política também levou os *Annales* a passar ao largo dos fenômenos históricos essenciais de sua época. Hoje acontece a mesma coisa. A Enciclopédia sobre a Nova História, lançada em 1979, não apresenta verbete referente ao aspecto político. É preciso acrescentar o clima atual que leva à despolitização e confirma ainda essa rejeição do aspecto político. "A longa duração tão cara à Nova História é uma longa duração despolitizada."⁴³

Os *Annales* realizam essa descentralização do aspecto político. François Furet situa-se à margem da história política, que ele considera como o repertório privilegiado da mudança⁴⁴. Ao ter o dever de perceber aquilo que perdura, a história deve, de preferência, tomar emprestado das ciências sociais aquilo que lhe interessa e abandonar o ilusório político. Quando demonstra⁴⁵ que a alfabetização triunfou na França sem por isso encarnar-se na instituição escolar, destaca a relativização do peso do estado e de seus aparelhos Ideológicos na área cultural. Philippe Ariès, decepcionado pela marginalização progressiva das idéias *maurassiennes* que ele professava, refugiou-se em uma história radicalmente despolitizada. É essa pesquisa que o levou ao caminho da entronização no selo dos *Annales*: "Sim, existem relações entre minha aversão crescente pela ação política e minha adesão definitiva a uma história, que reduziria o lugar do estado e das ideologias em benefício de uma cultura mais etnográfica"⁴⁶. Quando Yves-Marle Bercé estuda as rebeliões camponesas até o século XIX, ao traduzir o desenrolar das violências coletivas, limita-se à "morfologia" de caráter etnográfico. Faz abstração do contexto político e assim pode apresentar as permanências.

O estado desaparecia no vasto movimento de internacionalização de nossos conhecimentos. Da mesma forma, a manutenção de empresas multinacionais tende a minorar, de fato, o papel das entidades nacionais. No plano das mentalidades, como demonstrou André Burguière⁴⁷, a mais velha

43. J. CHESNEAUX, *Du passe, faisons table raso*. Masporo. 1976. p. 129.

44. F. FURET, te *Dóbat*. dezembro de 1981.

45. F. FURET. J. OZOUF. *Ure et écrire*. «d Minult. 1977.

46. Ph. ARIÉS. *Un Historien du dimanche*. op. cit., p. 98.

47. A. BURGUIÈRE. *Le Nouvel observateur*. 10/09/1979.

das Idéias novas, a felicidade, tende a privatizar-se e a despolitizar-se. Os mestres da renovação contavam outrora com o estado para assegurar a felicidade humana. De Voltaire a Diderot, os filósofos das Luzes contavam com algum déspota esclarecido. Hoje, o prazer, a Independência afetiva... são pesquisados fora dos quadros do estado. O período presta-se bem, portanto, ao refluxo de longa duração da política, e Emmanuel Le Roy Ladurie constata: "A pesquisa histórica deve estar desvinculada da política"⁴⁸.

Jacques Juillard, do qual não se pode dizer que abandonou a política. Já que dirigiu na editora Seuil a coleção *Politique*, denuncia com veemência a história política e considera normal que uma revista séria como os *Annales* limite-se a descartá-la: "A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; ela é elitista, totalmente biográfica, e ignora a comparação; ela é parcial e não sabe mais disso; ela fixa-se no consciente e ignora o Inconsciente; ela é pontual e ignora a longa duração; em uma palavra, pois esta resume tudo no jargão dos historiadores, ela é factual"⁴⁹.

A dimensão política não está, no entanto, marginalizada nem deslocada por todos. Alguns levam-na em conta como uma realidade essencial da sociedade estudada. Sendo assim, Georges Duby considera que a sociedade feudal se caracteriza, à primeira vista, pela decomposição da autoridade monárquica⁵⁰. A

Incapacidade dos reis carolíngios de enfrentar as agressões externas provocou o esmigalhamento da autoridade política, a dispersão do poder: fundamento dos feudalismos locais sobre o fundo do enfraquecimento da autoridade central real. Mas, em geral, o aspecto político permanece como horizonte morto no discurso dos *Annales* e seu banimento limita-se essencialmente ao abandono de toda dialética entre presente e futuro. É nesse desejo de revolução, de mudança que se inscreve o fundamento essencial da existência do aspecto político assim como seu desaparecimento gradual na dissolução de toda perspectiva de ruptura. Jacques Le Goff ratifica essa rejeição do aspecto político ao remetê-lo à concepção elitista da história, pois para ele a política participa da ornamentação de um estilo aristocrático de exercício do poder ultrapassado. Esse aspecto confina-se, de fato, à fina película superficial da história. Mas clama a favor da reabilitação de uma abordagem política

48. E. LE ROY LADURIE, *MalIntenant*. entrevista com o autor. Julho de 1979.

49. J. JULLIARD. *Faire de l'histoire*. op. cit. . pp.180-181.

50. G. DUBY, *Guerriers et Paysans*, Gallimard, 1973 (Edição em português: *Guerreiros e camponeses*, Lisboa, Estampa. 1980).

em uma perspectiva maior, antropológica, em torno da noção de poder: "A história política enquanto história do poder recupera uma dignidade verbal que remete a uma evolução de mentalidade"⁵¹. Mas essa obra de renovação do aspecto político elimina todas as lutas de classes em torno do poder do estado em benefício de uma história puramente cultural, baseada em modelos antropológicos quase Imóveis.

O contexto da modernidade agravou o corte entre o futuro e o presente nesses franceses sem filiações, como os qualifica Gérard Mendel. É nessa fase de refúgio Individualista, de confinamento no Iglu narcíseo que o político reflui para as margens e que sua importância diminui. O discurso do historiador, fora do campo político, desabrocha bem melhor em uma sociedade baseada no alargamento da privacidade e na erosão das identidades sociais. Não há mais projeto histórico mobilizador e inicia-se então a era do vazio, como bem viu Gilles Lipovetsky: "A sociedade pós-moderna é aquela em que reina a indiferença da massa, em que o sentimento de repetição e de marcar passo predomina"⁵². Se essa nova era inicia um período *soft*. descontraído, ela também se traduz pela fragmentação do corpo social, pelo desengajamento, pela desindustrialização e desemboca na Indiferença, ou seja, a expressão da impotência para agir. O campo político perde sua razão de ser, a não ser para o corpo de especialistas, o da classe política, como dizem os politólogos.

51. J. LE GOFF. *L-Imaginaire medieval*. Gallimard. 1985. p. 338.

52. G. LIPOVETSKY, *fÉ/9 du vido*. Gallimard. 1983. p. 11.

5. A HISTÓRIA IMÓVEL

UMA ABORDAGEM ESTRUTURAL

A aula Inaugural de Emmanuel Le Roy Ladurie no Collège de France, proferida em 30/11/1973, levava o título revelador de "História Imóvel"¹. Por detrás dessa expressão um pouco provocadora em que o fogo parece se unir à água, existe a vontade de reconciliar os contrários, de reunir, sob a égide da história, as aquisições da antropologia e da etnologia, cujos avanços foram marcados pelo percurso estruturalista. Reencontraremos nos trabalhos da Nova História, portanto, uma adaptação ao campo histórico dos procedimentos utilizados por Claude Lévi-Strauss para as "sociedades frias". O tempo Imutável é assim privilegiado para destacar a estrutura inconsciente de cada instituição. Uma série de regras combinatórias são empregadas como meio de inteligibilidade do real: a exclusão, a Inversão de sinais, a pertinência, que permitem ao sistema Instalado a auto-regulação pela reabsorção daquilo que se apresenta como novo ou contraditório, conforme as operações lógicas e internas. Então, a mudança, a ruptura não são mais significativas. O movimento histórico é pensado como repetição, como permanência em que o Invariante tem o primado sobre o transformado. As diferenças localizadas no selo do sistema são realmente as diferenças de local, pois a unidade prevalece sobre as oposições. As contradições, que podem emergir do processo

1. E. LE ROY LADURIE. *Territoire de l'historien*. 2. op. cff..p. 7.

histórico, são reabsorvidas pela substituição de um termo por outro, ao preservar o substrato inicial. A sociedade se reproduz assim sem ruptura fundamental pelo movimento de modulações contrapontísticas que se repetem no quadro das regras de um sistema harmônico que descarta toda nota dissonante. O sistema não pode, portanto, ser modificado em si mesmo. Só um choque externo pode abalá-lo, já que ele não é atravessado por contradições Internas. O conflito entre o estrutural e o histórico não data de hoje.

Auguste Comte já distinguia a estática da dinâmica social e dava prioridade à primeira. Como observa Henri Lefebvre: "O estruturalismo é a Ideologia do equilíbrio /.../ é a Ideologia do *status quo*"². Como o historiador, confrontado com o estudo do movimento, do processo de mudança poderia tomar, por sua conta, essa herança? Só pode fazer ao preço da busca do equilíbrio terminal, parâmetro de seu estudo, em torno do qual se organizam as oscilações em que se manifestam as Ilusões, os acidentes e a Insignificância. A Nova História apresenta-se, então, como uma máquina de guerra contra o pensamento dialético. Ela dá o primado, no futuro, ao ser e encara o motor, o procedimento histórico no processo de cisão e não de fusão dos contrários. Essa distinção emprega a dialética através da rede de correlações que torna o movimento histórico unitário, no processo de cisão e de efetivação da contradição. O pensamento histórico só pode ser o pensamento da ruptura, o do trabalho efetivo da cisão para a superação, não para o retorno ao passado, no qual a contradição seria reabsorvida, mas sim para o futuro. O novo não deve ser reabsorvido pelo antigo, mas deve apresentar-se como resolutamente novo em um pensamento que vise perceber aquilo que está a ponto de não existir mais, ou seja, o real na transição para outro real.

A antropologia só aprofunda essa tendência e relativiza ainda mais as rupturas efetuadas, até então, no campo histórico. As continuidades seculares, as constantes regulamentações formam a base das pesquisas da Nova História: "Por detrás da história cheia de reviravoltas dos governos, das guerras e das fomes, desenham-se as histórias quase Imóveis ao olhar, as histórias de pouca monta: história das rotas marítimas, a história do trigo ou das minas de ouro, história da seca e da Irrigação, história da rotação das culturas, história do equilíbrio, obtido pela espécie humana, entre a fome e fartura"³. O modelo de Emmanuel Le Roy Ladurie é o de

2. H. LEFEBVRE, *U Ideologia structuraliste*, Le Seuil. 1975, p. 69.

3. M. FOUCAULT, *L'Archéologie du savoir*. op. cit. p.10.

Claude Lévi-Strauss, aplicado à sociedade ocidental. Sob seu olhar, a renovação só pode se desenrolar no topo da sociedade. Tanto no plano cultural quanto no estatal, a elite derruba certos valores do alto da hierarquia social. Os antagonismos, as lutas pela hegemonia desaparecem em benefício dessa entidade social nova: a elite. A contradição não existe, ela perde todo sentido. O próprio sistema adapta-se, ao substituir suas camadas dirigentes por um mecanismo de substituição, de osmose que preserve a estabilidade e a continuidade do sistema. O tempo das estruturas não tem o mesmo ritmo que o tempo da história na escala humana, ele pertence à longa duração. Ele Impõe a valorização, não das cesuras, mas sim do caráter repetitivo das atividades humanas. O olhar dirige-se, então, para as regularidades, o tempo das estações, dos ciclos e das constâncias do cotidiano. A história tornou-se estrutural: "A ciência social /.../ abandona os acontecimentos e até os não-factuais mas únicos em benefício exclusivo das repetições"⁴. Ela vai, portanto, impor novos limites, no seio dos quais a estrutura social pode se reproduzir, ao eliminar de seu horizonte tudo aquilo que perturbe e incomode o processo de repetição. O embasamento Ideológico dessa abordagem encontra-se no pessimismo fundamental que faz do real um mundo que escapa ao homem, um mundo destinado a perdurar sem mutação notável, ao conformar-se a natureza humana tão imutável quanto a natureza animal ou vegetal. O historiador mergulha nas profundezas da historicidade, ao abandonar os fenômenos de superfície nos quais se debatem os indivíduos. O estatuto do acontecimento transforma-se. De sintoma significativo, torna-se a cristalização artificial e mitológica da Insignificância. Ele é empurrado para a margem, até podemos "não nos Interessarmos por ele"⁵. A escola americana dos cliométricos até construiu esquemas de ficção histórica, ao utilizar o computador. Ela elimina certo número de acontecimentos considerados como maiores na historiografia americana, por exemplo, a guerra da independência, para mostrar, no final de um estudo quantitativo, que o crescimento da economia fora o mesmo em sua ausência. O acontecimento dissolve-se na longa duração. No mesmo momento em que certos filósofos descobrem a morte do homem, certos historiadores proclamam a morte do acontecimento: "A historiografia contemporânea /.../ foi condicionada com prejuízo a matar para viver: ela condenou à quase morte, há alguns decênios, a

4. K. POMYAN, *L'Ordre du temps*. op. cit. p.158.

5. K. POMYAN, *La Nouvelle Histoire*, op. cit..pp. 543-544.

história factual e as múltiplas biografias"⁶. A história seria, portanto, mitológica: "A relação de homem a homem não é redutível mas sim submetida ao estatuto zoológico"⁷, ilusão de uma sociedade Invariável. No tempo atual do repetitivo, toda tentativa revolucionária é assimilada, quaisquer que sejam seu objeto e período, a uma tentação totalitária. Querer efetuar uma ruptura na evolução em curso pertence ao domínio do comportamento esquizofrênico, à medida que se limita ao funcionamento considerado atemporal de uma sociedade imutável. Emmanuel Todd localiza no mesmo plano a França de 1793 e de 1848, a Rússia de 1917 e a Alemanha hitlerista de 1933. A cada retomada, ele diferencia por detrás dos autores dessas rupturas a mão de uma pequena burguesia que sofre uma dupla frustração sexual e social. A partir desse fato, ela se encontra sob a influência de impulsos histéricos e mórbidos, que estão na origem dos engajamentos totalitários. As *classes perigosas* não seriam aquelas que os trabalhos de Louis Chevalier analisaram, mas sim, a "pequena burguesia". Classe doente, marcada pelo alcoolismo, pela taxa de suicídio elevada, consequência de um sadomasoquismo mórbido: daí o engajamento ideológico que só pode ser a consequência de suas tendências esquizofrênicas. A pequena burguesia é, portanto, uma classe social, mas composta de doentes mentais. O progresso, para Emmanuel Todd,

engendra a regressão, os desequilíbrios mortíferos para o corpo social. Assim, os progressos da alfabetização, da leitura, do nível cultural da população europeia são portadores de problemas psíquicos intensos: "A taxa de alfabetização e a histeria parecem movidas por um mesmo fator oculto"⁸. O progresso, a história, eis o inimigo para alguns desses... historiadores ! O despeito não tem limites e quando o real não corresponde à tese demonstrada, é preciso eliminar o real para exorcizar de uma vez por todas essas tentativas suicidas. Um capítulo do livro de Emmanuel Todd intitula-se "A rejeição da história da França". Não se pode fazer mais nada, Quando tudo termina, tudo recomeça. Quando a história se mexe e apresenta as rupturas inegáveis, é melhor, então, apagá-las ou situar esses momentos envolventes no plano dos delírios psicóticos. A agitação humana inútil não pode nada, o mundo está Imóvel, a natureza Imutável e o homem Insensato. Para inquietar-se com tal evolução do discurso histórico, é preciso paradoxalmente ler Philippe Ariès que, ao afirmar seu ponto

6. E. LE ROY LADURIE. *Territoire du historien*. 1. op. cit., p.169.

7. R. DEBRAY. *Critique de la raison politique*, op. cit. p. 52.

8. E. TODD. *Le Fou et le prolétaire*. op. cit., p. 61.

de vista conservador, constata "que essa situação comporta um risco: a perda da sensibilidade do tempo"⁹.

A REVOLUÇÃO FRANCESA ESTÁ TERMINADA

O olhar do historiador contemporâneo tende a apagar as fases de aceleração do processo histórico, as reviravoltas, momentos Intermediários em que um sistema se desfaz para constituir-se um novo. A história, que se tornou uma estrutura Imóvel, deve, portanto, eliminar aquilo que, até então, foi considerado como rupturas essenciais. As fases revolucionárias são tratadas como tantas tentativas restauradoras, fundamentalmente voltadas para o passado. Seriam até revolucionárias no sentido de que elas reagiriam aos elementos novos contestados. Ao invés de valorizar aquilo que parece Inovador em cada tentativa de mudança, o historiador volta sua atenção para aquilo que resiste à vontade transformadora, ou seja, as Inércias. A partir desse fato, efetua uma redução ou até uma eliminação das rupturas constitutivas dos novos sistemas. As descontinuidades apagam-se. O horizonte histórico torna-se uniforme, repetitivo, qualquer que seja a época ou espaço estudados. As reviravoltas de toda espécie são eludidas pelas perspectivas da longa duração. Sob as perspectivas da macro-história, o factual fica reduzido à impotência, deixa de ser o motor acelerador do processo para tornar-se simples símbolo, mito e fantasma,

Assim acontece com todas as fases históricas. Entretanto, nós nos limitaremos a esse ato fundador e objeto, por excelência, da polêmica historiográfica, que foi a Revolução Francesa como ilustração dessa nova leitura que nega as rupturas. Às vésperas do bicentenário de 1789, e como forma de exorcismo, o antigo presidente da EHESS, François Furet, proclama a morte da Revolução Francesa: "Quando escrevi: A Revolução Francesa está terminada, essa é uma maneira de exprimir um voto e uma constatação"¹⁰. Não há mais espaço para

9. Ph. ARIÈS. *V a-t-H une nouvelle Histoire* Colóquio de Loches, op. cit., p. 21.

10. F. FURET. *Le Nouvel observateur*. 28/02/1986.

traçar a linha divisória das águas a partir da qual os franceses se situariam à sua direita ou à sua esquerda. A pesquisa dos novos historiadores levou ao questionamento da existência verdadeira dessa famosa canção de gesta revolucionária. E se ela fosse apenas um pesadelo? Seria suficiente arregalar os olhos para livrar-se dele? A operação é tentada em dois tempos. À primeira vista, colocou-se a Revolução entre parênteses, ela foi reduzida a um episódio tanto trágico quanto insignificante. Depois, só restaria jogar fora o monstro uma vez amarrado e colocá-lo fora de circuito. É isso que permite anunciar em 1979: "A Revolução Francesa está terminada". A Revolução Francesa perturba as perspectivas de uma história apaziguada da longa duração. Para François Furet, a Revolução é apenas um mito, como já o dizia o historiador Inglês Alfred Cobban em 1955. Esse olhar atual aspira ao descarte das polêmicas políticas, distancia-se dos atores da época, para colocar-se no diapasão científico. No entanto, encontramos um vazio na defesa de um modelo de sociedade que funciona "a partir do alto", ao modernizar-se graças a suas elites. A revolução pacífica das Luzes no século XVIII, ao realizar a osmose entre os nobres esclarecidos e os burgueses cultos, oferecia a possibilidade de uma possível mudança sem choque. O capitalismo consolidava-se sem luta de classes, sem a Intervenção das massas, cuja entrada em cena aparecia como incongruente e retrógrada. A economia da revolução era, portanto, possível para o bem da França envolvida com seu povo nas guerras continentais do Império, que volta as costas ao progresso da economia.

Ao invés de aparecer como discurso novo sobre a revolução, o discurso da Nova História retoma a longa herança do pensamento liberal hostil à revolução jacobina. No centro do pensamento liberal, existe um traumatismo, uma fratura que é experimentada como necessária e, no entanto, acabada da Revolução Francesa. Os liberais reivindicam para si os primeiros momentos do Ato revolucionário, mas para melhor exorcizá-lo e afastar todo risco de conhecimento da fase de exuberância revolucionária. Trata-se de

repensar o aspecto político para permitir a consideração dos acontecimentos revolucionários como proscritos. O pensamento liberal francês é, antes de tudo, um pensamento anti-revolucionário. Os caminhos escolhidos são, no entanto, diversos. Para Mme.de Staël¹², efetua-se uma cesura no bloco revolucionário: 1 789-1 794. Para ela como para a maioria dos liberais, existem duas fases bem distintas da Revolução: a voltada para a Inglaterra, a revolução liberal de 1 789, saudada como portadora de progresso e de liberdades; e a fase popular marcada pelo "reinado dos jacobinos". Para ela, o povo situa-se entre os notáveis proprietários, base da ordem social, e os selvagens. Aliás, lança a esse povo um olhar cheio de condescendência, desde que ele permaneça em seu lugar: "O segredo da ordem social está na resignação da maioria". Preconiza, para evitar toda perturbação, a Instituição do bicameralismo a fim de fazer o contrapeso diante de uma eventual pressão popular. Gulzot retoma esse recorte entre 1 789 e o Terror, ao opor a vertente boa e a má da Revolução, para melhor situar o regime da monarquia de Julho em continuidade com os Ideais de 1789. Toda a sua história da civilização europeia é apenas um amplo afresco, que descreve as diversas categorias de elites no poder. A Revolução é percebida como resultante da evolução secular, que acaba em uma sociedade de direito. Igualitária, que termina na preponderância da classe média com vocação universal. Taine, em 1875, coloca também entre parênteses o episódio revolucionário, que impede as elites naturais, as classes altas, de gerir a coisa pública. A intervenção popular é, então, a subida à superfície das ralés, da turba, o povo desempenha o papel de besta selvagem: "Gorila lúbrico /.../ o bruto enorme que prende os insubordinados com os dentes..."¹³.

François Furet e Denis Richet não são, portanto, os inovadores que pretendem ser, retomam a tese clássica, a do dualismo da Revolução Francesa. Sem dar razão a nenhum dos dois turiferários de Danton e Robespierre, Aulard e Mathiez, François Furet apresenta-se como um historiador oriundo de outro lugar, desembaraçado da Influência direta dos discursos dos autores de uma Revolução que ele considera como a expressão de um mito. Essa tomada de posição o leva a retomar, por sua conta, a análise de todos aqueles que se esforçaram muito para negar as consciências da ruptura revolucionária. A análise conjunta de Denis Richet e François Furet é, pois, plenamente Ideológica e isso aparece com grande clareza em cada momento considerado.

O acontecimento, em sua versão de 1965¹⁴, está, à pri-

11 ,F. FURET, *Penser la Révolution Française*. 28 février 1986 (Edição em português: Pensando a Revolução Francesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1989).

12.Mme DE STAËL. *Cons/déraftons surto» principlaux événements de la Révolution trançais»*. 1818.

13.TAINE. *Les Origines de la France Contemporaine*. 1875. 14. F. FURET. D. RICHEL. *La Révolution française*. Fayard. 1973.

meira vista, localizado novamente na longa duração, que o deixa transparecer como Irrisório e cada vez mais na contra-corrente das tendências gerais predominantes no período 1750-1850. Na vasta ascensão do liberalismo, o Terror aparece como uma monstruosidade Incongruente, que é preciso colocar entre parênteses, para melhor perceber o sentido da história. Pode-se admirar ao constatar que aqueles mesmos limitados a uma visão teleológica da história, negam ao real todo estatuto significativo em nome de um sentido preestabelecido. François Furet e Denis Richet vão, portanto, conforme um esquema que se tornou clássico, dividir a peça revolucionária em dois atos: o tempo positivo da unidade, o tempo negativo do conflito. Tudo começa muito bem, e o ano 1 790 é qualificado com o título de "Ano feliz"¹⁵. A vontade reformadora encontra-se encarnada na Assembléia, que detém doravante o essencial do poder. Aos olhos de nossos autores, essa é a única revolução valiosa, as duas outras revoluções que se produzem no mesmo momento, a das cidades e a dos campos, são apenas movimentos anacrônicos. Tudo estava pronto no topo da sociedade para antecipar-se sem ser Incomodado pelas massas. Esquece-se que esse estágio da revolução está ainda distante da realização dos princípios defendidos por ela. No plano jurídico, a Igualdade não foi obtida Já que o sufrágio era censitário, e no plano social, só alguns camponeses ricos, os lavradores, podiam provar a usurpação do direito, ao cobrar as taxas feudais e pelo fato de terem muito dinheiro para monopolizar a terra, podiam encarar a libertação. Mas a situação deteriora-se, a guerra está próxima e o belo equilíbrio vai explodir para grande tristeza de nossos autores, que Intitulam: "A derrapagem da revolução"¹⁶. Um acidente faz fracassar a evolução liberal e tudo vai por água abaixo. François Furet e Denis Richet tentam, então, desesperadamente fixar-se nos homens e nos partidos que se opõem à radicalização revolucionária. Em 1789, fazem a apologia dos monarquistas com suas opiniões razoáveis, depois em 1791, apresentam uma nova carta ao jogo: os *Feulliants*, que tudo fazem para manter a calma: "Esse último trimestre do ano 1 791 é o crepúsculo de uma bela e grande época"¹⁷. O fracasso dos *Feulliants* é atribuído unicamente à pessoa do rei; explicação, pelo menos, surpreendente da parte de historiadores que desejavam valorizar os fenômenos das profundezas da história. Com a elimi-

15. *Ibid.*, p.99.

16. *Ibid.*, p.126. 17. *Ibid.*, p.145.

nação dos *Feulliants*, temos o momento essencial do desvio da Revolução Francesa, que adquire um sentido proibido. Às portas do fracasso, em 1793, os glrondinos aparecem, de repente, com uma imagem simpática e Irresistível: "Os glrondinos envolveram a Revolução com uma auréola de charme, de juventude e de entusiasmo"¹⁸. Sua derrota de 2 de junho não é somente a derrota da Glronda, mas sim a

derrota da revolução. Os montanheseiros vão, então, dirigir o destino da revolução, no sentido da radicalização de seus objetivos, ao apoiar-se, no início, no movimento popular, que leva a novas conquistas com vistas à Igualdade do corpo social e o questionamento Irreversível dos privilégios. Mas, para nossos autores, esse capítulo intitula-se: "O tempo do desespero"¹⁹. A abominação, para eles, encontra-se essencialmente no plano dos elementos populares. Os *sans-culottes* reproduzem as formas de ação dos movimentos urbanos do século XVI ao XVIII, portanto, seriam apenas ressurgências arcaicas. Hébert torna-se um vampiro que tem "sede de sangue"²⁰. Quanto à pressão popular da rua, dos clubes, ao invés de ser a expressão do antagonismo de classes, tornar-se-ia simplesmente a expressão do ciúme das pessoas capazes. A revolução saiu, portanto, dos trilhos traçados pelos reformadores esclarecidos: "Fora do grande caminho traçado pela Inteligência e pela riqueza do século XVIII"²¹, por causa da Intervenção da plebe e dos subalternos... Ao negar a mensagem universal da Revolução Francesa, retomada em toda a Europa no século XIX contra as autoridades dinásticas, François Furet e Denis Richet vêem na aventura revolucionária como que um contra-senso histórico, uma regressão militar-camponesa que impõe o pedaço de terra à fábrica. Aderem apenas a um único modelo, medida única de toda comparação, a evolução inglesa, a conservação da monarquia, um povo jugulado, o compromisso no topo da sociedade, o debate mais do que o combate, entre gente de bem. O discípulo de François Furet, Guy Chaussinand-Nogaret, vem confirmar-nos que o compromisso era possível em 1789 e que a revolução foi apenas, tudo computado, uma trágico engano entre parceiros perturbados pela intervenção popular. Imaginava-se uma nobreza francesa do século XVIII, ociosa, parasitária, à margem de um espaço social renovado. A essa Imagem, Guy Chaussinand-Nogaret opõe²² uma nobreza dinâmica e progressista. Desafio? O autor

18. *Ibid.*, p.201.

19. *Ibid.*, p.203.

20. *Ibid.*, p.232.

21. *Ibid.*, p.253.

22. G. CHAUSSINAND-NOGARET. *La Noblesse ou XVIIIe siècle*. 1976.

esforça-se para inserir novamente a nobreza em nosso patrimônio nacional e para transferir suas cinzas para nosso panteão. A nobreza foi vítima de um racismo virulento: "O nobre, em 1789, era o judeu do reino"²³. No plano econômico, Guy Chaussinand-Nogaret apresenta-nos uma nobreza que, após haver integrado à sua ética as noções capitalistas de riqueza e competência, procura identificar-se com a inovação: "Não havia qualquer necessidade da revolução para liberar as forças produtivas"²⁴. No plano cultural, ao qual atribui mais importância ainda, as Luzes seriam indivisíveis, apanágio de elite, nobres e burgueses confusos. Trata-se de esquecer o essencial, ou seja, a questão dos privilégios, que está no centro da crise do Antigo Regime. Ora, as tentativas de fusão, de compromisso no topo, no século XVIII, entre uma nobreza liberal e uma burguesia do Antigo Regime chocam-se com a impaciência da nobreza com relação a seus privilégios de casta e, portanto, à oposição constante dos parlamentos que bloquearam toda tentativa de abertura. A instância político-Judiciária tornara-se um obstáculo Intransponível para a burguesia que, para triunfar, precisou apoiar-se na legitimidade popular. Ao contrário da situação Inglesa do século XVII ou ainda da situação européia no século XIX, na Alemanha e na Itália, a aristocracia francesa, como bem demonstrou Georges Lefebvre, por sua atitude conservadora, provocou o primeiro ato da revolução. Isso é o que se chama de reação nobiliárquica, ou de a revolução aristocrática contra o poder real. O próprio conceito de liberdade oculta a firme vontade de conservar intactos os direitos feudais e os privilégios honoríficos contra as aspirações Igualitárias. Quando se deixa as antecâmaras da corte, aparece o aspecto essencial da nobreza; o do declínio, prestes a revoltar-se, com o risco de precipitar-se em uma revolução. Força de Inércia e até de resistência, refugiada em um universo codificado, essa nobreza, majoritária em sua ordem, encontra em Boulainvillers o discurso revolucionário de sua legitimação reencontrada, que lhe permite, em nome de sua filiação histórica, de sua origem franca e de suas liberdades antigas, pouco a pouco reduzidas pelo poder real, impor-se diante da dupla ameaça do terceiro estado e da monarquia. A reação nobiliárquica freará a penetração da elite plebéia no topo do estado, da Igreja, e mais ainda do exército. Guy Chaussinand-Nogaret queria fazer-nos crer que a França teria podido, como o modelo inglês, dispensar a revolução. Como François Furet e Denis Richet, ele opõe à realidade dualística de uma sociedade em revolução, uma visão monista de uma pirâmide dirigida, desde sempre e até a eternidade, por sua elite. Nosso universo cotidiano estaria assim solidamente ancorado em um passado sem lutas de classes e isso permitiria que ele se desfizesse dos fantasmas igualitários provenientes das ralés da sociedade, 1789, já entre parênteses, seria apenas um lamentável mal entendido entre duas categorias de uma mesma elite.

François Furet não parou no meio do caminho. Após haver concebido a Revolução como simples derrapagem, parêntese, considera, em 1978²⁵, que a essência dessa revolução, como de toda revolução, é totalitária. Entre as duas teses, há a revelação do arquipélago gulag com os escritos de Soljenitsyn, que servem de nova grade de leitura para François Furet. É a própria idéia de revolução que ele critica em nome daquilo que se tornou a União Soviética: "Hoje, o gulag faz com que o Terror seja repensado, em virtude de uma Identidade no projeto. As duas revoluções permanecem ligadas"²⁶. Essa releitura desse antigo militante do PCF, despeitado, que é François Furet é conduzida com base em duas ressurreições: dois pensadores hostis à Revolução, Alexis de Tocqueville e Augustin Cochin. O parêntese torna-se desvio, não mais a partir de 1792, mas sim desde 1789. A Revolução segue uma dinâmica Interna que nada

tem a ver com seus fundamentos econômicos e sociais, nem com a conjuntura de guerra na qual ela se encontra. O simbólico revolucionário funciona por si próprio, em um percurso do qual a história permanece ausente. O terror da época do Comitê de Salvação Pública não é, portanto, apresentado como uma resposta à situação de fortaleza assediada pelo levante aristocrático interno e pela Europa coalizada. Os acontecimentos contemporâneos, como as duas guerras mundiais, mostraram a necessidade, nesse tipo de situação, de recorrer ao dirigismo, à requisição e ao racionamento... Mas, para François Furet, o mal encontra-se na própria vontade revolucionária: "A verdade é que o terror faz parte da Ideologia revolucionária"²⁷. Sua perspectiva é, então, completamente outra, e Robespierre não aparece mais como um ator incongruente do drama, mas sim como a encarnação lógica de uma dinâmica totalitária, que se reproduz nos anos 20 na

23. *Ibid.*, p.9.

24. *Ibid.*, p.122.

25.F. FURET, *Pensando o Revolução Francesa*, op. cit.

26. *Ibid.*, p.26.

27. *Ibid.*, p. 93.

Rússia stalinista. A abordagem de François Furet apóia-se na obra de Tocqueville, já ressuscitada por Raymond Aron²⁸. Alexis de Tocqueville escreve em 1851, ou seja, após o fracasso da II República, que naufraga no golpe de estado de 2 de dezembro. Desencantado pela permanência de um estado forte na França, que triunfa ainda em 1851 com Luís Napoleão Bonaparte, Inicia uma reflexão sobre a dissociação entre liberdade e Igualdade, tanto que Bonaparte vence no plebiscito com a quase totalidade do povo francês. Dedicar-se então a uma reflexão sobre a Revolução que acaba na publicação, em 1856, da obra *L'Ancien Régime et la Révolution*. Situa o acontecimento revolucionário em um processo de longa duração, que data do Antigo Regime e que prossegue com 1 789 para acelerar-se no século XIX, ou seja, a centralização do poder, a manutenção mais eficaz da administração sobre a sociedade. Nessa construção do estado, a Revolução intervém apenas como epifenômeno. Ela arremata simplesmente a obra empreendida sob o Antigo Regime: a construção de um estado centralizado, poderoso e regulador de toda sociedade civil. Tudo estava germinando antes de 1 789, portanto, a Revolução retomou apenas a herança em "um período transitório e pouco Interessante"²⁹. Luís XIV, Robespierre e Napoleão vêem um fio contínuo ser tecido entre eles, que os agrupa em torno da mesma consolidação de um estado forte. A Revolução perde seu aspecto Inovador no momento em que retoma, por sua conta, o absolutismo real. Tocqueville tenta por tudo extirpar a Idéia de revolução do século XIX francês agitado pós-1848. Ele escreve em 1 858: "Existe nessa doença da Revolução Francesa qualquer coisa a mais e particular que eu sinto, sem poder descrevê-la bem e nem analisar suas causas. Trata-se de um vírus de uma espécie nova e desconhecida"³⁰. Para Tocqueville, a única vacina possível era a reintegração do acontecimento na história nacional e evitar toda fratura nova. A obra da Revolução é positiva, mas deve ser realizada sem choques, sem paixões, e assim encontramos a grande aspiração liberal: a reforma, sim, que preserva os interesses dos privilegiados; a revolução, não: "Um povo tão mal preparado para agir por si próprio não poderia empreender a reforma de tudo ao mesmo tempo, sem destruir tudo. Um príncipe absoluto teria sido

28. A. DE TOCQUEVILLE. *UAncien Regime et la Révolution*. 1856.

29. *Ibid.*

30. A.DE TOCQUEVILLE. *Correspondance avec Kergolay*. carta de 16/05/1858. «ditada em 1977 nas *Oeuvres completes*. Gallimard.

um inovador menos perigoso"³¹. Tocqueville não encontrou vacina eficaz contra o vírus, mas François Furet descobre uma na pessoa do integralista católico Augustin Cochin. Este último escreve no começo do século XX em oposição à tese republicana de Aulard. Ligado à civilização católica na forma medieval, seu modelo é São Luís. Augustin Cochin é o autor encontrado mais estranho à própria Idéia de revolução. Ele denuncia o poder coletivista, a tirania das sociedades de pensamento e o "magma popular". O jacobinismo é o espantalho agitado por Augustin Cochin, ou seja, é um movimento e uma ideologia, portadores do totalitarismo em nome de um surrealismo, que seria a vontade do povo, a vontade geral. François Furet vê, nesse conceito de povo-rel, "a matriz do totalitarismo"³². A obra de Augustin Cochin já havia sido exumada por um ultra-reacionário, Gaxotte. Em 1929, ao retomar a tese do terrorismo intelectual, denunciava a "ditadura comunista" dos montanhesees como o ponto de chegada lógico da revolução jacobina. François Furet utiliza todos os meios a seu alcance para retomar uma herança cada vez mais conservadora, a evolução lógica à medida que pretende até extirpar a própria idéla de revolução: "1789 abre um período de desvio da história"³³.

Se a Revolução Francesa estiver terminada e se com ela esvanecer-se a história política, o bicentenário começa, e François Furet não vai querer ser seu divulgador. Logo, ele multiplica os estudos de casos para ilustrar sua tese do desvio, do elo orgânico entre revolução e despotismo. Apóia-se, portanto, para escorar sua tese na obra de outro pensador do século XIX, que também foi atingido, como Tocqueville, pelo golpe de estado de 2 de dezembro, data de seu exílio na Bélgica, depois na Suíça. Edgar Quinet, deputado republicano, analisa o fracasso da Revolução Francesa à luz do fracasso da II República e publica, em 1865, a *Histoire de la Révolution*, inspirada pela teleologia das batalhas perdidas: "Tudo leva o exilado de 2 de dezembro a uma meditação pessimista sobre a herança nacional"³⁴. Para Edgar Quinet, 1 789 permanece uma ruptura progressista, mas o equilíbrio dela resultante permanece precário,

constantemente ameaçado por uma recaída e pelo retorno da mesma tirania do Antigo Regime. Esse recuo aconteceu em 1792 com os montanhese, que se moldam na herança centra-

31. A. DE TOCQUEVILLE. *L'Anclen Regime ot la Révolution*, Idées-Gallimard. 1967. p. 265.

32. F. FURET, *Pensar la Révolution Française*, op. cif.

33. *Ibid.*, p. 64.

34. F. FURET. *La Gaúcha et la Révolution française au mllleu du XIXe siècle*, Hachetto. 1986, p. 30.

245

lista do passado monárquico com o Comitê de Salvação Pública. Edgar Quinet, como François Furet, nessa evolução nega o peso das circunstâncias exteriores, ou seja, da guerra: "Não, não são as necessidades das coisas que faz o terror, mas sim as falsas idéias"³⁵. François Furet extrai daí uma lição filosófica, cujo caráter ele proclama como atemporal, ou seja, o elo Indissolúvel entre fenômeno revolucionário e despotismo de estado.

Essa obra de erradicação, recentemente denunciada por Max Gallo³⁶, permitiu que se instaurasse uma nova vulgata como discurso dominante. À testa disso, encontramos o cruzado Pierre Chaunu, rodeado por Jovens pretendentes ao discurso oficial, alimentados com todas as obras contra-revolucionárias. Os mestres pensadores foram pintados de novo para tornarem-se modernos, mas são diretamente oriundos do catecismo tradicional do pensamento hostil, desde 1789, à revolução. Edmund Burke escreve contra a revolução desde 1790³⁷ e não sentiu, portanto, necessidade do pretexto da Vendéia, para ficar horrorizado com aquilo que se passava na França. Contudo, responsabiliza o espírito de abstração dos franceses, que teriam a tendência de negar o real e a experiência em nome de valores metafísicos. Joseph de Maistre³⁸ denuncia também 1789 como uma manifestação diabólica: "Existe na Revolução Francesa um caráter satânico". Assim ele entrou para o panteão das referências obrigatórias para aqueles que querem corromper a essência do fenômeno revolucionário. A terceira figura de ponta dos novos cruzados é o abade Barruel³⁹. Para ele, houve um complô, preparado por três maestros: Voltaire, d'Alembert e Frederico II: "O dia da insurreição foi fixado em 14 de julho de 1789"⁴⁰. A revolução, seria, portanto, um monstro com três componentes: o complô, a negação do real e a essência totalitária. Essa é a nova versão a ser inculcada, a ser repisada cada vez mais forte, para que ela oculte tudo que seja do domínio das circunstâncias históricas, a qual François Furet, extravasando a sua direita, já considerava como argumento "débil". O abade Barruel resolveu encarnar-se

35. E. QUINET. citado por F. FURET. *La Gaúcha of la Révolution française ou mlllau dl XIXa siècle*, op. cif., p.96.

36. M GALLO, *Lettre ouvorte à Maxmlllen Robospl&tre sur les nouveaux muscadlms*. Albln Michel. 1986.

37. BURKE, *nefloxlons sur la Révolution française*. 1790.

38. J. DE MAISTRE. *Consldérafions sur la Franco*. 1796.

39. Abada BARRUEL. *Memolres pour servir à l'histolre du Jacobinismo*. Hambourg, 1797-1799.

40. Abada BARRUEL. citado por M. GALLO na *Lettre ouvorte à Maxmlllan iobesplerre*. op. cif., p. 48.

no frei pregador Pierre Chaunu, o novo evangelista à maneira de Billy Graham: "Jamais tivemos em mãos a ordem escrita de Hitler referente ao genocídio Judaico, mas possuímos as de Barrère e Carnot relativas à Vendéia. Aliás, cada vez que passo em frente do liceu Carnot, cuspo no chão"⁴¹. "A imaginação sádica das colunas de Tureau Iguale a SS, os gulags e os Khmers Vermelhos."⁴² A Revolução nos é apresentada como um "minúsculo segmento perigosamente cancerígeno de nossa história"⁴³, e como todo câncer, ele necessita de um tratamento de choque. Pierre Chaunu dá assim o tom das obras, que culpam caso a caso a Revolução pelo fato de ela ter tido uma sede de hemoglobina correndo aos borbotões em uma violência bárbara. Frédéric Bluche critica o massacre de setembro de 1792, Reynald Secher a Vendéia⁴⁴. No meio dessas obras, encontra-se a mesma rabugice que se manifestou por ocasião de uma época sinistra, a dos 150 anos da Revolução, em 1939, momento em que Pierre Gaxotte em *Je suis parfout*, Léon Daudet e outros libertavam-se para vingar 1936, do *Front Populaire*, das licenças remuneradas e do medo. Como afirma Max Gallo, a recusa desses novos "muscadins" [*realistas de 1793*] visa, de fato, o princípio da igualdade inscrito no frontispício da República francesa desde um certo ano, 1789. Ilusão de uma política manipuladora, ilusão de uma libertação, ilusão também da festa revolucionária. Mona Ozouf escolheu o terreno da festa, lugar por excelência da transgressão das proibições, das normas, de expressão da espontaneidade, para demonstrar que a festa revolucionária entre 1789 e 1799 é a expressão da ordem e não da felicidade, da coerção e não da imaginação: "A mania das festas revolucionárias é a história de uma grande decepção"⁴⁵. Ao eliminar de seu campo de estudo as manifestações espontâneas da alegria popular que a violência exclui do conceito de festa, fica agora mais fácil para Mona Ozouf retomar o esquema durkheimiano que vê na festa a manifestação unanimista de um povo agrupado pelo poder. Nesse momento, a festa é parte Integrante da Instalação de um sistema de enquadramento e de controle do indivíduo preso em um novo espaço investido pelo poder político invasor. Esse poder inscreve-se no espaço da transparência, o espaço

41. P. CHAUNU. *Franco-Culture*. 24/06/1986.

42. P. CHAUNU, citado por M. GALLO na *Lettre ouvorte....op. cif.* p.22.

43. *Ibid.*, p.26.

44. F. BLUCHE. *Septembre 1792. loglaues d'un massacre*. Laffont, 1986. B. SECHER, *Génoclde franco-français*. PUF, 1986.

45. M. OZOUF, *La Fête revolulionnalre: 1780-179°*. Gallimard. 1976, p. 19.

246

aberto, ao ar livre, sem limites, que se oferece às comemorações, que deixa as Igrejas desertas, virando de costas para as montanhas, símbolo da hierarquia. Essa transparência permite o controle de todo desvio para poder proscrevê-lo. A festa distribui os indivíduos assim como a escola arregimenta conforme as filas. Torna-se a escola da submissão. Ela é um dos Instrumentos desse estado leviatã, cujas ramificações crescem até querer controlar o tempo. O importante dessa teatralização, a mensagem das colossais colunas erigidas em torno do altar da pátria seriam o poder de acabar com a efervescência revolucionária, de suspender o tempo em um presente contemplativo da obra realizada. Embora seja verdade que isso se tornou possível quando o poder rompe com a pressão popular, então, o ritual da festa vira, de fato, a alegoria desencarnada que interrompe a violência revolucionária; não é mais Luís XIV que se zomba nas praças públicas, mas sim, a idéla de realeza. Mona Ozouf nega a realidade da explosão criativa do ano II, no momento em que o povo irrompe na cena política com mais determinação, ao romper com os organismos do poder. No entanto, o aprofundamento da ruptura social torna possível uma queda de Intensidade dos códigos, dos sistemas rituais, aí Incluídas as novas autoridades. Outra festa nasceu, a da contestação, a da Imaginação, contestada por Mona Ozouf. Como não ver nas Jornadas revolucionárias, quando os braços nus dos subúrbios se dirigem à Convenção, uma festa do futuro? Essas festas espontâneas multiplicam-se. Desde 1780, as comunidades camponesas vão, no domingo, de cidade em cidade, arrancam as birutas e dançam nas praças públicas. Quando da fase de descristianização, os Impulsos do desejo transgridem todas as proibições. O povo transforma as Igrejas em salões de dança, os padres tiram sua casula eclesiástica, os fogos acesos por ocasião das festas multiplicam-se. Esse movimento, partido da base, agrupa as populações em torno das fogueiras construídas para queimar os confessionários, os ornamentos e os livros piedosos das Igrejas, em torno dos quais o povo dança a *carmagnole*. O poder não está em lugar algum e o povo por toda a parte. A alegria nasce do olhar que se volta para sua ação resoluta contra a ordem estabelecida. Decididamente, o fogo revolucionário sempre existe para que ele possa suscitar tais vocações que tenham o objetivo de apagá-lo para sempre do horizonte histórico. Como já dizia Georges Clemenceau em 1981: "Essa admirável revolução, pela qual nós existimos, não está terminada". A Revolução Francesa, símbolo universal da libertação, pela força que ela significa, continua a ser importante e a linha de clivagem essencial entre aqueles que querem enterrá-la para defender seus privilégios e aqueles que desejam construir um mundo mais justo. Não, definitivamente, a Revolução não está terminada.

CONCLUSÃO

Ao aplicar seus métodos a sua própria história, a escola dos *Annales* define-se como uma escola de longa duração. Reivindica a continuidade e a permanência que une, em um mesmo movimento, os combates pela história de Lucien Febvre e a história em migalhas de Pierre Nora. Ao mesmo tempo, essa escola pretende ser imperceptível, imprópria a toda definição e nebulosa sem núcleo. Temos aí a expressão de um duplo imperativo. Primeiro afirmar bem alto o fato de pertencer a um grupo que tem por trás dele um passado com obras e contribuições sucessivas, seguindo Isso que permite consolidar suas posições de poder e reforçar as estruturas institucionais que fazem a força dos *Annales* diante das ciências humanas mais Jovens e menos ancoradas nos aparelhos do poder. A coerência do conjunto, a identidade comum, em parte mítica, são necessárias à gestão e à duração do poder. Trata-se de um imperativo estratégico. Vimos, no entanto, que é conveniente dissociar, nessa escola, a sucessão de três gerações ou de duas grandes configurações do campo das ciências humanas. A continuidade reivindicada mascara, de fato, as numerosas inflexões e rupturas entre o discurso histórico dos anos 30 e o dos anos 80, apesar de certo número de orientações fundadoras, ainda hoje, estarem presentes. A história da escola dos *Annales* não é uma história Imóvel. Bem ao contrário, ela se adapta com sucesso às mutações sucessivas de nossa sociedade no decorrer do século XX e resiste com a mesma vitalidade aos assaltos das ciências sociais vizinhas e concorrentes.

A história atravessou bastante a escola dos *Annales*, influência particularmente sensível para os historiadores muito receptivos ao mundo circundante, inclusive aos efeitos da moda. Entre os *Annales* dos anos 30 e os dos anos 80, pode-se localizar certo número de continuidades e de descontinuidades. A mesma negação do aspecto político dos *Annales* desde seu nascimento, o mesmo procedimento de captação das ciências sociais, de tudo que aparece como novo, a mesma terceira via entre a história tradicional historicista e o marxismo ossificado, do qual os *Annales* preencherão os vazios ao Investir em domínios Inexplorados, e ao mesmo tempo quebra-mares de resistência ao marxismo e substituto desse último: não ideologia mas mentalidade, não materialismo mas a materialidade, não dialética mas estrutura... A mesma situação no movimento da adaptação à modernidade tanto nos anos 30, por uma leitura economicista quando os *Annales* quiseram desempenhar papel ativo e operacional em uma perspectiva gestonária, quanto nos anos 80, quando o poder dominante se deslocou para os meios de comunicação de massa, o discurso sociocultural dos *Annales* precisou adaptar-se, então, ao discurso dominante da sociedade e duplicar-se a partir do Investimento sistemático das posições de poder dos meios de comunicação de massa e a partir de uma estratégia de conquista para controlar os lugares de decisão em matéria de difusão e de comercialização da produção histórica. Daí temos como resultado uma primeira Inflexão evidente na passagem de uma história geo-econômica a uma história das

mentalidades ou antropologia histórica. Outras descontinuidades podem ser localizadas. Em primeiro lugar, o homem não é mais o horizonte primeiro do trabalho histórico, sem chegar ao ponto extremo de Emmanuel Le Roy Ladurie e sua "história sem os homens", a perspectiva não é mais antropológica. Ligada a essa descentralização, passa-se de uma história, ciência da mudança, segundo Marc Bloch e Lucien Febvre, a uma história "quase Imóvel", tal como Fernand Braudel a definia quando de seu discurso Inaugural do Collège de France em 1950, à história "Imóvel" de Emmanuel Le Roy Ladurie, em 1973, no momento em que sucede Fernand Braudel no Collège de France. Ora, a história não pode ser Imóvel, ou ela não existe mais. Outra descontinuidade importante, o abandono de toda dialética entre passado/presente e futuro. A história não é mais considerada como o lugar de esclarecimento da época contemporânea: "Para mim, a história é um pouco uma forma de evasão do século XX. Vivemos uma época muito sinistra", observa Emmanuel Le Roy Ladurie. Enfim, a mais importante descontinuidade situa-se na decomposição do saber histórico, o fim de toda perspectiva globalizante, não mais a história, mas sim as histórias. Tanto os pais fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, reiteraram sua ligação com uma história total, quanto hoje todos se alegram em descrever a pluralidade dos objetos e dos métodos, o esmigalhar após a fase transitória da pluralização das temporalidades em um mesmo conjunto que constituiu a fase braudeliana. Esse esfacelamento do campo histórico, no entanto, não foi reivindicado por todos os historiadores dos *Annales*. No próprio seio da escola, os trabalhos contradizem essa evolução. O que demonstra ser possível enriquecer-se com os métodos das ciências sociais sem transferir mecanicamente os procedimentos e preservar assim a ambição de síntese da história, a articulação de vários níveis do real e a dialética dos tempos curtos e longos.

A escola dos *Annales* deve seu triunfo a essa capacidade admirável de adaptação. A cada reviravolta, encontram-se os desafios lançados, os OPA das ciências sociais diante da história. Os *Annales* mudaram, amadureceram, para metamorfosear-se finalmente a ponto de não haver mais escola dos *Annales* para Pierre Vilar: "Ela está morta"¹. Ao desafio durkheimiano do começo do século, a história dos *Annales* respondeu com a destruição dos três ídolos - biográfico, político e factual - da história historicizante. Ao desafio de Claude Lévi-Strauss, nos anos 50, os *Annales*, com Fernand Braudel, conceituaram a longa duração como linguagem capaz de unificar as ciências sociais, e nos anos 70, a obra de Michel Foucault permitiu acabar a decomposição histórica a partir de configurações parciais, regionais e provisórias do saber. Nos anos 30, houve a recuperação da escola geográfica vldaliana, da sociologia durkheimiana e da psico-história e nos anos 50 houve a recuperação da estatística e da demografia e depois da etnologia e da antropologia. Essa história em três tempos revela o dinamismo profundo de uma escola que se define por sua abertura e permite o acesso a novos objetos, novos horizontes para atingir um nível particularmente rico em produção histórica. No entanto, paradoxalmente, a história semeada pelas ciências sociais acabou por abandonar sua identidade e arrisca-se bastante a perder-se na explosão em uma miríade de objetos diferentes e sem relações entre eles. Corre o risco de desaparecer como a zoologia ontem ou de conhecer a crise e a marginalização que a geografia conheceu.

1. P. VILAR, «entrevista com o autor. 24/01/1986.

Se essa evolução foi feita em três tempos, pode-se distinguir dois grandes movimentos, duas configurações particulares das ciências humanas nas quais está inscrita a história dos *Annales*. A perspectiva humanista globalizante é a da primeira e da segunda geração, ou seja, a dos dois fundadores dos *Annales d'histoire économique et sociale*, criados, em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre, mas também a de Fernand Braudel. Trata-se da tentativa de um mercado comum das ciências humanas cujo líder federativo é a história, tentativa essa de síntese dessas ciências em uma escritura globalizante que daria origem a uma intercência defendida por Fernand Braudel. A paisagem modifica-se nos anos 60. Os historiadores dos *Annales*, para resistir ao novo assalto das ciências sociais, renunciaram, então, à sua vocação de síntese, entregam as armas e pensam em termos de novos recortes disciplinares provisórios a partir das diversas práticas e dos diversos objetos históricos. O homem encontra-se descentralizado nessa perspectiva em que a história se decompõe em práticas parciais e renuncia a toda visão globalizante. Trata-se de descobertas, a partir de procedimentos de segmentação da sociedade, para transcrever constelações estáveis que apresentam caráter de sistema. Seriação que poderia gerar enriquecimento com a condição de colocar-se a questão da articulação dos sistemas distintos, e de situar-se nesse modo de ser as forças do não ser, as forças de destruição interna em ação e anunciadoras de fases de ruptura e de transição. Essa decomposição operada pelos *Annales* da última geração, induziu uma escritura histórica mais descritiva do que explicativa, mais positivista e empírica do que científica. Nessa nova configuração do campo das ciências sociais, o historiador perde sua batuta de maestro da orquestra para tornar-se um mineiro que traz os materiais a serem estudados pelas outras ciências sociais, como o vê Emmanuel Le Roy Ladurie, um vagabundo como Michel de Certeau, especialista das margens, dos transgressores e do avesso da sociedade. Em suma, renuncia ao magistério social para melhor Investir no terreno dos meios de comunicação de massa.

A história sempre esteve ligada aos poderes. A força dos *Annales* reside no fato de haver obtido êxito na ligação com os novos poderes do século XX, diferentes daqueles do passado. A história nos apresenta um discurso correspondente à sociedade, ela é o espelho, a transparência de um poder que busca nela a legitimação. Junto aos poderes, o historiador lhes confere sentido, ele é a garantia da legitimidade deles. As crises do discurso histórico, incessantes, articulam-se com as diversas fases da evolução da sociedade, estas fases são, a cada vez, períodos de adaptação ao desdobramento do dispositivo social.

Historiografia política no mundo da cidade antiga, no tempo em que a pólis dominava a sociedade grega ou romana, o historiador devia fundamentar a nova identidade cívica diante da tradição gentílica. Clio oferecia as bases da coesão da cidade na perspectiva de sua marcha expansionista, de sua defesa, de seu brilho, ela se apresentava como discurso político, como a glorificação dos altos feitos militares. Na Idade Média, são os clérigos que dominam a sociedade e conferem sentido ao futuro da sociedade ocidental: "Os cristãos levados pela história, vão honrar Clio ao batizá-la"². Nesse momento, a história torna-se moral, ela se integra na visão teológica da visão cristã da realização do plano de Deus. O real é integrado em uma temporalidade espiritual. No V século. Santo Agostinho define a história como a realização da vontade divina. Os clérigos impõem a essa época a sua visão de mundo, do futuro humano, ao mesmo tempo que assumem seu papel de dominação sobre as outras camadas da sociedade, os laicos. Trata-se da idade de uma história edificante no plano ético, a da vida dos santos, as hagiografias. A história é, então, plenamente religiosa, sob a influência do clérigo regular, os monges em seus *scriptoria*. Mas nos séculos XIII e XIV, o discurso histórico adapta-se ao deslocamento do poder do mosteiro para a cidade, do castelo ao estado central renascente; a história sofre um processo de secularização para melhor corresponder ao novo poder dominante. A relação com o tempo torna-se mais humana, a temporalidade adapta-se aos ritmos, às pulsações desses novos estados, ela lhes oferece um discurso de legitimidade sobre o qual eles se apóiam para se impor. A união entre as duas ordens dominantes da sociedade, os clérigos e os nobres, se realiza para preservar a ordem social. E os reis da França contratam, em primeiro lugar, os monges para escrever a história do reino. O poder real não pode se limitar à expressão de força, tem a necessidade de afirmar o sentido de sua pujança e o historiador fica encarregado dessa missão. Durante esse tempo, os cronistas encarregam-se da apologia da classe nobiliárquica e louvam sua coragem, virilidade, abnegação, sobretudo por ocasião das cruzadas, momento privilegiado em que se realiza a fusão do político, do religioso e da descoberta do outro: "Froissard é o espelho da classe

2. Ch.O. CARBONNEL. *L'Historiographie Ne*, PUF. 1981, p.26 (Edição em português: *Historiografia*. Lisboa, Teorema. 1987),

social para a qual escreve"³. Servidores dos senhores, esses cronistas medievais deslocam o discurso histórico do religioso para o político. A história "tornava-se maior. Havia conquistado sua autonomia. Mas ela havia deixado de servir a Igreja para servir o estado"⁴. O primeiro historiador real enquanto cargo oficial com remuneração data de 1437; essa função é preenchida por um monge de Saint-Denis, Jean Chartier, no reinado de Carlos VII, e só desaparecerá com a Revolução Francesa. O poder real orienta o trabalho histórico em direção à constituição de um discurso que lhe confira uma imagem positiva e a justifique em suas ambições. A classe nobre, como o rei, fundamenta seu poder no fato de pertencer a uma linhagem, a um sangue nobre, a história lhe traz o fundamento manifesto desse enraizamento, ela é, portanto, o corolário indispensável para justificar sua posição presente. Homem de poder ao lado do poder, o historiador tece as continuidades do espaço político que organiza a nova sociedade. Essa função do historiador, reprodução do poder, vai perdurar durante muito tempo, até o começo do século XX, adaptando-se aos diversos regimes políticos. Vimos como a escola metódica, a de Lavisse e Seignobos, foi o instrumento eficaz de uma república radical que preparava sua revanche contra a Alemanha. História essencialmente política para homogeneizar o tecido social da nação em torno de um objetivo central, o da defesa patriótica; a história serve, então, para fazer a guerra. Mas a sociedade francesa evolui no fim da Primeira Guerra Mundial e a economia torna-se o mecanismo essencial do poder. O aspecto econômico, sempre determinante, torna-se a instância poderosa nos séculos XIX e XX, ao englobar todos os aspectos da vida social e ao estruturar a sociedade em conjunto. O discurso histórico muda de rumo para adaptar-se a essa evolução, e temos a revolução dos *Annales* dos anos 30, verdadeira ruptura epistemológica, deslocamento do olhar do historiador do aspecto político para o econômico e primeira fase de adaptação à modernidade. Essa história economicista encontra em Fernand Braudel no pós-Segunda Guerra Mundial seu desabrochar. Os *Annales* farão, portanto, eco às transformações do mundo. O que são hoje os *Annales*? Uma abordagem superficial poderia evidenciar a ausência de relações entre poderes dominantes, a tecnocracia, a tecnocultura e os historiadores atuais refugiados em uma história imóvel e longínqua. Não é nada disso. O novo discurso histórico, como

3. R. FOSSIER. "Le discours da l'histoire". *Franca-Cultura*, 02/08/1978.

4. B. GUÉNÉE. *Histoire et cultura historique dans l'Occident medieval*. Aubier. 1980. p. 366.

os antigos, adapta-se igualmente ao poder e à ideologia existentes. Em nosso mundo moderno, o desejo de mudança está reduzido às margens, ao estatuto de fantasmas, ao estatuto de delírio quando a mudança é pensada como qualificativo e não mais como simples transformação quantitativa e reprodução do presente. Os *Annales* de hoje apresentam fases de rupturas e de revoluções como falsas manobras nas continuidades portadoras de uma evolução linear. A revolução tornou-se mitologia nesse discurso histórico, e aquele que desejasse pensar a mudança não encontrará nada que valha a pena nos trabalhos múltiplos e, no entanto, fecundos da escola dos *Annales*, como, aliás, Jacques Revel⁵ o reconhecia. O discurso dos *Annales* traduz a predominância dos meios de comunicação de massa, adapta-se às suas normas e apresenta uma história que é essencialmente cultural e etnográfica. Trata-se de uma descrição espetacular da cultura material em uma abordagem neo-romântica em que os loucos estão ao lado das feiticeiras, em que as margens, a periferia substituíram o centro, em que uma nova estética oferece o

avesso necessário à tecnocracia circundante, ou seja, no concreto com os pés n'água. Essa história Integra os fantasmas, os reprimidos para realizar um consenso em torno da construção de nossa modernidade, e o historiador tem o encargo de limpar todos esses transgressores para reuni-los em um universo composto, no qual cada um tem seu lugar no próprio conjunto social, sem contradição alguma. Essa escola, bem adaptada ao sistema, pode assim conquistar uma posição hegemônica. O triunfo dos *Annales* é incontestável e a amplitude de sua difusão é tal que não deixa espaço para o desenvolvimento de correntes alternativas: "Não há, portanto, combate algum no selo da família histórica"⁶. Acabou-se o tempo em que a história à moda de Lavisser era o adversário designado e mobilizava as energias. Essa história tradicional não existe mais. Os *Annales* instalam-se no de poder, autocelebram-se e constroem já a própria lenda. Mas essa situação em que uma escola se contenta em gerir seu patrimônio, arrisca-se a desembocar em um período de crise, pois a única homogeneidade interna é a recusa de ver renascer a história tradicional. Vozes elevam-se para iniciar a crítica, primeira etapa das rupturas que virão. A moda atual da historiografia exprime a necessidade de marcar ponto, ao correr o risco de ver ressurgir a diversidade subjacente por

5. J. REVEL. *Annales*, nov.-dez. d» 1979. p.1371.

6. J. GLÉNISSEON, "L" historiographie française contemporaine", em *LaRecherche historique en France de 1940 a 1965*. SEDES. 1965.

trás da sigla comum dos *Annales*. Sintomática da crise que atravessa o discurso dos *Annales*, vencedor de todos os combates mas às voltas com as forças centrífugas Internas, a tomada de posição muito severa e muito crítica de um dos representantes eminentes da própria escola, Alain Besançon, que escreve: "Existe infelizmente uma maneira bem inferior de escrever a história, que depois da guerra infelizmente prospera em nosso país: a história sistemática, ou melhor, a história com sistema. Desta vez os acontecimentos não são mais apreciados por eles mesmos, não provocam mais surpresa, assombro e horror. São pegos, conquistados, concretados no esquema de conjunto, na Interpretação global à qual devem servir de justificativa. Qual sistema? Muitas vezes menos o marxismo e mais o sociologismo dele inconscientemente derivado, levado pelo ar do tempo, o melo em que se recrutam os historiadores, as facilidades intelectuais que ele autoriza. *Économies, soclétés, civilisations*"⁷. É impossível ser mais claro na crítica que profere como uma chicotada no núcleo dirigente dos *Annales*, acusado de diluir a história, em nome do banimento da sistematização. Cada vez mais, emana um perfume de explosão de uma escola, na qual cada um toma emprestado seu próprio caminho de salvação, a tal ponto que podemos questionar o que religa uma história que se tornou antropologia histórica a uma história demográfico econômica quantitativa e uma história conceitual.

A fissura interna maior que atravessa o discurso dos *Annales* opõe os adeptos de uma história em migalhas, de uma história alinhada a cada um dos procedimentos das ciências sociais e os adeptos de uma história total, enriquecida com a contribuição das ciências sociais mas preservadora da base histórica e da ambição globalizante. O primeiro discurso é o essencial do núcleo dominante, ocupa uma posição central, o essencial do dispositivo de poder da escola. Essa diluição da história nas ciências sociais, Jacques Le Goff a encara como uma das três eventualidades do futuro: a pan-história que absorve todas as ciências humanas. Nesse conflito de interesses que opõe, desde o começo do século, a história, disciplina mais antiga e legítima, às novas disciplinas sociais, graças aos *Annales*, a história teria obtido êxito no domínio como plasmadora do conjunto, mas ao preço da diluição e da perda de identidade. Essa é uma outra via que preconiza uma segunda corrente dos *Annales*, próxima do marxismo

7. A. BESANÇON, Prefácio ao livro de M. MALIA. *Compreender a revolução russo*. Le Seuil. 1980.

ao reconhecer o valor estimulante das orientações básicas da escola dos *Annales*. Essa corrente de historiadores defende-se contra os perigos da fragmentação da história e insiste no trabalho necessário da síntese, sobretudo em um momento em que a especialização se acentua. São numerosos aqueles que na escola dos *Annales* permanecem partidários e fiéis à história total da primeira geração. Vêm no percurso totalizador o próprio fundamento da especificidade histórica. Longe do combate na retaguarda, esses historiadores recusam o convite à demissão que provém de todos os lados. Enquanto a maioria dos historiadores dos *Annales* renunciam a uma história total em nome do risco totalitário, os que preservam a dimensão global oferecem a melhor garantia contra esse perigo. O homem retoma a dimensão em que se situa, enquanto que o fracionamento em temporalidades múltiplas e sem inter-relações o despoja da posição central. Ao invés da explosão em temporalidades econômicas, políticas, ideológicas estudadas na própria evolução independente, o historiador deve preferir o percurso globalizante, o quadro conceitual que permita a pesquisa dos sistemas de causalidades e o destaque de correlações entre fenômenos de natureza diferente. O histórico apresenta-se, então, como uma dialético entre uma estrutura lógica abstrata e o real; movimento que vai da estrutura à conjuntura e inversamente para recuperar uma trama Inteligível. A fragmentação do campo do real duplica-se algumas vezes com a pretensão à globalidade em certos historiadores que decompõem a prática em dois tempos: o primeiro é o da explosão, depois vem o da integração e justaposição dos elementos fragmentados em uma totalidade fictícia. Essa ilusão neopositivista do percurso globalizante esquece um nível essencial, o da análise estrutural, da hipótese causal, sem a qual não pode existir história total. O pressuposto subjacente a essa abordagem totalizante é a consideração de uma racionalidade em ação na história. O historiador tem, portanto, a tarefa de

descobrir seus contornos por trás do labirinto de fatos aparentemente confusos quanto à sua significação. Trata-se do pensamento da distância necessária, da passagem do abstrato ao concreto, ponto de chegada e não ponto de partida para se chegar à construção de uma rede hierárquica de determinação dos diferentes níveis do real. "Toda história nova privada da ambição totalizante é uma história antecipadamente envelhecida."⁸ A hierarquia causal a ser construída

8. P. VILAR. *Annales*, janeiro de 1973, reeditado em *Une histoire en construction*, Gallimard-Le Seuil. 1982.

deve ser feita evitando dois perigos: o da generalização teórica abstrata desvinculada do real e o da descrição de casos singulares. O historiador deve, ao contrário, realizar um constante movimento de vaivém do factual ao quadro conceitual e do quadro conceitual ao factual. Sua síntese não é a simples colagem das diferentes partes apresentadas no plano compartimentado, mas a pesquisa de sistemas de causalidades. Esses historiadores partidários da história global são, hoje, os verdadeiros portadores da renovação do discurso histórico e da verdadeira Nova História. As reclassificações parecem operar-se segundo novos critérios. Assistiremos à explosão não da história, mas da escola dos *Annales*. A resposta a esta pergunta não depende tanto dos historiadores quanto do movimento social. Para que a história volte a ser a ciência da mudança, como Marc Bloch a denominava, é preciso que rompa com o discurso predominante dos *Annales* do tempo imóvel, com a visão passadista do historiador, que se precavenha de toda veleidade de transformações ao apresentar um mundo social dotado de respiração natural, regular e imutável. Ao tornar-se etnológica, a história negou-se, ao criticar seu próprio fundamento: a duração, com seus ritmos lentos e rápidos e suas reviravoltas. O renascimento do discurso histórico passa pela ressurreição daquilo que foi rejeitado desde o começo da escola dos *Annales*, o acontecimento. Essa repressão do acontecimento leva a história para o caminho da diluição daquilo que fundamenta sua especificidade e sua função. Ela é a única prática que tem o poder de perceber a dialética do sistema e do acontecimento, a da longa e da curta duração, a da estrutura e da conjuntura. Claro está que não se trata de preconizar o retorno da história lavissiana, esta foi irremediavelmente relegada ao estatuto de objeto de divertimento e de evasão, mesmo se alguns esperam seu renascimento, com o retorno do velho e bom relato sobre nossos heróis nacionais, nossos homens incomuns e os embates de alcovas. Reencontrar, enfim, após essa história massificada sobre os campônios, o fausto dos salões mundanos, os brilhos, as sedas e camas de baldaquim, percorrido pelas elites sociais dos tempos passados. É preciso rejeitar essa falsa alternativa entre o relato factual insignificante e a negação do acontecimento. Trata-se de fazer renascer o acontecimento significativo, ligado às estruturas que o tornaram possível, fonte de inovação. "A verdadeira ciência moderna só poderá começar com o reconhecimento do fato."⁹ Reabilitar o acontecimento é, portanto, indispensável para a construção de uma Nova História. O trabalho histórico passa também pela superação do recorte presente-passado, pela relação orgânica entre os dois a fim de que o conhecimento do passado sirva à melhor inteligibilidade de nossa sociedade. Não devemos esquecer, como afirma Moses Finley, que "é preciso mudar o mundo, não o passado"¹⁰.

9. E. MORIN. *Communications* nº 18. 1972. p.14.

10. M. FINLEY, *Lo Mondo*. 14/03/1982.